

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ELISA CARBONELL CORREAS

**INTER-RELAÇÕES ENTRE TERRITORIALIDADES E CONFLITUALIDADES
NO LITORAL MÉDIO DO RS: CONEXÕES SIMBÓLICO-MATERIAIS QUE
CONSTROEM TERRITÓRIOS**

PORTO ALEGRE

2015

ELISA CARBONELL CORREAS

**INTER-RELAÇÕES ENTRE TERRITORIALIDADES E CONFLITUALIDADES
NO LITORAL MÉDIO DO RS: CONEXÕES SIMBÓLICO-MATERIAIS QUE
CONSTROEM TERRITÓRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora Prof. Dra. Rumi Regina Kubo

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Carbonell Correias, Elisa

Inter-relações entre territorialidades e
conflitualidades no litoral médio do RS: conexões
simbólico-materiais que constroem territórios / Elisa
Carbonell Correias. -- 2015.
269 f.

Orientadora: Rumi Regina Kubo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Desenvolvimento rural. 2. Territorialidades.
3. Território. 4. Inter-relações. 5. Conselho
consultivo do Parque Nacional da Lagoa dos Peixes.
I. Kubo, Rumi Regina , orient. II. Título.

ELISA CARBONELL CORREAS

**INTER-RELAÇÕES ENTRE TERRITORIALIDADES E CONFLITUALIDADES
NO LITORAL MÉDIO DO RS: CONEXÕES SIMBÓLICO-MATERIAIS QUE
CONSTROEM TERRITÓRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre: 8 de julho de 2015.

Prof. Dra. Rumi Regina Kubo

Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dra. Patricia Binkowski

Universidade Estadual de Rios Grande do Sul (UERGS)

Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara

Depto. Geografia/UFRGS

Prof. Dra. Gabriela Peixoto Coelho-de-Souza

UFRGS/PGDR

*Solo los valientes se atreven a seguir los
latidos de su corazón.*

Em memória de Pablo Barbadillo

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos agricultores, quilombolas e pescadores de Mostardas e Tavares que, além de conhecimento e aprendizado, me trouxeram confiança e amizade.

Agradeço ao chimarrão por conseguir passar horas na frente do computador.

Agradeço às minhas amigas, las brujas, em especial Rocio, Gabriela, Daianne, Gaia, Nina e Suninha, por seu apoio, sua paciência, seu carinho, seu amor. Agradeço ao Henrique por aventurar-se junto comigo na descoberta dos territórios do Litoral Médio do RS. Ao Marcio, por me atravessar com suas linhas de fuga. Também às correções do Thomaz e do Lucas. E ao Marcelo por seus cuidados e palavras. Agradeço aos meus amigos biólogos no outro lado do Atlântico. E aos meus companheiros e parceiros de mestrado e doutorado da turma 2013 do PGDR.

Créditos especiais para a Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela!

Agradeço à minha orientadora, Rumi Regina Kubo, pela disposição, as trocas, os livros, os autores, as conversas, e sua humanidade no trato com os alunos e as aulas.

Agradeço a toda a equipe do PGDR por fazer possível a materialização deste e de outros trabalhos.

E por fim, agradeço à minha mãe Patrícia Correias por seu apoio, ânimos e amor incondicional. Ao meu pai Juan Carbonell por sua alegria e à minha irmã Claudia Carbonell por sua eterna cumplicidade. Abraços na distância para toda a família.

RESUMO

O Litoral Médio do Rio Grande do Sul caracteriza-se por sua paisagem de campos pampeanos e dunas, percorrida por ventos e corpos de água doce em forma da grande lagoa dos Patos, lagoinhas e banhados que conectam o continente ao oceano. Este ecossistema é considerado de alta importância para a conservação da biodiversidade, por isso foi criado o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. As atuais políticas de desenvolvimento na região, concentradas no incentivo à monocultura do arroz e do pinus, ameaçam a biodiversidade socioambiental e os modos de vida das populações tradicionais que habitam esta região. Neste contexto esta dissertação mostra as transformações da paisagem ao longo do tempo e que conformam o território. Etnografando o local, localizaram-se as diferentes territorialidades que fazem parte dessa construção territorial. Agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, fazendeiros e a Unidade de Conservação estabelecem conexões e inter-relações que constituem este território. Uma análise dos modos de apropriação da terra/água, a história, os modos de associação, o sistema de manejo, a relação com a natureza de cada uma destas territorialidades detalham as formas pelas quais se dá a conformação atual do território do Litoral Médio, que pode ser útil para planos de manejo territorial bem como para projetos de desenvolvimento local na região. Contudo, projetar o território passa pela discussão e relocalização das relações estabelecidas entre todas as territorialidades entre si, as relações com a terra/água e as relações entre as diferentes organizações estatais e da sociedade civil. Para isso, analisamos os espaços públicos de discussão, onde todos esses atores se encontram, dando especial ênfase ao Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, por ser um espaço previsto por lei Federal. A análise dos interesses e dos discursos dos diferentes atores mostra que a construção de território perpassa as relações de poder, as conflitualidades e as subjetividades criadas sobre o imaginário do que significa desenvolvimento para cada um.

Palavras-chave: Territorialidades. Território. Inter-relação. Conflitualidade.
Conselho consultivo. Discurso. Desenvolvimento.

RESUMEN

El Litoral Medio de Rio Grande do Sul se caracteriza por su paisaje de campo pampianos e dunas, recorrida por los vientos y los cuerpos de agua dulce en forma de la grande Laguna de los Patos, las pequeñas lagunas y los bañados que conectan el continente con el océano. Este ecosistema es considerado como de alta importancia para la conservación de la biodiversidad, por lo que fue creado el Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Las actuales políticas de desenvolvimiento concentradas en los incentivos para la monocultura del arroz y el pinus, amenazan la biodiversidad socioambiental y los modos de vida de las poblaciones tradicionales que allí habitan. De esta forma, esta disertación muestra las transformaciones del paisaje a lo largo del tiempo y que conforman el territorio. Etnografando el local, se localizaron las diferentes territorialidades que hacen parte de esa construcción territorial. Agricultores familiares, pescadores artesanales, comunidades quilombolas, fazenderos y la Unidad de Conservación establecen conexiones e inter-relaciones que construyen territorio. Un análisis de los modos de apropiación de la tierra/agua, la historia, los modos de asociación, el sistema de manejo, la relación con la naturaleza de cada una de estas territorialidades muestra un panorama de la actual conformación del territorio del Litoral Medio, que puede ser útil para planos de manejo territorial y para proyectos de desarrollo local en la región. Sin embargo, proyectar territorio pasa por la discusión y relocalización de las relaciones establecidas entre todas las territorialidades, las relaciones con la tierra/agua y las relaciones entre las diferentes organizaciones estatales y de la sociedad civil. Para eso, analizamos los espacios públicos de discusión, donde todos estos actores se encuentran, dando un especial énfasis al Consejo Consultivo del Parque Nacional da Lagoa do Peixe, por ser este un espacio previsto por ley Federal. El análisis de los intereses y los discursos de los diferentes actores muestra que la construcción de territorio está atravesada por las relaciones de poder, las conflictividades y las subjetividades creadas sobre el imaginario de lo que desenvolvimiento significa para cada una de ellas.

Palabras clave: Territorialidad. Territorio. Inter-relación. Conflictividad. Consejo Consultivo. Discurso. Desarrollo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Região de estudo no Litoral Médio do RS.....	17
Figura 2 - Perfil esquemático com as principais formações do Litoral Médio do RS.....	20
Quadro 1 - Quadro das agências e atores presentes no Litoral Meio	30
Quadro 2- Descrição dos entrevistados	33
Figura 3- Tipos de Territórios, a partir de diferentes escalas	51
Figura 4 - Representação esquemática do conceito território.....	56
Figura 5 - Multiterritorialidade.....	56
Quadro 3- Diferenciação de Sistemas Agrários através do tempo	65
Figura 6- Campos nativos.....	66
Figura 7- Restinga nativa.....	67
Figura 8- Cavalos e Pampa	67
Figura 9- Ventos moldadores da paisagem.....	68
Figura 10- Dunas	68
Figura 11- Lagoa	69
Figura 12- Mar.....	69
Figura 13- Evolução e diferenciação dos sistemas agrários da Planície Costeira de RS	71
Figura 14- Horta e aparaventos de taquaras	76
Figura 15- Galpão.....	87
Figura 16- Armazém de produtos.....	77
Figura 17- Cultivo diversificado	81
Figura 18- Criação de animais.....	92
Figura 19- Criação de animais.....	82
Figura 20- Agricultura de base ecológica.....	83
Figura 21- Minhocário.....	83
Figura 22- Fabricação do biocomposto veloz.....	86
Figura 23- Debulha do feijão	98
Figura 24- Feijão vermelho.....	87
Figura 25- Capões de mata nativa nas propriedades dos agricultores familiares	88
Figura 26- Figueira	89
Figura 27- Cebola	98
Figura 28- Leitura dos documentos da "deixa" das terras na Comunidade dos Teixeiras	99
Figura 29- Biodiversidade nativa nas comunidades quilombolas	106

Figura 30- Sistema misto de manejo agropecuário	107
Figura 31- Cultivos diversificados. Milho e cebola	108
Figura 32- Capões de mata nativa e taquaras	108
Figura 33- Estufa de cultivos orgânicos	109
Figura 34- Artesãs	110
Figura 35- Moradia na Lagoa	133
Figura 36- Casa de madeira.....	120
Figura 37- Pesca artesanal na praia	124
Figura 38- Pesca artesanal. Trabalho coletivo.....	124
Figura 39- O "abandono" da colônia de pescadores da barra.....	135
Figura 40- Monocultivo de arroz.....	146
Figura 41- Colheitadeira e semeadora	233
Figura 42- Tratores.....	147
Figura 43- PNLP.....	157
Figura 44- Gado dentro do território do PNLP	170
Figura 45- Pinus do PNLP.....	175
Figura 46- Inter-relações entre as territorialidades e os atores do Litoral Médio de RS.....	203
Figura 47- Discursos sobre Desenvolvimento Sustentável	204
Figura 48- Diagrama de Venn do território do Litoral Médio de RS	205

LISTA DE SIGLAS

ADETUR	- Associação para o Desenvolvimento do Turismo em Mostardas e Tavares
AGEFLOR	- Associação Gaúcha de Empresas Florestais
CDB	- Convention of Diversity Biological
CDL/ACIM	- Associação Comercial Industrial de Mostardas e Tavares
CNA	- Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil
EMATER-RS	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
FEPAM	- Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler-RS
FZB	- Fundação Zoobotânica
FARSUL	- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FAO	- Organização Das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	- Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	- Ministério de Médio Ambiente
NEMA	- Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PGDR	- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNLP	- Parque Nacional da Lagoa do Peixe
SEMA	- Secretaria de Meio Ambiente
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SR	- Sindicato Rural
SLOT	- Sistema Local Territorial
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO.	17
2.1	GEOMORFOLOGIA	17
2.2	ECOSSISTEMAS.....	19
2.3	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE ESTUDO	22
2.4	METODOLOGIA.....	28
2.5	TERRITÓRIO, UM CONCEITO COMPLEXO	34
2.6	MULTIPLICIDADE, MULTITERRITÓRIOS, CONFLITUALIDADE, INTENCIONALIDADE, TERRITORIALIDADES	55
3	MULTITERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADE.....	60
3.1	PAISAGEM.....	66
3.2	AS TERRITORIALIDADES DO LITORAL MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL. 72	
3.2.1	Agricultores Familiares.....	73
3.2.2	As comunidades quilombolas.....	96
3.2.3	Pescadores artesanais	117
3.2.4	Fazendeiros.....	140
3.2.5	Parque Nacional da Lagoa do Peixe.....	156
4	INTER-RELAÇÕES E OS ESPAÇOS QUE CONSTROEM TERRITÓRIO. O CASO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DOS PATOS	179
4.1	ATORES DE ORGANIZAÇÕES ESTATAIS	180
4.1.1	Prefeitura.....	180
4.1.2	EMATER/RS-ASCAR.....	182
4.1.3	SEMA/FEPAM.....	185
4.2	ATORES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	188
4.2.1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mostardas e Tavares	188
4.2.2	Sindicato Rural de Mostardas e de Tavares.	191
4.2.3	AGEFLOR (Associação Gaúcha de Empresas Florestais).....	196
4.2.4	Instituto CURICACA	199
4.2.5	NEMA (Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental).....	200

4.3	TECIDO DE INTER-RELAÇÕES ENTRE ATORES E COM O TERRITÓRIO.....	201
4.4	ESPAÇOS DE DISCUSSÃO TERRITORIAL	205
4.4.1	Feirinha Ecológica	208
4.4.2	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	208
4.4.3	Feira do Peixe da Páscoa	210
4.4.4	Fórum Regional Quilombola	211
4.4.5	O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.....	215
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
	REFÊRENCIAS.....	254
	APÊNDICE A - Documento da "deixa" das terras da Comunidade Quilombola dos Teixeira (1826)	263
	APÊNDICE B - Documento da “deixa” das terras da Comunidade Quilombola dos Teixeira (1818)	264
	APÊNDICE C - Moção de afastamento de um dos funcionários do PNL, em 1999.....	265
	APÊNDICE D - Documento de criação do Parque (apenas primeira página do documento).....	267
	APÊNDICE E - Decreto de criação do Parque (apenas primeira página do documento)	268
	APÊNDICE F - Reportagem da FARSUL sobre direito de propriedade enfrenta “agrícolas” e “indígenas”	269

1 INTRODUÇÃO

A Planície Costeira do RS é uma região que apresenta peculiaridades paisagísticas e socioculturais. Os primeiros contatos com esta região remontam a quando acompanhei uma saída de campo da pesquisa de dissertação de uma aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Durante a saída vivenciei experiências marcantes e reveladoras, como foi me perder nas dunas da região e ser achada por um dos pescadores que vive no meio desta paisagem característica e me deu pouso e abrigo. No dia seguinte, estando num dos sambaquis da Lagoa dos Patos, um arco-íris e sua sombra apareceram, aprofundando o sentimento de curiosidade e vínculo com este lugar. Desde esta ocasião, tenho verificado que se trata de uma região com uma riqueza de modos de vida e que em certa medida estes modos de vida chocam-se com algumas dinâmicas de ocupação deste espaço, as quais se apresentam como hegemônicas. Essa hegemonia relaciona-se às relações de poder desiguais estabelecidas ao longo do tempo, mas também a um modelo de desenvolvimento econômico que pauta as políticas brasileiras, principalmente a partir da década de 1960. Nessa perspectiva, percebia-as como situações de conflitos sociais que resultam em grandes transformações na região.

Essas transformações que vêm ocorrendo na paisagem da Planície Costeira, mais especificamente no litoral médio e sul do RS poderiam se encaixar numa lógica de desenvolvimento que atua através de medidas de desterritorialização¹. São ações pautadas pela lógica do lucro através da exploração da terra, passando pela concessão de terras públicas, isenção de cargas tributárias, inovações tecnológicas, relações de produção caracterizadas pela mobilização da força de trabalho ou até pelo trabalho escravo, demanda de imensas extensões de terra e um elevado poder de destruição dos recursos naturais. Almeida (2010, p.105) denomina estas medidas como as agroestratégias e acrescenta que *“caracterizam-se por desconsiderar o modo de uso dos recursos naturais por parte das populações tradicionais”*. O *modus operandi* dessas estratégias apoia-se no respaldo de grandes organizações internacionais como Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), através do discurso da crise de alimentos e crise energética. Criando uma demanda de necessidades que se traduz no uso de grandes extensões de terra para o monocultivo de grãos, como o arroz, no caso de estudo, e de matérias primas de uso industrial, como por exemplo o pinus.

¹ Explicarei este conceito no capítulo 2. (DELEUZE; GUATTARI, 1995; HAESBAERT, 2002, 2004, 2015).

A polêmica entre os argumentos que enfatizam os mercados internacionais e a governabilidade local, a qual é guiada por estes interesses e discursos perpassados por uma lógica desenvolvimentista, e que omitem e ainda passam por cima das demandas da população. Os próprios governantes locais, guiados por esses interesses macroeconômicos, estimulam a existência de representação política dos pequenos agricultores, pescador artesanal, quilombola e de toda a comunidade tradicional, que em nosso entender deve ser vista como um fator importante e ser, sobretudo, atrelada às propostas de planejamento e estabelecimento de políticas para a região.

Assim surge a necessidade de refletir sobre os processos de planejamento, partindo de uma base territorial, com vistas à integração da voz das comunidades afetadas por determinada política. Estes questionamentos são fundamentais para evitar a omissão e deturpação das populações afetadas, com consequentes violações de seus direitos. Procuram-se dinâmicas inclusivas, em que as comunidades são consultadas e desempenham um papel ativo na participação da elaboração dos planos de manejo sobre o território. A respeito dessa dinâmica de inclusão, Sen (2000, p. 7) coloca: "Pessoas sem liberdade política ou direitos cívicos estão privadas de liberdades importantes para a construção das suas vidas e veem recusada a oportunidade de participarem em decisões cruciais concernentes à vida pública". (SEN, 2007, p.7).

O estudo busca refletir, também, de que forma podemos trabalhar para a desarticulação dessa noção de desenvolvimento globalizado capitalista (mais especificamente o modo de uso do território) e para a rearticulação de um desenvolvimento que valoriza a cultura e os ecossistemas locais. Os conhecimentos tradicionais, os modos de produção e cultivo livre de insumos, a organização do trabalho de base familiar, a repartição de tarefas, o uso das terras coletivas, estão inseridos num processo de revalorização de uma cultura respeitadora do meio ambiente e outras formas de vida baseadas na experiência e herança dos conhecimentos intergeracionais, podem representar uma maior independência do grande mercado e uma maior autonomia dos produtores, e ser considerados como uma forma de resistência à depredação das grandes fazendas (VAN DER PLOEG, 2008).

A diversidade sociocultural do litoral rio-grandense está diretamente relacionada às diferentes apropriações do território pelos diversos grupos humanos e as interpretações e relações que eles criam com a terra. Numerosos conflitos socioambientais surgem destas diferentes interpretações do território, desde a posse da terra, a legitimidade histórica que cada grupo dá a si mesmo, e a legitimidade que a "grande história", ou seja, a história que os dominantes escrevem nos livros e perpassa o senso comum da sociedade desigual e injusta

que nos caracteriza (FAORO, 1957). Até as interpretações que as instituições de governo fazem; as diferentes compreensões do ecossistema, o tratamento que ele recebe, de exploração, como uma mercadoria, ou de cuidado e respeito. E o diferente interesse sobre a terra que os diversos atores do território possuem, através de uma relação de subsistência ou de uma relação de lucro.

Conhecimentos tradicionais relacionados a pecuária, agricultura, pesca e atividades extrativistas estão na base do modo de uso dos recursos das populações tradicionais. Encontramos uma grande diversidade de pessoas, comunidades e povos que conformam uma população heterogênea, podendo ser consideradas como populações tradicionais. Segundo Diegues (1996):

As relações estabelecidas com o mundo natural através das representações que os indivíduos fazem de seu ambiente com base em elementos sociais, culturais, econômicos, políticos, ancestrais, conformam um conhecimento tradicional que é transmitido através das gerações, fruto de processos de experimentação e que levam à manutenção e manejo sustentável da biodiversidade. (DIEGUES, 1996, p. 42).

O conceito de comunidades tradicionais foi ampliado pelo Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), que considera:

[...] povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Na Planície Costeira podemos reconhecer uma diversidade sociocultural que está associada a uma diversidade fundiária, ou seja, diferentes modos de repartição da terra, assim como da história de ocupação desses territórios e a sua reafirmação pelas comunidades que ali habitam (LITTLE, 2002). Esta diversidade sociocultural e suas diferentes territorialidades são pouco reconhecidas pelo Estado, tornando-se uma problemática que envolve uma dinâmica de jogo de poder (RAFFESTIN, 1993). Aliás, a diversidade dos povos tradicionais dificulta a sua autodefinição em uma categoria, o que retarda ou fundamenta a própria ausência do Estado para atuar nas políticas de ordenação do território, deixando as demandas sociais desse povos sem serem ouvidas. O que acontece se as pessoas não se reconhecem com a identidade da população tradicional? Como fica a luta de seus direitos? A omissão e o abandono das demandas da população por parte do Estado criam uma insegurança e desconfiança na hora de participar nos projetos de manejo. Como trabalhar com essa desconfiança? Este fator deve ser levado em conta na hora de realizar pesquisas etnográficas e

possíveis ações visando a um ordenamento territorial ou outras formas de estabelecimento da relação com um determinado espaço, como os planos de manejo de unidades de conservação por exemplo.

O conceito de território emerge fortemente nas últimas décadas à raiz das políticas neoliberais de desenvolvimento, pois tem mudado de significado segundo as tendências de cada década. A definição e o uso desse conceito nos informam sobre as intenções da instituição ou pesquisador que está usando a palavra (FERNANDES, 2007). Atualmente o Estado utiliza o conceito para desenhar planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável a partir de políticas públicas, na maioria das vezes, para reafirmar um modelo de organização baseado no capital. Mas também outros modelos entram em disputa pela definição do uso e formas de administração dos territórios. A intenção, nesta dissertação, é mostrar essas disputas no território do litoral médio do RS, e dar voz a diversos modos de se relacionar com os outros e com a natureza, ou seja, mostrar diversas territorialidades que podem ser vistas como modelos de desenvolvimento alternativos. Esta abordagem teórico-metodológica implica em uma postura política diante da problemática da dominação social e as diferentes territorialidades manifestadas na gestão de um território. Promovendo planos de desenvolvimento alternativos nos quais sejam reconhecidos a produção orgânica de alimentos, a economia solidária, as relações comunais, a autonomia, a preservação ambiental e a organização e participação social.

Para falar de território devemos considerar a territorialidade. Que é a territorialidade? Pode se falar de uma territorialidade? Darei a este conceito uma centralidade maior no terceiro capítulo deste trabalho, ao descrever as diferentes territorialidades que conformam o território que tenho delimitado dentro de uma região específica. No caso a região do Litoral Médio do Rio Grande do Sul, diferencio múltiplas territorialidades, inter-relacionadas e conformadoras de território. As territorialidades com as quais trabalho relacionam-se a quatro grupos ou populações, as comunidades quilombolas, os pescadores artesanais, os agricultores familiares e os fazendeiros. Além disso, busco aliar outra territorialidade referente ao Estado e suas diferentes propostas de atuação e conformação do ordenamento nesta região. Nesse sentido, associado à noção de território, busco enfatizá-la como um espaço social de produção e reprodução (SAQUET, 2010). Assim a territorialidade é um conceito complexo que enquadra várias dimensões sociais e, sobretudo, as relações e inter-relações do homem vivendo em sociedade (SIMMEL, 2006); as relações do homem-natureza.

É objetivo desta dissertação evidenciar as principais territorialidades e as formas de inter-relações estabelecidas entre estas, as quais ocupam e conformam a paisagem do Litoral

Médio do Rio Grande do Sul, para isso buscou-se descrever analiticamente as características principais de cada uma de essas territorialidades a partir das diferentes estratégias de apropriação dos recursos; também descrever as diferentes dinâmicas de interação entre os atores a partir dos espaços de diálogo, com ênfase no Conselho Consultivo do PNLP. Durante o percurso dessa apresentação, irão se mostrando os diferentes conflitos socioambientais que surgem do encontro entre os diferentes modos e interesses sobre a terra/água de cada uma das territorialidades.

Aprofundarei também a relação homem-natureza, tema transversal a esta dissertação que evidencia os conflitos socioambientais os quais nós enfrentamos, e coloca importantes questionamentos na produção de conhecimento, de práticas, de políticas e dos objetivos e sentido do desenvolvimento. A relação homem-natureza tem sido tratada pela geografia “sempre” (ao menos os autores mais referenciados) como uma relação de poder, na qual a natureza, externa ao homem, precisa ser controlada. Até nas propostas mais recentes, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a natureza continua sendo exterior. Quebrar com este paradigma se faz imprescindível para obter resultados teórico-metodológicos com efeitos objetivos na nova construção de alternativas políticas para o desenvolvimento.

Por último, relaciono o território com o desenvolvimento, colocando esta interação como algo indissociável. O desenvolvimento necessita do território para ser analisado. Por isso, propostas como a do desenvolvimento territorial local resultam muito apropriadas para trabalhar com desenvolvimento.

No segundo capítulo, localizarei a região de estudo e apresentarei suas características ecológicas, e socioeconômicas, assim como a metodologia seguida nas diferentes etapas do processo de dissertação e o referencial teórico utilizado. No terceiro capítulo será feito um recorrido histórico das transformações do território, e apresentarei uma análise detalhada através da descrição das territorialidades que têm sido localizadas na região de estudo. No capítulo quatro, serão apresentadas as organizações institucionais e da sociedade civil que atuam no território, e os espaços públicos como elementos que criam encontros e possibilidades de diálogo, os quais através das inter-relações conformam território. Prestando especial atenção no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. No capítulo cinco, serão expostas as considerações finais para refletir acerca da relação do desenvolvimento com o território.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

A emoção que tem ao contemplar todas as paisagens do planeta na sua variedade sem fim e na harmonia que lhes dá a ação das etnias, sempre em movimento, essa própria suavidade das coisas, nós a sentimos ao ver a procissão dos homens sob suas vestes de opulência ou de infortúnio, mas todos igualmente em estado de vibração harmônica com a Terra, que os carrega e os sustenta, o céu que os ilumina e os associa as energias do cosmos. (RECLUS E., 1905, p.39)

A planície costeira do Rio Grande do Sul ocupa uma estreita e diversificada faixa ambiental situada no nível de latitude 30° S aproximadamente. Percorre uma extensão de 600 km de comprimento, limitada ao Leste com o Oceano Atlântico, ao Norte com a fronteira política de Santa Catarina, ao Sul, no município de Chuí, faz fronteira com Uruguai e ao Oeste com o sistema lacustre da grande Lagoa dos Patos. A região de estudo, também conhecida como Litoral Médio, situa-se nos municípios de Tavares e Mostardas, abrangendo uma área de cerca de 140 quilômetros de extensão Norte Sul, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Região de estudo no Litoral Médio do RS



Fonte: imagem obtida do *Google Earth* (2015)

2.1 GEOMORFOLOGIA

A atual conformação geológica do RS remete à Era Cenozoica, há 65 milhões de anos. A planície costeira foi formada por um mecanismo de transgressão marinha. Este mecanismo consiste em avanços e recuos do mar, extremamente rápidos em termos geológicos, que mudam a linha da costa e podem modificar a dinâmica de deposição sedimentar proveniente tanto do continente como do mar. Quando o mar recua, a linha da costa acompanha esta migração e camadas arenosas vão ser depositadas em zonas antes

marinhas. As areias sedimentares da planície são produzidas pela descarga de materiais continentais e marinhos.

O vasto sistema hidrográfico do RS aporta grande quantidade de material proveniente de todo o Estado, que é depositado principalmente através da Lagoa dos Patos, formando a paisagem de estuário e o sistema dunar. Os aportes de grandes quantidades de sedimentos oceânicos moldam continuamente as formações arenosas, provocando a emersão de novos segmentos de plataforma continental. Atualmente, o mar encontra-se em fase de recuo e os sedimentos continentais tomam conta da planície; existe um depósito de material continental, trazido pelo vasto sistema fluvial rio-grandense, que modifica a paisagem atual aumentando pontais, fechando canais e formando ilhas. As areias do litoral rio-grandense são sedimentos de formação recente, originados há apenas 5 mil anos, devido a este fenômeno de avanços e recuos do mar (HOLZ, 1999).

O material básico de acumulação é de natureza argilo-arenosa. Através da dispersão eólica, baseada nas diferentes granulometrias, as areias se situam predominantemente no topo. O material também é composto por sílica e traças de ferro que sofrem processos de colmatagem e oxidação, as quais possuem importância ecológica para a microfauna bentônica (FALCÃO; SALUM, 1988). Atualmente, existem projetos de mineração para a extração de sílica, argilas, titânio e ilmenita, assim como a extração de areias e do calcário, proveniente da deposição de conchas.

A planície constitui-se por um sistema lacunar-lacustre e é percorrida por águas correntes em forma de arroios e canais internos, interconectando as massas de águas intermitentes por toda sua extensão. Nos períodos de alagamentos, estes canais ajudam no escoamento da água. A evaporação e infiltração auxiliam em maior medida a dessecação das áreas alagadas. Ao longo da planície, podemos apreciar o ambiente sedimentar de transição, nos diferentes níveis dos terraços de origem fluvio-lacunar-marinho. Os terraços são áreas de maior elevação junto às margens das lagoas que mostram as diferenças de níveis das águas entre as estações. A observação destes terraços mostra a história de transgressões e regressões oceânicas que vem ocorrendo desde o Holoceno Antigo, há 15 mil anos (FALCÃO; SALUM, 1988).

A peculiaridade da Planície Costeira do Rio Grande do Sul consiste em características ecológicas e estruturais muito específicas. Em nenhum lugar do Brasil ou do mundo observa-se um conjunto de ecossistemas aquáticos e terrestres com uma diversidade e estruturação tão complexa como no Sul do Brasil. (SCHÄFER, A. et al., 2009, p.35).

A afirmação acima se baseia na existência de dois corpos de água de grande extensão,

a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos, e de um “rosário”² de lagoas menores entre estes grandes corpos de água e o mar. O fato destas pequenas lagoas serem de água doce, estando tão próximas do mar, torna esta característica algo único no globo.

As temperaturas oscilam entre os 35°C no verão e 5°C no inverno, sendo a temperatura média de 18°C. A umidade relativa do ar é de 80% e podem ocorrer geadas. Há um predomínio dos ventos moldadores da paisagem, do NE (anticiclone atlântico) e do SO (polar). A pluviosidade aproximada é de 1.100 mm, e entre novembro e março há seca (100-200 mm). O período mais chuvoso corresponde ao inverno. É neste período que as terras podem ficar alagadas, transbordando arroios e inundando os campos marginais. Dois fatores influenciam esta inundação: solos constituídos de camadas sílico-argilosas de pouca permeabilidade e um lençol freático de baixa profundidade. Devido à pouca inclinação da planície, não existe ação erosiva que modifique sua morfodinâmica.

A ação dos ventos é a maior força modeladora da paisagem, formadora de dunas de diferentes tipos, em função da frequência, intensidade e direção dos ventos. Alguns dos tipos são: dunas marginais marinhas e lacunares, dunas interiores, campos de dunas, mantos de dispersão eólica e microformas eólicas (FALCÃO; SALUM, 1988). Uma vez nivelado o terreno pelo trabalho do vento, a vegetação gramínea começa a se fixar lentamente. As dunas são um controle das transgressões marinhas e uma barreira natural contras as inundações. A colonização vegetal é importante para a fixação de novos sedimentos. Na área de várzeas forma-se um ambiente juncáceo de tipo pântano salgado (mixohalino). A geomorfologia desenhada pela ação dos ventos marca esta característica paisagem dunar, que conforma o território não apenas no nível ambiental, mas não também em sua dinâmica sociocultural.

2.2 ECOSSISTEMAS

A paisagem da Planície Costeira é caracterizada pela mistura de diferentes elementos naturais. A deposição de material continental, a chegada de material oceânico e a influência da ação eólica, assim como da vegetação, criam uma paisagem altamente dinâmica e de grande importância ecológica. Esta planície está situada na região biogeográfica Pampa. A vegetação de caráter subtropical é majoritariamente de tipo campestre, com presença de campos litorâneos e campos antrópicos.

² Adotamos este termo, coloquialmente associado a esta conformação, que se refere a um conjunto de lagoas, interconectadas ao longo da planície costeira que nas representações gráficas ou cartográficas, lembram a imagem de um colar.

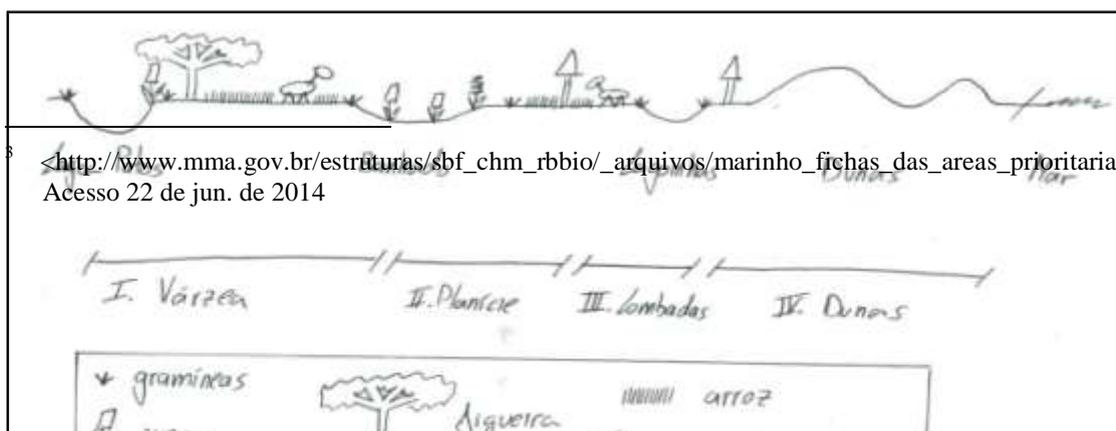
Porém, também encontramos capões da antiga floresta litorânea. Existe uma diversidade de habitat originada dessa diversidade topográfica e do encontro das forças naturais continentais e oceânicas. Esta é uma área de estuário de grande valor ecológico pela sua especificidade, abrigando plantas pioneiras e de evolução recente. A biodiversidade possui capacidades adaptativas muito especializadas aos ambientes aquáticos. Sua fauna é rica e diversificada.

A Planície Costeira pertence à categoria de zoneamento 6 de áreas prioritárias da biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente e é considerada área de extrema importância³. Entre as diferentes ações propostas pelo Ministério, está a criação de novas Unidades de Conservação.

Um corte transversal da lagoa até o mar apresenta uma sucessão de diferentes paisagens que abarcam (FALCÃO; SALUM, 1988):

- a) várzea: solo de deposição de sedimentos aluviais recentes. Frequentes inundações, má drenagem. Solos eutróficos. Vegetação aquática flutuante como aguapé, na beira junco e depois gramíneas e ciperáceas. Nas raras elevações de terreno há mirtaceas e figueiras. Área de arroz irrigado intensivo;
- b) planície alta: solo de profundidade média formado por areias, moderadamente ácido. Vegetação de rasteiras leguminosas, gramíneas e verbenáceas. Arroz irrigado, milho, cucurbitáceas. Área de reflorestamento e pecuária;
- c) lombadas: solo profundo, arenoso, ácido e pobre. Bem drenado. É o primeiro a aparecer depois do primeiro recuo do mar. Campos de gramíneas, leguminosas, arbustos, cactáceas e butiás. Na transição para as dunas, reflorestamento. Algumas áreas com cultivo de arroz e rotação de pecuária;
- d) dunas: areias não fixadas, terra formada no último recuo do mar. Ação dos ventos e aporte de areia. Vegetação pioneira (rasteira) característica. Área urbanizada e de pesca artesanal.

Figura 2 - Perfil esquemático com as principais formações do Litoral Médio do RS



Fonte: a autora (2015)

Neste perfil esquemático, podemos distinguir diferentes ecossistemas, com predominância de campos limpos formados por gramíneas, como o pé-de-galinha (*Eleusina indica*), espécie invasora; *Panicum racemosum* e *Andropogon arenarius* como estabilizadoras de dunas, e por ciperáceas como *Androtrichum trigynum* em dunas estabilizadas. Os corpos de água estão rodeados de junco (*Schoenoplectus californicus*), que facilitam o processo de deposição de sedimento, além de plantas aquáticas (CORDAZZO; PAIVA; SEELINGER, 2006).

Existem também formações de *Ficus carica*, figueiras centenárias de até 200 anos, acompanhadas por arbustos, como a capororoca (*Rapanea gardneriana*). Também estão presentes orquídeas e cipós.

Dentre a fauna, podemos reconhecer a presença de tuco-tucos, lagartixas de poaia, corujas, cobras, camundongos, caranguejos, aranhas, bem como uma rica avifauna, incluindo aves migratórias como flamingos, colhereiro, albatroz e maçaricos. No ambiente aquático lacustre há peixes como traíras, cascudos, tainhas e jundiás e também os camarões-rosa. Nas águas marinhas encontram-se corvinas, papa-terra, pescadinha, viola, entre outros. Há a presença de espécies em perigo de extinção: capivara, ratão, tatu-molita e jacaré-de-papo-amarelo.

Falcão e Salum (1988) afirmam que a natureza desta paisagem é propícia para os sistemas de produção instaurados, ou seja, o gado e o arroz. Os campos litorâneos apresentam um bom lugar para a criação de gado selvagem, devido a suas características ecológicas como abundância de gramíneas para alimentação e grandes pradarias. Já a abundância hídrica favorece o cultivo de arroz, graças às grandes extensões de terras planas regadas por um sistema de lagoas e canais. No entanto, lembramos que para a instauração de atividades econômicas concorrem outros fatores históricos, econômicos e políticos que podem ser uma

explicação mais satisfatória para a instalação destas atividades na região. Além disso, a gradativa antropogenização dos campos e pradarias litorâneos tem deteriorado o ambiente natural e transformado drasticamente a paisagem do litoral, ocasionando problemas ambientais. As originárias florestas de restinga, com abundância de frutais nativos, são hoje apenas capões.

2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE ESTUDO

O município de Mostardas tornou-se independente de São José do Norte em 1968. É conhecido pela descendência da cultura açoriana, atribuindo a esta origem sua fundação. Porém, essa origem açoriana foi destacada, em detrimento das origens africanas, como estratégia da “Casa de Cultura” de Mostardas em 1992, motivada por dois fatos: a decadência e ameaça que a arquitetura do centro da cidade estava sofrendo e a chegada de novas influências e fluxo de informações transformadores⁴, através principalmente da estrada que estava sendo asfaltada e comunicava o Município com o exterior. As casas estavam ali e eram o símbolo de um fator cultural a conservar, assim Mostardas converteu-se em cidade de cultura açoriana. O vínculo histórico do município com o militarismo não era interessante, pois o fim da ditadura estava muito próximo.

Outro fato histórico importante é que foi Mostardas a pioneira no Rio Grande do Sul a libertar escravos, com documentos escritos de 1826. Convertendo o município em um quilombo social, aonde escravos iam para se refugiar e onde existiam negros livres. Contudo, esta característica sociocultural é pouco ou nada conhecida dentro e fora do município (GUEDES, 2014⁵).

No livro “Viagem ao Rio Grande do Sul”, de Saint-Hilaire (1779-1859), já foi descrita pelo autor a característica cultural da região diferenciando o trato que os donos tinham com os escravos e comparando essa diferença cultural na relação escravista ao resto do Brasil. Embora seja difícil tecermos certas comparações ao ler descrições como “escravos mais felizes”, destaco aqui o contexto histórico no qual foi escrito e sua relação com o fato de que esta região seja a primeira no Estado a libertar escravos, em uma data muito recente para o contexto histórico global.

Entretanto não há talvez, no Brasil, lugar algum onde os escravos sejam mais felizes

⁴ Fluxos de informações e novos elementos como, por exemplo, uma estrada, são dimensões co-formantes de território. (SAQUET, 2010). Aprofundarei este conceito no capítulo dois de esta dissertação.

⁵ com. pessoal.

do que nesta Capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos; conservam-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. Os escravos comem carne à vontade, não vestem mal, não andam a pé, sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, [...]. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 52-53).

Apesar desses dados históricos singulares, as relações racistas estão presentes na região, assim como marcantes das dinâmicas socioculturais. Exemplos de relatos como de que no “Bar do Quindé”, até 1978 ainda existia uma porta para os brancos e outra porta, de menor tamanho, para os negros e que nos bailes, até a década de 1980, havia uma corda que demarcava os espaços que cada um deveria ocupar.

As famílias descendentes das sesmarias, que foram entregues aos militares, continuam tendo o poder na região. Assim, a obediência a essas famílias por um vínculo hereditário se faz frequente: se os pais ou avôs serviram na terra de algum desses herdeiros, se supõe que a nova geração precisa continuar com essa linhagem. Heranças desta estruturação das relações podem ser observadas nas relações empregatícias e nas próprias dinâmicas territoriais, de tal modo que se criam fortes laços de dependência entre os patrões e os empregados e diferentes formas de servilismo. Conforme registrado por Maria Guedes, 80% dos nascimentos registrados em 1879 são de mães solteiras, ou seja, presumem-se que eram filhos do patrão. Note-se que a relação de dominância e servilismo tem um marcante status guiado pela dependência tanto econômica, como moral. (GUEDES, 2014⁶).

O município de Tavares, emancipado de Mostardas em 1982, é enquadrado como santuário ecológico, por ter a maioria do seu território municipal ocupado pelo Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP). É essa mesma condição que o amarra às outras atividades produtivas, em que todo e qualquer empreendimento passa pela territorialidade do PNL. O município se destaca mais pela produção de cebola do que pelas grandes fazendas de arroz. A pesca artesanal é uma importante atividade. Cada ano celebra-se a EXPOCACE, Feira de Exposição do Camarão e da Cebola, evento que abre o município para o público exterior.

Apesar de cada município apresentar suas especificidades, a história conjunta é tão forte e definidora das características socioculturais e paisagísticas da região, que não faz sentido separá-los segundo essa fronteira administrativa na descrição do território e das territorialidades que nele se dão (FERNANDES, 2008). Além disso, na própria definição de território, a qual detalharei no Capítulo 2, as fronteiras definidoras estão além de limites jurisprudenciais de municípios, pois elas perpassam tempo, espaço e limites geopolíticos,

⁶ com. pessoal.

encontrando-se também nas relações sociais e fluxos informacionais. Por esta razão optamos por abarcar estes dois municípios como área de estudo.

O isolamento geográfico e temporal é marcante na região, conformando paisagem e cultura. Os fluxos de intercâmbio de informação têm tido uma frequência menor⁷ no litoral médio, e isso tem consequências até hoje. Por um lado a paisagem ficou mais conservada, menos pessoas, menos empreendimentos, menos indústria, faz ganhar em qualidade ambiental e preservação da natureza. Por outro, essa falta de empreendimento ocorre até hoje sendo que políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento são colocados em outras áreas como prioritários, ficando esta zona litorânea preterida em relação ao litoral Norte, por exemplo.

Até o ano 1978, a luz tinha horários de funcionamento, o telefone só chegou em 1995. A estrada asfaltada começou a ser construída em 1992, sendo que o trecho todo foi finalizado apenas em 2000. A antiga estrada de chão nos trechos de Capivari a São José do Norte era conhecida como a “estrada do inferno”, nome que reforça o isolamento da região não convidando o estrangeiro a aventurar em descobrir as paragens que albergava tal caminho.

A cebola, insígnia do esplendor da região, era a principal fonte de renda das famílias, proporcionando acesso a estudo e qualidade de vida. A cebola significava uma cultura familiar, a terra era trabalhada por todos, sem uso de agroquímicos, apenas o esterco do curral e um sistema de manejo fechado na propriedade, que incluía o trabalho animal e o trabalho familiar. Ainda não precisava de irrigação. Além disso, existiam redes de troca de cebola por produtos diversos, um costume também muito influenciado pela falta de comunicação com o exterior. Não existindo estrada, o isolamento fez com que se fortalecesse uma cultura de troca. Tanto é que os moradores da região toda ficaram conhecidos pelo nome de *ceboleiros*. Na região conseguiu-se criar uma variedade de sementes crioulas de cebola, que eram produzidas até o ano de 1972. Contudo, hoje se perdeu tanto a cultura como a variedade; tendo que recorrer à compra de sacolas de sementes que são todas misturadas. A cultura da cebola está em queda, sendo hoje uma atividade basicamente praticada por idosos.

Atualmente a cebola não tem preço, é caro produzi-la e ninguém quer plantá-la. Tendo que investir em insumos que antes não eram necessárias no sistema de manejo, como o caso do adubo e pesticidas, além da mão de obra cada vez mais cara. Os jovens não aprenderam a cultura da cebola. O êxodo rural e o arroz impulsionaram essa mudança, marcada em última

⁷ Para saber mais sobre temporalidades e desenvolvimento recomendam-se autores como Virilio P., DeVries P.; Eckert C.

instância pela economia de mercado financeiro internacional. Grandes monoculturas de cebola plantadas na Argentina ou em São Paulo fazem com que a península não tenha como concorrer. A terra/água sofre as consequências dessa mudança produtiva, com o empobrecimento e contaminação dos solos por causa do agrotóxico, a secagem das lagoas em função da irrigação do arroz. Os ex-produtores ceboleiros se fixaram nas periferias dos núcleos urbanos, perdendo sua cultura ceboleira e sua terra, que foi cedida para o arroz. A agricultura familiar que girava em torno da cebola se viu afetada com o desaparecimento deste cultivo. As trocas, a família, a autonomia e o aprendizado também se perdem ou são drasticamente modificadas.

A cultura da cebola foi marcante para a conformação das diferentes territorialidades da região. Porém, os cultivos têm dinâmicas rotativas no tempo e no espaço e as culturas, por mais que sejam marcantes e conformadoras do território, também mudam. O trigo e o centeio também já foram culturas plantadas na região. O século XX se caracteriza pelo plantio de arroz, ainda dominante na paisagem, mas o qual já está se vendo deslocado pela soja. O pinus é outra cultura que avança sobre o território, destacando ainda sua propriedade de disseminação não controlada. A paisagem vai mudando, assim como a conformação de território, e as características socioculturais de qualquer região (CASAGRANDE, 2012).

A área de estudo caracteriza-se por ser um dos primeiros polos de produção de arroz do país, voltado principalmente para fora das fronteiras do Estado. Grandes fazendas de monocultivo de arroz compõem a paisagem do local. Esta paisagem natural pampiana definida por uma história de grande intervenção antrópica, foi configurada pelos incentivos das políticas públicas como as ações relacionadas à Revolução Verde nos anos 1960, programa Pró-Várzea dos anos 1980, programa RS RURAL entre os anos 2000 e 2002, além de outros programas federais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o ZEEC-PNGC (Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro). Nos anos 1970, a lei dos incentivos fiscais para o reflorestamento incorpora um novo elemento na paisagem com a introdução do pinus e do eucalipto, como monocultivo de matéria prima. Este plantio para exportação se vê reforçado por novas políticas nos anos 1990. As políticas são acompanhadas por créditos bancários e subsídios, alguns já desde a década de 1930, como a Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial do Banco do Brasil-CRAI. Este tipo de política e financiamento, de forma geral, vem favorecendo o grande proprietário rural, esquecendo as comunidades tradicionais que também habitam a área.

No município de Mostardas, o arroz ocupa uma extensão de 34.000 hectares. Já em

Tavares, a extensão é menor, devido a ter a maioria de sua área ocupada pelo Parque Nacional da Lagoa do Peixe. De forma geral, a cebola relaciona-se à pequena propriedade da agricultura familiar e o arroz à grande propriedade que, anteriormente a este monocultivo, dedicava-se ao gado, produzindo couro e depois charque. A monocultura foi introduzida nos anos 30, entrando por Palmares e Cavalhada. O arroz cultivado é do Tipo 1, considerado de alta qualidade devido às condições climáticas específicas. O arroz é irrigado com água da lagoa principalmente, às vezes complementada com água de poços artesianos. A média de produção por produtor é de cerca de 6.100 kg/he. Os municípios da região situam-se na categoria agrícola 1 (zona agrícola de uso intensivo), segundo macrozoneamento ambiental Chomenko, *apud* IRGA, 2006.

O IRGA, Instituto Riograndense do Arroz, tem sede no município de Mostardas, apoiando iniciativas como as variedades IRGA 423 e IRGA 424, que são resistentes a brusone (*Pyricularia grisea*) e toxicidade por ferro. Outra iniciativa é a ferramenta IRGA 422 CL, utilizada para controle do arroz vermelho, principal planta daninha da lavoura, segundo a revista “Caminhos do Litoral”. É curioso que o que aqui é chamado de praga, seja o também conhecido Arroz quilombola (*Oryza glaberrima*), uma variedade que chegou à região pela intermediação de um agrônomo ligado à UFRGS, Sebastião Pinheiro. O Arroz Quilombola foi protagonista de um projeto de produção incentivado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mostardas e a ONG Guayí, em 2008⁸.

Existem cerca de 400 pessoas que plantam arroz nos municípios, dando trabalho temporário para centenas de famílias. O arroz é escoado como matéria prima representando 80% da produção primária da região. O produto é levado aos centros transformadores em Goiás e Mato Grosso, onde é descascado, polido, e inclusive misturado com outros grãos de pior qualidade. Ao não existir a indústria desta cadeia produtiva na região, os municípios perdem recursos e empregos, segundo o Sindicato Rural de Mostardas.

A cultura de arroz é dominante, não existindo rotação de cultivos na região. Recentemente surgiu a soja para fazer essa rotação de cultura. Devemos entender que a soja, como o arroz, não se encaixa em um sistema de manejo agrícola que inclua a rotação de culturas para o descanso do solo. Ambos os cultivos são intensivos, com uso de agrotóxicos muito elevado, comprometendo a qualidade do solo e da água, sem dar tempo para a recuperação energética e de nutrientes.

Com a entrada da soja como uma alternativa comercial, a ideia é que o arroz seja

⁸ Relatarei esta experiência quando falar da territorialidade quilombola nesta dissertação.

vendido aos poucos, estabilizando assim os preços. A soja regulariza a oferta do arroz no mercado interno, o qual é empurrado para a venda no segundo semestre do ano. Com os preços estabilizados, a exportação do arroz é uma alternativa que amplia mercados⁹.

O Brasil atualmente pauta-se por uma definição de território associado a grandes projetos de investimento. Segundo Vainer e Araújo (1992), estes projetos caracterizam-se pela reprodução de condições gerais de acumulação e de ordenamento do território, consolidando um processo de apropriação de recursos naturais e humanos. Estes recursos vão ser canalizados para a exportação até as regiões demandantes, ou seja, centros consumidores localizados no próprio país ou fora dele. Historicamente, o Brasil tem sido um centro de exportação de produtos primários agro-mineiro-energéticos como cana de açúcar, pau-brasil, ouro, borracha, café, etc. (RUPPENTHAL, 2009). Atualmente, o arroz, o pinus e, sobretudo, a soja respondem a este modelo exportador. A região de estudo cultiva as três culturas, todas sob o domínio do modelo da grande propriedade e do sistema de produção mercantil.

Na perspectiva da segurança alimentar, os Municípios poderiam ser autossuficientes, pois a terra é fértil e com potencialidade de diversificar as culturas, mas a maioria de produtos que se consomem e vendem nos mercados locais, excetuando-se a feira ecológica, não são da região, vem da CEASA.

Os municípios destacam-se também pela criação de ovinos, sendo amplamente reconhecidos pela sua qualidade, devido às condições climáticas específicas, à salinidade da terra, que dá à carne de ovelha um gosto único. Além da ovelha, a península destina mais de 6.000 hectares à produção pecuária bovina. As atividades pecuárias estão normalmente associadas ao cultivo do arroz, sendo praticadas ambas na mesma propriedade.

A criação de ovelhas é histórica, já descrita no livro *“Viagens pelo Rio Grande do Sul”*, de Saint Hilaire, em 1820. Decorrentes desta cultura, encontramos o produto artesanal típico da região, o cobertor mostardense. Com a lã de ovelha, tecida pelas mulheres, são elaborados ponchos, casacos, cobertores, tapetes e uma variedade de roupas. Atualmente, o cobertor mostardense é elaborado por 10 mulheres do município, além das mulheres quilombolas da Comunidade dos Teixeiras, que se reúnem toda quinta à tarde para tecerem juntas.

A principal riqueza do lugar é a criação de carneiros. Cada estancieiro possui um rebanho constituído, muitas vezes, de vários milhares de carneiros, e com a lã

⁹ Estes argumentos são proporcionados pela revista elaborada pelo IRGA, “Lavoura arroteira”, do primeiro trimestre de 2014.

produzida as mulheres fabricam no tear ponchos muito grosseiros que se vendem a 6 patacas, enviando- os a Porto Alegre, Rio Grande e outros lugares da Capitania. Esses ponchos são brancos com listras pardas ou pretas, e usados exclusivamente pelos negros e índios. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 55).

A origem deste artesanato é polêmica, alguns relacionam a arte com a cultura açoriana que identifica a região, e outros o fazem com a cultura de raiz africana, que começou a tecer com farrapos de tecidos fabricando os cobertores e ponchos, para posteriormente trabalhar com a lã. Neste trecho de St. Hilaire, visualiza-se como o produto era algo importante para a socioeconomia da região ao mesmo tempo em que os ponchos ainda eram apenas vestidos por negros e índios. Um produto importante que ao mesmo tempo é usado por aqueles que se mantêm oprimidos nas relações de poder. Isso pode estar relacionado a esta polêmica.

Relacionado à criação da ovelha, era celebrado durante mais de 10 anos o Festival OVEART, no final do ano, onde se mostrava uma feira de produtos e de venda de cordeiros que supunha uma importante renda para os municípios.

O pinus entra na região nos anos 60 através de incentivo fiscal do governo, adaptando-se eficientemente às expectativas e às condições climáticas e de solo da região. A forte ação dos ventos, característica deste local, tem contribuído para a dispersão da espécie. O pinus é uma espécie florestal com maior área cultivada no Rio Grande do Sul, sendo ressaltado como importante para o aumento do produto interno bruto do estado (PIB). É responsável por uma ampla cadeia produtiva que abrange móveis, celulose, serraria, diferentes tipos de chapas de madeira e resinas das quais se extrai breu para a produção de solventes, tintas, óleos, fármacos, aditivos alimentares, entre outros. (ROSSATO, 2009).

Hoje a espécie é considerada invasora pelo Ministério do Meio Ambiente. O pinus *ocupou* o território do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, e é considerado uma forma de contaminação biológica extremamente alta, segundo Relatório da Procuradoria Geral da República¹⁰. Contudo, existe atualmente uma acalorada polêmica sobre seu uso para formar barreiras para conter o avanço das dunas sobre os corpos de água, em contraposição com o alto consumo hídrico dessa cultura. A discussão conformada no campo ambiental tem sua réplica no campo social, com argumentos a favor da cultura devido à geração de emprego e importância econômica, frente às denúncias de trabalho escravo associado.

2.4 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado em várias etapas, com o uso combinado de várias

¹⁰ Relatório da Procuradoria-Geral da República, constante da Informação Técnica nº 240/2005/4ºCCR, in capítulo 9 “Silvicultura no Litoral Médio e Sul do Rio Grande do Sul, Projeto Planície Costeira, 2009.

metodologias pautado por uma abordagem sistêmica. A escolha por uma abordagem sistêmica relaciona-se à constatação de que uma metodologia analítica com um recorte disciplinarmente delimitado, mostra-se insuficiente para explicar a realidade complexa e porque o território e as inter-relações se apresentam como realidades variáveis no tempo e no espaço, sendo necessário considerar-se os múltiplos elementos que constituem as diferentes territorialidades de um sistema complexo. Uma metodologia sistêmica implica poder relacionar uma leitura do micro a uma visão do macro, além de ter agilidade para interconectar esses elementos entre si e com uma amplitude de elementos externos.

Para cumprir as exigências de uma abordagem sistêmica me sirvo do uso de várias disciplinas: história, sociologia, antropologia, política, economia, agronomia, biologia e geografia. Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se adotar um conjunto de metodologias atreladas a estas diferentes disciplinas.

Para a descrição do contexto da área de estudo, acionou-se a proposta de descrição dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010), construído como o conjunto de todas as inter-relações que se processam neste espaço ao longo do tempo: o ecossistema cultivado, o meio de produção, o sistema social e econômico, as políticas públicas, a diversidade sociocultural, a história do local, além de destacar algumas trocas que se dão internamente e com outros elementos externos, próximos ou afastados.

A etnografia e a pesquisa participante são as duas ferramentas que permitiram a coleta dos dados em campo. A etnografia propiciou uma interpretação sobre os significados do território e das interações com o ambiente; a partir das narrativas, foi possível apreender os pontos de vista dos interlocutores envolvidos, destacando o caráter processual da pesquisa. A etnografia parte da observação e descrição, a identificação e a caracterização dos eventos e tempos importantes, permitindo a participação simultânea nesses eventos e na convivência com os grupos e pessoas.

A pesquisa participante com origem em Kurt Lewin, 1951 - mas que remete às propostas da pesquisa estando em campo de Malinowski - traz a indivisibilidade entre objeto e sujeito, denunciando a não neutralidade da ciência e a necessidade de participação da sociedade assim como a inserção do pesquisador no grupo. A pesquisa participante, na sua crítica à ciência tradicional, vai justificar a si própria como alternativa. O pesquisador não é neutro, por isso tem que estar numa permanente reflexão crítica sobre as implicações teóricas e metodológicas de sua intervenção e do processo. A motivação deste tipo de metodologias centra-se na necessidade de privilegiar o grupo na perspectiva da intervenção social. Existem diferentes níveis de implicação entre o pesquisador e os grupos, o psicoafetivo, o histórico-

cultural e o estrutural-profissional. (BARBIER, 1985).

Levantam-se questões sobre o conhecimento e a sua forma de geração, sendo que a interação do pesquisador se dá de uma forma coparticipante, o que de certa forma defende um processo de educação coletiva, na linha de pensadores como Paulo Freire (1970). O conhecimento científico e o tradicional se fusionam no processo de interação social e nas interpretações dos indivíduos, incluída a pesquisadora.

A ciência pode ser dividida em dois aspectos, um do processo de conhecimento e outro do uso do mesmo, ambos, processo e usos, pode ser apropriados por grupos dominantes segundo seus interesses.

Mas o conhecimento não é mais usado a serviço dos propósitos práticos: a ciência tornou-se um valor em si mesma. Ela escolhe seus objetos por si mesma, modela-os com base em suas necessidades internas, e nada questiona para além de sua própria realização. (SIMMEL, 2006, p.61).

Concordando com Simmel e tendo como objetivo apontar as relações de poder que conformam as sociedades, destaco o papel da intencionalidade como força moldadora desses interesses e apropriações do processo de aprendizado coletivo. O conhecimento como ideal da coletividade deve atuar em prol de minimizar as desigualdades sociais. E o conhecimento encontra espaço além das fronteiras da ciência, dos interesses pessoais e da multiplicidade de interpretação. Por isso é objetivo desta pesquisa mostrar os saberes das populações tradicionais co-formantes do conhecimento junto com as interpretações da pesquisadora. A intencionalidade (FERNANDES, 2008) de qualquer pesquisa corrobora a não neutralidade da ciência e abre possibilidades para a mudança social, outorgando maior valor às relações que aos atores.

O presente trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu de um levantamento documental sobre a região de estudo, visando, a partir dos documentos disponíveis, levantar os atores sociais presentes neste universo social, principalmente com relação a um ordenamento dos usos do espaço. Este levantamento buscou reportagens de jornais, consultas aos sítios virtuais na internet, planos de manejo, relatórios sobre a região. Deste primeiro levantamento resultou um quadro com os diferentes atores sociais, com uma breve descrição destas organizações.

Quadro 1 - Quadro das agências e atores presentes no Litoral Meio

Público	Privado	Organização civil
Estado Federal e Estadual	Costa Cardoso	Assoc. de Arrozeiros Mostardas
Município de Mostardas	Serviços LTDA	Sindicato Rural Mostardas e Tavares (SEM e SRT)
SEMA/ FEPAM	Agro Industrial Sul Pinus	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Mostardas

ICMBio-PNLP	Fazenda Bela Vista	Ageflor
IRGA	Aproarroz	Curicaca
IBAMA	Rota Açoriana	Mater Natura
EMATER/RS	EMBRAPA	NEMA
	FARSUL	Comunidades Quilombolas
	SEBRAE	Pescadores Artesanais
		Agricultores Familiares
		Conselho Consultivo do PNLP
		Comitê Bacia Litoral Médio
		Consulta Participativa para elaboração do Plano
		Consórcio de comércio dos municípios

Fonte: a autora (2015)

A partir deste mapeamento inicial e de sua análise, foram identificados os principais interlocutores para esta pesquisa, as arenas que representassem situações de interação entre esses diferentes atores sociais, bem como a estratégia da pesquisa em campo.

Em fevereiro de 2014 me instalei na cidade de Mostardas para poder realizar a pesquisa do presente trabalho. Desta maneira, através do convívio com diferentes famílias, os encontros casuais nas ruas da cidade, os almoços compartilhados, as visitas nas respectivas casas, as horas compartilhando chimarrão. Todo um quadro de vivência do cotidiano foi misturado com as reuniões oficiais dos fóruns, conselhos, entrevistas com diferentes representantes e instituições. A minha posição como pesquisadora tem se visto matizada pela experiência do cotidiano e pela criação de laços de amizade, da mesma maneira que o objeto de pesquisa e as intencionalidades são interpretadas e questionadas pelos interlocutores, princípio de construção de conhecimento do método etnográfico.

Foram privilegiadas duas formas de encontro diferenciadas: i) uma mais formal enquadrada num contexto de reunião ou evento, feiras, Fóruns, entrevistas com representantes de sindicatos, instituições, encontros marcados com as famílias das comunidades tradicionais; ii) outra mais espontânea e casual, enquadrada num contexto de rotina do cotidiano e de lazer, compartilhando momentos como as festas, almoços ou conversações desinteressadas. Os encontros na forma de reuniões e eventos proporcionaram muitos dos contatos para posteriores entrevistas e vivências com o pessoal local. Destacando a Feira ecológica de sexta-feira, onde conheci muitos dos agricultores familiares e quilombolas, a Feira do Peixe que ampliou meus conhecimentos sobre toda a diversidade de pescadores artesanais, e a Feira do Terneiro que me apresentou aos grandes fazendeiros. As reuniões de conselhos foram a abertura para acessar as instituições. Ao mesmo tempo em que os encontros me proporcionavam essa amplitude dos círculos de relação, são momentos nos que podia observar como se dão essas relações *in situ*, parte importante dos objetivos de esta dissertação.

Nessas relações de interação o papel da academia tem sido questionado por uma diversidade de atores, todos versando sobre o pouco retorno das pesquisas ligadas à Universidade. Mas ao mesmo tempo o papel desta é valorizado e demandado, tanto pelas famílias de populações tradicionais, como pelos fazendeiros como também pelos espaços de diálogo e construção como, por exemplo, o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Outro fator que influencia nas interações são as expectativas e interpretações que os interlocutores estabelecem. De minha parte como pesquisadora todas as informações escolhidas nesta dissertação passam pelo prisma de interpretação pessoal, guiada pelas expectativas de alcançar uns objetivos também próprios. Do outro lado, cada um dos atores implicados tem uma interpretação desses meus objetivos e uma expectativa. Apesar de todos concordarem que a universidade precisa propiciar um maior retorno às comunidades locais, ou que há necessidade de maior colaboração nas pesquisas e projetos institucionais, têm sido várias as diferenças no que diz respeito à interpretação que os interlocutores têm sobre o objetivo da pesquisa. Por exemplo, quando colocava que meu objetivo era mapear os conflitos socioambientais da região a primeira reação era de fechamento e estranheza, devido à conotação negativa que a palavra conflito traz. Optei desta forma por não enfatizar que estava realizando um estudo sobre as relações e o funcionamento do Conselho Consultivo na região. Acompanhada de uma apresentação do PGDR (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural), ao dizer que estudava Desenvolvimento Rural, um novo leque de interpretações e possibilidades se abria, pois o que cada ator entende por desenvolvimento está relacionado aos seus interesses e modos de vida e manejo da terra/água. Mas as reações desta vez eram de abertura e curiosidade, pois a palavra desenvolvimento carrega um significado positivo e desejado (DeVRIES, 2007).

Esta experiência influenciou a própria pesquisa de tal maneira que um dos objetivos de estudo, o mapeamento dos conflitos, ficou em um segundo lugar e aparece apenas como um componente a mais nas descrições e não um objeto de pesquisa. O foco foi mudado as inter-relações entre todos os atores, sem que o conflito seja protagonista, e esta mudança foi uma intervenção do próprio campo, o qual não permitia o diálogo através do foco do conflito, por muito que este seja de meu interesse pessoal.

A parte da pesquisa participativa mais destacada é o papel exercido dentro do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Ajudando na construção do mesmo, através da participação, tanto nas reuniões ordinárias como nas discussões do Grupo de Trabalho, que foi formado com o objetivo de reestruturar a composição do dito Conselho. Resultado dessa participação foi conseguir incluir uma cadeira dentro do Conselho para as

Comunidades Quilombolas de ambos os municípios.

As entrevistas realizadas nos diferentes contextos eram de uma estrutura semiaberta buscando sempre a liberdade de expressão no entrevistado. O registro foi sempre através do caderno de campo, não querendo usar gravador para evitar pressões e constrangimentos que anulariam essa liberdade. Nas entrevistas existia um roteiro que direcionava ao entrevistador no sentido de alcançar as informações desejadas, mas sempre seguindo o fluir da narrativa de cada um e a flexibilidade na ordem e tempos de resposta. O resultado foi um extenso diário de campo no qual estão registradas as falas e sentimentos dos interlocutores, assim como minhas sensações no momento, reforçando o caráter recíproco dos encontros. Também incluem-se neste diário os registros posteriores, questionamentos e análises após o encontro. (ROCHA; ECKERT, 2008). Sendo um material no que confluem os diferentes tempos do processo de pesquisa etnográfica: escrita fluida do instante registrado e reflexões analíticas da avaliação posterior.

Apresento a seguir um quadro que descreve brevemente as pessoas entrevistadas com as quais trabalhei as territorialidades escolhidas. A categoria *outros* refere-se às pessoas que contribuíram com depoimentos e momentos compartilhados, não necessariamente através da entrevista, e as quais não se encaixam dentro das diferentes categorias de territorialidade descritas.

Quadro 2- Descrição dos entrevistados

CATEGORIA	NÚMERO	PESSOAS
Pescador Artesanal	9	Rosa, Maneca, Jaime, Lena, Jair, Claudinho, João, Claudine, Alemão
Agricultor Familiar	6	Tadeu, João, Rosa, Adão, Maria, Silvio
Quilombolas	7	Janette, Enio, Neusa, Marcinho, Jose, Albair, Silda, Jorge.
Fazendeiro	5	Paulo, Janio, Marne, Adaulto, Marcio
Estado	4	Eduardo, Hellen, Lissandro, Silvia
Outros	8	Luiza, Marisa, Marlene, Monica, Matias, Pereira, Gustavo, Claudio

Fonte: a autora

Também foram feitos registros fotográficos de reuniões e encontros, como ferramenta de análise da paisagem. A localização e contextualização da região de estudo passa pelo uso de mapas assim como desenhos e fotografias da paisagem e das mudanças visíveis na conformação de território. Ao mesmo tempo as territorialidades podem ser descritas visualmente através do uso de imagens fotográficas que mostram a paisagem característica que conforma cada modo de ser e o sistema de manejo da terra/água.

Para completar o estudo usaram-se fontes bibliográficas diversas como artigos, livros

e internet, passando por uma análise dos blogs e sítios das diferentes instituições e associações. Os mapas foram elaborados com o programa informático Google Earth. Os gráficos teóricos e mapas relacionais são produção própria, valendo-se do programa Power Point ou do desenho livre com lápis e papel. Conversas com professores e colegas de estudos têm conformado e contribuído ao roteiro da pesquisa, sempre realizando uma triangulação das diferentes informações procurando a precisão e a consistência dos dados.

A escrita desenvolveu-se como uma escrita de fluxo, na qual o texto surgia a partir da mistura de lembranças e análises dos dados, num decorrer de ideias, pensamentos e sentimentos que a vivência em campo proporcionou. Segundo Deleuze e Guattari (1995, p.34), *“há um agenciamento coletivo de enunciação, um agenciamento maquínico de desejo, um no outro, e ligados num prodigioso fora que faz multiplicidade de toda forma. [...] Eis modelos de escrita nômade e rizomática.”* Não existe um enunciado individual. Leituras da bibliografia, os autores mais inspiradores e as ideias adotadas no processo de aprendizado e formação, aparecem no texto com facilidade e desprendimento, tendo que ser feitas re-leituras e re-elaborações em momentos posteriores para poder referenciar.

2.5 TERRITÓRIO, UM CONCEITO COMPLEXO

O conceito território tem sido associado a diferentes concepções e abordagens ao longo da história. Várias perspectivas perpassam o território, desde a política, a econômica, a simbólico-cultural, a biológica, até as mais recentes como a da sustentabilidade e do desenvolvimento. Em sua análise são destacadas diversas temáticas, como, por exemplo, as relações de poder, o controle, a gestão administrativa, os recursos naturais, o espaço geográfico, as relações sociais, a temporalidade. É um conceito amplo e dinâmico. Seu significado tem variado ao longo dos tempos, adaptando-se às características de cada contexto socio-histórico.

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade- continuidade-descontinuidade, num único movimento); o novo contém, pois, o velho e este, aquele. (SAQUET,2010).

Na Ciência o território surge como uma matéria própria da geografia, mas a partir da segunda metade do século XX toma uma maior relevância, pois passa a estar relacionado com

um interesse político¹¹, que faz com que outras disciplinas se interessem pelo conceito. A economia, os estudos de política e relações internacionais, a sociologia, a antropologia, a própria biologia passam a usar o termo (FERNANDES, 2008). As diversas disciplinas usam o conceito território, e este é construído segundo a intencionalidade do pesquisador e da instituição onde trabalha. Existem diferentes tendências influenciadas pela experiência histórica do sujeito. “[...] a definição de sua significação [território] é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida.” (FERNANDES, 2008).

Diferentes abordagens teórico-metodológicas tratam o território. Posturas positivistas que consideram o território um molar estrutural, espaço de gestão e controle. A abordagem do materialismo histórico, amplo e de grandes contribuições para o conceito, inclui a contextualização histórica, o Estado e o controle dos recursos. Também é importante a perspectiva humanística, outorgando uma importância maior aos símbolos culturais, às significações da experiência e ao espaço vivido. Posteriormente a abordagem estrutural-construtivista vai trabalhar amplamente o campo das relações na conformação do território. Por último, abordagens multidisciplinares buscam se aproximar às necessidades epistemológicas do momento atual de crise de paradigmas e complexificação das sociedades modernas; da multidisciplinaridade que descreve as inter-relações e interdependências, o uso de uma visão holística e o diálogo entre as diversas disciplinas da ciência entre si, e com as outras formas de conhecimento.

Além da adaptabilidade do conceito ao longo dos tempos, e as múltiplas perspectivas para abordá-lo, o território possui uma faceta multidimensional e multiescalar. Estas características – adaptabilidade, multidimensionalidade e multiescalaridade – são relacionais e processuais, simultaneamente, em unidade e movimento constante. (SAQUET, 2010). Para estudar território devemos aprofundar as diferentes dimensões do social, como são a economia, a política e a cultura. Também aprofundar os aspectos filosóficos inerentes a cada uma destas disciplinas.

É Maquiavel, em 1513, o autor a escrever sobre território, relacionando-o ao controle e domínio sobre uma área ou espaço. Maquiavel escreve um tratado sobre como realizar essa dominação de uma determinada área, não existe, portanto, horizonte alheio ao do controle do espaço, sendo este o espaço geográfico, os recursos naturais que ali se encontram e as

¹¹ A era desenvolvimentista traz consigo vários planos, agendas, programas, políticas públicas, a nível nacional e internacional, que colocam o conceito território como ferramenta em favor dos discursos políticos que manejam o jogo de interesses e das relações de poder dos atores proponentes. Ou seja, órgãos de governo, ministérios, agências multilaterais, bancos de crédito.

peças e populações que ali habitam. A hierarquia é institucionalizada, um alguém domina uma área qualquer, e para isso pode, ou seja, é legítimo se valer de diferentes estratégias, entre elas exercer o controle, aplicar a violência, a punição, a mentira, o discurso para se autolegitimar, etc. (MAQUIAVEL, 2010). O território é uma área que precisa ser administrada, assim que precisamos de diferentes estratégias ou ferramentas para poder administrá-la. A jurisprudência está sendo discutida já no século XV no albor da constituição do Estado.

O Estado, como entidade institucional territorializada constitutiva do mundo moderno-colonial, nasce como instrumento de controle da multidão, outorgando poder absoluto e legítimo ao Príncipe. Assim a Razão de Estado se coloca acima de tudo e como direito universal, sem poder ser discutida sua supremacia ou os mecanismos pelos quais se legitima. (GONÇALVES, 2008). O espaço geográfico fica reduzido ao controle por parte do Estado. O espaço, como o poder, não é questionado, pois se reduz a uma concepção numérica, a quantidade é o que importa. A estatística proporciona as condições para organizar o espaço nesse sentido, e dessa maneira, o Estado territorial moderno se afirma cientificamente (FOUCAULT, 2008).

Desde Maquiavel o conceito num nível teórico ficou concentrado na conformação do Estado e na expansão colonial. Mas esses dois eventos são marcantes para a posterior conformação do mundo ocidental e da produção de conhecimento, sobretudo, científico.

É no século XVIII, com o advento do Romantismo, que se associa ao conceito um novo significado: os elementos da natureza. O geógrafo mais popular que trabalha com esta abordagem naturalista é F. Ratzel (1844-1904). Mas a natureza é considerada por este como alheia, externa ao homem. Nesse sentido continua na mesma ótica de dominação, controle, exploração e expansão (militar, econômica e cultural) sobre um determinado espaço. A natureza é descrita como divisões da superfície terrestre, e cabe ao geógrafo estudá-la. Os territórios são entendidos como as áreas do domínio de um animal, o qual permanece neles por instinto, para sua proteção e reprodução. E, portanto, controla-os, defende-os. A natureza exterior ao homem constitui, para este autor, um espaço que vai influenciar a organização social de cada povo em relação com esses elementos naturais. Portanto, a administração desse espaço se torna fundamental, e a melhor maneira de administrá-lo é na constituição do Estado.

Pode-se, portanto, aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização

traz consigo o fortalecimento de ma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que recebe. [...] A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejava sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado. (RATZEL¹²,1990 *apud* SAQUET, 2010,p.31).

Geógrafos clássicos, como Élisée Reclus (1830-1905) ou Piotr Kropotkin (1842-1921), fazem uma descrição do território com elementos do Romantismo de sua época trazendo uma visão de integração entre o homem e a natureza, colocando em debate outras questões, descrevendo outras relações, e que vêm sendo subestimadas pela narrativa histórica dominante.

É indispensável, sem dúvida, estudar a parte e de forma detalhada a ação especial de cada elemento do meio, frio ou calor, montanha ou planície, estepe ou floresta, rio ou mar, sobre tal povo determinado; mas é por puro esforço de abstração que se tenta apresentar em separado esse fato particular do meio e que se procura isolá-lo de todos os demais a fim de estudar sua influencia essencial. Mesmo onde essa influência se manifesta de forma absolutamente preponderante nos destinos materiais e morais de uma sociedade humana, ela não deixa de se mesclar a uma série de outros estímulos, concomitantes ou contrários em seus efeitos. Sendo o meio infinitamente complexo, em consequência o homem é solicitado por milhares de forças diversas, que se movem em todos os sentidos, unindo-se umas as outras, algumas diretamente, outras segundo ângulos mais ou menos oblíquos, ou opondo-se umas à ação das outras. (RECLUS, 1905, p.56).

Nos anos 60, autores, como Dematties (1964), buscam associar ao conceito território fatores subjetivos, portanto, com a superação das conceituações político-administrativas e naturalizantes. A identidade, a convivência em comunidade, as relações sociais, afetivas, produtivas, o aprofundamento dos significados da relação homem-natureza, a tradição e as redes de comunicação e circulação de informações e materiais, entram nas discussões. Passa-se, portanto, a enfatizar a dimensão imaterial do território, pois “*há um movimento do pensamento inerente ao real, num processo da unidade matéria-ideia: pensar, ser e viver estão em unidade e movimento constantes*”. (SAQUET, 2010, p.42).

Essas abordagens ampliam o conceito de território que será considerado como produção de espaço, através das inter-relações. O espaço produzido é dinâmico, é transformado. Os fatores espaço-temporais e suas influências nas conformações variadas e múltiplas são também pensados. Assim o conceito converte-se em algo carregado de dinamismo e movimento, onde a transformação abre um mundo de possibilidades, de conformações baseadas num território como espaço social produzido e de reprodução. A diversidade e as diferenças começam a ser levadas em conta, elas existem. Um território plural construído a partir das relações com múltiplas variáveis. A estratificação em camadas

¹² RATZEL, F. “Geografia do homem”. In: MORAIS, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática. 1990. p. 32-107.

ou níveis de inter-relação passa a ser um método de análise. Assim podemos considerar níveis horizontais e verticais que estão atuando sobre e com o território. “A realidade geográfica do território, é entendida como rede de relações entre todos os fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico de humanização do ambiente natural.” (DEMATTIES, 1964¹³ *apud* SAQUET, 2010, p.50).

Apesar de que elementos culturais, societários, econômicos, políticos e naturais estarem sendo considerados além das dinâmicas espaço-temporais, a natureza é considerada de novo como uma externalidade a qual é transformada por ação do homem, a “humanização do ambiente natural”. A desumanização do ambiente natural ou a naturalização do ambiente humano não são consideradas.

Nos anos 70, os trabalhos de Lefebvre descrevem o território como produção do espaço, no sentido marxista de reprodução das relações de produção, mas que permite a existência de contradições e conflitos, que são também conformantes de território. Mas é nesta época que os trabalhos de Felix Guattari e Gilles Deleuze vão trazer movimento ao conceito território¹⁴. Num trabalho filosófico, e não a partir da geografia, os autores trabalham com o conceito território enchendo ele de fluxo e dinâmicas. Além disso, seu trabalho como acadêmico mescla-se à militância política¹⁵. As suas contribuições ao conceito de território através do movimento de desterritorialização e territorialização são usadas incorporadas à geografia¹⁶.

Na perspectiva de Guattari e Deleuze, a desterritorialização-territorialização¹⁷ são características intrínsecas ao modelo capitalista, assim como consequências deste. O atual modelo de produção industrial capitalista agressiva e totalitarizante gera uma catástrofe política, econômica e social. O capitalismo interfere na produção e no investimento social de desejo. Assim ocorre o que é chamado de mentalização da produção. Sentimentos, necessidades, afetos são criados sobre, por e para os indivíduos pela máquina capitalista. Ao mesmo tempo o desejo atua como uma força de agenciamento, inspirada no processo

¹³ (DEMATTEIS, Giuseppe. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale. Congresso geografico italiano, Como, 1964, n. 19, v. III, p.239-253, 1964.)

¹⁴ Na obra dos autores os conceitos estão sempre se referindo a outros conceitos, resultando difícil o trabalho e compreensão dos mesmos. É o pensamento propriamente rizomático, a multiplicidade; que outorga essa fluidez e movimento ao pensamento. “*Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar nela mesma e se metamorfosear.*”(DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.32).

¹⁵ O que em muitas ocasiões tem sido um fator rejeição às suas propostas, pois posições políticas demarcadas e radicais são normalmente rejeitadas pelo mundo acadêmico.

¹⁶ No Brasil, divulgadas nas propostas de autores como Marcos Saquet ou Rogerio Haesbaert.

¹⁷ Territorialização e desterritorialização são processos concomitantes, fundamentais para compreenderas práticas humanas, tentando explicar o movimento de construção e desconstrução do território, como são seus componentes, suas intensidades, seus agenciamentos. “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari” (HAESBAERT; BRUCE, 2015).

capitalista de subjetivação. Existe, portanto, uma interdependência dos fluxos financeiros e dos fluxos psíquicos. Algumas das contradições encontradas em campo refletem estas interdependências, como por exemplo, uma liderança da bancada ruralista local que é o impulsionador da agricultura ecológica na região, ou os projetos de investimento em energia eólica em uma região demarcada por uma Unidade de Conservação centrada na proteção de aves migratórias.

Nas palavras de Bifo (2013, p. 42), “[...] una descripción adecuada de las psicopatias de la mente social en una situación de sobrecarga informativa, de stress competitivo.” Este autor, amigo e estudioso de Feliz Guattari, realiza uma cartografia do pensamento do filósofo, com o objetivo de revalorizar os aportes teóricos radicais dentro da academia. A interligação entre movimentos de capital e subjetividades humanas é tão forte que deve ser descrita como uma relação patógena, uma doença que causas psicopatias sociais em um nível planetário.

O funcionamento rizomático¹⁸ do pensamento proposto por Guattari-Deleuze é uma proposta interpretativa de resistência política, ética e estética ao modelo capitalista dominante. O importante é o encontro dentro da multiplicidade. A intensidade do encontro outorga-lhe o sentido. As situações são as possibilidades. E a singularidade é a porta de entrada para a aceitação e valorização das diferenças. Encontra-se aqui um movimento que pode explicar o mundo moderno, e que pode ser aplicado ao território. O pensamento rizomático baseia-se na multiplicidade, conceito que tinha sido trabalhado na década anterior por Dematties (1964). O crescimento do rizoma é múltiplo, várias são as possibilidades de expansão, os sentidos de orientação. A proliferação rizomática de singularidades. As linhas são atravessadas por outras linhas. Assim se mesclam, se perdem os desenhos, as estruturas, se confundem. Os entrecruzamentos formam retículas com múltiplos pontos de conexão e múltiplas possibilidades de se conectar. A multiplicidade implica criação e destruição contidas na mesma possibilidade. Alianças podem se fazer e se desfazer. Desterritorialização e territorialização.

Múltiplas territorialidades encontram-se e interagem no mesmo espaço: agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, fazendeiros e Estado. Conflitando e cooperando segundo fluxos, condições e intencionalidades. Os encontros nos espaços de diálogo como o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa de Peixe,

¹⁸ O rizoma, a natureza da multiplicidade. Cada elemento não para de variar e modificar sua distância em relação aos outros. Fugir dos dualismos. É uma metáfora do mundo. Baseado nos princípios de conexão, heterogeneidade, multiplicidade. (DELEUZE; GUATTARI, 1980).

configuram-se como possibilidades, de criação ou destruição, no sentido do pensamento rizomático.

Los investimentos paranoicos de deseo se determinan en el cruce entre un proceso de desterritorialización (por ejemplo los efectos de la globalización capitalista sobre las cultural locales) y un movimiento de reterritorialización que se orienta a reconstruir marcas de identidad a través del establecimiento de límites, a través de la agresión y la individuación de lo diferente, a través de la criminalización de la alteridad. (BIFO, 2013, p.113).

A identidade é colocada aqui como um conceito de efeitos contraditórios. Prova disso é o fato de que existem muitos trabalhos de geografia atualmente no Brasil que ressaltam os processos identitários como uma forma de resistência ante a hegemonização cultural, assim como uma necessidade de resgate de diferentes cosmologias ligada a outros saberes e formas de conhecimento. Existe também uma exaltação identitária com fins segregativos e de eliminação das diferenças de caráter fascista, segundo Guattari e Deleuze, autores que vão dar o toque de atenção a este problema na compreensão da diferença.

O pensamento rizomático está relacionado com a arte, a estética e a comunicação. É neste sentido que se constrói uma teoria de pensamento cujos discursos e a interpretação são os criadores de realidades. As filosofias da verdade e do real perdem sua centralidade, o mundo é construído por discursos que são entendidos como verdades, e não importa qual é a ontologia de sua criação. Sua força prática é suficiente para legitimá-los. A imagem mais sedutora é a mais aceita, é o mais real. Ou nem se busca sua correspondência ou não no real, a imagem é aceita por alguns e isso é suficiente para se legitimar.

A arte e a estética trabalham a imagem. Pode-se dizer que dominam o campo da comunicação, dos discursos, e, portanto, das realidades. A criação de imagens mais aceitas tornará as realidades às quais se referem mais aceitas. O capitalismo é aceito como única realidade possível. Os atuais modelos de organização sociais são vendidos em imagens esteticamente atraentes que são aceitas em geral. Os signos, as interpretações são os criadores de realidades. Na análise do Conselho Consultivo (capítulo 4), mostra-se como os discursos e imagens atuam na criação de acordos ou desacordos na hora do debate sobre o manejo do território.

Contudo, a sobrecarga de informação traz o esvaziamento do sentido. Voltando a Deleuze e Guattari, a produção de desejo do mundo capitalista, entendida como uma esquizofrenia, atua nos indivíduos através da perda do sentido e, ao mesmo tempo, da perda do território, seja ele físico, histórico, cultural ou afetivo. Mas esta perda tem no movimento seu revés contrário, pois tudo o que é perda de sentido cria ao mesmo tempo um outro

sentido. É reinvenção, criação, revalorização. Do mesmo modo que a perda de território cria uma nova territorialização, novos significados. Tudo depende das possíveis interpretações, e isso é de uma riqueza e de um valor criativos que podem ser usados como arma contra o capitalismo hegemônico desterritorializante que, ao contrário, serve ao processo de acumulação ao produzir novos movimentos de subjetivação que capturem desejos humanos e, com isso, permitirem sua mercantilização dentro dos fluxos de capitais globais.

O pensamento rizomático permite a superposição e entrecruzamento dos planos discursivos, entendidos como planos imaginários, como planos perspectivas, como planos visões. Se o mundo já não existe senão como imagem, a imagem de um pensamento individual, os pensamentos constroem imaginações de mundos possíveis, criados mediante a imagem do pensamento. Em suma, em vez do esvaziamento do sentido produzido pelo relativismo absoluto, a estética e a arte tornam-se armas contra o totalitarismo e a totalização, abrindo com isso um mundo de possibilidades contestatórias e de resistência política.

Na década seguinte, o surgimento das teorias pós-coloniais¹⁹ vai nutrir amplamente as construções metodológicas para trabalhar a análises do discurso e as consequências de perda e esvaziamento que o capitalismo moderno tem produzido. Segundo Artur Escobar (2007), os discursos criam realidades.

Tudo isso aplicado ao território se traduz no esforço de criação de panoramas conceituais sobre os quais apoiar-se para projetar mundos que se cruzam como rizomas construídos a partir de planos discursivos superpostos e entrelaçados.

Nos anos 80, Raffestin escreve a famosa obra “Por uma geografia do Poder” (1980), a qual é muito utilizada pelos geógrafos brasileiros. Raffestin, influenciado por Foucault, propõe que a realidade material do território está construída nas relações sociais de poder. Distingue “Poder” iniciado com letra maiúscula, representado pelo Estado e suas instituições, e “poder” com minúscula que se dá em todas as outras formas de inter-relação social. Ambos os poderes e as relações constroem território. Para isso, o território é dividido em malhas, mas não regionalizadas. Ou seja, a criação de território não precisa ser necessariamente uma correspondência areal. Nas malhas formadas pelos atores, o Estado, as empresas, as instituições, as comunidades, os transportes, as comunicações... existem nós e redes de comunicação e informações. Mas a busca pelo domínio destas redes tem como objetivo

¹⁹ As teorias pós-coloniais surgem na década dos oitenta a partir da reflexão crítica sobre a modernidade e a ausência em esta definição por parte dos autores norte-americanos e europeus dos temas da colonialidade e os fracassos do desenvolvimento. Vai se criticar a hierarquização que existe na abordagem da relação sujeito-objeto, homem-natureza, nós-outro, homem-mulher, usando conceitos como representação e poder, discurso e sujeição, hibridismo, subalternidade; a partir de autores como Foucault, Dussel, Quijano, Mignolo, Spivak, Ferguson, Rist, Escobar, etc.

assegurar o controle sobre o território. O sistema territorial criado por Raffestin compõe-se de uma tessitura de malhas, redes, nós, pontos que são interdependentes e inter-relacionados entre si e que se constroem baseados nas relações de poder. Esta malha está, portanto, organizada hierarquicamente, sendo que a articulação entre seus elementos (os nós, pontos, comunidades, indivíduos...) resulta na prática de ações de controle, de distribuição, de posse sobre o território. O conceito de rede é fundamental, “[...] *a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder*” (RAFFESTIN, 1993, p.204).

Raffestin reconhece também a parte imaterial do território, da superposição entre territórios, da importância das experiências vividas na construção relacional (interna e para fora) do território. Por conta deste enfoque no movimento e não num determinado estado ou condição, o autor vai falar sobre territorialidades mais que de território: “*a territorialidade relacional e dinâmica, variando no tempo e no espaço, com um caráter (i)material ligado aos três mundos: do real, das sensações e da representação.*” (RAFFESTIN, 1976 a 1978²⁰ apud SAQUET, 2010, p.76).

O processo D-T-R (de desterritorialização-territorialização-reterritorialização) relaciona- o aos fatores econômicos principalmente, considerando que o mercado é já um emissor de signos e códigos, e a influencia de fatores culturais.

[...] a territorialização implica [...] um conjunto codificado de relações [...], a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras [...]. A reterritorialização [...] pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (RAFFESTIN, 1984²¹, p.78 apud SAQUET, p.78).

O processo de D-T-R gera um espaço temporalizado, produzido pelas informações que circulam, comunicam e se perdem ou são incorporadas de diferentes formas. Encontra-se aqui o signo (as informações) e o tempo (o movimento processual). Mas no conceito, apesar de incluir o movimento e elementos da subjetividade, confere limites, forma e estrutura ao território. Por isso as redes criadas segundo esta teoria não incluem as diferentes possibilidades criativas que o pensamento rizomático permite.

A partir dos anos 1990, há uma expansão de abordagens do conceito território,

²⁰ (RAFFESTIN, Claude. Problématique et explication en géographie humaine, **Geopoint**, Universités de Genève et Lausanne, Avignon: Groupe Dupont, 1976. p.81-96.

RAFFESTIN, Claude. Les construits en géographie humaine: notions et concepts, **Geopoint**, Avignon: Groupe Dupont, 1978. p. 55-73.)

²¹ (RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984. p.69-82.).

valorizando elementos como a identidade e o local. Os sujeitos locais, com suas convergências e conflitos, formam parte dos processos históricos e os elementos da natureza num tento de superar as abordagens meramente político-econômicas. Apesar de muitas vezes seguir o discurso de expansão do “desenvolvimento” (no sentido de crescimento econômico). Os elementos materiais e imateriais, o movimento e transformação, as inter-relações, as escalas e os níveis, as redes, fazem parte da geografia da complexidade como denomina Dematties (1995).

Associada à questão ambiental²² e á evidência da temática da sustentabilidade²³ emerge o discurso da importância da diversidade biológica e sua íntima relação com a diversidade cultural (SANTILLI, 2005). Com isso, na conceituação de território enfatiza-se a noção de territorialidade, resultado de uma interação recíproca entre as forças sociais e o espaço geográfico. As mudanças são consideradas e fazem parte da diversidade. Considera-se que ha diversidade não apenas como diferentes formas biológicas e sociais, mas incorporado ao processo de mudanças que essas formas podem sofrer no passar do tempo e nas interações entre elas.

Com isso os processos de desenvolvimento são trazidos à escala do território (DEMATTIES, 2005). Experiências como a do Slot (Sistema Territorial Local) são relatadas desde os anos 70. Trata-se de pesquisas articuladas por uma rede de universidades, que objetiva elaborar e refinar a ideia de um desenvolvimento territorial local. A proposta é analisar, a partir da rede local de atores sociais, as formas de interação e constituição de estratégias produtivas. Slot propõe para isso a análise em nível local da história, do meio físico, do contexto político, abordando assim o conjunto de relações entre esses atores e esse local, tanto num nível material quanto no simbólico, a conformação das redes, dos fluxos de informação, das comunicações com o exterior, dos espaços produtivos e das possibilidades de desenvolvimento. O objetivo deste tipo de pesquisas é que cada Slot tenha capacidade de se autoprojetar, ou seja, de conquistar as formas de auto-organização.

Com isso o conceito de local é revalorizado. Num contexto no qual a globalização dos mercados financeiros destrói as relações locais, noções como a de território parecem perder sua validade associadas a processos de desterritorialização, porém é do mesmo mercado

²² Questão ambiental surge da problematização das formas de relação do ser humano com o meio aonde vive a partir das denúncias crescentes sobre a degradação ambiental reivindicadas pelos movimentos sociais a partir de 1970. (CATTON; DUNLAP, 1980; BOOKCHIN, 1987; GUATTARI, 2003; GERHARDT; ALMEIDA, 2005).

²³ Sustentabilidade é um termo polissêmico. Surge nos anos 1990, afirmando que o modelodesenvolvimentista não assegura o sustento das gerações futuras. Este conceito é uma tentativa de integração entre os diferentes aspectos do desenvolvimento: economia, tecnologia, sociedade e ambiente. Mas cabe a dúvida de quem é o agente que valora o que é sustentável e o que não é (ALMEIDA, 1997).

global que resurge a valorização dos fenômenos locais. Os modos de vida diferenciados e em conformidade com a sustentabilidade ou conservação da natureza, as trocas com ritmos mais lentos e as relações sociais mais íntimas e fortalecidas são valorizadas. Os pertencimentos identitários são acionados e os sujeitos locais, convertem-se em atores e agentes nesta proposta de desenvolvimento. Pode-se dizer que o capital que desterritorializa, também territorializa o sujeito local e exalta as identidades. Na região de estudo, investimentos do mercado global no plantio de arroz, soja e pinus ocupam grandes extensões de área ameaçando os territórios de populações tradicionais ao mesmo tempo que programas específicos de governo como o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) ou financiamentos específicos para a saúde das comunidades quilombolas direcionam-se a identidades locais.

No panorama brasileiro, Rogério Haesbaert realiza uma abordagem destacando a multiplicidade. Considera elementos econômicos, políticos, culturais e da natureza, além de elementos (i)materiais. Na sua obra (1997, 2002, 2004), as relações de poder vão assumir um grande protagonismo na conformação de multiterritorialidades. Existem diferentes graus de intensidade e conformações no território, marcado pelo movimento de desterritorialização-territorialização. O primeiro mais ligado às conformações econômicas e políticas, assim como as redes que o transpassam; o segundo, de caráter mais político e cultural, e também das respectivas redes. Para Haesbaert, o território é um espaço produzido socialmente²⁴.

Haesbaert realiza uma análise filosófica da geografia a partir da crise da modernidade. Uma das consequências epistemológicas que produz a dita crise é a quebra com as polarizações e dicotomias. O pensamento foi sempre construído a partir da contraposição dos opostos: objeto-sujeito, idealismo-materialismo, dialética-metafísica, empirismo-racionalismo, paixão-razão... Para o autor a crise da modernidade é criativa mais que catastrófica por quebrar o paradigma dual dominante e abrir o pensamento aumentando as possibilidades. É por isso que o discurso da multiplicidade, bem trabalhado em Guatari-Deleuze, se torna importantíssimo para os estudos em geografia.

Território é definido como um espaço produzido socialmente. Mas Haesbaert vai dizer também que esse espaço se sobrepõe à divisão territorial do trabalho em sua perspectiva de organização econômica. O espaço contém em si mesmo as dimensões social e natural indissociáveis, que redirecionam os processos de construção do território. Influenciado

²⁴ Diferentes espaços associam-se a diferentes práticas sociais, expressadas através de diferentes cosmologias, de diferentes formas de uso e de apropriação da terra/água. (FERREIRA, 2007). O conceito de espaço produzido socialmente é originário de Lefébvre (1991), na perspectiva do materialismo histórico geográfico.

também pelos referenciais inseridos na vida cotidiana fazendo com que ao mesmo tempo se perpassem nossas identidades coletivas. Território é então constituído por múltiplas formas de construir o espaço social (uma comunidade quilombola com várias famílias dedicadas à agricultura orgânica de diversos produtos ou uma fazenda de monocultivo de arroz convivendo na mesma região). Destaca-se, nessa construção, sua interação com os elementos do poder, político e disciplinar, no controle e apropriação dos territórios.

Essa constatação de que a espacialidade (social) compreende, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, leva-nos à conclusão de que é impossível compreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos esta múltipla interação, pois o espaço nunca é transformado a partir de uma intenção perfeitamente determinável e direcionada a uma “função” estanque. Assim, quando analisamos o “espaço econômico” ou o “espaço político”, na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno que, do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma “produção” ou de um “poder”, envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente de criação de novos significados. (HAESBAERT, 2002, p.87).

O território é construção social do espaço a partir das (i)materialidades que se relacionam em diferentes níveis e escalas que conformam uma multiplicidade de possibilidades. A territorialização é um movimento processual que implica também desterritorialização. Entre o movimento e a multiplicidade, o importante é a interação. A interação entre todos os elementos e escalas que conformam a construção de territórios implica um esforço de análise e de percepção do tempo e do espaço. O que implica um esforço em pesquisas de história e de geografia para analisar territórios. A multiplicidade de elementos e de escalas que podemos recortar para a análise que se encontram em interação nos obriga falar de relações multiescalares, e portanto de multiterritorialidades.

Haesbaert define algumas escalas, como são os trabalhos e as relações entre o local, o regional e o global. Escalas que estariam mais ligadas à dimensão espacial do conceito. Também analisa os tempos rápidos ou lentos como uma escala em inter-relação. A escala rural e a urbana, atribuindo alguns adjetivos a cada um de elas. Por exemplo, a escala rural seria uma escala lenta, e que trabalharia mais com uma escala local ou regional. E a escala urbana pelo contrário seria rápida. Mas estas categorizações são simplificações da realidade, que podem ser úteis num nível analítico já que dividir por escalas ajuda trabalhar com o conceito complexo de território. Mas pela sua própria definição de processo em movimento de multiplicidades inter-relacionadas, faz com que a ênfase somente nas escalas perca sentido. É por exemplo o caso de que no rural existem movimentos rápidos, ao igual

que no urbano existem movimentos lentos. Da mesma maneira as escalas locais, regionais e globais têm hoje um altíssimo grau de imbricação e interação, de modo que não podemos falar apenas de escala local, sem pensá-la junto com a escala global.

A questão então é como definir as escalas? Sem querer atribuir adjetivos concretos a cada escala, apenas podemos falar delas descrevendo os processos num nível analítico de pesquisa. Da mesma maneira precisamos fugir dos dualismos que o próprio Haesbaert vai criticar e colocar como um paradigma a ser superado graças à crise da modernidade, por isso estudos das contraposições, por exemplo, rural-urbano, local-global ou rápido-lento não fazem sentido. Podemos, porém, substantivar a escalas, nomeá-las, para, uma vez expostas as possibilidades, podermos analisar como se relacionam ou se imbricam. Assim, podemos distinguir escalas temporais, com diferentes ritmicidades e velocidades. Processos mais fluidos, ou mais rígidos, interações que aceleram, ou desaceleram, ou ainda aceleram num momento e lugar e depois desaceleram sob outras circunstâncias, mas sendo parte do mesmo processo. Distinguimos também delimitações e fronteiras.

Ao se falar em multiescalaridade, deve-se falar também em multiterritorialidades. Essa mudança de tratamento do espaço como algo fixo, para algo em movimento, mais fluxo e circular está relacionada à noção de redes. Existem multiterritorialidades porque vivemos num mundo formado por redes. Entendemos rede como a articulação entre as diferentes escalas do território, e entre suas estruturas, suas interdependências. A rede surge com o próprio capitalismo.

[...] o espaço, longe de possuir uma fisionomia unidimensional, se apresenta como verdadeiro labirinto tecido em redes complexas de apropriações sucessivas e de significações diversas que nos conduzem, irremediavelmente, ao jogo dinâmico da multiespectral face da modernidade. (HAESBAERT, 2002, p.87-88).

O espaço construído socialmente, multiterritorial e multiescalar, dotado de movimento, funciona como uma retícula que ressignifica o mundo constantemente, num movimento de desterritorialização-territorialização-reterritorialização, que é próprio da modernidade e da consolidação do sistema capitalista hegemônico globalizado.

Haesbaert vai descrever redes globais que dominam e redes locais que propõem organizações territoriais alternativas. A pesar das inter-relações entre ambas, o autor distingue o movimento em um só sentido, significando global com a dominação e local com a alternativa. Porém, a própria relação de reciprocidade inviabiliza esta distinção. O conceito de rede implica a interação e o movimento sem um sentido lineal determinado. Assim, existem redes globais que também representam alternativas, e redes locais que dominam territórios

na sua proposta organizativa.

Essa definição de território relacionada com a multiplicidade de escalas, tempo e espaço, de níveis e de características está evidenciando o caráter processual de essa construção social do espaço, num movimento de desterritorialização-territorialização-reterritorialização constante. O processo D-T-R esta baseado nas ideias originarias de Guatarri- Deleuze, e em autores como Raffestein (1988):

[...] o que se tem é um constante processo de des-re-territorialização, um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos de migrantes, mercadorias, de informação ou de capital. (RAFFESTIN²⁵ 1988 *apud* HAESBAERT, 2002. p.122).

O movimento D-T-R define-se na multiplicidade de interações e segmentações entre os diferentes dispositivos e estratégias territoriais possíveis, promovidos por distintos grupos sociais. De uma forma funcional (econômico-produtiva, político-disciplinar) e de uma forma simbólico-subjetiva (cultural ou das mentalidades). Este movimento está também atravessado por interações e segmentações entre diferentes escalas espaço-temporais (geográficas e históricas) de territorialização/desterritorialização.

Haesbaert associa a territorialização com apropriação e domínio sobre o espaço, sendo estes construídos a partir de uma desigualdade de forças. Por outro lado a desterritorialização associa-se ao funcionamento em rede, segundo o autor. Apesar do fenômeno da desterritorialização ter recebido evidência analítica relacionado ao advento do capitalismo e da globalização, movimentos neste sentido sempre existiram, conforme Guattari e Deleuze (1995). Quando, por um lado, o avanço dos Impérios na antiguidade supunha uma territorialização de grupos sociais sob uma mesma cultura, outros grupos se desterritorializavam nesse mesmo avanço imperial, fugindo desse movimento e convertendo-se em linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Existem, porém, diferentes leituras sobre o processo da desterritorialização. Uma leitura da desterritorialização com ênfase econômica é associada aos fluxos do capital financeiro como um movimento de deslocalização. Nesta leitura o capital imprimiria um papel determinante sobre as decisões políticas locais, pautado por interesses financeiros, resultando em decisões à avessas das realidades locais gerando desestabilidade nas territorialidades locais, provocando perdas de significados. A esta ótica, associam-se temas como os de injustiça social (ACSELRAD, MELLO; BEZARA, 2009) e risco ambiental (BECK, 1995),

²⁵ RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et al. **Réseaux territoriaux**. Caen: Paradigma, 1988.

mesmo havendo um movimento de reterritorialização associado, a desigualdade de forças é tal, que a desterritorialização é dominante no processo.

Na perspectiva de redes, associa-se à desterritorialização a perda dos territórios, numa primeira instância, e, portanto, perda das identidades e de domínios sobre um espaço concreto. No entanto, isso supõe um movimento reverso que remete a outras possibilidades e abertura a alternativas.

Uma outra leitura está ligada ao ciber mundo, as redes criadas graças à internet e às novas tecnologias. A desterritorialização neste caso se apresenta como uma possibilidade de superação das distâncias. O ritmo acelerado de informação aproxima indivíduos e coletivos situados em pontos distantes do globo, encontrando-se e reconhecendo-se pontos em comum que criam uma territorialização simbólica. Ao mesmo tempo em que a alta velocidade e o excesso de informação criam um esvaziamento de significados e uma superficialidade na ressignificação, a desterritorialização supõe um relativismo cultural radical, e neste caso seu peso no processo de D-T-R é maior que o de reterritorialização.

Marcos Saquet (2010) afirma que os territórios têm uma natureza contraditória. Entendidos também como produção social do espaço, que sofrem modificações no espaço e no tempo. Com diversas multiplicidades, de nível, de escala, de elementos materiais e imateriais. Múltiplos ritmos, continuidades e descontinuidades, outorgando ao movimento um caráter de singularidade além de uma conformação processual. Estas noções de singularidade e processualidade são ideias originárias de Guatarri-Deleuze, e se percebem no seu trabalho de reconstrução histórica a partir da geografia na obra toda do autor. Saquet vai dar uma ênfase ao processo de D-T-R na sua definição do conceito território focando nas territorialidades:

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras de territorialização e do território. (SAQUET, 2010, p.127).

Quando Saquet descreve a natureza contraditória do território, refere-se à superposição que existe no caráter processual e múltiplo do conceito. Ou seja, experimentamos territorialidades diversas e plurais num único movimento. O novo contém em si o velho. Como é possível que existam territorialidades novas e outras antigas? Bem, a descrição novo-antigo é apenas uma referência analítica. A ideia é que coexistem elementos em temporalidades diferenciadas, com ritmos de transformação diferentes. E isso é explicado pela capacidade que o processo de D-T-R tem graças à mundialização do capitalismo. A

contradição vem quando, por exemplo, encontramos uma área de preservação natural tomada por uma espécie exótica, ou o manejo de algum cultivo controlado por altas tecnologias de satélite, ou uma carroça de cavalos em uma autopista correndo do lado de carros movidos por motor elétrico. Essas contradições aparentes tomam sentido num mundo cheio de hibridismos, onde a transformação é constante. O funcionamento processual na conformação de territórios joga com as descontinuidades históricas, específicas em cada momento e lugar. O processo D-T-R cria um movimento constante de des-continuidades (i)materiais. Os fluxos de informação, as redes, os ritmos fazem possível que a multiplicidade de opções, que os hibridismos, convivam simultaneamente. A superposição de escalas é condição para a pluralidade de territorialidades.

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa a re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território. (SAQUET 2010, p.129).

Na sua explicação do processo D-T-R, este é descrito com um funcionamento dual: “A *des-territorialização num lugar significa a re-territorialização noutra*”, sendo que esta dedução lógica, se A então B, não se dá necessariamente. Pode ocorrer desterritorialização sem haver uma consequente reterritorialização. O movimento processual não implica um movimento de causa-efeito, tendo em conta as reflexões sobre desterritorialização-reterritorialização a partir do pensamento rizomático de Guatarri-Deleuze. Outra crítica é que Saquet aqui apenas cita a relação EPC, economia, política e cultura, onde está a natureza como elemento a mais e inseparável? Isto reflete a conceituação que Saquet tem da natureza como externa ao homem e, portanto, como apenas um elemento do meio físico do território.

Bernardo Mançano Fernandes vai introduzindo algumas categorias interessantes como a conflitualidade inerente ao território e a multiterritorialidade especificada numa tipologia de territórios que ele cria. Utiliza muitos elementos da análise da paisagem para suas argumentações. Para o autor, território é espaço construído, espaço como materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991). Significa um conjunto de objetos e ações indissociável, solidário e contraditório. Note-se aqui a aparição da palavra *solidário* como elemento e conceito conformador de território. Esta ideia corrobora os objetivos do autor que pretende construir um conceito buscando visualizar as possibilidades alternativas de gestão de territórios e políticas de desenvolvimento. Na descrição das territorialidades trabalhadas em

campo (agricultores familiares, pescadores artesanais e comunidades quilombolas) aparecem traços baseados nas trocas, no apoio mútuo, nos acordos de confiança, característicos desses grupos. São as ações solidárias que abrem possibilidades de gestão alternativas.

O território está em movimento, mas existem diferentes intensidades no espaço e no tempo. A natureza e a sociedade coexistem e se relacionam transformando-se mutuamente. O território é uma totalidade, sem ser um. Seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade, soberania, conflitualidade, inter-relação entre política, economia, sociedade, cultura, ambiente, poder. Além disso, no território observamos a expressão das diferentes intencionalidades geradas pelas conflitualidades e vice-versa. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constituem um processo gerado e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial. O conflito define-se a partir das diferentes interpretações e intenções que diversos grupos sociais fazem da realidade. Interpretações contraditórias que enfrentam os diferentes modos de vida, o uso dos recursos e apropriação da terra. O conflito se traduz em disputa pelo território. E no território está contido o conflito.

Fernandes vai trabalhar com uma construção de conceito que lhe permite aplicações práticas no campo das políticas públicas brasileiras atuais, destacando os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis, PTDRS. A totalidade como definição central do conceito dá um passo a sua posterior categorização da tipologia de territórios interconectados ou atravessados de múltiplas escalas e formados por várias dimensões, constituindo as multiterritorialidades. A conflitualidade é um atributo que não pode mais ser ignorado nas políticas de desenvolvimento, pois “[...] *considerar território como um é uma opção para ignorar suas conflitualidades.*” (FERNANDES, 2007, p.282).

As intencionalidades vão gerir formas de governança, de administração territorial. Assim, ao definir território, segundo uma intencionalidade, estamos determinando políticas de desenvolvimento. Esta ideia vai ser central no autor, o qual defende que, ao trabalhar com apenas uma ou algumas dimensões de território, estamos tomando uma decisão política. Pelo princípio de totalidade, ao trabalhar políticas territoriais apenas economicamente influenciam-se outras dimensões, atingindo em última instância os espaços de governança.

[...] a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito território em muitos artigos e documentos, não se realiza porque implicaria na socialização da toma de decisão. [...], o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento do agronegócio. (FERNANDES, 2007, p.279).

Território como construção de espaço onde realizar a existência está aqui carregado

do sentido inicial da palavra já nas suas origens no século XVII; sendo a soberania a ideia definidora de território. Mas esta soberania está orientada politicamente no sentido de autogovernança. Da mesma forma, o uso de políticas orientadas à soberania alimentar, em que não há apenas a segurança de garantir o alimento, o território no caso, mas também o desafio de garantir a auto-organização, a governança legítima de cada tipo de território dentro da multiplicidade. A soberania é uma qualidade exclusiva de todos os tipos de território. Garantir a autogovernança e a soberania exclusivas de cada tipo de território pode efetivar a multiterritorialidade.

A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, possibilita-nos entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações entre os tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. [...]. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representadas como camadas superpostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional. (FERNANDES, 2007, p.280).

Figura 3- Tipos de Territórios, a partir de diferentes escalas



Fonte: Fernandes e Paulon Girardi (2007).

Existem vários tipos de território, e cada um tem sua territorialidade. Podemos falar assim de multiterritorialidade. Os tipos de território estão cada um deles composto por todos os atributos da definição do conceito território, incluindo indissociavelmente elementos materiais e imateriais. Por serem tipos, a interação entre todos é fundamental para entender a multiterritorialidade contingente. Por isso, os tipos não são apenas níveis ou escalas, pois um tipo contém nele vários níveis que o atravessam. A diversidade territorial que existe é a que

produz a multiterritorialidade ou os tipos de território. Este é um conceito diferente de territorialidades, que significa os diferentes usos do território. Essa produção territorial ocorre por meio das relações sociais, contextualizadas sempre em uma disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade que partem da diferenciação entre as classes sociais. A relação classe-território é indissociável.

Fernandes define três tipos de território. O primeiro composto pelos espaços de governança em diferentes escalas, nacional, regional, estadual, municipal. Seria o estado e suas unidades. É neste tipo que se organizam os outros tipos, segundo e terceiro territórios. Dentro dele podem também se organizar territórios fluxos, cuja fronteira se movimenta de acordo com as ações institucionais e as conflitualidades. Seriam, por exemplo, o narcotráfico, a prostituição, os transportes, as *commodities* de corporações.

O segundo território formado por diferentes tipos de propriedades particulares, individuais ou coletivas. Pode ser contínuo ou descontínuo, por exemplo, as redes como internet, associações por ideologia ou objetivo. Pode pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas e instituições. Caracteriza-se pela relação social que se produz, atendendo às relações de poder em disputa no primeiro território. Seja qual for o modo da propriedade, particular capitalista ou particular familiar ou comunitária, estas se encontram disputando o primeiro território em todas as suas escalas. A disputa pode se dar pela desterritorialização ou pelo controle do uso e acesso ao território. As transnacionais são um exemplo de forte disputa e relação entre os tipos de território.

O terceiro tipo é constituído por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. São fluxos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e segundo território. É o espaço relacional, considerado a partir das conflitualidades. Aqui se reúnem todos os tipos de território e unem-se às características fixas e móveis. Este território relaciona-se ao uso dos territórios, portanto, com as territorialidades.

Ainda temos o território imaterial, que está presente em todas as ordens de territórios. Inclui pensamento, ideologia, construção do conhecimento, teoria, prática, método, intencionalidade. O controle da produção de conhecimento produz relações de poder. E mais importante, os territórios imateriais produzem territórios materiais, são construídos e disputados coletivamente. O campo da ciência inclui-se neste tipo de território, assim como o campo da política.

Note-se que toda a tipologia tem sido classificada a partir de critérios que têm por base as relações de poder. É preciso distinguir o primeiro tipo como as unidades do Estado, o segundo a partir da propriedade, e o terceiro pelas relações de poder criadas nas interações

entre a multiplicidade. Os vários tipos de território estão em constantes conflitualidades e, a partir das mesmas, compreendemos a disputa entre modelos de desenvolvimento do território, pois no fim o autor tem uma intencionalidade clara, trabalhar com o conceito de território como categoria política para criar planos de desenvolvimento territorial, pois o “ [...] *o sentido de uso do conceito de território é o político, que tem como essência a liberdade.*” (FERNANDES, 2007, p.290).

Essa liberdade, descrita como essencial, é a condição para que se use território como instrumento ou como conceito, revelando nessa escolha as intenções do pesquisador ou instituição.

Fernandes coloca outro elemento muito útil para o uso prático e metodológico de seu conceito de território, que é o uso dos elementos da paisagem. Os diferentes interesses e formas de organização se expressam na paisagem. O argumento é que uma classe [social] não se realiza no território de outra classe. Os estudos de território implicam uma disputa entre as diferentes intenções das classes sociais. Uma disputa pelos modelos de desenvolvimento. Uma disputa por território entre capital e campesinato. Agronegócio e campesinato são distintos, estabelecem diferentes relações sociais, e isso pode se traduzir na conformação de diferentes paisagens. A partir de uma análise de paisagem podem se caracterizar diferentes tipos de território. E a partir dessa tipologia pode se compreender a conflitualidade entre os modelos de desenvolvimento que disputam territórios.

A descrição de paisagens representando diferentes modelos de desenvolvimento resulta muito clara no autor. Existe uma disputa de interesses e intencionalidades na organização territorial, disputa que Fernandes centra entre o modelo do agronegócio frente ao campesinato ou agricultura familiar. O agronegócio é a paisagem da monocultura, homogêneo, em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado; usa agrotóxicos e transgênicos; resulta em uma composição uniforme e geométrica; usa o terreno para produzir mercadoria, destaca a falta de presença de pessoas. O modelo de desenvolvimento do campesinato se baseia na policultura, na pequena escala e baixa mecanização; É uma paisagem heterogênea, com uma diversidade de elementos, e grande presença humana; Um trabalho familiar com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos.

[...] deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais divergentes, paisagens geográficas completamente diferentes. (FERNANDES, 2007, p.296).

As descrições dos modelos de desenvolvimento em disputa conformam territórios definidos pela sua conflitualidade e diferentes intencionalidades de organização e soberania. Contudo, o autor fica no dualismo entre agronegócio e campesinato, já tão criticado na busca de novos paradigmas teóricos e de construção de conhecimento. As interações e influências que conformam a multidimensionalidade que Fernandes afirma são muito mais complexas, e intensificados exponencialmente através das redes como internet ou as tecnologias, que o modelo de classes não se contém, pois uma territorialidade não é apenas uma classe, esta conformada por múltiplas classes e influências de outros níveis.

Carlos Walter Porto Gonçalves é outro autor contemporâneo que segue uma linha parecida com a de Fernandes, ambos muito referenciados em Milton Santos. Para Porto Gonçalves, território é uma categoria espessa, que trabalha com espaço geográfico e, portanto, com a experiência vivida, como o processo, o vivido, o mutável. E com o modo de apropriação, ou seja: territorialidades-territorialização-território. Aqui a soberania vai ser tratada mais concretamente a partir da ideia de apropriação, fazendo referência ao movimento D-T-R, que foi muito trabalhado em Haesbaert. O território está situado politicamente, no tempo e no espaço; é resultado das relações, da conflitualidade, da história, dos modos de usos da terra e da apropriação. Se para Fernandes a territorialidade se define pela soberania e o autogoverno, para Porto-Gonçalves se define pela apropriação. Ambas ideias são muito interligadas. Ao pensar no modo de apropriação, estamos pensando nos recursos comuns, que seriam a totalidade do espaço, da materialidade da vida, não apenas os elementos da natureza para usufruir, os chamados recursos naturais, como também os modos de produção, os modelos de uso da terra, as ações e as inter-relações. Ao existir diferentes interesses em como gestionar os recursos comuns, aparecem diferentes formas de desenvolvimento, resultado das contradições inerentes à diversidade de ideias, pensamentos, intenções. A intencionalidade redesenha o espaço geográfico que contém a materialidade onde co-existem os diferentes e diversos entes. Esse espaço é um meio técnico-científico-informacional que tem intencionalidades. A relação tecnologia-espaço-poder define território. O autor defende também as múltiplas dimensões e os múltiplos territórios. “*A unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapõe à multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, locus de conformação da subjetividade.*” (GONÇALVES, 2002, p.234).

O autor defende a necessidade de recuperar o local, o lugar, a geograficidade que foi homogeneizada no processo de dominação capitalista global, para poder superar os limites

setoriais e tratar o espaço como um todo, dando passo a alternativas e novos modos de olhar e desconstruir o paradigma dominante. A geograficidade é fazer com que a história se reconcilie com a vida na materialidade da relação sociedade-natureza. O objetivo é “*a busca de novos regimes de poder por meio de novas territorialidades.*” (GONÇALVES, 2002, p.245). Quem busca resignificar o mundo são aqueles que falam desde um lócus, desde uma situação geográfica determinada.

É preciso recuperar essa dimensão material, sobretudo nesse momento com o que vivemos em que se dá cada vez mais importância à dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material. [...], os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam de aquilo ao que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica. (GONÇALVES, 2002, p.230).

Outra importante contribuição do autor é que a conflitualidade conformante de território não pode ser pensada sem seu oposto, a cooperação. Reflexões sobre a relação homem-natureza resultam na inclusão das contradições, conflitualidade-cooperação, como conformantes de território. A natureza tem se pensado numa relação de dominação ligada à colonização e à expansão do capitalismo conjuntamente com a definição de território como apropriação e controle. Por isso, desconstruir essa ideia e atender as outras formas de apropriação do território, baseadas, por exemplo, na cooperação e não na *propriedade privada como incondicional absoluto*, pode fazer emergir territorialidades novas e diferentes, podendo assim realizar propostas de modelos de desenvolvimento diferenciados. Como diz o autor: “*é sob a decisão de coisas tão simples e tão fundamentais como o pão nosso de cada dia, que estamos tendo que nos reapropriar.*” (GONÇALVES, 2002, p241).

Observamos com estes dois autores que o território pode ser relacionado às políticas de desenvolvimento, acrescentando a dimensão local e a sustentabilidade.

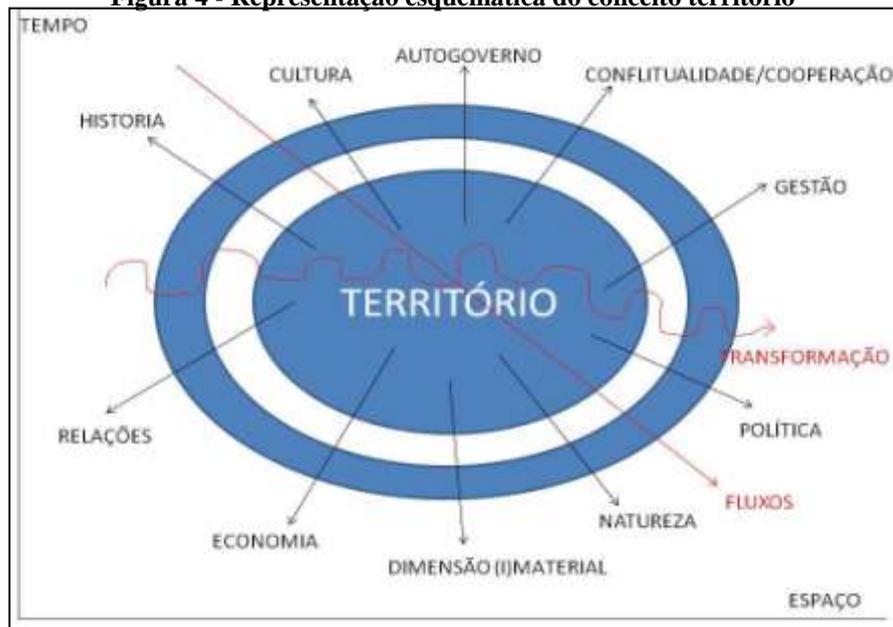
2.6 MULTIPLICIDADE, MULTITERRITÓRIOS, CONFLITUALIDADE, INTENCIONALIDADE, TERRITORIALIDADES

O conceito corresponde a uma forma ideal que é materializada no espaço ao colocar limites, fronteiras, ao setorializar o terreno. É um instrumento de administração e gestão das relações sociais que se dão nesse espaço concreto. Em consequência existem múltiplas possibilidades de dividir esse espaço. Normalmente pensamos nos territórios correspondentes ao Estado-Nação e seus diferentes níveis de atuação. Ou nos territórios correspondentes à propriedade, seja do tipo que seja, particular, comunitária, intelectual. Também nos territórios

identitários, pensando em regiões que se destacam por suas fortes características identitárias. Mas também existem os territórios virtuais, ou os territórios discursivos (como ferramentas em forma de políticas públicas ou teorias científicas). Ou até o território corporal, sistêmico, organicista ou cósmico. Por isso o território é um conceito complexo, múltiplo, variável e em transformação. E o qual está carregado de uma intencionalidade. Seu significado muda conforme quem o utiliza e o motivo pelo qual é usado. É, portanto, uma ferramenta política.

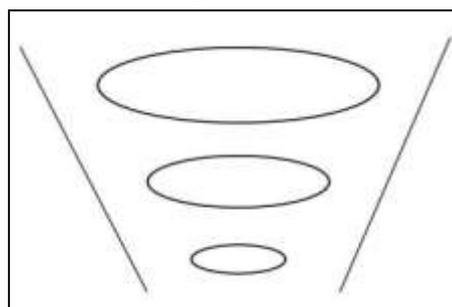
Uma característica é sua conformação relacional. Todos os elementos dialogam entre si, se influenciam, se constroem. As relações tornam o território múltiplo e interdependente de todos seus atributos: as dimensões sociais, políticas, econômicas, da natureza, o tempo, o espaço, o discurso, o movimento, as continuidades e discontinuidades. Todas essas multiplicidades vão definir que os territórios são multiterritórios. Na continuação, mostro um esquema com os atributos co-formantes do território.

Figura 4 - Representação esquemática do conceito território



Fonte: a autora (2015)

Figura 5 - Multiterritorialidade



Fonte: a autora (2015)

A multiplicidade faz com que o território seja uma totalidade, sem ser um. Usando uma metodologia sistêmica, percorrerei os diferentes elementos conformadores a partir de diversas perspectivas e disciplinas (história, geografia, biologia, economia, política, antropologia e sociologia). Quero mostrar sua multiterritorialidade e para isso o maior esforço se concentra na análise das inter-relações entre seus elementos e as interações que os atravessam (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005).

Não confundir multiterritorialidade com escala. A escala é uma ferramenta de análise que divide o espaço para trabalhar com ele. Pode ser uma escala espacial ou temporal. Também uma escala administrativa que divide o território em municipalidades, estados ou nações. Neste trabalho não se consideram as fronteiras de escala administrativa e sim os multiterritórios, ou territórios dentro do território (FERNANDES, 2008). Isso significa que às vezes consideraremos, na análise do Litoral Médio, a escala local ou regional, mas em determinados temas também a nacional e internacional.

Outra característica intrínseca do território é o autogoverno. O autogoverno é a faculdade de uma coletividade ou território para administrar-se por si mesmo. Mas essa administração não pode ficar apenas na escala material de gestão dos recursos, e sim incluir outros aspectos importantes e relacionados, como a cultura, a história e a identidade. Não é exclusiva do Estado. Outras formas sociais como sindicatos, instituições, associações, cooperativas, empresas, movimentos sócias, ONG's, se constituem com diferentes soberanias, pois elas constroem espaços e território no interior do Estado. A soberania está sempre em questão por meio da conflitualidade na disputa territorial. É necessário entender o autogoverno como uma necessidade humana para a liberdade. (FERNANDES, 2008). Analisarei as formas de organização de cada uma das territorialidades que conformam o território da planície costeira do litoral médio do RS, assim como as instituições, cooperativas e associações que nela trabalham.

As relações de poder definem e conformam território. Desde o surgimento do conceito território, as relações de poder têm sido o definidor do mesmo. O poder de controle e dominação do homem sobre um espaço físico, o controle do homem sobre a natureza, a dominação do homem sobre o homem e a dominação do homem sobre a mulher (BOOKCHIN,1987). Para minha análise das relações de poder, descreverei os atributos de conflitualidade e de cooperação inerentes às diferentes territorialidades que conformam o território do litoral médio de RS. A contradição, a luta de classes, as múltiplas relações de poder, o enfrentamento de discursos, as oposições e as transversalidades que influenciam

essas contradições são definidores dos conflitos. Ao mesmo tempo, a proximidade, os interesses comuns, a identidade, o arraigamento e o reconhecimento do outro criam relações solidárias e de cooperação.

Mas a conflitualidade pode não mostrar todas as relações de poder que existem, estas são múltiplas e muitas vezes difíceis de aparecer através do conflito, pois são veladas, silenciadas, aceitas. O conflito é a forma mais aparente em que os diferentes interesses sobre a terra aparecem, mas o poder pode se dar de outras formas mais sutis e pouco visíveis. Por exemplo, nas relações de gênero, ou na história de racismo incorporada nas relações sociais, ou através do poder da palavra de quem tem maior destreza discursiva. E todas essas formas podem co-existir sem dar origem a conflitos. A análise de relações entre os diversos grupos, entre as instituições, entre o Estado e os mesmos, pode ajudar a mostrar as relações de poder que conformam e definem um território em concreto.

A formação imaterial do território torna-se importantíssima para a reconstrução histórica do conceito e para sua análise na conjuntura atual de crise global e mundialização. A dimensão imaterial corresponde aos elementos subjetivos que criam discursos que, por sua vez, criam realidades (ESCOBAR, 2007). Além desses elementos subjetivos corresponderem às experiências vividas, por indivíduos e pelas coletividades que se relacionam num espaço concreto. Os elementos da historicidade que definem a região vão mostrar esta característica, assim como a análise dos discursos que há por trás de essa conformação histórica.

Trabalharemos também com as territorialidades localizadas na região de estudo (agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, fazendeiros e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe). Definimos territorialidade como as relações culturais, históricas, econômicas e políticas de uma comunidade na administração de um território que fazem “seu” através de vínculos afetivos. É estabelecida uma relação afetiva e de pertença, mas também de propriedade ou posse. Na relação do grupo humano está implícita a noção de reciprocidade. A pertença ou relação afetiva de um grupo com a terra é também a relação da terra com o grupo. No modo de tratar, administrar, moldar, viver, se relacionar entre uma coletividade concreta e a terra que ocupa, é que podemos definir as diferentes territorialidades.

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos integrados entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade. (SAQUET, 2010, p.115).

Dentro da região do Litoral Médio de Rio Grande do Sul convivem diferentes territorialidades, sem conformar um território no sentido administrativo, político, cultural, natural e afetivo. Mas defino esta área como uma região, porque existem elementos paisagísticos, históricos, e administrativos comuns. A territorialidade de um grupo social é construída através da história. Little (2002) define a territorialidade como “*o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, considerando também as particularidades socioculturais, históricas e políticas de cada território*” (LITTLE, 2002, p.3).

Nesta definição entra em questão o uso e apropriação dos recursos naturais. Os povos tradicionais se caracterizam pelo uso comum dos recursos, criando uma coletividade legitimada pelo consenso e fundamentada numa tradição histórica, e em uma cosmologia de referências simbólicas e identitárias como meio (Leite, 2004). Por outro lado, o Estado, ainda na sua modalidade de território como propriedade pública, faz um uso dos recursos segundo os interesses de uma parte da população, ignorando ou até prejudicando a outra parte, além de deslegitimar as razões pelas quais os povos tradicionais acessam e usam a base de recursos comuns. Conforme Little (1994), “*A expressão da territorialidade não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva na memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território*”.

Podemos nos aproximar das diferentes territorialidades descrevendo as práticas e modos de manejo da terra e da água. É na cultura onde estão imbuídas as formas de gestão, as relações interpessoais, as vivências, a relação com a natureza. Cultura como campo afetivo de aprendizado, de história, de normas de convivência, de significados e também como o eixo de assentamento na terra/água. Agricultura e pesca como um modo de vida, como expressão máxima de um complexo mundo de inter-relações e processos criativos de afetividades, pertença, histórias, costumes, significados e delimitação de território.

3 MULTITERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADE

É preciso conhecer a história de um lugar para uma compreensão profunda do terreno e de seus habitantes. Assim, a história agrária de qualquer lugar está intimamente ligada ao contexto social e econômico do decorrer dos tempos. Além da história local, os grandes eventos históricos mundiais também têm influências sobre a área de estudo. Fazer uma reconstrução histórica pode nos ajudar na tomada de decisões posteriores para um planejamento de manejo da área (ANDRADE, 2009). Buscamos, neste capítulo, a partir de referenciais secundários e da pesquisa de campo, destacar alguns eventos importantes para a conformação da paisagem e das territorialidades na região.

A região de estudo, situada no litoral médio da Planície Costeira, possui uma história de ocupação diferenciada do resto do estado, que vai marcar suas atuais características socioculturais. Podemos dividir esta história em quatro grandes períodos: a terra indígena até aproximadamente 1650; o período colonial entre 1650 e 1850; os cerca de 100 anos de período pós-colonial, entre 1850 e 1960; e a etapa atual, entre a metade do século XX e os dias de hoje.

A Planície Costeira era percorrida por grupos indígenas itinerantes, grupos de caçadores-coletores que habitavam a área há mais de 2 mil anos, pertencentes às etnias dos Minuanos e dos Guaranis. A área de campos litorâneos e floresta acessível oferecia amplas riquezas, como vários frutos nativos, entre eles o butiá, raízes, mel, plantas fibrosas e cipós para fabricação de utensílios. O acesso a fontes de água doce com possibilidade de abundante pesca, bem como a presença de animais para a caça e as riquezas do mar, tornavam a região atraente. No período indígena, se plantava milho, mandioca, batata e abóbora, conforme demonstrado por ferramentas de pedra lascada encontradas, como machados, saraquás, pau de plantar e artefatos para moer grãos. Era realizado um manejo da floresta, usando o sistema de derruba e queimada. Neste contexto sociocultural, a terra era mantida com poucas transformações e a paisagem era conservada em suas “condições naturais”. Os grupos indígenas viviam em pequenas comunidades, estruturadas em clãs familiares. Existia rivalidade pelo território entre diferentes clãs e entre diferentes etnias, mas ao mesmo tempo estabeleciam relações de trocas e intercâmbios (BORGES, 2007).

Com a chegada dos colonos portugueses e espanhóis em terras rio-grandenses a partir do século XVI, ocorreram aprisionamentos e perseguição dos guaranis e minuanos por parte dos bandeirantes, que eram pagos para capturá-los e vendê-los como escravos nas lavouras de cana e nas minas no centro do país. A perseguição e o extermínio dos grupos

nativos estão relacionados a acontecimentos externos ao local, quando se intensifica o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais. O comércio no interior impulsionava ao mesmo tempo o desenvolvimento da pecuária na região, pois existiam grandes grupos de gado selvagem pampiano que foram introduzidos pelos jesuítas. A introdução do gado modificou o sistema agrário para outro uso da terra e a paisagem natural se viu, desta forma, transformada. Isso, juntamente à repartição das terras pela Coroa Portuguesa a partir de 1760, forma o quadro sociopolítico que influencia as mudanças do local (FALCÃO; SALUM, 1988).

A Coroa Portuguesa dividia o território em sesmarias²⁶, “fazendas” ou “estâncias”. Tratava-se de grandes porções de terra com cerca de 13 mil hectares sob propriedade de uma só família (FAORO, 1976). Estabeleceu-se então um novo sistema. Nas sesmarias o gado era criado para ser enviado como alimento ou como força de carga nas minas, e também em menor medida para o comércio de couro. Os campos litorâneos representavam um ecossistema propício para o sistema produtivo instaurado. Uma pequena parte da terra da estância reservou-se para uma agricultura de subsistência (FALCÃO; SALUM, 1988).

Já entre os anos de 1680 e 1700, as pessoas que ocupavam estas terras eram militares. Com isso, a primeira repartição de sesmarias foi realizada apenas entre os militares. O litoral médio era uma zona de disputa fronteiriça entre as Coroas da Espanha e Portugal, palco de algumas batalhas territoriais, que duraram até a assinatura do Tratado de Tordesilhas. Em 1738, teve início a Guarda das Mostardas, que significa trincheira. Os militares portugueses usavam a paisagem dunar para se refugiarem dos espanhóis, aproveitando o território isolado, áspero e sinuoso como estratégia de defesa, daí o nome do lugar, Mostardas. (GUEDES²⁷, 2014).

Outro fato marcante para compreender o contexto histórico foi a chegada dos escravos africanos. A nova mão de obra era destinada para trabalho forçado nas grandes sesmarias dos senhores. No século XVIII, o gado, a principal atividade econômica, muda seu formato para transformar-se no comércio do charque, e consequentemente o comércio de escravos. Tal fato coincide com o declínio da atividade mineradora no Brasil.

O charque toma um porte produtivo e é criada uma aristocracia do charque, relacionada ao auge da escravatura. Chegam novas ondas povoadoras à região com a instalação em Mostardas, em 1779, dos casais açorianos, e posteriormente dos alemães e

²⁶ “a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra á capacidade de cultivo, serviu para consagrar a extensões latifundiárias.” (FAORO, 1957, p. 126).

²⁷ com. pessoal.

dos italianos. Além do charque, vai ser introduzido o cultivo de trigo (FALCÃO; SALUM, 1988).

O processo colonizador do RS é bem distinto do processo no Brasil tropical, devido à cultura do gado e às marcantes diferenças climáticas. O escravismo também é diferente. Outra peculiaridade é o fato do colono açoriano criar um vínculo com a terra, diferenciando-o do aristocrata do Norte. Isto se traduz em uma nova adaptação e no surgimento do sentimento gaúcho.

A abolição da escravatura traduz-se numa diminuição da pecuária e também no surgimento dos quilombos com uma agricultura de subsistência baseada na cebola. Inicia-se também uma série de grandes mudanças, entre elas a expansão do transporte hidroferroviário e a abertura dos portos. Com isso, percebe-se uma redistribuição do fluxo de produtos, uma mudança das atividades econômicas, assim como da força de trabalho. Ressalta-se o fato de que o sistema vigente não estava satisfazendo o aumento da produtividade, de modo que os fatores econômicos descritos são marcantes para explicar o fim das sesmarias e do comércio de gado e charque. O período colonial abarca 200 anos de grandes mudanças para o território litorâneo e de marcantes transformações culturais. Caracteriza-se por uma diversidade de eventos históricos em nível regional e global, mas apesar da variabilidade de fatos históricos, é mantido o mesmo sistema agrário baseado na criação animal durante os dois séculos do período colonial (MÜLLER, 1998).

No período pós-colonial se distinguem dois sistemas produtivos acontecendo no mesmo local. Por um lado, o sistema de agricultura centrada na unidade doméstica com a criação dos quilombos, e por outro lado a cultura de arroz irrigado da grande propriedade.

As comunidades quilombolas são remanescentes dos escravos africanos e vivem em uma cultura de subsistência com características próprias. Os quilombos são terras em geral marginais e limitadas entre as propriedades dos grandes fazendeiros, divididas entre grupos de parentes e também receptoras de escravos fugitivos. As comunidades mantêm relações de coesão e unidade e realizam trocas entre as famílias. Porém é um grupo que vive na resistência, marcado pela exclusão social e histórica.

Incentivados por políticas de créditos agrícolas, no princípio do século XX, é introduzido o arroz na região e também nas comunidades quilombolas, que deixam de plantar outros produtos. O outro sistema agrário que podemos encontrar é formado pelas granjas de arroz irrigado que, com o fim das sesmarias, abre caminho para novos povoadores e para a instauração dos títulos de propriedade. Em 1920, o arroz já é a principal atividade econômica e a única agricultura mecanizada. Usam-se máquinas de motor leve: trator, bombas de vapor,

colheitadeiras e trilhadeiras. As relações sociais mudam com a formação do proletariado e mão de obra assalariada. A cultura do arroz irrigado encontra na área o lugar propício para sua explosão devido à abundância de recursos hídricos e às condições climáticas propícias (FALCÃO; SALUM, 1988).

O período seguinte vem marcado pela modernização da agricultura ou Revolução Verde, ainda tardia em terras brasileiras (GRAZIANO DA SILVA, 1996). De forma geral, é caracterizada por uma agricultura motomecanizada, com o uso de adubos químicos, herbicidas. Estas inovações aumentam exponencialmente a produtividade, o que vem acompanhado de uma explosão demográfica em níveis mundiais (ROSTOW, 1978; HAYAMI e RUTTAN, 1988), mas ao mesmo tempo gera um rápido esgotamento dos recursos, poluição do meio natural, desigualdade social cada vez mais marcante, miséria e fome (SHIVA, 1995; DAL SOGLIO, 2009; MIELITZ, 2010).

Com a modernização, a principal atividade econômica é o arroz, continua sendo o arroz, seguida do gado. É introduzido também um novo produto, a madeira, através de plantações de pinus e eucaliptus. Os grandes fazendeiros possuem o domínio da economia e das terras²⁸, sendo incentivados por políticas econômicas de nível nacional e internacional. O domínio desta unidade de produção influencia diretamente nas outras opções, cristalizando-se relações locais de dependência entre o grande proprietário e os demais grupos sociais, como os pequenos agricultores e quilombolas, que muitas vezes se empregam nas fazendas em épocas de plantio e coleta.

A agricultura de subsistência é formada por unidades familiares que plantam produtos de horticultura (cebola, arroz, feijão, mandioca, batata doce, frutais) e pequenos animais, com um preparo superficial do solo. Às vezes, usa-se maquinaria para o arado. A relação com a terra tem um caráter íntimo, com fortes vínculos históricos nas comunidades quilombolas.

Recentemente, um terceiro sistema, o agroecológico. É visto como um processo de mudança para criar outras relações de produção e acesso à terra. O sistema agroecológico funciona numa estrutura de agricultura familiar, também dentro das comunidades quilombolas. Pauta-se pelo conhecimento local, incentivo ao uso de plantas nativas, correção de solos, controle de pragas e fertilização do solo sem uso de insumos químicos, recuperação de sementes nativas, maquinaria leve e força de trabalho manual. Uma cultura de subsistência baseada no conhecimento da natureza e o respeito por manter seu equilíbrio. (MAZOYER, 2010).

²⁸ “Os Donos do Poder”, RAIMUNDO FAORO, 1976.

Estas transformações são sumarizadas no quadro a seguir, elaborado a partir de referências secundárias, que permitem um olhar panorâmico sobre os processos macro-históricos na região. Identificam-se quatro diferentes sistemas agrícolas selecionados e suas transformações através do tempo: o indígena, o colonial, o pós-colonial e o atual, descrevendo a unidade de paisagem, o tipo de cultivo, o sistema produtivo, os instrumentos e equipamentos, o acesso à terra e as relações de produção. São apontadas, algumas das causas e fatores que motivaram a mudança para o conseqüente sistema agrário.

Quadro 3- Diferenciação de Sistemas Agrários através do tempo

	Índigena	Colonial	Pós-colonial	Atual
Unidade de paisagem	Região costeira. Ecossistema dunar. Relevo plano, solo arenoso sedimentar. Vegetação pionera e restinga.	Região costeira. Ecossistema dunar. Relevo plano, solo arenoso sedimentar. Vegetação pionera e restinga.	Região costeira. Ecossistema dunar. Relevo plano, solo arenoso sedimentar. Campos antrópicos.	Região costeira. Ecossistema dunar. Capões de Mata. Relevo plano, solo arenoso sedimentar. Campos antrópicos. Arroz. Pinus e eucaliptus. Balneários.
Plantas cultivadas Animais domesticados	- milho, mandioca, abobra, batata, palmeiras.	-milho, mandioca, trigo, cebola, arroz, centeio, cevada e legumes -bovinos, equinos, ovinos.	-milho, mandioca, trigo, cebola, arroz. -bovinos, equinos, ovinos.	-arroz irrigado, madeira. Agroecologia. -bovinos, ovinos.
Sistema produtivo	-caça, pesca, coleta. -sistema de queimadas.	-caça, coleta. -preparo superficial do solo (fertilização com dejeções animais). -pecuária extensiva em campos sujos.	-caça, coleta. -sistema de cultivo com pousio e preparo superficial do solo. -sistema de criação extensiva. -cultura de arroz e pecuária de subsistência.	-arroz: sistema de cultivo motomecanizado, insumos industriais e transgênicos. -outras culturas: pousio e preparo superficial do solo. Insumos agroecológicos. -criação extensiva. -pesca artesanal
Instrumentos e equipamento	Equipamentos manuais: machado, pau de plantar, pedra lascada, anzóis de osso, arco e flecha, canoas.	-Equipamentos manuais: machado, arados, paus, enxadas. -Tração animal leve.	-Manuais: arado, enxada. -Tração animal leve: reboques, arado. -Motorizado leve: trator, bombas vapor, colheitadeiras, trilhadeiras.	-Manual e tração animal leve (reboques, arado) -Motorizado leve e pesado (trator, arado, bombas diesel/elétricas, colheitadeiras).
Força de trabalho	Livre	Escrava	Livre (agricultura familiar) Contratada (grande propriedade)	Livre familiar. Contratada.
Categoria social	?	Bandeirantes, jesuítas, sesmeiros, escravos, e agregados.	Quilombolas, pescadores, grande produtor, arrendatário, agricultura familiar, proletariado.	Fazendeiro, contratados, agricultura familiar, pescador, quilombola.
Acesso à terra	Livre, comunidades	Individual, propriedade regularizada (sesmarias)	-Individual: título de propriedade -Arrendamento -Parceria e posse -Quilombo	-Individual: título de propriedade -Arrendamento -Parceria e posse -Quilombo
Relações de produção	Subsistencia, trocas entre clãs.	-Subsistência. -Comercio de productos pecuarios. -Comercio de charque. -Mão de obra escrava.	-Subsistência e resistência -Comercio de produtos agropecuários.	-Subsistência convencional. -Subsistência agrocológica. -Subsistência pesca artesanal -Mercadoria agropecuária
Excedentes	?	-Bovinos e equinos vivos. -Couro, charque.	Milho, arroz, feijão, cebola, batata, trigo, leite, carne, bovino, suíno, equino, lá, couro.	Arroz, carne, bovinos, suínos, lá, madeira, resina.
Fatores para a transição	-Introdução de gado. -Genocídio indígena. -Concessão de sesmarias.	-Migração. -Abolição da escravatura. -Transporte hidroferroviário.	-Crédito agrícola e florestamento. -Rodovias. -Revolução verde.	?

Fonte: a autora (2015)

3.1 PAISAGEM

A área de estudo é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como de alta importância para a biodiversidade, representando um dos ecossistemas-chave para a conservação do bioma pampa. Esta singularidade é resultado da conjunção entre paisagem natural e ação humana como fonte transformadora da mesma e, portanto, resultando em biodiversidade. Podemos definir a paisagem como um espaço heterogêneo, formado por um mosaico de elementos dispostos no espaço e que mudam através do tempo (METZGER, 2001), caráter do dinamismo intrínseco deste. A paisagem é conformada então por mudanças em diferentes escalas e sob diferentes referências, como os processos geológicos ou ecológicos, mas também os processos históricos, políticos e sociais. Ou seja, citando Silveira, “*Toda paisagem é um produto híbrido de natureza e cultura.*” (SILVEIRA, 2007, p. 126).

A Planície Costeira caracteriza-se pelos campos nativos próprios da Pampa, atravessados por banhados e mosaicos de mata nativa de Restinga. Os ventos moldam as dunas que caminham no território formando e deformando uma paisagem altamente dinâmica. O gado, com o cavalo como protagonista, é acompanhado aos campos. Entre as areias, dois grandes corpos de água completam a paisagem, o mar e a lagoa albergando uma grande diversidade de aves.

Figura 6- Campos nativos



Fonte: a autora (2014)

Figura 7- Restinga nativa



Fonte: a autora (2014)

Figura 8- Cavalo e Pampa



Fonte: a autora (2014)

Figura 9- Ventos moldeadores da paisagem



Fonte: a autora (2014)

Figura 10- Dunas



Fonte: a autora (2014)

Fonte: a autora

Figura 11- Lagoa



Fonte: a autora (2014)

Figura 12- Mar

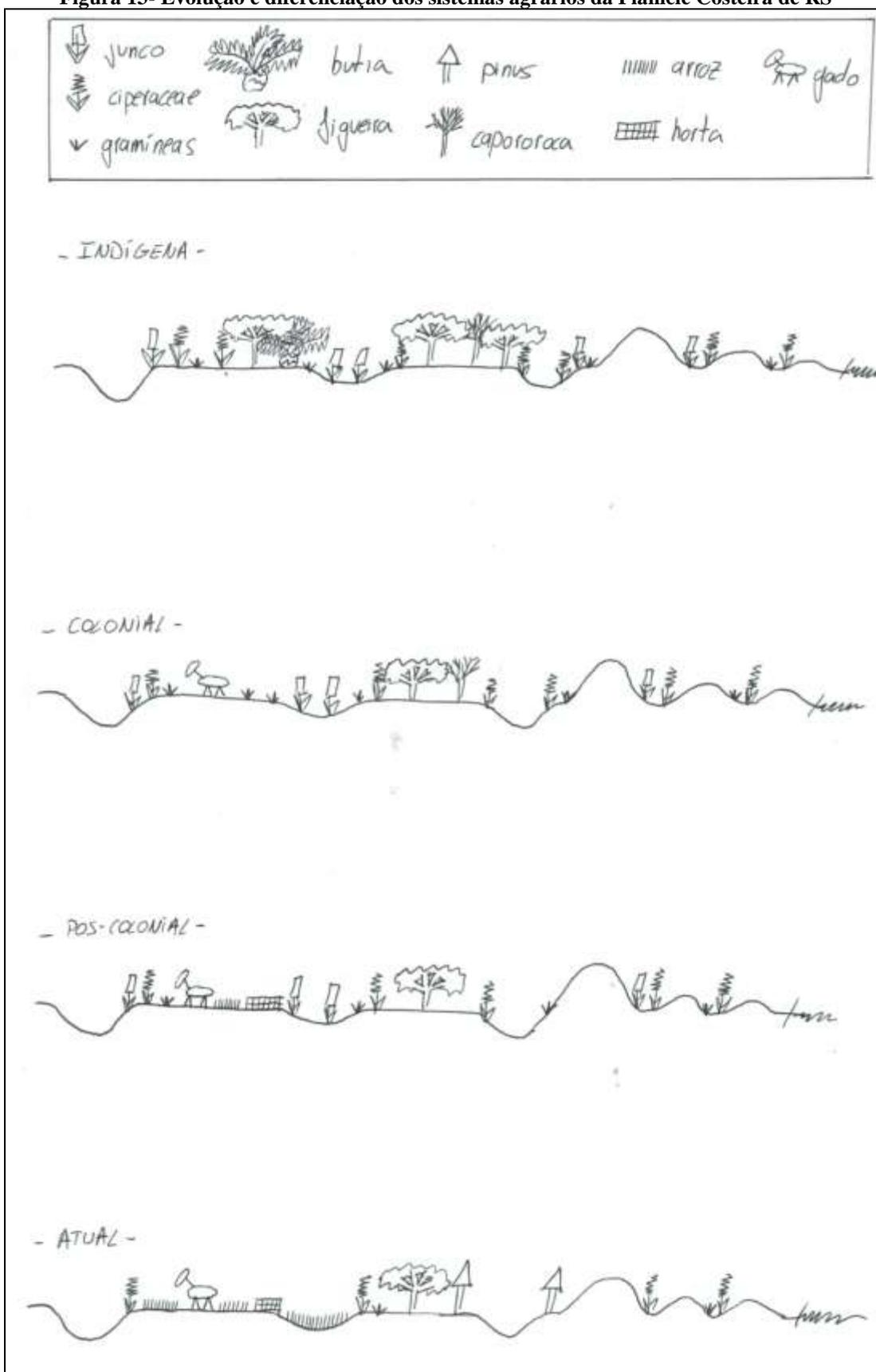


Fonte: a autora (2014)

Partindo desta visão dinâmica e heterogênea, podemos proceder a uma análise horizontal dos processos e padrões que configuram uma área. A paisagem estabelece uma relação dialética entre seus diversos elementos e com seu constante movimento de transformação no tempo e no espaço (BERTRAND, 2002). Analisar esta relação dialética pode nos ajudar a compreender melhor os impactos socioambientais sobre o território, ao estudar as razões causais pelas quais cada um dos atores intervêm e percebem o espaço.

O histórico de ocupação molda a paisagem podendo observar as marcas das interações antrópicas no território, além de deixar algumas características socioculturais próprias que descrevem o ser e sentir de um local. Apresento no seguinte desenho como tem se transformado a paisagem através do tempo, seguindo os quatro sistemas agrários diferenciados por épocas para este local.

Figura 13- Evolução e diferenciação dos sistemas agrários da Planície Costeira de RS



Fonte: a autora (2015)

3.2 AS TERRITORIALIDADES DO LITORAL MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL

Na descrição analítica das diversas territorialidades localizadas para este trabalho, seguirei um esquema que consiste na:

- a) exposição da historicidade de cada uma delas. Contextualizar a origem e os fluxos de sua formação sobre o território, e descrever a paisagem conformada nessa convivência;
- b) a descrição de sua estrutura organizativa: como é o núcleo familiar, como funciona, outras formas de associação entre os diferentes indivíduos que conformam a territorialidade, e como se dá a cooperação;
- c) as relações do grupo com a terra, através da análise do sistema de manejo: os tipos de agricultura, a forma de pesca, o modelo administrativo da UC;
- d) as conflitualidade inerentes à conformação de cada territorialidade, acompanhada da análise das inter-relações que existem entre todas as territorialidades e demais instituições e associações que convivem no território.

Localizo neste trabalho cinco territorialidades: Coloco a expressão 4 + 1 para diferenciar o 1, a gestão do Estado sobre o território através da gestão de uma área protegida, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Não considero territorialidade a relação que o Estado-Nação exerce sobre uma área de território. Um Estado-Nação exerce uma relação de posse, de propriedade imposta pela demarcação de fronteiras, resultado de lutas históricas por dominação do território, que não exerce uma relação recíproca de troca cultural, afetividades, inter-relações, vida. Diferencio este tipo de territorialidade por exercer uma gestão puramente econômica-política-militarizada, baseada no controle através da vigilância, punição e violência sobre os seres que nessa área (território) encontram-se. As quatro territorialidades são as diferentes relações com a terra/água que encontramos nas comunidades de pescadores artesanais, as comunidades quilombolas, os agricultores familiares e os fazendeiros.

A multiterritorialidade é estudada desde uma escala espaço-temporal através das relações sociais e relações “*promovidas pelas classes perante conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade*”. (FERNANDES, 2007)

Se tomamos como referência a classificação de tipos de território que Fernandes Mançano faz, podemos situar a gestão da unidade de conservação como território de primeiro tipo, situado no âmbito da governança sobre uma área. Já os territórios de agricultores familiares, quilombolas, pescadores e fazendeiros seriam territorialidades por ser o modo de

uso dos territórios classificados como de segundo tipo. Enquadrados no âmbito da propriedade como espaço de vida (FERNANDES, 2008) que pode ser privada ou comunal. Mas também seriam territórios de terceiro tipo, por estar relacionados com a territorialidade. O terceiro território contém todos os tipos de território, refere-se ao estado relacional a partir das conflitualidades. Com isso o PNLP também é terceiro território.

A classificação de Fernandes é interessante para destacar a multiescalaridade do território, para pensar em territórios dentro de território. Mas fica complicado trabalhar com o primeiro, segundo e terceiro tipo como ferramentas descritivas no trabalho de campo. Pois se todo território é relação e conflitualidade, os níveis deixam de fazer sentido e a superposição escalar não explica nada sobre as pessoas que estão convivendo nessa relação e nesses conflitos. Por isso prefiro definir os territórios em conflitos dentro da região de estudo a partir das territorialidades na suas representações como noções de caráter analítico, ao invés que defini-los como categorias pertencentes às políticas públicas, as quais têm criado também um sentimento de pertença e identitário dessas categorias, apesar de muitas vezes esses sentimentos e/ou essas categorias não serem reais. Falarei da territorialidade dos pescadores artesanais, dos quilombolas, dos agricultores familiares, dos fazendeiros, e do território da Unidade de Conservação.

Além disso, no capítulo quatro da dissertação, tratarei especificamente dos diálogos e relações entre os diferentes grupos, estarei trabalhando diretamente com o terceiro território de Fernandes, a interdependência relacional entre todos os tipos de território e as conflitualidades intrínsecas a essas relações.

Cada um destes quatro grupos apresenta uma diversidade tão ampla, especificidades, variações que chegam ao nível de indivíduo, que o fato de tratar aqui sobre grupo de pescadores artesanais, por exemplo, é uma escolha puramente analítica. Não é um conceito, apenas uma categoria para facilitar as descrições e o trabalho acadêmico de análises das “realidades” apresentadas com o objetivo de aprofundar na discussão de conceitos e na criação de conhecimento.

3.2.1 Agricultores Familiares

Entre os agricultores familiares da região, todas as famílias entrevistadas moram no mínimo há três gerações na região litorânea. Ali nasceram, se criaram e viram o passo do tempo e das transformações das terras através da história de seus antepassados. Como eles dizem: “*somos mostardeiros de nascimento e de tradição*”. (João)

Os terrenos que ocupam os agricultores familiares são diversos e estão distribuídos por toda a região, entre as grandes propriedades e as lagoas. Mas poderíamos dizer que existe uma tendência de ocupar as terras próximas da rodovia. Este movimento não possui muito tempo já que a estrada tem apenas uns 20 anos desde que foi finalizada. Mas as famílias migraram para perto dela por causa da facilidade de conseguir instalação elétrica, sendo que os terrenos mais afastados demoraram mais tempo para receber luz.

Todas as famílias entrevistadas, por serem “mostardeiros de tradição” provêm de uma cultura ceboleira, sendo que o trabalho com legumes e hortaliças é uma inovação no local. No tempo da cebola as crianças ajudavam no trabalho da roça arando, tirando a cebola ou carregando o produto na carreta, que era puxada até a lagoa para embarcar e ser transportado até os centros urbanos. Ou levavam a cebola em carreta direto para Porto Alegre, numa viagem que durava dias e que se fazia na antiga estrada de areia. Na mesma viagem que era levada a cebola, eram trazidos de volta o resto de produtos necessários que não chegavam à região.

Todos fomos criados na roça, na Terra, mas antes os filhos trabalhavam para os pais, agora é ao contrário. Eu com dez anos estudava e ajudava na cebola. Hoje é um trabalho de idosos. (João).

Nesta fala percebemos a força da tradição da cultura ceboleira na região. A mudança para outro tipo de produção demandou os desafios práticos de conhecimentos das formas de manejo, assim como enfrentar o peso da tradição, que joga com sentimentos identitários, além da ruptura com toda uma forma de vida que se traduz em uma forte territorialização. As transformações geracionais enfrentam diretamente essa tradição convertendo-se numa força desterritorializante. O fato de que as novas gerações não queiram trabalhar no campo não é apenas uma resposta frente o declínio do cultivo da cebola, é o reflexo de um mundo movimentado por o entrecruzamento de fluxos e interinfluências globalizadas que não se explica apenas por razões econômicas, e sim por um conjunto de símbolos culturais, das novas linguagens e ritmos de comunicação nos quais as novas gerações nascem. Mas esta mudança não é unidirecional, as gerações que estão plantando de fato, assim como os pais desses jovens que já não querem mais plantar, também exercem sua influência e interação com aqueles jovens que não querem mais o trabalho no campo.

Apesar de tradicionalmente sempre existir nas propriedades a horta para autoconsumo, a venda destes produtos nunca foi um recurso econômico da região. O começo da produção de hortaliças para venda esta diretamente relacionada aos efeitos negativos do processo de modernização da agricultura e dos apoios recebidos por incentivos públicos através de

políticas de crédito rural direcionados à agricultura familiar. Esse processo tem início há cerca de 15 anos atrás, coincidindo com a criação da associação de hortifrutigranjeiros “Freguesia da terra”. A conversão de ceboleiros para hortifrutigranjeiros não é apenas uma história de luta e resistência; influências econômicas, a rede de informações, os padrões de consumo e experiências pessoais também são forças para esta mudança. O fato é que a cebola como paisagem dominante no Litoral Médio foi substituída pelo arroz, o pinus, e agora pela soja, e não por hortas e pomares.

3.2.1.1 As formas de organização

Os agricultores e agricultoras que entrevistei repetem um padrão de estrutura familiar, o casal é formado por habitantes da região, raro é encontrar algum dos membros que nasceu em outro lugar do Rio Grande do Sul. As condições específicas do território fazem com que as pessoas se conheçam entre si, o isolamento geográfico e temporal da região das dunas fez com que os fluxos migratórios de pessoas fossem mais reduzidos que em outros lugares. Existe, portanto, um alto grau de parentesco e de relações de proximidade entre os vizinhos.

A família centra-se no casal, com uma idade média que supera os quarenta anos e ambos trabalham na agricultura. Todos têm filhos, uns três ou quatro, compreendendo diversas idades. A maioria daqueles que já cumpriram os 18 anos, saíram da região, migraram para a cidade e se dedicam a atividades urbanas. Às vezes algum filho fica, alguns são também agricultores e outros decidem morar na sede urbana do Município. A princípio suas atividades são urbanas, mas por encontrar-se perto dos pais, continuam o vínculo com a terra ajudando em certas épocas do ano ou quando acontecem imprevistos para o núcleo familiar que requerem “uma mão a mais”. Além do núcleo familiar, irmãos, avós e primos vivem na mesma propriedade ou na vizinhança, caracterizando-se como extensa, sobretudo, em relação à administração das terras, sendo comum o apoio mútuo entre irmãos e primos. Assim como o sustento dos mais idosos por parte dos membros ativos da família, as famílias destacam as relações de apoio mútuo entre eles. A divisão sexual do trabalho na família é marcante. Não obstante denunciar a estrutura familiar dos agricultores como uma organização fundamentada no machismo não é uma afirmação absoluta; mas também não se pode negar a existência do mesmo e de uma forma muito arraigada nos comportamentos do cotidiano e com um destaque forte na divisão das funções dentro da família. Afinal de contas, quem decide o que é ou não machista? Não podemos aplicar os códigos de conduta e

padrões de comportamento que se dão na cidade ou em uma cultura específica, para descrever e/ou julgar os códigos de funcionamento no rural em um local determinado. Tanto homens como mulheres são agricultores, ambos plantam, cuidam da roça, dos animais, da venda dos produtos na feira. Mas algumas atividades são exclusivas, sendo as típicas funções do gênero feminino: cozinhar, lavar as roupas e limpar a casa. Com os homens que conversei foi lançada a pergunta de se sabiam cozinhar e se gostavam, todos responderam afirmativamente, e insistiram em que, às vezes, eles fazem a comida. Mas a realidade vivenciada e as conversas com as mulheres negavam esta disposição masculina.

Algumas propriedades possuem algum córrego de água formado por canais naturais que atravessam os campos nativos, ou pequenos banhados próprios da região. Os córregos, naturais em sua origem, sofreram várias alterações e remodelações com o tempo, assim a maioria já é artificial. Os banhados foram aterrados para ganhar terra firme destinada ao cultivo ou à construção. Devido à influência marcante dos ventos, encontramos em todas as propriedades leques (apara-ventos) de taquaras plantadas como barreira para o vento Minuano. Os terrenos conservam também os campos nativos, e muitas vezes se faz um trabalho de recuperação e melhoramento do solo com a EMATER.

Figura 14- Horta e apara-ventos de taquaras



Fonte: a autora (2014)

As casas são de madeira com telhas de fibrocimento ou de barro. Foram todas construídas pelas próprias famílias. O recurso monetário e muitas vezes também a mão de obra são familiares. Os recursos para construir as casas provêm das vendas dos produtos e/ou do trabalho assalariado ocasional. As subvenções do governo também têm sido uma grande ajuda para que as famílias consigam custear suas casas, além de outras estruturas necessárias para o trabalho no campo como galpões e estufas. Os materiais muitas vezes são reciclados,

ou obtidos nas proximidades da propriedade, ou comprados quando necessário. A construção da casa é gradativa, ajustando-se às necessidades familiares. É uma construção por módulos, quartos vão aparecendo, outros se transformando. Os materiais utilizados também têm esse dinamismo adaptados às necessidades de cada tempo e vivência familiar. Quando as condições econômicas são favoráveis se investe em melhorias para a casa, mudando madeiras, conseguindo telhas de barro, realizando um trabalho para deixar o lar mais confortável e seguro.

Além da casa de moradia, encontramos sempre um ou dois galpões de trabalho, onde se guardam as ferramentas e se armazenam os produtos. Também as cabanas para os animais, chiqueiros, galinheiros, todos construídos artesanalmente com materiais próximos do terreno. Algumas das famílias decidiram ter também estufas para proteger a horta durante o inverno. As modificações climáticas que vêm se experimentando nos últimos anos fazem com que a estufa seja cada vez menos necessária. A questão cultural também influencia na decisão de ter ou não ter estufa, as famílias, a maioria de descendência açoriana e africana, não possuem uma cultura de plantar com estufa. O clima ameno do litoral torna desnecessária esta construção, apesar de no bioma Pampa haver geadas, a cada ano estas são menos fortes e menos frequentes.

Figura 15- Galpão



Fonte: a autora (2014)

Figura 16- Armazém de produtos



Fonte: a autora (2014)

As propriedades têm um tamanho de entre 1ha e 5ha, e podem chegar a até 50ha, no caso de pecuaristas familiares que combinam essa atividade com a agricultura. A heterogeneidade do tamanho da terra concorda com a heterogeneidade de tipos de agricultores. Apesar de que a cifra de 50 ha parece muito, o tamanho para a região é pequeno, pois existem fazendas de até 10.000ha. As condições físicas da região fazem com que seja necessária uma quantidade maior de terra para conseguir o autossustento²⁹.

²⁹ Não entrevistei nenhum pecuarista familiar na pesquisa devido ao esforço de campo, mas cito aqui a existência

As famílias que se ocupam unicamente da atividade agrícola usam em torno de 0,5ha e 5ha para plantar horta de autossustento e para venda. Na propriedade há também pomar e plantação de milho e cebola, variando a quantidade de extensão dedicada às mesmas, segundo tipo de propriedade. Algumas das famílias plantam também arroz em pequena escala. Mas por este cultivo não ser o recurso econômico que lhes confere o sustento familiar, o foco neste tipo de plantação é secundário, às vezes nem conseguem vender o produto, tendo arroz apenas para autoconsumo. Muitos deles deixaram de plantá-lo faz tempo. O trabalho na propriedade é fundamentalmente familiar, mas às vezes se torna necessário realizar trabalhos assalariados para fora, normalmente em alguma fazenda vizinha.

Esta territorialidade se caracteriza pela sua autonomia a qual preenche todas as necessidades da vida cotidiana. Começando pela soberania alimentar, e seguindo da moradia, o controle sobre a saúde, a independência dos patrões, até a fabricação de móveis, roupas, utensílios, óleos e sabão caseiro. A pesar de nenhuma das famílias conseguir um abastecimento alimentar 100% da propriedade, todas se sentem autônomas e satisfeitas com a produção de alimentos para autoconsumo, alcançando em todos os caso um mínimo de 50% de produtos cultivados na propriedade. É curioso destacar que nenhuma possui como objetivo alcançar o 100% de produção para o autoconsumo, considerando essa ideia como impossível e desnecessária. Dizem que nos tempos de hoje as necessidades mudaram, e os hábitos alimentícios também. Apesar de antes o cultivo de autossustento cobrir uma porcentagem maior, hoje a diversidade dos produtos consumidos é maior, e preferem essa diversidade mesmo, que tenha que vir de fora, à plenitude do autoabastecimento.

[...] porque nós nunca fomos dependentes, tem outros que nunca saíram da dependência. (João).

Existe um marcante sistema organizativo baseado no apoio mútuo. Os laços de ajuda que se criam dentro do grupo dos agricultores familiares vão além da estrutura familiar, se ampliando ao círculo de vizinhos. O apoio entre eles se dá a partir das trocas de produtos, mas também de mão de obra, ou de ajudas de qualquer tipo em caso de necessidade de algum membro da família. As trocas se dão entre famílias e vizinhos de uma forma naturalizada e como uma prática tradicional na região, explicada pelas características e história da mesma. Trocas convertem-se em uma necessidade e uma forma de sustento numa região isolada. O tipo de trocas pode ser através do intercambio de produtos que não são cultivados

de esta modalidade peculiar no local, sobretudo, porque se trata de um sistema em que a questão da quantidade de terras é crucial.

em uma propriedade, mas também são comuns trocas de materiais como ferramentas, utensílios, adubos e fertilizantes. As trocas não são apenas de objetos materiais, podem ser também na forma de favores estreitando ainda mais os laços de amizade e o sentimento associativo entre os agricultores familiares.

Este sistema de apoio se vê refletido na formação e funcionamento da associação Freguesia da Terra. Na forma de ajuda nas vendas, cuidando da banca quando alguém tem que sair, ou se revezando em casos de enfermidade ou algum compromisso. Até colocando preferencialmente para venda os produtos de algum dos membros da associação que tenha vendido menos nesse dia. O objetivo associativo não é apenas um interesse funcional no sentido prático, de aumento do ganho e as possibilidades. O associativo é um sentimento que se estende às relações de amizade entre as diferentes famílias de agricultores familiares. Sem entrar no campo da união identitária, a qual não é reconhecida nem faz sentido outorgá-la pela academia. A união por um sentimento de amizade, que se manifesta através do associativo, cria vínculos de afinidade e de similitudes entre as famílias, mas sem um discurso unitário ou a pretensão do mesmo.

A iniciativa de transição para uma agricultura de horta começou depois da experiência de alguns dos agricultores os quais tinham adquirido conhecimentos sobre poda, sementes, capina; enfim, sobre o manejo do cultivo de legumes e hortaliças, bem diferente do manejo para se plantar cebola ou arroz. Inspirou-se entre alguns dos agricultores a força para iniciar os trabalhos de plantar horta para venda. Este pequeno grupo organizou e formou a associação de produtores orgânicos do município de Mostardas com o nome de Freguesia da Terra. A associação foi fundada em 9 de setembro de 1999, com um número inicial de 14 membros. Hoje o grupo é praticamente o mesmo do início, somando os filhos de um par dos agricultores. Freguesia da Terra apresenta-se como uma cooperativa de agricultores. Apesar de vários dos membros da associação serem quilombolas, o vínculo principal é a produção de orgânicos, mais que uma relação identitária, de classe ou trabalhista. O regimento interno funciona com a troca da diretoria a cada dois anos, e as reuniões acontecem quando se torna necessário tratar de algum assunto específico.

No início era muito difícil colocar o produto, a desconfiança característica da região obrigava os agricultores a ir de porta em porta para vender os legumes. A hortifruticultura não era comum na área, e muito menos um produto que se apresentava como orgânico. Foi graças aos incentivos por parte de Zé Terra³⁰, figura emblemática da região e o prefeito da época, que

³⁰ Zé Terra é o apelido como se conhece José Terra Machado; foi presidente do Sindicato Rural de Mostardas e da Câmara Municipal. É conhecido como tradicionalista líder ruralista, político e sindical, e tropeiro do litoral.

a associação começou ser aceita. A preocupação pessoal do prefeito com o aumento do índice de câncer no município se converteu numa preocupação da sociedade local, razão pela qual, os produtos orgânicos passaram ser uma demanda. Assim organizou-se com a prefeitura uma visita ao sítio Pé na Terra, em Novo Hamburgo. Vários dos agricultores se deslocaram até a propriedade que trabalha com orgânicos desde 1989, para realizar um curso e troca de informações de sistemas de manejo agroecológicos. Os membros da associação insistem na importância da prefeitura na época incentivando a criação da associação.

[...] sabíamos produzir, mas não trabalhar em grupo. (João).

A visita ao sítio Pé na Terra foi de grande importância, sendo a troca direcionada, sobretudo, ao aprendizado de como se trabalhar em grupo. Além da parte comercial da produção, ou seja, como embalar, as medidas para a venda na banca, a organização das encomendas. Foi feita também pela associação uma visita à Maquiné para ver a produção de mudas e estufas. A associação funciona como a ferramenta principal para o escoamento da produção. As expectativas dos membros da associação se resumem nas palavras de um dos agricultores:

[...] meu sonho é chamar mais pessoas para ver como produzimos sem agrotóxicos porque tem muitos que não acreditam. (João).

No início da associação não se podiam colocar como de produção orgânica, apesar de ser este o motivo principal de sua criação, pois se usavam adubação com calcário e ureia. Produtos que apesar de não ser considerados agrotóxicos, também não se utilizam num sistema orgânico.

Os produtos são escoados principalmente através da feira popular que se realiza no centro da praça principal da cidade de Mostardas as sextas feiras de manhã. O transporte das mercadorias até a feira é feita graças ao caminhão que a comunidade quilombola dos Teixeira. Várias bancas são montadas no centro da praça, sob uma estrutura de alvenaria construída pela prefeitura, onde são divididos os produtos de horta por um lado e os elaborados na agroindústria de processamento e alimentos dos Teixeira no outro lado. A venda de hortaliças e legumes também se dá pela entrega pelos próprios agricultores nas residências. Outra forma de escoar com a produção é através das trocas entre a vizinhança.

3.2.1.2 Sistema de manejo e a relação com a terra/água dos agricultores familiares

As famílias dedicam-se à hortifruticultura associada à criação de animais de pequeno porte. Nas hortas encontramos vários tipos de alfaces, agrião, rúcula, a famosa mostarda da região, couve, repolho, brócolis, beterraba, cenoura, espinafre, tomates, ervilha, morangas, cabaças e vários tipos de batatas e de feijão (preto, vermelho, sopinha). Todas as hortaliças plantadas em temporada. A horta combina-se com o pomar, que se destaca pela abundância dos cítricos: laranjas, bergamotas, limões. Também se combinam com frutas nativas como maracujá, goiaba e araçá. É comum também encontrar uma grande variedade de espécies de plantas medicinais, temperos e algumas PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais). Este tipo de plantas não é cultivado, mas sim favorecidas ou plantadas por interesses próprios, normalmente manejados pelas mulheres da família. Além de cuidar destas plantas nas proximidades da casa, as mulheres possuem o conhecimento acerca das espécies de plantas medicinais nativas dos capões da floresta de restinga que percorrem a planície.

Figura 17- Cultivo diversificado



Fonte: a autora (2014)

Acompanhando a horta, criam-se animais como galinhas, porcos, patos e às vezes algumas vacas, e também cavalos. O sistema de criação serve de reforço e fechamento de todo o sistema de agricultura familiar. Galinhas, patos, vacas e porcos servem para

complementar a dieta. Os ovos e o leite, além da carne são para o autossustento, ou destinados para celebrações e festividades, como aniversários, casamentos, páscoa ou natal por exemplo. Às vezes a criação dos animais se faz exclusivamente para a venda de alguns dos indivíduos para reforçar a entrada de dinheiro. Além disso, com o esterco que se produz se realiza a adubação orgânica da própria horta. Os cavalos e vacas servem também como tração para trabalhar o campo e arar a terra.

Figura 18- Criação de animais



Fonte: a autora (2014)

Figura 19- Criação de animais



Fonte: a autora (2014)

O sistema de manejo das famílias é uma agricultura de base ecológica, caracterizada pela integração de todas as partes do sistema. Tendo como fundamentos promover a diversificação de cultivos usando os recursos locais, a rotação de cultivos, a reciclagem de nutrientes e energia, a substituição de insumos externos e químicos, o melhoramento do solo, o aumento da matéria orgânica e a integração de cultivos com a criação de animais no local. Pode-se considerar toda esta série de práticas caracterizam-se por uma lógica de atenção e conformidade com os ciclos naturais dos cultivos, o que promove a biodiversidade e evita a contaminação e poluição de solo e águas. (ALTIERI, 2002). Além da questão ambiental, a agricultura de base ecológica fundamenta seus princípios em práticas sociais e econômicas também sustentáveis e que visam promover o favorecimento dos mercados locais e de trocas, promovendo a autossuficiência alimentar e o autoconsumo. (VAN DER PLOEG, 2008).

Figura 20- Agricultura de base ecológica

Fonte: a autora (2014)

A maioria dos insumos encontra-se na propriedade. Não são usados pesticidas químicos. A adubação é feita pelo esterco animal, além de pelo preparo de composto com restos orgânicos. Os agricultores criaram seu próprio minhocário e a composteira, sendo cada uma de um tipo diferente segundo as necessidades, variando de família em família. Alguns deles usam pó de rochas para recuperar o solo e também como fertilizante. Este elemento é comprado e trazido de fora.

Figura 21- Minhocário

Fonte: a autora (2014)

Existe bastante polêmica sobre a questão dos “insumos alternativos” dentro de sistemas de manejo com base ecológica. Muitas vezes usam-se adubos não químicos, mas seguindo a mesma lógica que a agricultura convencional, é dizer, procurando aumentar a produtividade, mas sem ter em conta o fator limitante do solo ou os ciclos naturais específicos da região.

Se somos orgânicos ou não é uma discussão que vocês desde a academia questionam e tem que resolver. Nós apenas plantamos com o que temos, cuidando nossa terra. (Tadeu).

A fala deste agricultor questionando a teoria e a prática resulta muito interessante, não apenas quanto às práticas de manejo, mas também no que se refere à construção do conhecimento. Discussões que surgem do meio acadêmico afetam os discursos e sentimentos dos sujeitos convertidos em objeto de pesquisa. Além da relação com os padrões institucional e legislativo, criam-se códigos de manejo de agricultura orgânica, exigindo se ajustar aos padrões para conseguir certificação e legitimar todo o sistema de manejo do agricultor familiar. Nesta fala vemos como a agência do agricultor é marcante da territorialidade, existe autonomia para o trabalho na roça, se adaptando as necessidades e condições locais, além de cumprir as exigências que os especialistas determinam para definir que é e que não é uma agricultura orgânica.

Ressalta-se que no contexto em questão usam-se agroquímicos, o qual também foi registrado na entrevista com uma das famílias, apesar de que neste caso também seu uso é alternado com o esterco e composto fabricado na propriedade. Esta família argumenta que “é necessário usá-los, só insumo orgânico não dá”. Existe aqui também uma agência forte do ator, ele decide o que fazer na sua propriedade baseado em indicadores e categorias vindas de fora. A diversidade de agricultores familiares é uma das características desta territorialidade, com uma autonomia que supera categorizações e padrões.

Normalmente a propriedade é organizada separando as plantações dedicadas a venda das plantações que são para o autoconsumo. Poderia existir apenas uma horta e pegar dela o que precisar para o autoconsumo, mas o padrão de dividir o que é meu do que é para vender aos outros se repete. E isto tem consequências também no tipo de cuidados de cada um dos espaços. Acontece, às vezes, de a horta de autoconsumo ser muito mais cuidada que a horta para venda, pois se realiza um manejo orgânico. É nesta horta para venda aonde se usam os adubos químicos quando for o caso; insisto na diversidade encontrada nas famílias, sendo que alguns os usam e outros não. Este padrão resulta uma incoerência para as famílias que decidem usar os adubos químicos, pois sendo conscientes de seu perigo, eles mesmos não os

consumem, mas sim os colocam para que outros os consumam. Aqui é quando regularização legislativa e códigos de manejo das propriedades fazem sentido.

A irrigação é feita normalmente por mangueiras de gotejo ou por pulverização. As águas provem na sua maioria de poços artesianos cavados na propriedade, e puxados graças a uma bomba a motor de gasolina; depois a água é armazenada em tanques e caixas de água. Os córregos, quando existem, também são utilizados; os banhados raramente são tocados, a não ser relacionado a uma necessidade específica de algum ano seco ou da salinização da terra. Quando na propriedade se planta arroz, as águas provêm na sua maioria da lagoa dos Patos, e são trazidas através de canais devido à extensão que ocupa o arroz ser grande demais para a capacidade de irrigação dos poços.

Graças ao convívio no local com vários dos agricultores, foi proposta por parte de um deles a possibilidade de fabricar um biocomposto veloz. Organizou-se uma oficina na casa do agricultor, mais um agricultor (além da pesquisadora e um outro acompanhante da atividade de campo). Entre quatro, passamos uma tarde toda fabricando um composto, chamado de veloz, que segundo a receita estaria pronto em sete dias. A fórmula foi tirada do livro *“Elaboración de abonos orgánicos, fermentados y biofertilizantes foliares. Experiencias con agricultores em Mesoamérica y Brasil”* (RESTREPO, 2001). Livro que o agricultor proponente tinha em sua casa. A receita misturava esterco de gado, porco e galinhas, todos pegos na propriedade do Tadeu, o proponente da atividade. Recolheu-se terra local, terra preta da floresta. Esta é uma inovação do agricultor, que argumenta que é necessário usar a terra preta boa que existe no local para reproduzir os microorganismos específicos que habitam em ela. Usaram-se farelo e casca de arroz, ambos abundantes na região. Normalmente são usados para cobrir os solos e proteger da erosão climática, servem como insumo orgânico natural. Agregou-se pó de rochas e calcário de concha, ambos produtos externos que tiveram que ser adquiridos. A decisão de agregá-los é devida a que a região é muito arenosa e precisa de um insumo mineral que alcalinize a terra e proporcione certos nutrientes. Agregou-se também fosfite, produzido na propriedade a partir de espinhas de peixe fermentadas. O agricultor decidiu também adicionar carvão como um insumo local a mais, proveniente da queima de lenha local, outorgando-lhe um significado mais místico que umas razões bioquímicas. A fermentação foi proporcionada pelo caldo de cana e levedo de cerveja. E tudo misturado com água.

Figura 22- Fabricação do biocomposto veloz

Fonte: Henrique Wopala (2014)

Apesar da receita do livro ser diferente, usamo-la como guia e improvisamos alguns elementos com recursos locais ou insumos que estavam na mão. As quantidades foram também modificadas de acordo com os recursos disponíveis, obtendo-se ao fim cerca de 50 sacos de composto. Os sacos têm sido distribuídos gratuitamente entre os agricultores amigos e pessoas que o necessitavam, como por exemplo, as mulheres que cuidam da casa de cultura de Mostardas, as quais iniciaram uma horta orgânica no pátio da casa, influenciadas por conversas enquanto tomávamos chimarrão juntas.

A oficina surge de uma iniciativa pessoal movida pelo interesse de trocar conhecimentos sobre agricultura orgânica, e compartilhar o trabalho em equipe, mais do que por benefício pessoal. Este tipo de iniciativa mostra a grande criatividade e capacidade criadora do agricultor familiar. A mudança da receita usando os elementos que estão ao alcance detona a adaptação necessária que se deve ter ante os condicionantes pessoais. O conhecimento do local da região onde se nasceu e o cultivo da terra desde gerações permitem que a receita seja modificada agregando os elementos mais benéficos para as características específicas locais. Esta força criativa e criadora esta orientada a busca de autonomia e a troca de saberes em base ao apoio mútuo e redes de solidariedade. Ha uma motivação política por trás relacionada à luta contra o monocultivo, o uso de agrotóxicos e o domínio da indústria alimentar. Tanto é que esses temas acompanharam nossas conversas durante todo o processo de fabricação do composto.

Outra atividade realizada com os agricultores é o processo de debulhar o feijão. Esta

atividade faz parte de todo o sistema de manejo da propriedade, de uma forma artesanal e familiar. A mão de obra é familiar e feita de um modo tradicional, sem máquinas nem cadeia de processamento. O feijão é recolhido na foz e acumulado sobre uma lona onde se deixa secar por alguns dias. Quando as vagens estão secas podem abrir-se com facilidade apenas realizando um movimento de sacudida e golpeio dos manojos de plantas sobre a lona. Pouca a pouco as sementes vão se desprendendo do fruto e ficam acumuladas na lona. Depois limpa-se os restos vegetais e selecionam-se as sementes para a venda. Ensacando-se em pacotes de um quilo. São vários tipos de feijão cultivados, destacando o preto e o vermelho, também o fradinho, e o característico feijão sopinha da região, ligado a cultura negra de Mostardas.

Figura 23- Debulha do feijão



Fonte: a autora (2014)

Figura 24- Feijão vermelho



Fonte: a autora (2014)

Os terrenos dentro da diversidade de cada família, conservando todos os capões de mata nativa. De fato, destaca-se visualmente, ao passear por qualquer propriedade de pequeno agricultor, são todas verdes e cheias de diversidade. Comparadas com a paisagem dominante do arroz, mais homogêneo e monótono. Este contraste paisagístico é decorrente de uma organização do território específica, que pertence a uma territorialidade concreta. (FERNANDES, 2008).

“Os capões de floresta nativa tem que cuidar, né? Se alguém não cuida, (eles) acabam com tudo. Antes tinha muito mais. Aí vivem os bichos, é sua casa”.
(Silvio).

A fala deste agricultor já demonstra como o terreno da propriedade não é apenas o lugar da atividade produtiva que sustenta a família, e sim um lugar onde se constrói um modo de vida com códigos de funcionamento característicos que denotam uma territorialidade específica. Além de uma estreita relação com a natureza não apenas como um elemento a mais da paisagem, e sim como uma parte da família, que requer de cuidados e atenções

específicos. Os capões de mata nativa são respeitados e considerados como um lar. Moradia das outras criaturas que convivem junto, e um lar que eles como agricultores que sentem o dever de proteger esses ambientes. Pois se não são eles os que cuidam o pouco que ainda tem, nada sobraria. E esta função tem sido auto-atribuída por eles mesmos.

Figura 25- Capões de mata nativa nas propriedades dos agricultores familiares



Fonte: a autora (2014)

Tive ainda a oportunidade de realizar um passeio na mata nativa, acompanhada de Rosa Elena, uma das agricultoras. Durante a caminhada conversávamos sobre as plantas medicinais e a espiritualidade. O momento de estar na mata, sozinha, de senti-la, era descrito como um momento importante de paz e harmonia interior, quase como algo sagrado e que se tornava uma necessidade na sua vida. Estar perto da natureza para poder senti-la, acompanhá-la. Dentre as plantas que encontramos na mata com propriedades medicinais, recolhemos folhas de *quaresma*, *baliera*, *unha de boi*, *melhoral*. Rosa Elena me passou também uma receita de xarope feita com banana de gravatá, coração de banana, abacaxi e mel. Outras espécies também medicinais, mas não necessariamente nativas ou pertencentes aos capões são utilizadas comumente por ela, como por exemplo, folhas de laranjeira ou a popular carqueja e marcela dos campos.

A relação com a natureza é intensa e estreita. Amam viver no lugar onde estão, e nunca trocariam sua chácara por uma cidade. Todos têm passado por experiências laborais em

outros lugares e funções, mas a satisfação de plantar é destacada em todos os casos. Essa satisfação é colocada como um sentimento de autonomia, de empoderamento, de prazer, e de necessidade.

“A única coisa que não é mensurável é o ambiente”. (Tadeu).

Mas não apenas como uma necessidade material, e sim como algo espiritual. A necessidade de estar perto da terra, de tocá-la. As plantas fazem parte do bem-estar e saúde destas pessoas, não entendidas apenas como recurso de autossustento, e sim como uma parte mais de seu mundo. Um elemento que outorga o entendimento de quem são e qual é seu sentido em este mundo.

“A natureza é magnífica”. (Silvio).

Vários dos agricultores manifestam um carinho por seus bichos, muitos deles têm nomes, apesar do fato de que vão ser consumido em algum momento ou vão ser vendidos. Quando numa propriedade existe alguma árvore centenária, como alguma figueira, ou umbu, típicos do pampa; este indivíduo adquire uma importância protagonista para família, como se fizera parte dela. É um símbolo que conta a história familiar. É uma evocação das memórias e lembranças pessoais. É um livro onde cada galho representa o nascimento de um novo ser na família.

Figura 26- Figueira



Fonte: a autora (2014)

3.2.1.3 As relações com os outros

Como em Mostardas e Tavares não existia essa cultura de plantar legumes e hortaliças, a comida vinha toda da CEASA, atualmente, apesar de ter aumentado a porcentagem de produção desse tipo de alimentos, a CEASA continua sendo o provedor da maioria de legumes nos municípios. Este fato demonstra a falta de consciência sobre segurança alimentar e de planejamento do desenvolvimento local, pois as condições climáticas e de solo da região permitem o cultivo de alimentos que garanta e sustente o consumo da população local, além de produzir excedentes que poderiam ser comercializados com outros municípios. Carências e faltas de infraestrutura, recursos, informação, educação e vontade política, assim como pressões econômicas e dos interesses dos grandes produtores, tem impedido desenvolver a produção local de legumes e hortaliças.

A circulação das mercadorias em uma área local favorece as relações de confiança entre os vizinhos, assim como reafirma a agricultura orgânica como uma alternativa de desenvolvimento na região. Além dos moradores dos municípios comprarem na feira local reforçando o trabalho dos agricultores de seu município, a confiança nesse tipo de produção aumenta, convertendo-se em uma demanda por parte do consumidor. Além disso, sendo a agricultura familiar considerada no sistema de produção alimentar como uma alternativa ao sistema agroindustrial mundializado, podem estar fortalecendo outras formas de desenvolvimento mais alinhados com o meio ambiente, com a justiça social, com a segurança alimentar e com a saúde pública.

Ao mesmo tempo, apesar da quantidade de produção orgânica local não abastecer as necessidades dos municípios completamente, tem produtos em excesso que precisam ser escoados fora da região. A falta de infraestrutura no nível estadual, com falta de informação e comunicações entre municípios faz com que muitos produtos se percam na cadeia de mercado. Trocas de produtos entre municípios próximos pode ser uma vantagem para os agricultores que tem excesso de produto além de ser também um incentivo para o aumento da produção. Políticas públicas como a merenda escolar (PNAE) ou a criação de territórios rurais (PTDRS) podem ajudar a realizar essa articulação entre municípios reforçando a figura do agricultor familiar de produção orgânica.

Existem várias narrativas na região que remetem ao tempo da cebola na qual os pequenos agricultores têm sido enganados na hora de colocar a produção para venda. No início dos anos 90 uma das famílias entrevistadas relata que cerca de 20.000 réstias de cebola foram vendidas a atravessadores que vem de fora com os caminhões para levar o produto,

mas a família nunca recebeu o dinheiro. O que os deixou com uma dívida no banco. Este fato obrigou-os a trabalharem horas extras fora da propriedade sem abandonar as atividades agrícolas. A carga de horas de trabalho assim como a pressão pela dívida bancária impõe transtornos relevantes para o dia a dia de esta família. Esta história não é um caso isolado. Outras pessoas da região contam histórias parecidas.

A relação dos agricultores familiares com a EMATER sempre foi boa segundo os entrevistados, apesar de alguns casos particulares de desentendimentos. Em geral a instituição é muito valorizada pelas famílias. Destaca-se a administração dos últimos dois anos com o novo gestor como muito mais proveitosa e de resultados práticos que as anteriores.

Já as relações com a prefeitura são mais complicadas, as queixas referem-se a falta de interesse e vontade política para um adequado planejamento da agricultura familiar fora das plantações de arroz. Não há a credibilidade relação ao papel da prefeitura como um órgão de gestão preocupada com as necessidades das famílias. O histórico e a “politicagem” que descrevem como algo bem comum no funcionamento dos municípios cria uma distância e esta incredulidade com a prefeitura. Apesar dos movimentos iniciais da associação Freguesia da Terra estarem relacionados ao apoio recebido da prefeitura da época, este reconhecimento fica centralizado na figura do Zé Terra. A personalização do poder nas diferentes gestões de diversas instituições governamentais na região é outorgada pelos habitantes locais, assim como os próprios gestores se a outorgam a si mesmos. Claro que não podemos dizer isso de todas as instituições, mas pode-se considerar que é uma característica da região.

O Estado é uma instituição afastada com a qual não se interagem, existe uma falta de relação direta com os diferentes ministérios, por isso as famílias não respondem nem negativa nem positivamente sobre sua relação com o Estado. Claro que poderíamos pensar que este órgão está diretamente presente através das políticas públicas, mas como a prefeitura é não se apresenta efetiva, e a EMATER é o órgão técnico de aplicação, é através desta instituição que as famílias de agricultores estabelecem diálogo com o sistema de governo. É através da EMATER que se determina a execução efetiva ou não das políticas, ou seja, a criação de relações passa diretamente por esta instituição.

Aqueles que se dedicam ao cultivo de legumes e hortaliças, e ainda de forma orgânica, representam uma minoria em resistência em relação aos grandes proprietários dominantes. A resposta dos agricultores ante a pergunta de como é viver da horta diz “*nós fazemos pulos aqui*”. Em este sentido o papel do governo se torna fundamental para o sustento das famílias. Os programas de ajuda ao agricultor familiar dos últimos 15 anos são um elemento-chave na

explicação do processo de mudança das atividades produtivas das famílias. Sem as subvenções das políticas públicas várias das famílias não conseguiriam sobreviver apenas da horta, e o índice de ocorrência de que algum dos membros da família realize trabalhos fora da propriedade seria maior.

“hoje consigo viver só da horta, graças aos incentivos do governo”.
(João).

A iniciativa da produção de alimentos orgânicos surge da necessidade de alguns indivíduos que tomam uma postura de resistência e de luta contra a produção convencional hegemônica. Esta resistência surge não apenas de uma consciência política, e sim da experiência de vida que tem colocado vários dos agricultores em situações de risco de vida ou morte.

“Quando nasceu meu primeiro filho há 25 anos foi trabalhar em Rio Grande na Vila Quinta como hortigranjero. Usavam veneno. No trabalho eu aplicava agrotóxicos, então adoeci, com sérios problemas nos rins a causa do uso de roundup. Meu filho tinha só 6 meses. Fiquei no hospital algum tempo. Essa experiência fez com que passara plantar só orgânico e mudara de visão”.
(João).

Esta experiência radical e assustadora, fez com que acontecera uma mudança de visão, e se passara plantar só orgânico.

É preciso destacar que todas as famílias de agricultores tem se dedicado ou ocasionalmente ainda se dedicam, a outras atividades fora da propriedade. A própria tradição da região resultante da divisão da terra em sesmarias desenha um plano no qual os grandes proprietários de terra, os senhores, necessitam da mão de obra dos pequenos para cuidar da fazenda. Os trabalhos assalariados que os agricultores familiares realizam são sempre trabalhar na fazenda de algum vizinho próximo. Esta relação cria até hoje numerosos problemas e tensões na região.

“Antes trabalhava em lavouras, também nos alambrados, mas muitas vezes nem pagavam. Tem uns aí que querem que trabalhe só por comida.” (João).

As relações empregado-empregador na região não são regidas pelas normas da legislação trabalhista brasileira, existindo denúncias de diversos tipos: assédio às mulheres, não assinatura da carteira, não pagamento dos trabalhos, até denúncias de trabalho escravo relacionadas com a extração de resina dos pinus.

O trabalho de pequenos agricultores fora de suas propriedades é colocado como uma necessidade de subsistência pelas próprias famílias. Que esta necessidade seja real ou uma

imposição precisa ser avaliado. Entrar em uma discussão direta com os agricultores sobre esta necessidade seria pretensioso demais seja pela autoridade sobre a gestão de casas de família, seja pelo respeito aos modos de vida. No entanto, realizar uma discussão política ou acadêmica sobre as condições impostas na gestão do território permite a possibilidade de questionar a criação de carências e de necessidades. Se acreditamos na agricultura familiar (sobretudo, orgânica) como base para a soberania e a segurança alimentar, caberia denunciar a “necessidade” dos agricultores realizarem trabalhos assalariados fora da propriedade para cobrir as necessidades. Ou questionamos se essa soberania é possível. Ou se quem diz que é possível encontra-se em uma posição de não estar plantando, podemos questionar esse alguém e o seu discurso ilegítimo.

São os próprios agricultores os agentes de suas vidas, mas existem condições históricas, econômicas e culturais que moldam as oportunidades de ação de cada família. Contudo, esta territorialidade se destaca pela e invenção e a busca de autonomia. A relação com os fazendeiros é marcante no seu campo de atuação, mas a agência dos agricultores familiares é também característica e definidora de sua territorialidade.

“Apenas é feliz aquele que tem o que pode. Há que saber administra se com o que um tem, sou pobre porque outros me roubam e são ricos. E não sou pobre porque sou feliz com o que tenho, sei administra-o”. (Adão).

Dos dois sindicatos que existem nos municípios, o patronal e dos trabalhadores, as famílias de agricultores vão se encaixar no segundo, não significando que sejam membros do mesmo. Mas denota a clara demarcação entre os ditos “grandes” e os “pequenos” produtores que existe na região, em que os agricultores familiares vão se organizar em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Esta divisão não é apenas uma questão produtiva, e sim toda uma relação de classe social, marcada fortemente pelo desenvolvimento histórico da região. Que se traduz em uma disputa de interesses e de discursos sobre como planejar o desenvolvimento. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais vai se ocupar de diversas tarefas burocráticas, além da divulgação e disseminação da ideia da produção orgânica, mas também vai tomar como lema político a luta de classe no campo, enfrentando essa divisão entre “grandes” e “pequenos”. Não obstante nem todos os agricultores familiares apoiam ou fazem parte de este sindicato, havendo também a discordância com a política do mesmo e o modo de operar. Precisamente pela insistência entre a relação opressor-oprimido, grande-pequeno, que o STR estabelece. Pois para algumas das famílias entrevistadas as relações na região são muito mais complexas do que essa oposição binária, sendo que há inúmeras formas de

relações entre um fazendeiro e um agricultor familiar.

Em geral os agricultores familiares apenas têm contacto com o outro sindicato, o Sindicato Rural (SR), sendo que “*é outra areia*”, diz um dos agricultores. O sindicato está ligado com a SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) oferecendo cursos educativos de diferente índole todo ano, o que tem boa acolhida da população em geral. O trabalho focado nos jovens tem sido bem-visto nos municípios. São feitos também cursos de formação especializada para trabalhar com as novas tecnologias nas lavouras, que são direcionados aos possíveis trabalhadores assalariados, mas estes cursos têm uma receptividade menor, e a efetividade esperada pelo SR também não é a esperada.

O Sindicato Rural realiza todo ano um concurso com um premio intitulado “pequeno produtor destaque”. Um dos agricultores familiares entrevistados ganhou o premio um dos anos, o qual foi “*um pacote de sementes transgênicas de milho e um adubo tóxico, (risadas)*”. (João).

Apesar de este ato ser tomado com calma, e de ser relatado em tom jocoso por parte do agricultor, não deixa de ser um ato violento. Apenas o título “pequeno produtor destaque” deixa clara essa divisão de poder hierarquizada através dos qualificativos “grande ou pequeno”, se referindo ao tamanho da terra em propriedade. A falta de uma regulação fundiária significa uma perpetuação das hierarquias no campo manifestadas nas relações sociais que se naturalizam no local, e não por isso deixam de criar fortes conflitos de interesses e tensões de classe que são violentas.

A relação com os fazendeiros se torna então um duplo jogo de poder, no qual o agricultor familiar está subordinado por razões históricas (falta de regulação fundiária) e por razões ideológicas (modo de pensar o desenvolvimento traduzido no modo de fazer agricultura) ao poder dos “grandes produtores”. Da mesma maneira esta relação de poder deixa atados aos agricultores familiares que muitas vezes dependem, ou dependeram, do trabalho que podem requisitar nas lavouras e esta relação de dependência impede qualquer enfrentamento mais direto ante abusos, ameaças ou incumprimento das leis. O fato de serem todos vizinhos, e se conhecerem desde crianças dificulta ainda mais as coisas, sendo que a dependência e o poder são velados por uma relação de vizinhança que também impede a subversão de esta situação. Condição que remete a própria estruturação social em que o oprimido não quer se reconhecer como tal, pois uma vez feito esse reconhecimento apenas pode enfrentar o poder e quebrá-lo. (FOUCAULT, 2003).

“Aqui em Rincão não tem isso de grande vs. Pequeno, tudo mundo se conhece. O grande tem só 200 há e ele conseguiu trabalhando. Mas tem histórias por aí...os grandes enganando aos pequenos. Mas tem grande que também ajuda o pequeno, alguns ficaram grande trabalhando”. (João).

Nesta fala podemos ver como se quer tirar importância da situação de poder através de argumentos como que “todo mundo se conhece”, ou que não existe um verdadeiro enfrentamento, alias, “tem alguns grandes proprietários que ajudam ao pequeno”. E para terminar, a ideia de que o grande é grande porque conseguiu a terra graças ao próprio esforço do trabalho. Não se desconsidera o fato de que através do trabalho um agricultor consiga comprar mais hectares de terra para trabalhar, aumentar sua produção e conseqüentemente sua renda e qualidade de vida, o fato de ter crescido em tamanho de terra pelo próprio esforço não significa que a relação de poder deixe de existir. A dependência e a subordinação criadas pelo tamanho de terra continuam sendo um diferencial nas relações sociais estabelecidas. Podem ser todos vizinhos e se encontrar nos rodeios, mas a desigualdade das condições continua a criar desigualdade e injustiça sociais. A dependência laboral criada pela estrutura fundiária faz com que muitas vezes os agricultores familiares prefiram ou necessitem trabalhar nas lavouras dos grandes, e essa dependência faz com que o enfrentamento por essa razão história não exista, alias, pode ser encoberta com facilidade diante do agradecimento por conseguir um emprego, ou o sentimento de que estão recebendo ajuda por ser contratados.

“Graças a Deus eu me dou bem com todos os fazendeiros, até com os Azevedo que plantam mais de 1000 quadras e tem mais de 1000 vacas, pois eu trabalho como empreiteiro para eles.” (João).

Além de apenas com a linguagem utilizada pelo agricultor, os “grandes” e os “pequenos”, observamos como a divisão de classe social é marcante e naturalizada. Parece que é assumido que as hierarquias fazem parte da estrutura social, que as classes existam e que, portanto, o tipo de trabalho e as condições de vida são aquelas que correspondem a cada estrato. Assumir esta ideia de estrutura como algo imutável é um dos resultados que melhor conseguiu a expansão do capital e a morte das revoluções neste século. As relações desiguais de poder se naturalizam de forma sistêmica o que faz com que ele deixe de ser reconhecido e, portanto, apontado e combatido.

Nas relações com as comunidades quilombolas, existem laços de confiança, de apoio mútuo e de reconhecimento entre ambas as territorialidades. Muitos compartilham laços de parentesco. Mas é, sobretudo, através da associação Freguesia da Terra que se estabelece uma relação mais forte e construtiva.

Na relação com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), aparecem conflitos derivados da conceituação da natureza e das práticas de gestão da mesma por parte do Estado. A influência territorial que exerce a unidade de conservação na região vai além da sua extensão no mapa e a área de amortecimento, pois o discurso e o debate ambiental transpassam essas fronteiras. Apesar de nenhuma das famílias de agricultores entrevistada possuir propriedades lindeiras ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe, todas criticam a gestão ambiental do ICMBio. O choque de entendimentos acerca da natureza é forte, e, portanto, o modo de relacionar-se com ela também. A gestão é um conceito que pode ser utilizado quando falamos do ICMBio, mas que não abrange o modo de se relacionar com a natureza por parte dos agricultores. Uma das críticas que se repetiam era, por exemplo, as medidas propostas para a figueira. Esta espécie é proibida de cortar, mas, conforme os agricultores, exerce uma pressão parasitária sobre outras espécies nativas cada dia menos numerosas, as quais são reconhecidas pelos agricultores como portadoras de várias propriedades, como madeiras de qualidade ou aplicações medicinais. O mesmo debate sobre a figueira se encontra também nas falas dos fazendeiros, que critica a proibição ao corte a partir do argumento de que a espécie teria raízes muito poderosas que estragam as casas e por isso deveriam ser cortadas, portanto, uma terceira compreensão sobre a figueira radicalmente diferente.

Todas as características descritas sobre a territorialidade dos agricultores familiares, o tipo de manejo agroecológico, a autonomia, o apoio mútuo, a estrutura familiar, a organização social, as relações de vizinhança e com a natureza, a valorização do conhecimento local, são todos mecanismos sociais operando contra a desterritorialização manifesta na forma de desvalorização da agricultura, marginalização das famílias e perda de saberes e de terras pela expropriação do capital.

3.2.2 As comunidades quilombolas

A região do Litoral Médio é uma região que abriga cinco comunidades quilombolas, três situadas no município de Mostardas, e duas no Município e Tavares. Sendo que em toda a planície do litoral médio há um total de oito comunidades, as quais mantêm fortes fluxos de comunicação e trocas, formado uma rede consolidada na região. As comunidades de Mostardas são a “Casca”, o “Beco dos Colodianos”, e os “Teixeras”; em Tavares estão a comunidade “Olhos de Água” e “Capororoca”. Cada uma das comunidades tem a suas características específicas, a origem de sua formação como quilombo nos tempos

coloniais, e a formação da comunidade como território diferenciado num processo político de luta por direitos são também específicas e singulares. Mas dentro de toda a heterogeneidade é preciso destacar que tanto historicamente como nos relacionamentos atuais, todas estas comunidades mantêm um estreito vínculo associativo, familiar, de parceria e de colaboração. Existe um alto grau de parentesco que percorre a planície toda, superando os limites municipais no que se refere á distribuição das famílias; demonstrando que a territorialidade vai além de fronteiras administrativas.

Para o trabalho de campo as comunidades com quem teve maior contacto foram o “Beco dos Colodianos” e os “Teixeras”, apesar de ter conversado com membros de quase todas as comunidades através dos fóruns e outros espaços de reunião, as visitas às propriedades e galpões comunitários tem sido efetuadas nas duas comunidades citadas antes.

A extensão do território quilombola é um tema polémico e diretamente relacionado com o processo de demarcação das terras, que está em curso no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em ambas as comunidades. Dados de medições, feitas nos anos 70 por funcionários do Estado, não coincidem com documentos oficiais da cessão de terras ocorrida no final do século XIX, nem com os relatos dos idosos quilombolas. A princípio a comunidade dos “Teixera” está sendo demarcada com uma extensão de 500 ha, e o “Beco dos Colodianos” com 100 ha. Mas estas medidas são sempre menores do que as indicadas pelos próprios quilombolas como seu território. O processo de demarcação se soma ao processo histórico do negro na região como uma parte a mais na conformação de territorialidade, as dificuldades, as polémicas, os tempos da burocracia, o processo de organização interna são todos elementos que influenciam essa construção territorial.

Por outro lado, dentro dessa extensão encontramos uma mistura de propriedades, algumas pertencentes a membros da comunidade, outras terras de fazendeiros. A conformação de propriedade privada faz com que as terras sejam vendidas, ou arrendadas, às vezes cedidas, por isso dentro da comunidade quilombola, nem todos são quilombolas. Existe uma pressão comum as duas comunidades que é o esvaziamento da comunidade; terras são vendidas em favor dos grandes proprietários de terra e fazendeiros, os quais estão aumentando o tamanho de suas propriedades avançando sobre o território quilombola.

“O grandão vai esmagando o pequeno, os grandes ofertam dinheiro para vender.”
(Enio).

Novamente aparece a relação grande-pequeno característica da região e já comentada anteriormente. O interessante de esta fala é a mostra de como é exercida uma verdadeira

pressão, a oferta de dinheiro reflete a procura por terras e o avanço da produção do agroindustrial sobre as outras formas de vida, neste caso ameaçando a territorialidade quilombola diferenciada.

Figura 27- Cebola



Fonte a autora (2014)

A cebola também é um elemento marcante na história da territorialidade quilombola desta região. A cebola traz muita riqueza à região toda, chegando a ser uma grande fonte de renda nos anos 80, inclusive sem necessidade de ir trabalhar fora da propriedade.

“O salão paroquial foi construído todo com recursos próprios da comunidade.”
(Jose).

Quando o mercado da cebola entrou em declínio, muitas famílias endividaram, obrigando vender terras ou incluso sair da comunidade.

“mas tem aí grandes devendo e não aconteceu nada, eles não venderam as terras e andam por ai em camionete.” (Jose).

De novo a explícita relação de poder que marca toda a região, mostrando como o sucesso ou fracasso de uma cultura ou estratégia produtiva não depende apenas das condições históricas e econômicas específicas, e sim das relações de poder que desenham essas estratégias e decidem quem fracassa e quem sobrevive.

3.2.2.1 Comunidade Quilombola dos Teixeiras

A comunidade dos Teixeiras está situada no lado da lagoa dos Patos, apesar de nenhuma das propriedades ter acesso direto a água, sendo estes espaços propriedade de fazendeiros. Atualmente moram 96 famílias, somando 276 pessoas, com um alto grau de parentesco entre elas. Todas se conhecem e há uma boa convivência. Realizam-se reuniões semanais na sede comunitária, construído com ajudas do governo através de projeto da EMATER e o INCRA.

A história da comunidade dos “Teixeiras” é muito peculiar, o território quilombola resulta de uma doação de terra de três irmãs, solteiras e sem filhos, que deixaram como herança 2000 ha para os escravos serventes, que passaram a ser libertos. Os documentos datam de 1818 e 1826, data bem simbólica já que ocorre 70 anos antes da abolição da escravatura. Os documentos estão oficializados antes o padre e o juiz da época³¹. Este fato atraiu escravos fugidos de outras partes, convertendo-se a região num refugio ou quilombo social.

Figura 28- Leitura dos documentos da "deixa" das terras na Comunidade dos Teixeiras



Fonte: a autora (2014)

O processo de demarcação atual, influenciado pela onda de reconhecimentos da região, iniciada em 2006 pela Casca, incitou aos Teixeiras ao autorreconhecimento como comunidade quilombola, e entraram com um pedido junto à Fundação Palmares que foi aceita. O processo encontra-se atualmente no INCRA.

³¹ Documento em apêndice A e B.

Em 2006 formou-se a associação com estatuto e regimento interno em dia, e que exerce ativamente as funções tanto burocráticas como de organização comunal e resolução de conflitos internos. A associação surge à raiz de um conflito com a Prefeitura, a qual pedia recursos para o Estado sob a alegação de que comunidades quilombolas existiam sob a jurisprudência municipal. Pediu-se ajuda à EMATER e ao STR e criou-se a associação que lutou para recuperar seus direitos. Quase todos da comunidade fazem parte da mesma, sendo membros 92 famílias.

“Tem algum bate-bica, mas a gente se entende.” (Janette).

A familiaridade entre eles e as reuniões semanais fazem com que a associação, além dos fins burocráticos e administrativos, cumpra um papel fundamental nas dinâmicas coletivas. Fortalecendo os laços sociais afetivos, resultando em uma maior coesão intragrupo, além de confiança e ânimo para realizar atividades conjuntas, como são encontros festivos, celebrações históricas e religiosas, o que fortalece muito a comunidade.

Mas nem todas as famílias da comunidade fazem parte da associação. Os brancos, por exemplo, não são membros por decreto do regimento interno desta comunidade. Este tipo de decisão é combinada em cada comunidade quilombola, sem significar uma regra. Quando foram cedidas as terras, apenas os negros podiam comprar-vender. Aconteceu que alguns negros compraram casa para os brancos. Nos “Teixeras” se um negro casa com um branco e este mora na comunidade por mais de dois anos, ele “vira negro”, adquirindo os mesmos direitos e deveres que os membros negros da comunidade, segundo seu regimento interno.

“Quando interessa é branco, quando interessa é negro, aí não interessa...o caminhão que trabalha aqui é dos brancos, mas é quilombola reconhecido. Eu não concordo com isso aí, tem que ser todos iguais, mas não me meto por não criar conflito.” (Janette).

A questão racial é um marcador importantíssimo na historicidade da territorialidade quilombola até os dias de hoje. A frase de Janette denota que apesar de o quilombola se identificar e reivindicar a cor negra como uma arma política e histórica, a questão racial não é tão clara assim para todos os quilombolas, havendo discordâncias ente eles sobre o significado de ser quilombola apenas pela cor de pele. Outras relações que implicitamente representam poder estão atuando na demanda da negritude como arma identitária, pois segundo o interesse, prefiro ser branco ou prefiro ser negro. A luta histórica por justiça social enquanto a cor da pele precisa ser reconhecida e levada à frente através de processos como, por exemplo, o reconhecimento e demarcação de territórios quilombolas,

mas a luta por justiça social também deve superar a relação racial em favor do respeito para cada indivíduo.

3.2.2.2 Comunidade Quilombola Beco dos Colodianos

A comunidade “Beco dos Colodianos” situa-se do lado da praia, e apenas a 3 km dos limites do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. São 34 famílias morando no território quilombola, e 23 delas pertencem à associação. Todas as famílias são mostardenses há gerações, e assim como no “Teixeras” existe um alto grau de parentesco.

Na comunidade do “Beco dos Colodianos”, as terras também foram concedidas, elas surgem de “uma deixa”³² de terras as quais se estendem até o oceano. No ano 2006, através de estudos antropológicos é determinado que efetivamente trata-se de um território quilombola, e é organizada uma reunião com a comunidade para perguntar-lhes se querem assumir essa identidade e iniciar os processos de demarcação territorial. Todos aceitam, e é formado o “Beco dos Colodianos”, em nome da Claudina, a liderança da comunidade na época da deixa.

A fundação oficial do quilombo depende de um movimento externo a comunidade, não por uma pressão interna; também pela influência das outras comunidades vizinhas, “Casca” e “Teixeras”, as quais estão mais avançadas no processo político de formação territorial-identitária e de demarcação das terras. Este fenômeno resulta muito comum na formação de quilombos em todo o Brasil a partir, sobretudo dos anos 70; nos quais muitos estudos antropológicos partindo das universidades aceleram processos de demarcação identitária. Isto não significa que não existia já um sentimento comum monolítico. Mas sim que podemos relacioná-lo com processos de “cooptação” política no sentido de introduzir as formas e estruturas do modelo político atual dentro de grupos que estavam alheios a essa participação e esses modos organizativos. As consequências por um lado resultam na visibilidade de grupos que viviam marginalizados. Por outro lado a vida nas formas organizativas ancestrais apresenta uma certa perda, principalmente das formas tradicionais de vida comunal.

O tamanho do território é também polêmico e neste caso, a princípio dizem que a extensão seria de uns 1000 ha, mas o tamanho que esta sendo demarcado no INCRA é menor.

“A terra foi passada para minha avó Claudina com mais de 1000 ha, mas os brancos foram tomando conta, como não tinha papel, então pegaram. O documento

³² Esta expressão é usada pelos próprios quilombolas para se referir à doação destas terras que os senhores deram para os escravos na metade do século XIX.

foi guardado pelos ricos e o perderam, ou tal vez os velhos morreram e os filhos não se preocuparam...” (Silda).

A polêmica no processo de demarcação é comum e esta nutrida de múltiplos fatores. Por um lado a questão do racismo precisa ser considerada, “*os brancos foram tomando conta*”, é uma realidade que ainda hoje acontece na região, sem nenhum tipo de apontamento ou denuncia de tipo legal nem social. O avanço acima das terras quilombolas tem a ver com o não reconhecimento de sua legitimidade como território, existindo comentários racistas por parte da população, assim como indiferença por parte do Estado que toma uma atitude passiva e de omissão através do descaso no processo de demarcação. Por outro lado o imperativo da burocracia como ferramenta que ateste a veracidade dos fatos, tendo em conta que o papel, ainda mais em uma comunidade rural negra e com alto índice de analfabetismo, é um símbolo não usado pelos quilombolas, é sim pela cultura branca ocidental colonial. A relação de classe entre ricos e pobres perpetuando as relações coloniais ainda estava presente quando se concederam as terras para a comunidade, “*o documento foi guardado pelos ricos e o perderam*”. A dependência é tal que o documento não fica em mãos de quem deveria, complicando todo o atual processo burocrático de demarcação, pois o papel que outorgaria a legitimidade exigida pelos procedimentos estatais foi perdido. A história de ocupação contada a través da memória dos descendentes não é suficiente para legitimar o território segundo as ferramentas etnográficas usadas no processo de demarcação. Apesar do laudo antropológico declarar a comunidade como quilombola, o processo como um todo encontra-se parado no INCRA, devido às dificuldades ditas, além de aos problemas da conjuntura política atual nas demarcações de populações tradicionais no Brasil todo.

No “Beco dos Colodianos” existe também associação, desde 2006, que se reúne quando necessário, mas neste caso o regimento interno e as demandas burocráticas não estão corretamente regularizadas, dando problemas na hora de aprovação dos projetos de governo e instituições. O que cria graves problemas internos e tensões, pois os projetos não chegam.

3.2.2.3 Estrutura organizativa, núcleo familiar e formação de associação nas comunidades quilombolas de Teixeira e Beco dos Colodianos

As famílias são compostas pelo casal e entre dois e quatro filhos e moram na região há gerações, colocando-se como “mostardeiros de tradição”. As principais atividades produtivas são a agricultura junto com a criação de gado de corte, a pesca, sobretudo, aqueles que moram em Tavares, o artesanato desenvolvido pelas mulheres e atividades assalariadas,

normalmente em fazendas da região, frequentemente realizadas pelos homens. Na época da cebola a atividade agrícola era o principal sustento da família assim como uma atividade exclusiva. As famílias eram autossuficientes, agora viver da terra se tornou mais difícil obrigando á diversificação e a pluriatividade.

As casas são de madeira, tendo sido construídas por eles mesmos, aos poucos usando os recursos disponíveis. Atualmente algumas das famílias estão dentro do programa “Minha Casa Minha Vida” do Governo Federal, na espera de aprovação e execução do projeto dentro das Comunidades Quilombolas de Rio Grande do Sul. Antes as casas eram construídas com barro e junco:

“O Batista e o Dario ainda tem uma casa de essas com junco. Eram muito melhores. Hoje tem que gastar mais para construir, além de não ter junco.” (Silda).

Esta frase reflete a profunda transformação que a modernidade e as relações do Estado têm feito nos modos de vida tradicional. Segundo Silda, as casas de antes eram melhores, em um sentido econômico, além de pela qualidade. O trabalho autônomo e usando os materiais disponíveis era a prática habitual, representando uma relação mais estreita entre o homem e a natureza e um reforço dos laços comunais. Os programas de governo vêm para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas são implementados como pacotes fechados e generalizantes, que resultam muito engessados na prática, pois as condições específicas de cada local assim como a tradição histórica da comunidade não são levadas em conta. O fato de que já não se construía as casas tradicionais de barro e junco está relacionado também com os problemas ecológicos resultantes da introdução do pinus, pois o junco passou a ser uma espécie ameaçada, muito pela concorrência de espaço com o pinus; a espécie passou ser protegida, logo é impossível a colheita para poder construir.

Os terrenos das famílias são propriedade particular e, mesmo que sejam parte da Comunidade, por serem propriedade privada, os efeitos práticos sobre a posse da terra atendem às mesmas regulamentações que qualquer outra propriedade, podendo ser vendidas e compradas livremente. Desse modo encontramos propriedades arrendadas, outras cedidas, outras vendidas, tendo resultados visuais na conformação de uma paisagem variada. Esta dupla característica supõe desafios para a gestão individual e coletiva dos quilombolas. Por um lado a livre compra-venda de propriedades particulares fez que a paisagem das comunidades se convertesse em uma mistura de sistemas de manejo, havendo presença de fazendeiros com um monocultivo de arroz e uso de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que encontramos pequenas propriedades de policultivo e diversos usos da terra, muitos deles ecológicos. Isto cria uma paisagem muito heterogênea, além de uma concorrência tanto social

como biológica pelos diferentes usos e interesses sobre a terra. A fronteira do território está aqui representada não por um limite sobre o terreno através da propriedade privada, mas por uma delimitação relacionada aos interesses de uso da terra, e os diferentes modos de vida.

Essas questões, relacionadas à relação indivíduo-comunidade, são pontos de tensão e repercutem politicamente, principalmente quando se faz necessário um discurso homogêneo enquanto uma comunidade quilombola. Por exemplo, se uma pessoa decide cultivar de modo diferente dentro da comunidade, como isso repercute ou é aceito pelos outros? Ou o fato de que existam modos de cultivo diferentes, por exemplo, as lavouras de arroz como repercutem nos cultivos orgânicos? Quando a propriedade que se dedica a esta atividade não faz parte da comunidade, mas sim compartilham o mesmo espaço geográfico. As decisões são individuais, mas repercutem em toda a comunidade. E por outro lado as decisões são alheias à comunidade, mas também repercutem sobre ela. O que nos leva refletir com maior profundidade sobre essa relação indivíduo-coletivo, e sobre a formação de pertença a comunidade. Como se elaboram as decisões, individual ou coletivamente? Existem mecanismos de criação de consenso comunitário?

As comunidades possuem associação com regimento interno próprio, do que denota a existência de mecanismos de decisão e consenso comunitários, assim como a definição específica das características de cada comunidade e de seu sentimento de pertença. Nos Teixeras o funcionamento da associação reflete um alto grau de organização interna e um processo coletivo de toma de decisões, já no Beco dos Colodianos (assim como em Olhos de Água ou Capororoca) o nível organizativo é menor. No resto da planície, a comunidade de Casca e a do Limoero, são as que se apresentam com maior grau organizativo e de efetividade, devido ao avanço nos seus processos de demarcação assim como no andamento de políticas públicas como “Minha casa minha vida”. Mas este indicativo não diz necessariamente respeito ao sentimento de pertença ou aos mecanismos de toma de decisões coletivas. Apenas ao estado de avanço e efetividade das políticas públicas. No Fórum das comunidades quilombolas da planície que é realizado há mais de 9 anos (do qual falarei com maior detalhe no próximo capítulo), são discutidas estas questões sobre as diferenças de demandas e condições entre as oito comunidades. Apontando que aquelas que têm maior necessidade são as menos atendidas e as mais afastadas no processo de integração política. O nível de coesão que se reflete nestas falas nos Fóruns diz respeito muito ao modo organizativo comunal e ao sentimento coletivo, denunciando as interferências do sistema político estatal.

As associações surgem como uma ferramenta nas demandas políticas do processo de

demarcação. Antigamente não existia essa entidade, mas sim que havia uma organização comunal do território e uma tomada de decisões coletivas. Provenientes da relação histórica e ancestral do próprio negro. Segundo eles mesmos as formas de organização comunal provem de sua origem africana.

“A organização vem muito de raiz, sempre foi assim. Todos pegam junto, ninguém dirige.” (José).

Os mais idosos, ressaltam porem que, antes o sentimento coletivo era maior e que a comunidade antes era mais unida, assim como as atividades junto e sobretudo o encontro nas festas, os almoços coletivos, o dia da consciência negra, da festa da comunidade. Também apontam a perda em pouco tempo do respeito anciãos. Na tradição afrodescendente, os mais velhos representam a sabedoria da comunidade, sua voz era escutada e influente, e se consideravam com grande respeito. Atualmente há queixas relacionadas à falta de preparo de lideranças como a do presidente da associação e as mudanças que supõe a vida moderna. Mas também falam da necessidade de se reunir mais e de ter união dentro da comunidade. A pesar de serem apontados os problemas que supõe a liderança de um indivíduo, relacionados à centralização do poder, se acredita na vida em comunidade e se pensa que a organização coletiva é muito melhor.

3.2.2.4 Sistema de manejo e relação com a terra/água nas comunidades quilombolas de Teixeiras e Beco dos Colodianos

Quando se entra no território quilombola apreciamos uma paisagem diversificada, uma mistura de campos nativos e terras de cultivo, normalmente arroz, com porções menores de batata, feijão, mandioca, e até butiá. Os campos de pastagem com vacas e ovelhas estão separados por caminhos de terra serpenteantes, e delimitados por cercas vivas formadas pela espécie nativa maricá (*Mimosa bimucronata*), que separam as propriedades. Os capões de mata nativa são comuns, destacando a concentração dos mesmos nas áreas quilombolas, sendo estes territórios, locais com maior abundância de biodiversidade nativa conservada além de representar um destaque visual no nível paisagístico. Existem também banhados e pequenas lagoas.

Figura 29- Biodiversidade nativa nas comunidades quilombolas

Fonte: a autora (2014)

A paisagem heterogênea destes territórios está relacionada à diversificação de cultivos e à conservação do mato nativo. A estrada sinuosa que atravessa a comunidade e as cercas vivas feitas com maricá são exemplos de uma relação homem-natureza diferenciada da homogeneidade dos campos de arroz que dominam a região. Igualmente esse cultivo marca e influencia a territorialidade quilombola, sendo que eles também plantam o cereal, a diferença está no tamanho da área de plantio e nos interesses do cultivo sobre a terra, além do sistema de manejo total que se realiza na propriedade.

As propriedades têm entre um e 200 ha, uma variabilidade de tamanho considerável, que vai ser reflexo no tipo de atividade que é desenvolvida pela família. Aqueles que possuem maior tamanho de terreno plantam arroz. Todas as famílias manejam um sistema misto agropecuarista. Independente do tamanho da propriedade. O tipo de manejo é muito variado, encontrando famílias que realizam uma agricultura convencional usando agroquímicos, outras que estão em transição para o manejo agroecológico, e outras que são orgânicas. Também, dentro da mesma família podemos observar diferentes manejos, conforme o cultivo. Por exemplo, o arroz é cultivado seguindo os princípios da revolução verde, sementes, adubos e herbicidas comprados como um pacote, maquinaria como tratores e semeadora. Já as hortas de autoconsumo são sempre orgânicas. Às vezes, as batatas e milho para venda levam ureia ou adubos mesmo, outras vezes não.

Figura 30- Sistema misto de manejo agropecuário



Fonte: a autora (2014)

O sistema de cultivo combina-se com a pecuária, com a qual se consegue a eficácia energética sem perdas nem excesso. O esterco animal é utilizado para a adubação das hortas, e parte da produção agrícola serve para alimentar aos animais. Ao mesmo tempo porcos e galinhas servem como uma contribuição para a economia familiar quando são vendidos, ou como reserva de alimento de autoconsumo. Os cavalos servem como tração animal para ajudar na lavoura, e o gado de corte para venda.

As hortas são altamente diversificadas, encontrando milho, batata doce, feijão e mandioca, como cultivos principais para venda, junto com a cebola tradicional da região. Além dos mais diversos produtos para autoconsumo com morangas, cenoura, beterraba, vários tipos de alfaces, milho branco, aipim, mandioca, alho, abacaxi, banana, temperos, medicinais. Pomares de frutas também são frequentes nas propriedades, com abundância de cítricos, goiaba, goiaba gigante, maracujá, pitanga, café. Também é comum encontrar capões de mata nativa que protegem dos ventos junto com a taquara, e dão resguardo ao gado. Os animais de criação são porcos e galinhas principalmente, gado, ovelha e cavalo às vezes, podendo também se encontrar patos e gansos.

Figura 31- Cultivos diversificados. Milho e cebola

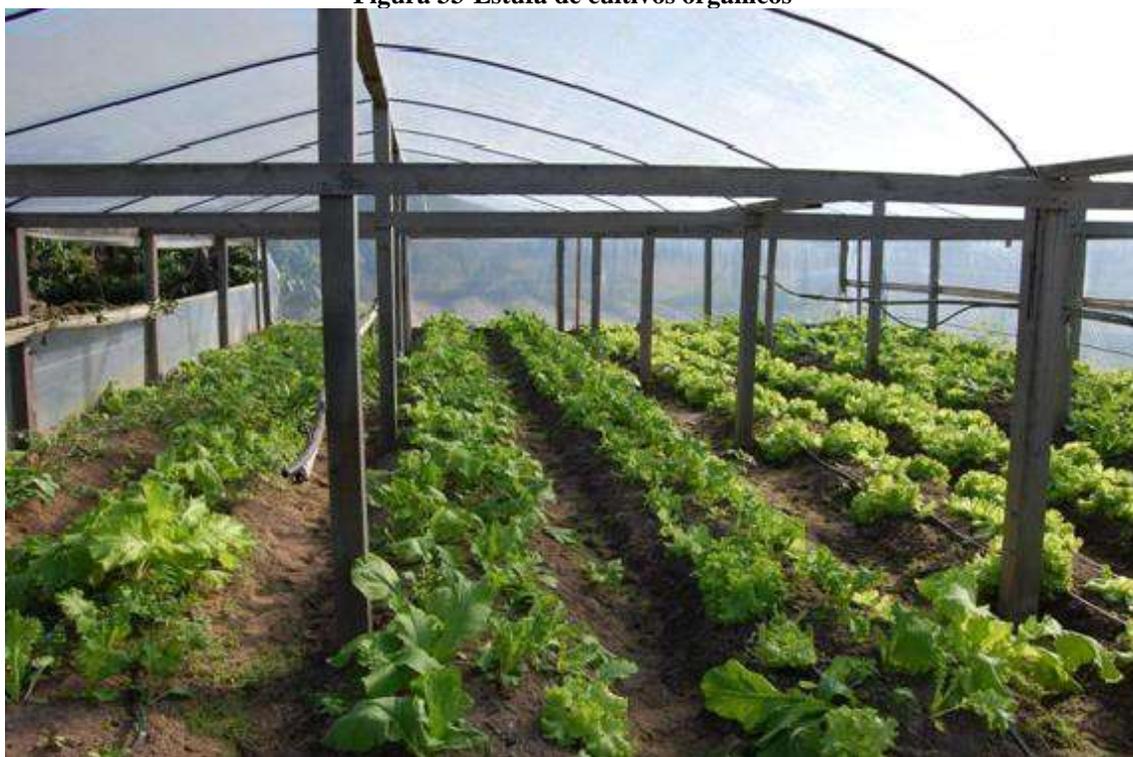


Fonte: a autora (2014)

Figura 32- Capões de mata nativa e taquaras



Fonte: a autora (2014)

Figura 33-Estufa de cultivos orgânicos

Fonte: a autora (2014)

Existe uma agroindústria familiar de processamento de alimentos dentro da comunidade dos Teixeiras, que é coordenada pelas mulheres e que consegue ter uma dinâmica econômica considerável. Os produtos fabricados nesta agroindústria familiar são geleias, temperos, uma alta variedade de doces, pães, broas e cucas, biscoitinhos, todos elaborados com produtos locais e familiares. A venda é realizada junto com a feira de produtos orgânicos organizada pela associação *Freguesia da Terra*, às sexta-feiras no centro de Mostardas, assim como a cada quinze dias, às quintas-feiras no Centro Comunitário de Mostardas.

Existe também artesanato de tecidos, como crochê e tricô, realizados também pelas mulheres de ambas as comunidades e trabalhos com as típicas lãs de ovelha da região, fabricando o cobertor mostardense. A venda destes produtos é mais diversificada, sendo feita de forma autônoma por cada artesã, ou às vezes também colocando o produto na Casa de Cultura do centro da cidade de Mostardas.

Figura 34- Artesãs

Fonte: a autora (2014)

A ONG *Guayí* tem também um trabalho na região a través da rede de economia solidária com projetos para o fortalecimento das mulheres artesãs de Rio Grande do Sul, sendo várias das quilombolas agentes deste projeto; o qual além de empregar a algumas delas, oferece cursos de formação regularmente. Os cursos têm sido orientados para o artesanato com tecidos, algumas das mulheres demandam a diversificação dos cursos orientando-os a atividades diferentes e novas na região.

Além destas atividades de caráter mais autônomo, existe um alto percentual de trabalho assalariado ente os quilombolas. Geralmente associado aos homens, que saem da casa para trabalhar na fazenda ou na firma. O trabalho assalariado pode ser o sustento econômico da família, apesar de que todas têm campos, plantam, cultivam a terra. Às vezes é um complemento para a economia familiar, e não a atividade central, e outras vezes essas saídas podem ser para trabalhar temporariamente em alguma safra ou tarefa específica da temporada, para segundo eles “ganhar meu soco”, que pode ser na forma de trocas, ou seja, não necessariamente se torna uma necessidade monetária. Estas formas parecem uma dinâmica arraigada no histórico das famílias. O ditado “ganhar o soco” é uma expressão idiomática típica dos quilombolas da região, que carrega todo o peso da história da escravidão, hoje é usada como algo normalizado. Apesar de o significado não ser mais literal, apenas metafórico, o sentido da frase continua estando direcionado para o trabalho.

Este tipo de organização familiar destaca o papel da mulher como agente impulsionador da autonomia e o autossustento do trabalho nas próprias hortas e dos próprios recursos. É frequente o trabalho assalariado na colheita do arroz, em que os homens saem para trabalhar nas lavouras apenas durante o período específico da safra. Correspondendo a mulher a manutenção da casa e dos cultivos próprios. É o trabalho continuado durante todo ano feito pelas mulheres nas pequenas hortas o que sustenta a família.

A relação com a terra das comunidades quilombolas é estreita e baseada em um antigo sistema de autossustento no qual se gerou um alto conhecimento específico sobre a biofísica da região. O manejo dos recursos das matas nativas de restinga, a bioconstrução das antigas casas de adobe e junco, o uso de plantas medicinais, assim como o cultivo de uma alta diversidade de plantas alimentícias, combinadas em sistema de manejos agropecuários de ciclo fechado detonam um saber etnoecológico. Além de estar marcado por uma tradição histórica de cultivo dessas terras, pois antes que as famílias de agricultores de origem açoriana se instalassem na região, os afrodescendentes já cultivavam o terreno. Atualmente bruscas e velozes mudanças produzidas pela modernização da agricultura e da vida em todos seus aspectos ameaçam esses saberes tradicionais e várias das práticas, como a bioconstrução com junco, estão praticamente perdidas. A perda de saberes e técnicas de cultivo dos campos, e a profunda transformação ecológica sofrida pelo desmatamento da mata nativa e a invasão do pinus na região, afetam gravemente o equilíbrio ecológico da planície.

“Íamos pegar pêssego do mato, será que tem ainda?” (Silda).

Os processos políticos de demarcação assim como o seu reconhecimento social no nível local se faz imprescindível para a conservação socioambiental da territorialidade quilombola, assim como a preservação da biodiversidade ecológica da região. Florestas nativas, banhados, lagoas e dunas mantêm uma relação dependente com as práticas das comunidades quilombolas. A entrada do pinus, as mudanças climáticas e hídricas, a desaparecimento de banhados e lagoas, fazem parte da conformação territorial dos quilombolas, transformando sua territorialidade conjuntamente com as transformações ambientais e paisagísticas.

3.2.2.5 Conflito e relação com os outros nas comunidades quilombolas de Teixeira e Beco dos Colodianos

A relação das comunidades com os demais segmentos da população da planície está

marcada pela história do preconceito racial, embora eles chamem a si mesmos “mostardenses de tradição”, e os vizinhos reafirmam esta identidade. Assim como o fato do racismo explícito e encoberto que existe ainda hoje, também há uma integração e aceitação social do quilombola na região.

Percorrendo a planície achamos oito comunidades quilombolas inseridas em quatro municípios, é uma alta concentração de quilombolas sobre o território. Contudo é de desconhecimento geral a existência de ditas comunidades, tanto na própria planície como no resto do Estado. Além o fato de que várias de essas comunidades tenham funcionado como quilombo social já desde as primeiras deixas de terra em 1826, considera-se um dato histórico importantíssimo, mas que não recebe o merecimento que deveria, pois essa informação é desconhecida para o geral da sociedade.

A relação serviçal entre o grande e o pequeno, característica da região, e oficializada hoje em dia a traves das relações laborais é marcante para a construção da territorialidade quilombola. A organização no núcleo familiar se baseia em essa possibilidade de ser autônomo cultivando sua própria horta, ou a possibilidade de trabalhar para fora nas lavouras dos fazendeiros vizinhos. O ideal para as famílias é conseguir o autossustento apenas com o trabalho na propriedade, mas é argumentada a necessidade de trabalhar para fora para obter o sustento da família. Esta necessidade está construída sobre um costume histórico de servidão e relações de poder com os fazendeiros. Segundo palavras das entrevistadas, o fazendeiro vizinho dá trabalho para eles:

“Se não for eles não tinha trabalho, nós não temos problemas com eles. Eles também trabalham, seus filhos também, são pé no chão, ficaram grandes trabalhando.” (Neussa).

Neste caso podemos dizer que existem relações de troca e apoio, desmitificando assim a figura do fazendeiro como alguém que exerce poder e se enriquece a costa dos outros. Não obstante a relação da concorrência por território, dos diferentes usos da terra, do racismo e da servidão continuam sendo uma realidade. A relação grande-pequeno é marcante, sendo necessário pesquisas que aprofundem esta diversidade de relações sociais específicas, na região existe um confronto de territorialidades que se manifestam em diferentes interesses sobre a terra.

A necessidade também constrói-se sobre uma realidade no meio rural relacionada ao processo de modernização da agricultura que afetaram as bases sociais e ambientais do trabalho no campo, fazendo com que as necessidades individuais aumentassem, somado ao empobrecimento dos solos a terra, de forma que o autossustento seja ameaçado. Assim como

em relação aos agricultores familiares, esta contradição autonomia versus necessidade precisa de maiores reflexões teóricas e práticas. É realmente uma necessidade o trabalho nas lavouras dos fazendeiros para manter a família? Por que apesar de criticar o avanço sobre o território quilombola por parte do “grandão” se defende e agradece ao fazendeiro que oferta trabalho temporário na lavoura? É possível a autonomia no campo nos dias de hoje?

O trabalho da EMATER com as comunidades quilombolas tem sido muito reforçado desde a última gestão com o novo chefe do Município de Mostardas. Em Tavares, por outro lado, as necessidades e carências são maiores e, apesar de existir um trabalho específico com as comunidades, ainda é necessário reforçar e focar as demandas. Todos os entrevistados comentam positivamente a relação com a EMATER, e destacam ser o único apoio por parte de um órgão do governo que os apoia e trabalhando com um enfoque específico. O STR também está presente nas comunidades, mas enfocando cada família, e não com a comunidade como um todo. Aqueles que escolhem pertencer ao STR estabelecem relações de apoio com ele, e aqueles que não são membros não têm relação com o Sindicato. Contudo, o STR através da ONG *Guayí* tem um histórico de trabalho na região, sobretudo, com o caso do arroz quilombola. E precisamente devido aos resultados deste projeto, ocorreu um afastamento entre o STR e as comunidades. Em relação à prefeitura o contato é quase nulo, e as relações baseiam-se nas necessidades ou ajustes de contas. Existem alguns problemas passados e presentes, como é a falta de clareza nos orçamentos municipais, os quais recebem recursos específicos pela presença de comunidades quilombolas na sua jurisprudência. Sendo que a prefeitura não repassa esse recurso específico para as comunidades.

“Não pedimos nada para eles, antes usávamos seu trator, mas agora ganhamos um e não pedimos mais. Às vezes pegamos carona na saúde para ir a Porto Alegre.”
(Neusa).

Apesar da gravidade do problema sobre a corrupção dos orçamentos municipais, precisamente utilizando as comunidades quilombolas no recebimento de verbas específicas para estes municípios, os moradores das comunidades parecem assumir este fato como algo normalizado, argumentando que ocorre no Brasil todo. Ao mesmo tempo reconhecem que graças à prefeitura se fizeram as estradas e caminhos dentro da comunidade, e sua manutenção depende da mesma.

Com respeito às relações com o Estado, a luta pela demarcação faz com que se mantenham diálogos diretos com o INCRA e com delegados estaduais. Através dos Fóruns quilombolas da região, o Estado se faz presente nas comunidades; apesar do processo

encontrar-se trancado, o dialogo se mantém vivo e os quilombolas aproveitam estes espaços para reivindicar seus direitos.

A presença do Parque Nacional de Lagoa do Peixe influencia diretamente às comunidades de Olhos de água e Colodianos, por se encontrarem na zona de amortecimento do Parque. No ano 2014 aproveitando a reconstituição do Conselho Consultivo do PNL, se conseguiu uma cadeira para as comunidades quilombolas no Conselho. Existem discordâncias quanto ao modo de se pensar a conservação e esta relação entre PNL e quilombola se complica quando o quilombola tem atividades de pesca. Existe uma territorialidade compartilhada ou solapada no momento em que vários dos quilombolas são também pescadores artesanais, no caso de estas famílias a relação com o PNL é mais tensa e discordante (ADOMILLI, 2002).

Um dos elementos conformadores de território e territorialidades na região é o arroz. Neste caso os quilombolas além de cultivá-lo nas suas propriedades ou nas lavouras dos fazendeiros, passaram por uma experiência muito concreta e específica que é a do “arroz quilombola” (*Oryza glaberrima*). Este foi introduzido na propriedade de Jose da Silva, mas a partir da medição de Sebastião Pinheiro³³ que ganhou a semente de um agricultor do sertão. Este arroz é mais duro, mas também mais nutritivo e resistente. A família de Jose plantou alguns hectares para experimentação, mas a novidade estendeu-se pela sua originalidade e seu significado histórico e cultural, difundindo-se rapidamente na comunidade. Em 2006 organizou-se um grande evento, o festival UVEARTE, promovido pelo STR e a ONG Guayí, com financiamento da Petrobras. A ideia era expor o arroz em Brasília, com fins comerciais, com divulgação na forma de adesivos, folders e reportagens. No evento foi preparada uma enorme panela de carreteiro com o arroz quilombola. Porém o resultado foi catastrófico, o arroz ficou muito ruim e foi um desastre para sua venda além de prejudicar a imagem dos quilombolas.

“Avisamos de que o tempo e modo de cozimento do arroz eram diferentes e especiais, e que um carreteiro não era uma boa ideia. Além disso, tudo estava indo rápido demais, ainda não aprendemos com a planta, a sua adaptação ao Sul, seu modo de reprodução e de manejo. O STR e Guayí apenas pensavam em fazer negócio.” (José).

Apesar dos avisos dos quilombolas, o evento se realizou, o arroz quilombola foi apropriado por outros para fazer negócio com ele, e tudo resultou em um grande fracasso. O grande marketing e difusão que rapidamente tomaram o arroz quilombola convenceram

³³ Agrônomo, ativista do movimento ambientalista do RS e que tem trabalhado na difusão de técnicas de produção para agricultura de base ecológica.

alguns agricultores a plantar grandes porções de terra - cerca de 17ha - as vezes toda a extensão de sua propriedade, com a inovação que chegava à região. A avaliação é de que Guayí e STR foram ambiciosos demais, atrapalhando todo o processo de adaptação e reconhecimento da planta, assim como de sua apropriação para benefício próprio, e não dos quilombolas. Depois da experiência, muitas famílias deixam de confiar no sindicato e na ONG. Contudo Guayí continua trabalhando na região, sobretudo com o artesanato de mulheres através da economia solidária, área que monopoliza no estado todo como única ONG que organiza essa política. A relação ente ambos, sindicato e ONG, é estreita até os dias de hoje; as famílias quilombolas estão divididas em relação a ambas organizações como parceiros ou não, tendo algumas famílias que trabalham com Guayí e outras que pertencem ao STR, e outras famílias que já não confiam em nenhum dos dois.

Sobre o arroz perdeu-se a confiança em ele como produto de mercado, na maioria dos casos a semente também se perdeu:

“Não tem sucesso no mercado, é de baixa produtividade, uns 50 sacos/ha em quanto o outro dá 200 sacos/ha. Além é ruim de gosto e de cozinhar...” (Janette).

Mas algumas famílias conservam a semente e plantam pequenas porções do terreno, pois o usam para fazer arroz com leite por ser o melhor e mais nutritivo. Também conservam bons sentimentos e experiências que o arroz traz para eles, como são conhecer a Sebastião Pinheiro e a aproximação das universidades e das pessoas. Dizem que graças ao arroz quilombola se fizeram trocas de ideias, experiências e pessoas que resultaram ser positivas.

Relacionada com o arroz convencional produzido na planície está a questão da irrigação dos campos com água da lagoa dos Patos. E este binômio arroz-água, está também relacionado ao pinus, e com as diferentes formas de gestão do território e os diferentes usos e conceitos entre o homem e a natureza.

A espécie exógena *Pinus* sp., a qual pode ser considerada como uma praga, na comunidade do “Beco dos Colodianos” estende-se na linha de fundo do território, em direção ao oceano e o PNLP: visualizam-se fileiras de pinus, os quais modificaram a paisagem, além de produzir uma transformação radical do ambiente e da comunidade, tanto no nível ecológico como nas costumes e cultura das pessoas.

“Antes não tinha esses pinus, eu via a praia.” (Albair).

A proximidade com a praia fazia com que as pessoas tivessem uma relação mais direta com o mar, podendo acessar livremente atravessando os campos de dunas. Hoje devido á

reprodução do pinus formou-se uma fileira de esta espécie que impede o acesso a praia como antes. Albair relata como esses pinus são de muda, ou seja, não foram plantados, se propagaram espontaneamente a partir dos campos de cultivo que existem em toda a região. Quando nos aproximamos da “floresta de pinus” o cheiro e o clima dentro são diferentes. O fato de chamar de floresta a plantação reflete o discurso empresarial através do marketing normalizado e adotado pela sociedade, modificando o significado que a espécie e a plantação realmente têm nas inter-relações socioambientais.

“Os pinus mudaram o ambiente, o clima, as chuvas mudaram. No meio de essa plantação tinha uma lagoinha que era bastante profunda. Já não existe mais.” (Albair).

Contrapõem-se a estes cultivos, relatos de que antes havia muito mais mato nativo, do qual podiam usufruir lenha, frutos, refugio dos ventos, proteção para os animais, alimento, e regulação climática e hídrica.

“Tomaram o mato, se perdeu, tiraram tudo. Antes tinha uma lagoa muito funda que não existe mais porque o pinus secou. Também trazíamos água do mato bem clarinha, agora não bebemos mais água do mato.” (Neussa).

A situação do pinus, do arroz e da água, relaciona estes três elementos entre si e com os conflitos socioambientais que afetam diretamente as comunidades tradicionais na planície, evidenciando os diferentes interesses sobre o uso, a apropriação e o próprio conceito de terra/água. Esta tríade composta por pinus, arroz e água, cria uma pressão territorial como se de uma territorialidade própria se tratasse entre as outras diferentes territorialidades que convivem na região: quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais, fazendeiros e o Estado. Esta tríade, apesar de ser constituído por elementos da natureza, atua como uma máquina que exerce grande pressão socioambiental e que atua através de relações de poder e decisões sobre como administrar o território.

O caso de maior tensão e disputa pelo território é o acontecido durante 2014 na comunidade dos Teixeiras, quando um fazendeiro fechou uma das estradas da comunidade dá acesso à lagoa dos Patos. A estrada conecta a igreja ao centro da comunidade com a propriedade dele e o acesso á lagoa. Foi construída uma cancela com um portão fechando o acesso. O referido fazendeiro tentou negociar com os três moradores dos Teixeira que utilizam a mesma estrada para chegar a seus lares, oferecendo a chave do portão. Mas eles não aceitaram:

“sempre tivemos passo livre, não entendemos porque mudar agora. E se vem visitas, como fazer” (Marcinho).

Este fazendeiro possui 90ha em terra dos Teixeiras, e mais 1500ha do lado da lagoa. Ele mora em Viamão e arrenda a terra para o plantio do arroz. Possui uma marca registrada, “Arroz Don Carlito”, que vende em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ele é o único com acesso à lagoa e com bomba e extração de água na região, vendendo a água para irrigação do arroz nos Teixeiras. Cobra 30 sacos por quadra, por uma quantidade de água que dura uns 150 dias de irrigação. Cada saco são R\$ 40,00. Portanto, o fazendeiro lucra com a venda de água uns cerca de R\$ 1200,00 cada 150 dias por cada família que plante uma quadra. Apesar de o arroz ser o símbolo da planície do litoral médio, sua produção é custosa para as famílias. O fato do “arroz Don Carlito” ser vendido fora do Estado, em lugares onde não se tem conhecimento do abuso que este fazendeiro exerce sobre a comunidade, pode ser uma estratégia para salvaguardá-lo de possíveis tensões sociais no local.

3.2.3 Pescadores artesanais

As famílias de pescadores exercem esta atividade há pelo menos quatro gerações. A maioria dos pescadores é descendente de migrantes catarinenses. As migrações de pescadores catarinenses para o litoral Sul do Brasil tem ocorrido em diferentes épocas, encontrando em Tavares e Mostardas famílias de pescadores descendentes de catarinenses que migraram no final do século XIX, e outras que o fizeram nos anos 70 do passado século. Esta referência a migração faz com que os pescadores sejam tratados como catarinenses, ou seja, não são “mostardeiros de tradição”, ainda hoje. O tradicional que é aqui acionado tem uma ligação com uma origem local, com um espaço geográfico específico, ser de tradição para a região é pertencer há gerações ao lugar, no caso a Planície Costeira do Litoral Médio e não o tradicional referido ao modo de vida ou o tipo de manejo que se faz na pesca. As famílias, apesar de ter essa origem catarinense, todas provem de uma linhagem de pescadores há gerações dedicados a atividade de modo artesanal que já ocorria no estado vizinho. Por isso, podemos dizer que são pescadores artesanais, e que se enquadram dentro da categoria política dita de população tradicional, mas os mostardenses nunca diriam que os pescadores são de “tradição”, pois a migração desde Santa Catarina marca fortemente a distinção para a comunidade local.

Poderíamos discutir com eles a origem migrante de todos os grupos que compõem hoje a Planície do Litoral Médio, mas é a descendência açoriana a identidade que tem sido tomada como de origem e tradição na região. Esta é uma construção política como

expliquei no segundo capítulo, que cala profundamente no sentimento e falas do pessoal local, adotando-a como a única válida e verdadeira. No caso dos “mostardeiros de tradição”, a territorialidade está fortemente marcada por esta identidade originária construída, mais do que pelas relações e modos de manejo com a Terra.

A identidade de pescadores, porem está diretamente relacionada com o modo de vida da pesca, pois o território, o terreno, para eles representam nos mares e as lagoas com os quais vivem e convivem. A água, fluida, em movimento, livre, não pode ser cercada; os peixes e cardumes viajam e se movimentam em grandes extensões e eles como pescadores precisam ir atrás; os limites do terreno aqui não podem ser mensurados como se de uma propriedade agrícola se tratara. Assim, pescadores artesanais, apesar de serem mostardenses ou tavaresenses, terem nascido e sido criados e constituído família no local, continuam a ter uma origem migrante que os diferencia. Migrantes por se movimentar atrás do peixe, e migrantes porque são considerados pela população local como ainda sendo catarinenses. Claro que a migração destas famílias relaciona-se também com relações estruturais e a conjuntura socioeconômica da época no estado de Santa Catarina, e não apenas uma ligação simbólica com a água e sua característica de livre movimento.

Os pescadores artesanais são o grupo mais heterogêneo e diversificado que encontramos na região, porem é o grupo menos numeroso. Cálculo sempre difícil de realizar precisamente pela abrangência dessa heterogeneidade. Nesse sentido poderíamos distinguir três tipos de pescadores: o amador, o artesanal e o embarcado. E dentro de cada uma de estes grupos vários subgrupos mais. Estes três tipos de pescadores estão presentes na região estabelecendo diferentes formas de interação entre os mesmos, seja em forma de conflito de interesses ou conflitos territoriais, seja na forma de não relação entre eles. Da mesma maneira dentro do grupo dos pescadores artesanais, que é o grupo de interesse para este trabalho, a variedade e heterogeneidade de formas de vida, de formas de manejo e técnicas de pesca, de territorialidades é enorme. Vou distinguir os pescadores em este trabalho segundo o local de pesca que frequentam e pelo fato dos mesmos usarem técnicas artesanais na pesca.

A princípio podemos distinguir os pescadores que pescam no mar, os que o fazem na lagoa dos Patos, os que pescam na barra da lagoa do peixe, e os que pescam nas diferentes lagoas interiores da planície costeira. Os pescadores que pescam no mar moram na sua maioria no balneário mostardense. Poderia se dizer que são todos uma família ampla de pescadores. O grau de parentesco neste local é muito elevado, sendo quase a totalidade dos pescadores pertencentes à mesma família. Já os que pescam na barra da lagoa estão mais espalhados em relação ao local de moradia, alguns moram no balneário, outros na cidade de

Tavares principalmente, mas também em Mostardas. Antes de se instaurar o PNLP a barra da lagoa era um balneário de pescadores, com famílias aposentadas, que ali nasceram e se criaram. Hoje em dia as casas estão abandonadas como moradia, a sua maioria se encontra num estado precário e de desmanche pelo passar do tempo. Os pescadores que pescam na lagoa do Peixe moram nas sedes municipais, havendo um balneário chamado balneário de Tavares, perto da lagoa. E aqueles pescadores que trabalham nas lagoas interiores têm a sua residência na beira de estas lagoas. Nenhuma destas famílias foi entrevistada, concentrando o esforço de pesquisa nos pescadores da barra, do balneário mostardense e da lagoa dos Patos.

Existe também uma combinação entre pescador-agricultor, antigo ceboleiro. Estas pessoas se dedicam a uma ou outra atividade segundo a estação do ano, ou seja, sua atividade produtiva está diretamente relacionada com o período da pesca. Dedicando-se à pesca do camarão no início do verão e seguida da safra da cebola. Atualmente, devido ao desaparecimento dos ceboleiros e à queda dos preços do produto e sua substituição pelo arroz, estas pessoas passaram a trabalhar também como assalariados nas fazendas ou em outras atividades. Porém esta pluratividade impede que este grupo seja tratado como pescador artesanal, existindo numerosos conflitos com as famílias que se dedicam unicamente à atividade pesqueira. Além disso, a territorialidade de um ou outro tipo de pescador, ou seja, pescador artesanal de fato e aquele que se dedica a esta atividade apenas na temporada de pesca, são completamente diferentes. Das famílias entrevistadas, todas se dedicam à pesca como única atividade produtiva exceto um deles que também foi ceboleiro. Este, atualmente, continua plantando cebola, mas que não representa a renda principal para a família, e sim apenas uma atividade a mais como complemento e como continuação da tradição da região.

3.2.3.1 Estrutura organizativa entre os pescadores artesanais

Em geral, as famílias são constituídas pelo casal com vários filhos, em que ambos os membros do casal se dedicam à pesca. Também encontramos muitos homens sozinhos que são pescadores. Mas é muito frequente que as famílias de pescadores artesanais sejam todas famílias extensas, tendo vários irmãos que se dedicam a esta atividade, herdada dos pais que também eram pescadores. Já a nova geração, em sua maioria, vai escolher outras atividades, apesar de que, nas famílias entrevistadas algum dos filhos é pescador também. O abandono da atividade neste caso não é apenas pela questão econômica ou pela “penosidade” da atividade pesqueira, mas mais a tensão diante da questão legal de demarcação de território e territorialidades muito específica que sucede na região relacionada ao Parque Nacional da

Lagoa do Peixe. Entrarei em detalhes sobre este tema mais adiante neste mesmo capítulo.

No caso do casal de pescadores ambos realizam todas as atividades da pesca que se constitui de: preparar o barco, navegar, puxar a rede, selecionar os peixes, limpar e vendê-los. A divisão sexual que existe neste caso continua sendo a organização do cotidiano na casa, as funções de limpeza e cozinha, assim como a maior responsabilidade na criação dos filhos continuam sendo atividades marcadamente femininas.

As famílias vivem em casas preferentemente localizadas na beira do mar ou das lagoas, excetuando aqueles que moravam na barra da Lagoa do Peixe, agora propriedade do Estado como parte do PNLP, e que tiveram que abandonar suas casas. Os que não podem viver na beira da água, adquiriram um pequeno terreno em alguma das cidades sede dos municípios e construíram ali suas casas. As moradias são na sua maioria construções de madeira feitas por eles mesmos com recursos próprios provenientes das vendas do peixe. Através de políticas públicas como o PRONAF, algumas das famílias conseguiram créditos para financiar moradias melhorando sua estrutura, construindo casas de alvenaria. Além das casas, estes projetos orientados à Agricultura Familiar através da EMATER têm conseguido que várias famílias melhorem a infraestrutura comprando carro, barco, congelado, ou montando uma agroindústria de processamento familiar.

Figura 35- Moradia na Lagoa



Fonte: a autora (2014)

Figura 36- Casa de madeira



Fonte: a autora (2014)

O tamanho das propriedades varia segundo a família e sobretudo a localização do lar, pois aqueles que moram na cidade possuem terrenos menores. Os que conseguiram terras na beira mar ou nas lagoas têm extensões maiores, alguns até com um espaço que poderia ser utilizado para atividades agrícolas, sendo ao redor de uma a quatro hectares. Mas o espaço não é destinado a esta atividade. É comum encontrar pequenos canteiros de plantas medicinais ou temperos, e algumas pequenas hortas para autoconsumo nas casas das famílias. Às vezes criam porcos também para o autoconsumo.

Existem várias associações de pescadores na região: a do balneário mostardense, da colônia Z-11 e o fórum da pesca do PNL. Estas três são as associações em dia e regulamentadas. Mas muitos dos pescadores entrevistados não pertencem a nenhuma delas, mas também, há os casos de alguns deles pertencerem a mais de uma. Aparentemente a articulação entre as associações se dá apenas em momentos de necessidade, quando é preciso se reunir para tomar decisões sobre alguma medida legal que vai ser lançada ou vai ser aprovada. Ou para acordar o início da safra do camarão, a abertura da barra, ou outras medidas técnicas. Ao mesmo tempo, a articulação e funcionamento de cada um das associações é complexa e todas enfrentam uma série de dificuldades. O problema principal é a própria formação de associação, no sentido de buscar a união de classe. “O pescador” aparece como uma figura apenas representativa, um símbolo. Não existe sentimento de classe que fundamenta uma organização mais duradoura e estável para defender direitos e privilégios.

A Associação de Pescadores do Balneário Mostardense existe há 9 anos, atualmente com 22 membros. A associação possui uma sede no balneário, na qual estão instalados vários frízeres onde o peixe é armazenado. Existe pouco movimento dentro da associação, existindo desentendidos e brigas internas. As reuniões são esporádicas, apenas quando surge alguma necessidade, e o regimento interno, apesar de existir, não tem sido acionado. Ou seja, que a associação não apresenta a movimentação clássica de uma organização, e, portanto apresenta-se deficitária em atender as necessidades que os pescadores do balneário têm. Existem grandes dificuldades para se reunirem, para colaborar com as despesas, para ações conjuntas. Existe também o fato do presidente da associação ter se instalado na sede da mesma transformando-a em sua moradia. Ele reclama o direito sobre o lugar por ser o único preocupado com cuidar do espaço, das coisas, e com as funções da associação como representação da classe. Reconhecidamente o presidente se faz presente nas reuniões que ocorrem na região, como nos conselhos consultivos, existe um trabalho ativo de sua parte em representar e lutar pelos direitos dos pescadores, mas o fato de que o regimento interno não esteja se cumprindo, ou que as reuniões da associação mal aconteçam podem fazer também duvidar de essa representação ativa. O fato deste ter se deslocado para morar na sede da associação pode ser um dos motivos de conflitos³⁴. De qualquer forma, atribuir a responsabilidade apenas à figura de uma pessoa por ela estar no papel de presidente não resolve o problema das dificuldades que existem na região para formar associação, para formar a ideia do pescador como classe. Este é um problema coletivo e não de apenas uma

³⁴ Seria importante realizar uma cartografia detalhada sobre as relações e o histórico da associação de forma a melhor compreender estas dinâmicas de conflito, porém este não é o foco desta pesquisa.

figura representativa.

A Associação da Colônia Z-11 foi fundada em 1984 por sete pescadores. A motivação foi poder encaminhar a carteira de pesca. Antes tinham que se deslocar até Tramandaí para realizar qualquer trâmite burocrático relacionado à atividade pesqueira. Possui 380 sócios, sendo cerca de 220 em dia com a associação. As reuniões são convocadas quando necessário, para discutir a data de abertura de pesca, a abertura ou feche da barra, entre outros assuntos práticos. Segundo o regimento Interno a diretoria troca cada três anos, e é possível re-eleger candidatos. A associação tem uma função burocrática, como a renovação da carteira, tramitar a aposentadoria, o auxílio de invalidez, auxílio maternidade. A associação da colônia Z-11 está envolvida também com o Fórum de Pesca da Lagoa do Peixe e Fórum de Pesca do Litoral Norte. Existem diferentes formas associativas porque existem muitos tipos de pescadores, com demandas e interesses diferentes.

O Fórum de pescadores do PNLN também está muito desarticulado. Com a reativação do Conselho Consultivo do PNLN parece que esta associação está querendo se reorganizar, o presidente tem assistido a algumas das reuniões do conselho ocorridas neste ano. E apesar de que não ter contemplado nas entrevistas representantes desta associação, a participação nas reuniões do Conselho demonstra o interesse de estar presentes como sociedade organizada. Há comentários de outros pescadores que dizem que esta associação atende apenas aos interesses pessoais do presidente, é que não é uma “verdadeira” associação, nem o presidente um “verdadeiro” pescador.

Existe também uma articulação com o Fórum da Pesca do Litoral Norte, mas muitos dos pescadores pensam que não faz sentido participar do mesmo, pois as demandas e os problemas do Litoral Médio são outros. Pensam que ir ao Fórum do Litoral Norte não é benefício, pois na região do litoral Médio existem outras características, demandas, conflitos, bem diferentes. Além disso, os municípios do Litoral Norte sempre tem o protagonismo nesse tipo de reuniões, razão pela qual os pescadores do litoral médio sentem-se duplamente ignorados, por um lado, pelo simples fato de pertencer à parte do Litoral “menos desenvolvida” e com menor protagonismo nos projetos de instituições e governo, e, por outro lado, as demandas que são colocadas não vão ser consideradas como prioritárias, ficando para trás como é costume histórico. Os trabalhos e articulações são sempre mais fáceis de realizar em locais onde já existe um trabalho prévio e onde há presença das instituições e organizações mediadoras, por isso o Litoral Médio é deixado de lado como uma demanda para planos de desenvolvimento.

Entre os pescadores da Lagoa do Pato não existe associação, sua organização é

autônoma entre as famílias para participar dos eventos como a Feira do Peixe, ou quando as necessidades demandem algum tipo de ação conjunta. A articulação entre os pescadores da Lagoa do Pato, da Lagoa do Peixe e da praia não existem, apesar de todos se conhecerem e às vezes pescarem juntos. Mas não há uma organização grupal na forma de associação. Isso não significa que não estejam organizados entre eles, de fato, existem códigos e normas para administrar os territórios de pesca que são acordados entre os pescadores dos diferentes lugares a través da confiança e de acordos verbais há tempo instituídas. O fato de que dos pescadores se organizem desta forma remete a várias questões sobre os tipos de organização. Que forma é mais válida? E qual a mais legítima? Por que dizer que os pescadores não estão articulados em associações quando existem códigos e normas de gestão de seus territórios feitas por outros métodos? Existe uma desvalorização e desqualificação destas formas alternativas de se organizar, tanto por parte das instituições, como da sociedade, a academia e dos próprios pescadores, que terminam submetidos às pressões sociais desqualificando esses acordos que foram feitos entre eles. No mundo onde a burocracia e o papel dominaram a gestão dos territórios e os acordos entre as pessoas, as palavras e os acordos de confiança estão em extinção?

Alguns desses acordos são, por exemplo, relacionados ao local para a pesca na beira da praia. Apesar de existir quilômetros de extensão de praia, os pescadores conhecem os pontos são mais proveitosos para pesca, reconhecendo as características do relevo, as dinâmicas das ondas, a influência das barras. Enfim, não é em qualquer local que é feita a pesca na praia. Os pescadores estabeleceram qual é o ponto de cada um deles para pescar. Quando percorremos a praia, observamos vários cabos amarrados que se dirigem até o mar, cada um desses cabos é o local de pesca de um indivíduo ou família, e esta regulamentação não está escrita em artigos de associação nenhuma ou lei estatal. A decisão do local é livre e individual, nunca tendo ou ocorrido brigas relacionadas a estas demarcações, ou seja, apontam para a existência de um código de respeito e de territorialidade, que funciona entre os pescadores.

3.2.3.2 Sistema de manejo, a relação com a terra/água entre os pescadores artesanais

A atividade pesqueira é realizada de um modo artesanal, na lagoa do Peixe usam técnicas como a tarrafa e/ou a rede de aviãozinho, que consiste em colocar uma luz no centro e cinco redes que saem de esse ponto central e conforma um desenho em forma de estrela. Na praia as redes permanecem na água amarradas por cabos que estão em terra e são

puxadas duas vezes por dia, ajudados pela força de um motor de carro ou pela própria força braçal. Na lagoa dos Patos é usado um barquinho de até 15 metros de comprimento para puxar a rede. Outras técnicas como a pesca com caniço são comuns na região, mas não são utilizadas pelos pescadores artesanais, e sim pelo pescador amador ou turista. Apesar de ser uma técnica de baixo impacto para os ecossistemas, existem vários conflitos entre os pescadores artesanais e aqueles que praticam a atividade por lazer.

Figura 37- Pesca artesanal na praia



Fonte: a autora (2014)

Figura 38- Pesca artesanal. Trabalho coletivo



Fonte: a autora (2014)

A escolha do ponto de pesca está também diretamente relacionada com a chegada do

Parque na região, antes os pescadores pescavam indistintamente no mar ou na lagoa dos Patos, depois que a fiscalização do IBAMA começou a colocar severas restrições na pesca no mar, muitas famílias decidiram concentrar seus esforços apenas na lagoa dos Patos. Aqui o caso claro da questão da administração de um território, cujas decisões afetam diretamente a organização e modo de vida das famílias.

Um outro assunto, relacionado com o embate de escolher apenas um ponto para a pesca, é a relação que isso tem com as dinâmicas socioeconômicas da região. As secas e o processo de salinização da lagoa estão relacionados com o plantio do arroz³⁵. Pescadores afirmam que estes dois eventos vêm ocorrendo cada ano com maior frequência e o motivo é o aumento do plantio de arroz, assim como o aumento do uso de agrotóxicos associado a este cultivo. Ou seja, que não apenas os processos ecológicos e ciclos biológicos estão sendo desconsiderados, também o fator de classe de poder está em jogo. O pescador é obrigado a reduzir sua territorialidade escolhendo apenas um ponto de pesca, o arroteiro aumenta o tamanho da propriedade e a produção de arroz, pegando água da lagoa, usando agrotóxicos e com isso modificando drasticamente as condições ecológicas de terra e água da região.

Atualmente está se trabalhando em um projeto de lei que propõe a escolha de apenas um local de pesca por pescador para poder tirar a carteira. Esta medida de controle e regulação do Estado não está sendo bem acolhida pelos pescadores, os quais sempre foram livres para escolher onde pescar. Além de não estar em sincronia com a realidade da pesca, pois quando não dá peixe na lagoa o pescador vai à praia, agora estando limitados apenas a um local. O que vai acontecer nas épocas de tenha escassez? Os cardumes de peixes são móveis, atendem à estacionalidade e aos efeitos climáticos de tempestades e secas, estabelecer um único local de pesca fixo é contrário à realidade de como se desenvolve esta atividade.

“Quando da seca na lagoa pescamos em outras partes, mas agora tem que escolher só um lugar. Antes se seguia o cardume ou pescava no mar, na lagoa [se refere à lagoa do Peixe] e nos patos [se refere à lagoa dos Patos], segundo temporada. Agora a carteira permite estabelecer apenas um ponto fixo, e as secas?”
(Jair).

A discussão aqui não é apenas sobre o regulamento da pesca, é uma questão de territorialidade. A legislação do Estado quer ordenar e gerir o território, mas para isso segue lógicas de controle e delimitação do território segundo medidas na terra, baseado na

³⁵ FERNANDES et al. Pesca artesanal na lagoa Mirim: conflitos de interesses e ameaças á sustentabilidade dos ecossistemas costeiros. Trabalho de pesquisa da Universidade Católica de Pelotas. 2007. <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa4/trabalhos/pesca_artesanal_na_lagoa_mirim.pdf> Acessado em: 6 de nov. de 2011.

propriedade privada. O mar, as águas funcionam de outra maneira, e conseqüentemente os pescadores que vivem de elas. Marcar pontos fixos como locais de pesca esta desconsiderando a territorialidade de esta comunidade tradicional altamente dinâmica e fluida, que depende das correntes, dos cardumes, da estacionalidade para realizar esta atividade de subsistência³⁶.

O enfrentamento entre fixo e fluido, é o enfrentamento entre controle do território por parte do Estado e a vivência nômade e de movimentação dos pescadores artesanais. Condicionantes básicos para a realização da atividade pesqueira são desconsiderados, como por exemplo a estacionalidade climática, a temporalidade ecológica das espécies, ou eventos e acidentes temporários, mas pertencentes as dinâmicas ambientais como são as secas. A territorialidade dos pescadores artesanais, intimamente ligada a estas dinâmicas ecológicas, é desrespeitada pelas lógicas de controle do território e de divisão do espaço em forma de propriedade privada, querendo fixar o ponto de pesca como se construir grades para separar o território.

“saudades do tempo aonde o pescador era todo auto-organizado. Querem colocar grades na água, sempre foi livre.” (Jair).

Além da desconsideração às relações ecológicas estabelecidas entre o ambiente e o pescador, os acordos internos e a organização autônoma deste grupo são negligenciados. A forma de organização, se não é através dos aparelhos do Estado, representados na forma de associação ou outro tipo de instituições “formais” não tem mais valia. Por isso acordos de confiança e de palavra ficam invisíveis e terminam não sendo respeitados. Da mesma maneira, considerar a falta de articulação dos pescadores entre si faz parte de esta mesma lógica de controle estatal.

Um acordo entre os pescadores tem a ver com o escoamento do produto. O peixe é vendido para intermediários que vem de fora e levam o produto aos grandes centros de consumo e os restaurantes. A venda do peixe abrange toda a família, sem conflitos, brigas ou concorrência entre as famílias para colocar o produto para a venda. O nicho de mercado permite a inserção de todos e os preços são igualitários e respeitados, de comum acordo, entre as famílias, evitando assim concorrência entre eles; como observado em campo.

O escoamento do produto se faz através da venda direta do peixe com intermediários que chegam até o local. A maioria do peixe vai para Florianópolis e Porto Alegre, para ser consumido nos restaurantes. Todos os pescadores realizam também uma venda direta nas suas casas, o pessoal local sabe aonde ir e comprar diretamente com os pescadores, mas

³⁶ DIEGUES(2008); FERNANDES et al. (2007); MORENO et al. (2009); NUNES PIEVE (2009);

nenhum cartaz ou anúncio está escrito, é apenas uma economia que funciona para os vizinhos e moradores do local. É preciso destacar que não se vende peixe em nenhum dos mercadinhos dos municípios. O peixe que encontramos nestes estabelecimentos formais é congelado, normalmente *panga* importada. Este fato relaciona-se com duas questões, uma de caráter social, devido à marginalização que o pescador sofre na região. Os donos dos mercados não querem vender peixe, concentrando-se no consumo de carnes. A cultura do gado é muito forte e a luta de territorialidades se vê explícita em detalhes de este tipo. O segundo motivo relaciona-se com o vácuo legal que existe no seguimento do produto. O peixe não tem nenhum registro de qualidade nem quantidade na sua comercialização. Onde foi pescado, por quem, de que modo são informações que não ficam registradas. Apesar de que muitas das carnes também se encontrarem em esta situação, em relação ao pescado, esta situação é mais evidente.

Existe um trabalho por parte da EMATER de tentar realizar o cadastramento do produto. Muitos dos pescadores estão planejando construir uma agroindústria com a instituição e assim poder realizar o registro do produto, da procedência, e da transação mercantil.

“O peixe deveria ter esse registro da procedência para a comercialização, por isso decidi trabalhar com a EMATER e construir uma agroindústria, conseguir nota de procedência, fazer um negócio bonito e bem organizado” (Jair).

A discussão ambientalista é muito forte neste grupo. Apesar de assim designarem - nomearem- ambientalista - é importante ressaltar que a posição dos pescadores não se atrela ao movimento que toma curso a partir dos anos 70 nos Estados Unidos. Difere e muito da relação nem do discurso, que os pescadores estabelecem com o ambiente nesta região. Para começar essa palavra nunca é usada por eles; natureza é a palavra usada. Todos fazem muitas referências às maravilhas da natureza, expressando sua relação de cuidado e amor por ela, além do gosto pela vida que levam se relacionando de essa forma.

“A natureza é a coisa mais linda, tem que ver aos biguá na lagoa (do peixe) mergulhando para comer, era tudo coberto, a lagoa era negra, e tinha algumas gaivotas ai pegando o peixe que pula, se aproveitando. A coisa mais linda!”. (Claudinho).

Essas expressões de respeito pela natureza estão sempre carregadas de uma conotação política, razão pela qual os pescadores entram de alguma forma dentro da discussão do movimento ambientalista. Através, sobretudo de seus diálogos diretos com a gestão do PNL.

A missão/visão do PNLP respeito à conservação da natureza é questionada pelos pescadores, duvidando da eficácia do trabalho do parque, além de sua verdadeira utilidade. Os pescadores questionam o trabalho do Parque tanto na proteção das espécies como na falta de conhecimento do funcionamento dos ecossistemas. Contudo os próprios pescadores afirmavam que sem o PNLP já teriam destruído todo, se referindo à expansão das práticas prejudiciais para a natureza que, por exemplo, que os fazendeiros da região realizam, ou as grandes embarcações em alto mar, assim como os barcos clandestinos que navegam pelas costas. Mas a relação que se estabelece o Parque com a região, ou seja, a sua territorialidade, mais concretamente com a lagoa do peixe, é fortemente questionada pelos pescadores.

“Quem preservou o Parque, as aves, é quem morava lá ate eles chegarem”. (Jair).

Outra problematização importante é a relacionada com o conhecimento, com o tipo de saberes. A base argumentativa e de justificação para as questões ambientais continuam sendo os estudos científicos. Esse reconhecimento do saber tradicional, já negado por nunca ser público, é alias espoliado quando os pescadores têm explicado aos funcionários do Parque como funcionam as dinâmicas específicas do ecossistema. Os pescadores questionam os estudos e as pesquisas científicas, afirmando que:

“esses estudos não servem para nada, porque quem conhece a natureza é quem convive com ela”. (Jair).

Esta afirmação contundente, além de colocar em tela de juízo aos funcionários do Parque, questiona o conhecimento científico dominante, assim como todo o discurso ambientalista, deslegitimando aos proponentes de medidas de preservação por ser pessoas que não convivem na natureza.

A problemática ambiental é colocada também como uma questão política a ser discutida, os pescadores tem muito claramente quais são as causas da diminuição da pesca, e denunciam essas razões a partir de sua posição de atores perseguidos pela territorialidade do Parque. Se suas razões estão certas ou erradas pouco interessam no debate, pois sua voz não é nem considerada. Como eles sabem/presentem essa posição de subalternos, sua denuncia às políticas perpassam por ressaltar essa posição na qual se encontram:

“A pesca diminuiu drasticamente, antes se pescava com 1000-2000 metros de rede. Agora é 6000-9000 metros; se for menor não pega nada. O problema não é o barco pequeno que nem pega 2000 ou 3000 kg, o problema são os grandes que pegam toneladas.” (Jair).

A discussão ambiental é específica e tecnicizada. Quantidade de metros de rede,

toneladas pescadas, técnicas que são usadas, ciclos biológicos das espécies de interesse, legislação de pesca nacional e internacional, são várias das especificidades que são questionadas pelos pescadores. Por exemplo, vários deles não entendem por que a pesca com tarrafa ou linha esportiva faz mal. Outros vão denunciá-la como atividade prejudicial por causa da concorrência com pescadores amadores ou turistas que praticam essas técnicas no verão. O uso da luz ou não para pescar na lagoa do peixe é uma discussão que é feita junto com os funcionários do Parque, na qual foi acordado este ano³⁷, resolvendo que tipo de lâmpadas e em que períodos poderia ser usada a luz. A pesca da viola, espécie ameaçada de extinção e que é proibida de pescar no litoral brasileiro, mas está liberada no Uruguai e alto mar também é colocada pelos pescadores.

Apesar de hoje existir um diálogo entre pescadores e Parque, a posição de subalternos dos pescadores continua existindo, e as decisões tomadas vão estar mais influenciadas pelo peso e aceitação que os argumentos científicos e políticos têm, que pelas experiências e tradição da pesca artesanal. Além disso, entre os próprios pescadores existem divergências de opinião sobre quais técnicas ou tipos de manejo são prejudiciais ao meio ambiente e quais não. Por fim, a pesar da discussão se centrar na preservação da natureza, os interesses de sobrevivência de um tipo de vida específico como é a pesca artesanal estão também em jogo. Quem tem o maior interesse em preservar? Quem possui a maior legitimidade para falar sobre preservação? O que “a natureza” tem a dizer sobre essas decisões?

Além da problematização sobre a construção de conhecimento e as questões técnicas sobre a problemática ambiental, os pescadores colocam a relação de poder que as políticas de gestão do Estado geram sobre a natureza. Ou seja, além de questionar a forma de gestão do território através das políticas, é discutida a relação com a natureza e o próprio conceito nos termos de relação de poder, onde o Estado e suas políticas estão sempre exercendo um papel opressor e de superioridade frente aos outros modos de conhecimento e relação com a terra. A opressão é exercida sobre os pescadores, mas também sobre a natureza.

“a política vai sempre para o lado mais forte. Político é todos mentirosos e ladrão.”
(Jair).

A fala desacredita todo o aparelho do estado e mostra a falta de confiança nas políticas, nos políticos e na gestão territorial estatal. Essa desconfiança está fortemente expressa na fala de todos os pescadores que entrevistei, estando relacionada com sua falta de

³⁷ 2014 durante a realização da pesquisa de campo

organização política das estruturas convencionais, seja associação, fóruns, sistema eleitoral, etc. Este é um caráter que se repete no modo de ser dos pescadores da região, dizendo muito sobre a territorialidade deste grupo, que apesar de heterogêneo, tem uma influência muito ampla no território do Litoral Médio de RS. As falas dos pescadores sobre as questões ambientais são sempre muito politizadas; muito mais do que os outros grupos trabalhados. O embate direto com a territorialidade do Estado é maior que a existente com os agricultores ou fazendeiros.

A crítica da política de preservação vai a fundo quando expressam sua opinião sobre ferramentas de gestão ambiental estatal como são os licenciamentos:

“o meio ambiente? É só pagando. Pode mexer quem paga licenciamento, é quem pode.” (Jair).

Além da relação direta com a água, o “bem comum da humanidade”, faz que seus discursos respeito à situação ambiental tenham uma referência globalizada. Quando se fala na questão ambiental, agricultores falam desde uma perspectiva local, do trato cotidiano da sua terra. Mas os pescadores falam da situação dos mares e oceanos, relacionando a diminuição do peixe além das fronteiras nacionais. A água é um elemento expansivo, o oceano é mundial, a água banha todas as terras; a água é um recurso comum. A terra é local, tem uma referência espacial, sobre ela construíram cercas e se inventou a propriedade privada.

“o planeta está comprometido e não vai parar.” (Jaime).

A pesar da relação com a natureza estar muito influenciada por um embate territorial e por uma discussão política sobre sua gestão, os pescadores mostram-se sempre apaixonados falando sobre a terra, a água, quem a habita, exaltando sua beleza, querendo compartilhar comigo a experiência de pescar, do por do sol sobre as lagoas, do voo dos pássaros; ressaltando que apesar de sua situação como “classe” ser crítica na região, eles gostam do que fazem e sentem-se bem, contentes. As pressões sociais e políticas não dizimam a resistência no território nem a realização da pescaria, pois a territorialidade é uma força que reafirma as relações do homem com a natureza de uma forma estreita e que supera as descrições de conjuntura sociopolítica.

“minha riqueza é minha saúde e minha alegria. Tendo para comer tenho tudo.” (Jair).

3.2.3.3 Conflito e relação com os outros

A chegada do Parque marca um antes e um depois na vida dos pescadores da região. O

início foi complicado, marcando um histórico de conflitos que se mantém na memória e nos discursos atuais. Na instauração do Parque se fez um trabalho de cadastramento dos pescadores, autorizando cerca de 190 indivíduos com carteiras de pesca para realizar a atividade no território recém instalado. Mas essa autorização não outorga a permissão de pesca para a seguinte geração. Atualmente deve ter umas 130 pessoas com autorização de pesca dentro do território do Parque e o número esta diminuindo, pois os pescadores vão morrendo e seus filhos não podem pescar.

“Quantos pescadores vai ter de aqui 20 ou 25 anos?” (Alemão).

Com esta medida foi demarcada a posição do Estado de eliminar esta atividade e esta categoria desde o início da criação do Parque.

“Por que filho de pescador não pode ter carteira? Meus filhos se é para trabalhar de serventes... prefiro que sejam pescador. Mas...a coisa está difícil, não gostaria que passaram mal.” (Jair).

A atividade da pesca na Lagoa do Peixe encaminha-se para a sua extinção a partir do momento que é criada a unidade de conservação nesse território. O território é transformado a partir dessa decisão de Estado, transformando consigo a territorialidade de quem nasceu e viveu lá há gerações.

“O pescador da lagoa foi expulso. Deu carteira para gente que não era pescador, e não deu para pescador.” (Jair).

O que é ser pescador? O melhor, o que é ser pescador da Lagoa do Peixe? Como se define isso, e quem é que o definiu? Como foi feito o cadastramento, sob quais indicadores e premissas? Embora, no escopo da pesquisa, este histórico do processo não tenha sido aprofundado, a princípio o Parque se coloca como uma entidade jurídica conforme previsto pela legislação e realizando processo segundo a constituição, mas a realidade é que os dados dessa época não estão disponíveis para o acesso. Claro que os próprios pescadores não tinham se colocado como categoria nem defendido sua posição como pescador artesanal até a data. É de fato a existência do Parque e seus consequentes conflitos que fazem com que os pescadores se apropriem de uma categoria que não é criada por eles mesmos e sim pela academia e o Estado. O problema surge da falta de diálogo entre o grupo e o Estado para realizar essa classificação e esse cadastramento de autorização. Como tenho comentado anteriormente em esta seção, o enquadramento na categoria é algo especialmente custoso para este grupo, o qual é altamente heterogêneo e ainda tem um sentimento de desacreditar nas

instituições e no Estado, não apenas pelo histórico de vivência com o Parque em concreto, mas sim com as lógicas de Estado em geral.

A discordância sobre quem ganhou a carteira de quem são os sujeitos existe entre o grupo e a instituição, além de também existir no próprio grupo. Alguns pescadores estão discordam e outros pensam que o cadastro foi justo. Esta discordância está diretamente relacionada com a exclusividade da atividade. Pois existem vários dos pescadores que também eram ceboleiros sazonais. A questão sobre a legitimidade de obter, ou não, a carteira de pesca e esta divisória não são contempladas pelas políticas públicas como o PRONAF, pois ambos os tipos de pescadores, os que se dedicam exclusivamente à atividade, e aqueles que a combinam com a plantação de cebola, podem obter o acesso ao PRONAF indistintamente. Mas para quem apenas se ocupa da pesca como atividade de subsistência, essa diferença faz com que se gerem prejuízos e disputas de territorialidade respeito aos outros.

“São mais ou menos 70 pescadores, muitos também ceboleiros, tem mais pescador sem documento que pescador pescando.” (Jair).

A disputa entre o grupo e a instituição, e entre o próprio grupo não existe apenas na discussão sobre quem recebeu a carteira, nem com esta autorização foi decidida, mas também no número de pescadores. Como vemos na fala anterior, existem denúncias da ilegitimidade de essa carteira por parte de alguns pescadores. Pois foram feitos cadastros para autorizar certo número de pescadores, mas a realidade é que existe atividade ilegal de pesca, ou seja, pessoas sem autorização pescam na lagoa. Também são alugadas redes para outras pessoas. O embate com o ICMBio aumenta, pois não obstante o fato de que o cadastro fora feito de maneira aleatória e sem diálogos de acordo entre as partes, ainda se acrescenta a atual falta de controle da atividade ilegal no território.

A relação com o ICMBio é marcada por um histórico violento³⁸, de perseguição, na época que a instituição ainda era IBAMA, apesar de que hoje em dia existir um diálogo e um processo de construção de relações mais amistosas, relacionado com a mudança institucional que ocorreu em 2007 na formação do ICMBio.

“A chegada do Parque foi complicada, sobretudo com “Terereca”³⁹ era muito rígido, quase uma ditadura”. (Alemão).

³⁸ Documento judicial de denúncia de afastamento da região de um dos funcionários do PNL. Apêndice C.

³⁹ Apelido da gestora do PNL Maria Teresa Queiroz Melo.

A comparação está feita. O Parque, como representante do Estado Federal, chega à região com imposições, vigilância, punição, perseguição e repressão. Apesar do ano de criação do Parque coincidir com o fim da ditadura, as lógicas de administração do território continuam sendo as mesmas. A entrada da democracia colocando o diálogo como valor, não vai ser efetivada na gestão territorial do Parque até o ano 2007 coincidindo com a mudança institucional, e mais efetivamente nas duas últimas administrações. Os símbolos que carregam os sistemas políticos perpassam pelos valores e funções das administrações, as instituições e seus representantes.

Mas os próprios pescadores, apesar de relatar episódios trágicos e discordarem radicalmente com a gestão do Parque, não apenas pela carga emocional da história de repressão vivida, mas também pelas lógicas territoriais completamente diferentes e pelo próprio conceito de preservação (tratarei este tema amplamente mais na frente); concordam que a presença do Parque tem freado a destruição da natureza. Ações como melhorar a estrada de acesso, ou poder decidir junto os tipos de técnicas de pesca a ser usada, ou quando vai ser aberta a barra, fazem com que existam “alianças” entre pescadores e Parque, mais concretamente a partir das duas últimas gestões, destacando a importância que é outorgada nesta região a pessoa que está assumindo o cargo de gestor.

A gestão do ICMBio tem uma dupla leitura, por um lado beneficia aos pescadores porque impede que veranistas pesquem na lagoa do Peixe, mas por outro lado o Parque está eliminando gradativamente ao pescador.

Os pescadores consideram que a gestão do Parque tem tirado seu sustento e sobrevivência. A Lagoa do Peixe é um é importante para a preservação das espécies de aves migratórias e também como amostra dos ecossistemas litorâneos. Sua riqueza de pesca é amplamente conhecida, vindo pessoas de diferentes procedências e inclusive de outros estados para pescar, sem que isso seja um problema de concorrência entre pescadores nem de pressão biológica sobre a lagoa. A problemática se coloca quando os próprios pescadores se queixam da diminuição do peixe e do camarão, mas ao mesmo tempo culpam a fiscalização do IBAMA por todos os problemas. Questiona-se se esta ameaçada a riqueza biológica da Lagoa do Peixe deve-se a pesca artesanal? Ou são outros fatores de pressão que faz com que o peixe se reduza? Não existem respostas únicas para estas perguntas, mas sim ações diretas para solucioná-las. E estas medidas têm afetado diretamente ao modo de vida de toda uma comunidade pesqueira, que dependem para sua sobrevivência da pesca neste local. Resulta que a ameaça passou a ser também o desaparecimento dos pescadores e não só a dos peixes e do camarão. Em nome da preservação da natureza se tomam medidas que passam pelo

cerceamento de indivíduos que vivem do autossustento. Nas palavras deles mesmos:

“Por que só perseguem ao pequeno? O veneno aí está matando tudo, mas ninguém faz nada com os grandes. Só é perseguido o pequeno quando para ele é sustento, não lucro”. (Claudinho).

Nesta fala vemos de novo como a oposição entre grande e pequeno é muito forte. Esta relação de poder referenciada no tamanho, grande-pequeno, infiltrou-se na mentalidade local como medida para tudo; o tamanho da terra, da renda, do prestígio social. Neste caso não está se trata de disputa pela maior terra, mas o embate com aqueles que representam o poder, ou seja, os “grandes”. As atividades de esta “classe” não são perseguidas pelo Parque, representante da preservação no nível nacional. O embate está na incoerência e falta de sentido, pois, pela fala dos pescadores, os perseguidos são eles, não aqueles que fazem um uso abusivo de venenos comprometendo a própria preservação que está sendo utilizada como argumento para o cerceamento das atividades dos pescadores.

A relação produtiva e a relação com a natureza estão claramente colocadas aqui, para uns é sustento, para outros é lucro. E dentro deste quadro social que podemos caracterizar o conflito com o Parque, o qual é descrito pelos pescadores com de perseguição. O impacto do uso desta palavra é bem forte, descrevendo-se por um sentimento que evoca medo. De todas as inter-relações que existem na região, esta é a que foi descrita pelos entrevistados usando uma palavra tão forte e evocando um sentimento de impotência e opressão tão abertamente.

O processo de criação do Parque é o processo de expulsão das famílias de pescadores que moravam na barra da lagoa do Peixe. As famílias relatam momentos violentos, com muito pesar, dor, angústia e ansiedade:

“Eles nos tiraram de lá. Chegava pessoal armado, entraram nas casas e registraram tudo, procurando por armas, nos colocaram as mãos na cabeça. Infundiram medo, estávamos preocupados de que chegassem em qualquer hora e nos tirassem de lá”. (Jair).

Alias, além destes relatos de violência explícita contra os pescadores, o PNLPI implementou uma série de medidas como restrições para construir ou reformar as casas, ou a proibição de ter luz na barra, que junto com o cadastramento foram os mecanismos para eliminar aos pescadores. A expulsão da barra teve estas formas, um pouco mais sutis na forma de restrições e proibições. Apesar das irrupções nas casas de forma violenta e ameaçadora, são as medidas burocráticas em forma de restrições que finalmente eliminaram os pescadores da barra da lagoa.

“Pescador era nem que índio, sem documentos, certidão, tinham medo de falar com

o IBAMA". (Jair).

Esta frase reflete o sentimento de marginalização social que o pescador sempre sofreu, e sofre. Ao mesmo tempo em que reflete um modo de vida no qual os documentos, a burocracia não eram importantes para continuar com sua vida nas águas. O medo que foi difundido pelo Estado ainda está presente entre os pescadores, os quais preferem ter um reconhecimento de sua profissão através da carteirinha de pescador, ou seja, aquela rejeição pela documentação, pela burocracia, pelo reconhecimento das instituições tem sido revertido através do medo, Com isso o pescador hoje prefere ser reconhecido através deste instrumento legal, entre os funcionários do ICMBio para assim não correr os riscos de ser multado ou prendido, de ser perseguido, como ocorria nos tempos do IBAMA e da criação do Parque.

Figura 39- O "abandono" da colônia de pescadores da barra



Fonte: a autora (2014)

Mas como a sociedade do litoral médio se relaciona com o poder de forma personalizada, a chegada dos dois últimos gestores do Parque, com uma política mais flexível e fomentando o diálogo, tem feito com que a relação hoje esteja em construção, superando o peso da história. Tanto que podemos escutar frases dos pescadores, os mesmos que se sentem perseguidos, dizendo:

“se o ICMBio não estivesse aí, já teriam destruído todo”.(Claudinho).

Claro que esta “aliança” tem a ver com a relação que existe no resto do quadro social da região. A influência e o poder que os fazendeiros têm no litoral, destruindo e ameaçando os ecossistemas, assim como subjugando a aqueles que não são fazendeiros, faz com que o pescador, perseguido pela territorialidade do Estado, veja nas pessoas que representam essas instituições, e é nas pessoas e não na instituição, uma possível aliança através do discurso da proteção da natureza. É preferível um alguém de fora, mas que está disposto a conversar com os pescadores, que aqueles que são da região e exercem seu poder das formas mais sutis e enraizadas no social do local através do embate entre “grande-pequeno” arraigado na mentalidade geral da sociedade do litoral médio.

Esta construção entre pescadores e PNLP se deixa ver na fala de um dos pescadores, que diz:

“o chefe do parque declarou que aprendeu muito com os pescadores, estou esperando ele para vir me visitar e conhecer mais”. (Claudinho).

O reconhecimento por parte do gestor do Parque sobre a valia do conhecimento e o saber do pescador traz uma nova visão institucional relacionada com a mudança de IBAMA para ICMBio. Embora a relação continue desequilibrada, por um lado o pescador precisa do reconhecimento das autoridades para elevar sua autoestima, por outro as autoridades pegam esse conhecimento (ciclos biológicos do camarão, dinâmica da barra, dinâmica de migração de algumas espécies, etc) sem realizar o reconhecimento público que merecem, pois esta fala é apenas dita no nível pessoal, diretamente com o pescador. Nos ambientes públicos esta fala não é nomeada, e muito menos o reconhecimento se faz público. (Tratarei sobre este assunto com maior profundidade falando do Conselho Consultivo do Parque e das interações que em ele se dão). Desta forma, o pescador está em espera. Apesar de ele se sentir valorizado pela hipotética visita do gestor, sua posição é de espera, é passiva. Sendo que o que ele representa — seu modo de vida, o conhecimento, os saberes — não é valorizado, pois sua posição está num plano discursivo e de atuação, sem poder tomar decisões, diferente dos gestores do território em forma de PNLP.

A relação com a EMATER é boa, segundo os pescadores, é a única instituição do governo que ajuda eles. Todas as famílias fazem parte do PRONAF e têm pedido algum tipo de financiamento com a EMATER. Este ano também se conseguiu com dinheiro do governo estadual a compra de 20 frízeres para os pescadores da região. Mas vários pescadores apontam como é preciso batalhar esses financiamentos, um deles relata como uma vez teve que ir até Porto Alegre pessoalmente para conseguir a liberação do financiamento.

“o dinheiro não chega em Mostardas, fica no caminho; e o pessoal de aqui não quer que a gente prospere, avance...” (Jaime).

Além disso, todos os anos esta instituição é a encarregada de organizar a feira do peixe, que é feita em Mostardas, mas na que participam também os pescadores de Tavares. Este evento é o único do ano onde a visibilidade do pescador artesanal se mostra, e esta atividade é valorizada. É também um momento importante do ano para a garantia da renda da família, pois as vendas permitem o sustento por vários meses. Mas este ano⁴⁰ ocorreu um incidente que debilita as relações entre instituição e pescadores: uma das bancas da feira não pertencia a uma família de pescadores, e sim a um dos mercados de maior porte da cidade, e estavam vendendo *panga* e merluza congeladas, espécies que não são locais. Ou seja, uma empresa, não uma família estava ocupando o lugar na feira e o produto não era da pesca artesanal e sim da indústria (e ainda uma espécie não autóctona⁴¹). Segundo os pescadores cabia á EMATER tê-los impedido de vender.

A relação com a prefeitura esta comprometida, os pescadores tem um discurso de descrédito em relação às instituições e ao Estado. Não reconhecem o sistema eleitoral e não concordam com a organização burocrática.

“A burocracia e o banco são complicados e além são empecilhos”. (Jair).

A prefeitura, por representar o Estado e ser o centro de poder mais direto na região, mas é desvalorizada como órgão de governo, também devido à personificação dos donos do poder na região, ou seja, quem trabalha na prefeitura pertence às mesmas famílias que controlavam e administravam o território desde o século XVII. As iniciativas que a prefeitura tem tomado pela pesca na região são nulas nos últimos anos, reflexo da marginalização social que vive esta categoria num espaço onde o gado e o arroz são a cultura dominante e a única aceita por aqueles que administram o território municipal. Os pescadores entoam um discurso desiludido sobre a política em geral e concretamente na região:

“Tudo aqui é politicagem, é a luta pelo poder e o poder corrompe. Aqui são dois partidos, PMDB e PDT, sai um entra outro. Mas são as mesmas pessoas, quem era prefeito passa ser vereador, e assim, vão rodando nas cadeiras da mesma mesa.” (Jaime).

⁴⁰ Ano do desenvolvimento da pesquisa de campo. 2014.

⁴¹ Espécies exóticas são um problema ambiental grave. A pesar de não saber se a *panga* é criada em águas brasileiras ou importada desde sua região de origem (China), ambas as situações são prejudiciais para a socioeconomia dos pescadores artesanais.

Existe uma relação clara e direta entre política e poder. O tipo de organização de partidos, eleições, cargos, democracia, é questionado porque esta sendo associada às já instauradas relações de poder, e, concretamente, aos donos do poder na região. Pois são as mesmas pessoas que, independentemente de eleições e do cargo que ocupam, vão estar influenciando diretamente nas dinâmicas de desenvolvimento dos municípios do Litoral Médio. Além da tradição histórica da organização política na região, existe o discurso de apontar as estruturas de Poder com maiúsculas com um tom crítico e de desaprovação, “o poder corrompe”, e isso é rejeitado pelos pescadores, eles não querem o poder, independentemente do tipo que este seja.

A discussão política referente a quem tem o poder, ou seja, “o grandão”, e quem é subalterno, “o pequeno”, se faz presente neste grupo, na forma de denúncia das práticas de quem representa o poder, como uma forma de autodefesa de seu modo de vida ameaçado por essas práticas e pelas políticas que as apoiam.

“O problema da diminuição da pesca não é o pequeno, é o grandão, na agricultura é igual.” (Jair).

A oposição grande-pequeno é uma vez mais ressaltada remetendo a uma relação oprimido-opressor que marca o histórico da região, aonde os pescadores artesanais se equiparam com agricultores familiares e quilombolas em essa relação de poder na qual eles são subestimados e marginalizados. Esta fala resalta a existência de similitudes, de sentimentos, que constroem a categoria população tradicional, sempre em oposição a quem tem o poder, o “grandão”, frente a eles que são os “pequenos”. Quando a relação se explicita nos fóruns, reuniões e conselhos dos municípios, esta “união” de classe ou categoria, como população tradicional, que representa aos oprimidos, aos “pequenos” é também percebida nas falas sobre gestão de território, e na tomada de decisões sobre preservação do meio ambiente. Exemplificarei as evidências a través dos discursos no seguinte capítulo de esta dissertação.

A relação com os grandes fazendeiros é inexistente porque, a princípio, não existe uma sobreposição territorial. Visto desde uma perspectiva na qual o território é a divisão da propriedade privada. No entanto, existe sim um claro solapamento de suas territorialidades, pois as formas de intervenção sobre a natureza estão afetando diretamente os interesses de uns e de outros, além de estar afetando a própria natureza devido às práticas agrícolas dos fazendeiros da região. Esta natureza afetada também afeta os grupos sociais que vivem na região, sendo um tipo de dano que não se limita a categoria ou conflito de interesses sociais,

pois estando a natureza poluída, o homem também está.

Um dos pescadores relata como as atividades agroindustriais no nível planetário estão afetando a natureza de forma drástica e irreversível. A denúncia do uso de agrotóxicos na região é comum entre os pescadores, afirmando que as aplicações estão aumentando de volume nos últimos 10 anos, onde antes se realizava um passe, agora se coloca quatro vezes a mais. E a coisa vai além com relatos como este:

“Um dia estavam jogando veneno desde o avião e a nuvem é tão tóxica que eu que estou no meio da Lagoa [dos Patos] senti o veneno e comecei passar mal, sem poder respirar e com coceira nos olhos, tive que me refugiar dentro do barco.” (Jaime).

Ante este tipo de situação a impunidade dos fazendeiros é enorme, e a fiscalização das autoridades responsáveis quase inexistente. Existe um vácuo legal e de legitimidade para tratar do assunto dos agrotóxicos, os quais são permitidos sob licenciamento. O problema social, ecológico e de saúde não está querendo ser discutido aberta e amplamente. Existem mais relatos graves como o da recente morte de um amigo do Jaime devido ao uso de agrotóxicos, esta pessoa trabalhou diretamente com a aplicação de venenos nas fazendas, o que levou ele à morte. Segundo Jaime:

“O pessoal aqui não dá bola dos perigos para a saúde.” (Jaime).

Assim a relação com os fazendeiros perpassa o trato direto e confronta-se numa territorialidade que vai discutir não apenas o modo de se relacionar com a terra, mas também a legalidade, a legitimidade e o poder nas instâncias do Estado, relacionadas a saúde pública e a preservação da natureza.

Em relação aos quilombolas as relações de conflito ou de interações inexistentes, apesar de vários quilombolas compartilharem esta atividade produtiva. No que se refere à territorialidade estes grupos não dialogam. E os quilombolas que são pescadores também, não se definem como tal, de forma que não se alinham às lutas e demandas dos pescadores. Por outro lado, a relação com os agricultores familiares, às vezes, apresentam-se conflituosas, como por exemplo quando o indivíduo é pescador artesanal e agricultor familiar dependendo da época do ano ou a safra do produto. Por que o conflito em relação ao agricultor, mas não em relação ao quilombola? O jogo de identidades, criadas pelo Estado, exerce um efeito de jogo de poder entre classes interessante. É como se “ser quilombola” eximisse-os de se revoltarem contra eles por compartilhar atividade produtiva, pois sua situação social é considerada mais precária que a de pescador. No entanto, em relação ao agricultor há uma

oposição e uma concorrência em relação ao pescador, por ter que brigar nos mesmos nichos institucionais de direitos e benefícios. Esta relação subjetiva é recíproca, e não apenas parte do imaginário dos pescadores, as outras categorias comportam-se conforme o mesmo cenário simbólico.

3.2.4 Fazendeiros

A figura do fazendeiro é comum e antiga na região, desde a repartição de terras pelas sesmarias no século XVII a planície se caracteriza por uma apropriação da terra de grandes extensões pertencentes a uma só família. O arroz, paisagem dominante, foi prontamente plantado, já no início de 1920-1930. Convertendo a região em pioneira no cultivo deste grão. As grandes propriedades arrozeiras vão desde uns 300 ha até 10.000 ha. O gado é também um determinante componente da paisagem, muito ligado às grandes propriedades. Sendo que, normalmente estas duas atividades produtivas ocorrem conjuntamente na mesma propriedade.

Apesar do fazendeiro se reconhecer hoje em dia com o arroz e o gado, muitos deles provêm da tradição ceboleira, em sua origem familiar.

“A cebola é um bico agora, ou trabalho de aposentados. Muito sacrifício e não tem retorno. É um produto que estraga rápido, se perde muito. Às vezes tinha que se enterrar o excedente, não dá para nada, nem para dar ao animal.” (Adaulto).

A cebola foi o produto insígnia da época de ouro da região, sendo a região famosa pelo cultivo deste legume, além de enriquecer e dar sustento a numerosas famílias. Mas como todo o cultivo, é acompanhado por uma dinâmica temporal de ascensão e declínio. Antes mesmo deste declínio, o arroz já tinha entrado como cultivo na região, se convertendo hoje no produto que representa enriquecimento e fartura.

A maior concentração de terras está no município de Mostardas, pois em Tavares o PNLN ocupa a maioria desse território administrativo. Mas seguindo para São José do Norte, e também em Palmares do Sul, as fazendas são abundantes, compondo uma paisagem característica da planície do litoral médio.

A maioria das famílias de fazendeiros provém de uma tradição de grandes proprietários de terra, os quais conseguiram os terrenos por herança que remetem ao tempo das capitânicas no início de 1700. Mas a aquisição de novas terras visando aumentar o tamanho da propriedade tem continuado nos séculos posteriores até hoje em dia, através da compra de terrenos dos pequenos agricultores e dos quilombolas. Existem também muitos proprietários

que não possuem um vínculo histórico com a região e tem comprado grandes porções de terra para se dedicar ao cultivo de arroz.

A tradição gaúcha marca fortemente a conformação deste grupo, que define sua territorialidade a partir desta identidade. A indumentária, o trato com o gado, montar a cavalo, os festejos e costumes marcam uma identidade gaúcha que é defendida com orgulho. Existe na região um famoso fazendeiro, que posteriormente foi líder político e sindical da região, o Zé Terra, o qual é uma referência como pessoa, como produtor e político, e como gaúcho de tradição. Mas a identidade gaúcha não é reivindicada apenas por este grupo, razão pela qual não podemos reduzi-la a um atributo desta territorialidade. Agricultores familiares e quilombolas são também gaúchos de tradição, vestem a indumentária típica, participam dos festejos, dos rodeios, montam a cavalo e tratam com o gado. Contudo, a construção identitária do gaúcho parece muito mais marcante na característica da territorialidade de fazendeiro, que nas outras que se definem por outros atributos mais específicos e sem um caráter identitário de origem regionalista. Quilombolas definem sua territorialidade em referência a uma etnia, que baseia na busca de memória histórica pela relação de opressão estabelecida a partir da categoria raça. A identidade gaúcha não apresenta o componente racial aparentemente, todos são gaúchos apenas por nascer no estado de Rio Grande do Sul, sendo por essa razão uma identidade de caráter englobante. Mas é certo que devido ao racismo social, negros eram proibidos de participar das tradições e festejos tipicamente gaúchos por uma questão da cor da pele, e uma questão de classe também. Fazendeiros se autoidentificam como os legítimos gaúchos de tradição. Senhores proprietários das terras e da administração política da planície costeira.

Mesmo que Mostardas e Tavares destaquem sua história de colonização açoriana, não podemos dizer que essa seja a origem direta dos fazendeiros. Mencionam-se as origens portuguesa, italiana, alemã e espanhola entre os indivíduos entrevistados, destacando todos eles sua origem europeia, sem enfatizar qual é o país de referência.

A planície costeira na sua orientação mais sul, tem sido um território de lutas fronteiriças entre a coroa de Portugal e Espanha. A uns poucos quilômetros da fazenda São Pedro de Bojurú, pertencente a um dos fazendeiros entrevistados e de maior tamanho de terra da região, encontra-se o estreito. Pequena franja de terra com apenas cinco quilômetros entre o mar e a lagoa, sendo este lugar estratégico para marcar limites fronteiriços. As disputas por território marcam a história desta região, continuando até os dias de hoje, mas de forma diferente; já não é uma disputa entre Estados nacionais.

“É uma zona nova que estamos desbravando. Está mudando muito rápido, porque o desenvolvimento está chegando.” (Paulo).

É curioso apontar que estas palavras são de uma pessoa que não é mostardeiro de tradição, tendo comprado terras região, além do fato de, como fazendeiro, ele apenas é proprietário, a administração e o trabalho na fazenda são feitos por profissionais contratados, enquanto ele mora em Porto Alegre. Desta perspectiva se justifica essa visão de estar desbravando o terreno, pelo fato de ser uma novidade para si as terras úmidas e os ventos da região. Lembrando que o povoamento da planície data de mais de 300 anos, e o desbravamento já começou ser feito com os tropeiros no século XVII. Em relação ao desenvolvimento que está chegando, não sabemos a que desenvolvimento se refere, mas pelas características de relação com a terra e o tipo de sistema agropecuário que se faz na fazenda, desenvolvimento significa tecnificação e modernização agrícola na perspectiva da revolução verde, com uso de agroquímicos e grandes máquinas para trabalhar a terra.

“Esta área é selvagem e nova”. (Paulo).

Selvagem e nova são dois adjetivos polêmicos precisamente pela referência histórica que normalmente tem sido atribuído ao processo colonizador. O novo é tudo aquilo que não era descoberto pelos europeus, ou seja, conhecido por eles, controlado por eles. A planície costeira é uma área habitada antes do branco chegar, existem vestígios de povos indígenas M'bya Guaraní na região, restos arqueológicos como cerâmicas, sambaquis, além de pegadas no manejo agroflorestal com a presença de círculos de pindós⁴² na mata nativa. É certo que, nos tempos geológicos, a planície era uma terra nova, de recente formação, mas este dado não está sendo referenciado aqui. E sim esta se usando a palavra nova no sentido de descoberta por parte dos colonizadores, desvalorizando a história ocorrida anteriormente a este evento na mesma área terrestre. O outro adjetivo, selvagem, está relacionado com a ideia de desenvolvimento exposta antes. Toda área que não protagonizada pela tecnificação altamente especializada é considerada selvagem, e, portanto, pouco desenvolvida. De novo, outras formas de configuração da paisagem, de usos da terra, de transformação cultural e de espaço vivido são desconsideradas.

⁴² Palmeira *Arecastrum romanzofiana*

3.2.4.1 Estrutura organizativa e formação de associação dos fazendeiros

Nesta territorialidade não encontramos um núcleo familiar como unidade com experiência vivida no espaço. Os fazendeiros se estruturam em famílias, mas esta não vive na terra, mas sim dela. As famílias muitas vezes nem moram na zona rural, possuem outra propriedade na cidade, normalmente em Porto Alegre. É uma territorialidade exercida a distancia, não através da vivência no local, mas que se materializa através da apropriação de grandes porções de terra, estabelecida através da propriedade privada. A propriedade se concentra na produção de mercadorias, de renda. Não é um espaço de vivência do cotidiano, apenas um espaço de produção. Mas isso não significa que o fazendeiro não goste do campo, da cultura agropecuária, do contacto com o animal e a terra. Só que este contacto é radicalmente diferente que o de um agricultor familiar, ou o de um pescador possa ter.

“Eu gosto muito do campo, tenho propriedade, gosto da vida no campo.”
(Adulto).

Os proprietários podem se dedicar apenas a atividade agropecuária como fonte de renda, mas é comum terem outros negócios e atividades financeiras, seja através de transações de compra-venda de algum produto ou também terra/água, ou através de atividades profissionais em outras áreas. Nem todos os membros da família concentram seus esforços em conseguir renda apenas na atividade agropecuária, um dos membros do casal pode trabalhar fora, em outros setores, fazer carreira universitária, ser empresário, enfim, uma diversidade de opções que se vê possibilitada pelo fato de que a produção de grãos e gado não é pensada como o sustento familiar. É uma atividade produtiva, comercial, como poderia ser qualquer outra. A pluriatividade aqui não se relaciona ao sustento, pois a atividade no campo não é exercida a partir de uma organização familiar, nem por eles mesmos, e sim através do contrato de funcionários e dos equipamentos tecnológicos. Este fato é uma divisória marcante em relação aos outros grupos, em que a terra/água se converte em uma transação econômica, e não em uma experiência vital, de co-dependência para o sustento familiar. Sendo assim, a categoria família não faz sentido na territorialidade dos fazendeiros.

Os fazendeiros possuem, além de propriedades com muitos hectares, mais de uma propriedade. Os entrevistados possuem casa na cidade, além de terrenos na zona rural, muitos também casa em Porto Alegre. E vários deles tinham mais de uma grande fazenda, só que em regiões de Rio grande do Sul diferentes. Coincidentemente dois deles tinham terreno em Mostardas e Tavares, e também em Viamão. De repente pela proximidade com a capital e por

ser um lugar de passagem entre a planície costeira e Porto Alegre. O fato de possuir mais de um terreno é uma característica desta territorialidade. Maior quantidade de terra significa maior controle sobre o território. E mais opções de gestão dos recursos, maior produtividade e, portanto, maior renda.

Uma característica bem comum das propriedades dos fazendeiros é o acesso à água. Seja da Lagoa dos Patos, seja dos banhados e pequenas lagoas típicos da região, todos possuem um reservatório e um bom acesso aos recursos hídricos. Esta é uma característica desta territorialidade, pois o acesso a água significa o controle de um dos recursos mais valorizados para a agricultura.

Os fazendeiros aparecem como um grupo unido e organizado. Representado pelo Sindicato Rural de cada município, e através da associação de arroseiros. Os fazendeiros podem pertencer a um ou ambas as organizações. A existência de duas associações diferentes se deve mais a uma diversificação das forças, que a uma discordância nos ideais e interesses dos grandes proprietários. Quando necessária, estas duas organizações trabalham e colaboram juntas para conseguir maior voz e força na defesa de seus interesses. O sindicato rural pertence à FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul), organização dos agricultores do Estado, mas que tem uma origem e uma ligação direta com o cultivo do arroz, mais que com qualquer outro tipo de cultivo.

3.2.4.2 Sistema de manejo. Relação com a terra/água

Na fazenda a principal atividade produtiva é o cultivo de arroz, seguida da produção de gado de corte. É comum também encontrar alguns hectares destinados ao cultivo de cereal para alimentar ao gado, mas o livre pastoreio nos campos nativos é a fonte principal de alimento, apesar dos campos nativos se encontrarem muito devastados, com a introdução de espécies exóticas principalmente, como o “azedinho”. Outra parte da parcela é também reservada para o plantio de pinus e/ou eucaliptos, usados como lenha para a secagem do arroz.

Nem todas as propriedades apresentam a tríade produtiva: arroz-gado-pinus. É mais comum se dedicarem apenas ao arroz e o gado, e ao pinus com exclusividade. Uma característica comum desta tríade está no fato de necessitarem de grande espaço. São dominantes da paisagem. Apenas três elementos de cultivo/criação, três elementos produtivos, ocupam a maior extensão de território da planície costeira.

Recentemente está se introduzindo na região o cultivo da soja. Grandes proprietários

acostumados ao cultivo de arroz começam a “diversificar” com a soja. E também se introduziu em 2014 algumas parcelas experimentais de arroz geneticamente modificado, de maior tamanho e resistência.

“A soja se exporta, vai tirar o gado da região, o arroz já reduziu muito o campo.”
(Marcio).

O litoral médio de Rio Grande do Sul está incluído no grande bioma Pampa, sendo os campos nativos sua paisagem protagonista, junto com as áreas úmidas e os banhados, assim como as grandes lagoas e marismas que o atravessam. O gado foi introduzido na região pelos europeus, conseguindo uma adaptação rápida e fácil nos campos nativos. Depois da extinção dos grandes herbívoros americanos, o gado europeu cumpre uma função ecológica no sistema campestre que antes faziam esses herbívoros. O arroz é introduzido na região e também consegue uma fácil e rápida adaptação, pois as condições naturais da planície são propícias para o cultivo deste grão, que precisa grandes extensões planas e abundância de água, que é obtida dos banhados assim como da grande lagoa dos Patos. A soja é um novo elemento que parece ter as condições para se converter como um novo protagonista da paisagem. Este grão além ter o incentivo por ser uma produção para a exportação, razão do interesse dos grandes proprietários de terra.

A paisagem caracteriza-se pelas formas geométricas e quadricular. Grandes extensões de terra dedicadas ao cultivo de uma única espécie criam uma sensação de monotonia na paisagem. As máquinas têm uma grande presença, são as que percorrem os campos quadriculados. O gado acompanha esta divisão nas parcelas. Não encontramos outros animais de pequeno porte como galinhas, poços ou bovinos, como reforço do sistema de manejo produtivo da propriedade. Destaca-se a ausência de pessoas, dando uma sensação de grandes espaços vazios. Apenas é espaço produtivo. Não se veem também não capões de mata nativa, mas sim capões de eucalipto que é plantado para o uso de lenha nas secadoras de arroz.

Figura 40- Monocultivo de arroz

Fonte: a autora (2014)

A fazenda funciona graças ao trabalho assalariado dos funcionários especializados. Alguns atuam como administradores da terra, sem ser esta atividade exercida necessariamente pelo proprietário. Existem normalmente um agrônomo e um veterinário, e quando necessário um biólogo. O resto dos funcionários realiza tarefas de manejo das máquinas. O número de funcionários fixos é pequeno, aumentando o número em época de coleta. Por exemplo, em uma fazenda de 7000 hectares, emprega no máximo 30 funcionários em época de coleta.

Em um fazenda de 300ha, também se usa maquinaria, duas máquinas de cada tipo: trator, colheitadeira e semeadora. Uma colheitadeira, por exemplo, pode trabalhar umas 40 ou 50 quadras. As máquinas são compradas normalmente com financiamento do banco, se não o conseguir, sai do próprio bolso. Os tratores, as semeadoras, as colheitadeiras, são todos modelos novos, pois a vida das máquinas é curta, e novas máquinas mais especializadas e de última geração são compradas com periodicidade.

Figura 41- Colheitadeira e semeadora



Fonte: a autora (2014)

Figura 42- Tratores



Fonte: a autora (2014)

Muitas das fazendas têm secador próprio. Mas não existe na região a indústria processadora de arroz, que o descasque, selecione, empacote. O arroz é produzido e transportado grandes distâncias até os centros industriais de processamento.

Os campos são adubados com fertilizantes, e tratados com herbicidas. Os elementos para fabricar o adubo vêm de fora, mas o produto é processado em Porto Alegre, majoritariamente pela empresa Piratini. A quantidade de adubo usado é um tema polêmico, com respostas contraditórias. A proporção média é de 500kg/ha. Cada hectare produz uma média de 200 sacos de arroz de uns 50kg cada.

“É aplicado uma vez o adubo base, para a raiz, em uma quantidade de uns 300kg/ha; depois se aplica duas vezes o adubo de cobertura, a base de nitrogênio, uns 200kg/ha. Mais o calcário.” (Marcio).

Não disponho das quantidades de calcário, nem também não dos herbicidas e inseticidas. Mas se deduz que a quantidade é muito superior aos 500kg de média que se diz colocar na terra. Além disso, devemos ter em conta que estas quantidades de agrotóxicos e agroquímicos são aplicadas todo ano, provocando um desgaste e deterioração da terra que ao longo do tempo vai demandar maior quantidade de adubo para poder manter os níveis de fertilidade, perdidos pelo esgotamento de nutrientes e o desgaste da terra pela superprodução.

“Meu pai plantou arroz em 1923, eu comecei em 1958. Meu pai já usava adubo de farinha de osso, e tinha muito cheiro. Comigo já era químico. A quantidade de adubo que por depende do análise da terra, se botar demais é prejudicial para a economia, para a saúde da planta e estraga o grão.” (Adaulto).

Este arrozeiro de tradição tem um discurso de maior consciência com o uso dos agrotóxicos, apesar de ser uma argumentação econômica principalmente, fala sobre a saúde da planta e qualidade do grão, visando na relação econômica, mas já com uma preocupação sobre o uso e abuso nas quantidades. É curioso destacar como relata que antes seu pai usava

um adubo orgânico, fabricado a partir de farinha de osso. Este tipo de adubação, junto com outras, é usada por vários dos agricultores familiares da região, obtendo bons resultados. Contudo, parece estar estipulado que uma grande plantação de arroz de vários hectares precisa necessariamente adubação química, a farinha de osso seria insuficiente.

O modo de aplicação dos fertilizantes é variado e não existe nenhum regulamento ou fiscalização sobre o mesmo. Durante minha estadia na região pesquisada, foi frequente ver aviões sobrevoando as lavouras de arroz aplicando os agrotóxicos. Relatos de agricultores familiares, pescadores e quilombolas também confirmam a aplicação do veneno por estes métodos sem respeitar as normas legais⁴³. Mas não consegui ver as máquinas nem os depoimentos dos fazendeiros do uso de aviões.

Na relação dos fazendeiros com a terra/água, é preciso destacar que esta territorialidade se refere a ambas como meio ambiente. O que já detona qual é o tipo de relação estabelecida. A ausência de núcleo familiar de sustento e o sistema de manejo altamente mecanizado trazem uma ideia de afastamento do fazendeiro com a natureza, a relação estabelecida não é direta, sempre mediada através dos trabalhadores contratados ou das máquinas.

“Nós não estávamos acostumados com o meio ambiente. Hoje tem vigilância, biólogos, agrônomos. Estamos nos adequando igual que o meio ambiente esta se adequando a nós.” (Paulo).

Quem seria o “nós” ao qual se refere Paulo. Nós humanidade? Nós brancos? Nós fazendeiros? A relação com a terra expressa aqui traz a clara ideia de separação entre homem e natureza. Além de uma ideia do natural como meio ambiente o qual é submetido ao homem, é um elemento externo e inferior ao mundo humano. A relação que se quer e se deve estabelecer com o natural é de adequação, mas a pesar de dizer que essa adequação deve ser igual, ela passa por uma mediação através da vigilância, dos biólogos e dos agrônomos. Ou seja, das pessoas especializadas, mas não por isso com maior conhecimento ou adequação com a terra, são as que vão determinar com sua palavra e seu trabalho, como deve ser esse trato e relação com a natureza. Além disso, a adequação relaciona-se à vigilância. Práticas e modos de lidar com a terra que não estejam permitidos por lei não são maus por si mesmos, enquanto não forem vigiados e punidos a prática continua sendo uma prática, e, portanto, plausível de ser realizada.

⁴³ O avião agrícola deve seguir as restrições para aplicar agrotóxicos: áreas localizadas a até 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros e também áreas de mananciais de captação de água para abastecimento não podem sofrer aplicação de agrotóxico por meio da aviação agrícola.

“A figueira é proibida de cortar, mas esta bem tirá-la de pequena porque destrói a casa, mas então aí tu te volta um destruidor.” (Marne).

Nota-se uma diferença substancial respeito com as outras territorialidades sobre o simbolismo e a significância que a figueira tem. Esta arvore é junto com o umbu, o típico representante do bioma pampa. É comum encontrá-la perto das casas como lugar de interação da família, ou reinando sozinha nos campos de gado e cultivos. Mas para os fazendeiros a importância da arvore não esta nas relações vividas entorno dela. É melhor tirar a arvore porque suas raízes, potentes e profundas, estragam a casa. Este fato influencia também nas outras territorialidades, mas como já descrevi, preferem conservar a arvore perto da casa, pois é um espaço de relação e troca importante, que acompanha a família e tem visto crescer a casa novo membro da mesma. Quando se fala que ao cortar uma arvore, as pessoas se tornam destruidoras estamos ante uma força de expressão, que fundamenta os discursos destes, pois, de fato esta palavra nunca é usada nas arenas de discussão sobre como preservar o meio ambiente pela grande conotação negativa da palavra. Por que este fazendeiro se autodenomina destruidor? Existe uma tensão explicita entre fazendeiro e ambientalista que impede o diálogo por estar carregada de preconceitos prévios (detalharei esta relação ao falar sobre o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe no capítulo três).

“Quem destrói é o pessoal que vem de fora, os gringos. O órgão ambiental tem que estar ai para assegurar ao pessoal de fora.” (Marne).

Neste caso a destruição é desviada para outro lado, afastando-se da discussão do local. É mais fácil estabelecer um diálogo se o foco do assunto é algo exterior, que não toca de perto. Realizando esse movimento de afastar o problema conseguem uma possível aliança com os órgãos ambientais, os quais são demandados para realizar a fiscalização. Enquanto as proibições não sejam feitas para o fazendeiro, para quem esta no local, o órgão ambiental é legítimo e deve realizar seu trabalho, é até uma demanda, uma necessidade.

“Hoje tem muitas pessoas vivendo acima do meio ambiente, que virou indústria, estão ganhando acima disso. Aqui, por exemplo, a estrada 101 ficou parada dois anos porque inventaram que tinha um sapo de olho vermelho no banhadinho, e em verdade não tinha nada. O meio ambiente é comércio, se ganha muito acima disso. Ninguém quer destruir, mas não queremos um absurdo que inventem.” (Marne).

A natureza, o meio ambiente, para esta territorialidade estabelecida, virou um negócio. É assumida uma relação não apenas de dominação sobre a natureza, mas também de transação econômica. A natureza é um negócio, algo que pode se vender e comprar, e este

negócio se choca com outros no sistema de livre mercado capitalista. Como qualquer produto, circula livre no mundo das finanças internacional. E como mercadoria, perdeu sua materialidade no espaço. O problema é que os negócios funcionam por concorrência no mercado, e o produto natureza é uma concorrência para o produto agroindustrial. E mais quando se fala desde um local onde existe uma delimitação territorial em forma de Parque Natural. Os produtos competem livremente no mercado, mas essa concorrência deixa de ser livre no nível territorial. Espaço ocupado por uma reserva natural concorre com o espaço ocupado por uma lavoura de arroz.

3.2.4.3 Conflito. Relação com os outros

Quando perguntados sobre o problema ambiental que o uso abusivo de agrotóxico produz, as respostas foram negativas, orientadas em dois sentidos. Por um lado negação do problema, e por outro iludi-lo.

“O conflito está na lei, não na prática.” (Paulo).

O problema ambiental reside na adequação das leis às práticas agrícolas modernas. Segundo os fazendeiros, a sistemática para se adequar ao "meio ambiente" está ainda atrasada. Referem-se à legislação ambiental, à reforma do código florestal, aos licenciamentos ambientais para os empreendimentos. Assumem o discurso institucionalista, pois o modo de administrar o território, de nos relacionarmos com a terra e com os outros, é através das leis e da justiça. Se uma propriedade consegue todos os licenciamentos que a lei exige, se deduz que o trato com o meio ambiente é adequado. Apesar de que nessa relação exista o uso de agrotóxicos, a produção de monoculturas, e relações laborais através de contratos temporários sem vínculo com a terra o licenciamento ambiental é a ferramenta pela qual se fala da legitimidade do modo de se relacionar com a terra. Mas a discussão é na perspectiva legal e não na filosofia que aprofunde nos sentidos dessa legalidade, e muito menos sobre as práticas de manejo.

Esta situação remete a um contexto de crescente preocupação ambiental, onde se evidencia o comprometimento da vida na terra, as práticas e modos de nos relacionarmos com a natureza, em que uma grande quantidade de leis, normativas, tratados surgem para discutir o tema. Porém, a discussão fica no papel, na esfera legal, mas as práticas não são modificadas. Concretamente na região litorânea a terra cultivada para a monocultura aumenta em vez de diminuir. A quantidade de agrotóxicos usada é a cada ano maior, com controle escasso sobre

as quantidades usadas ou dos produtos usados. Os pinus avançam sobre o território. Os mananciais hídricos estão diminuindo e apresentam-se poluídos. Contudo, os licenciamentos ambientais aumentam, para qualquer empreendimento surgir é necessário conseguir o licenciamento. Sem que com isso modifiquemos a relação conflitiva que estabelecemos com a natureza em um modo geral.

“O conflito surge com as leis ambientais que são desconhecidas por isso o proprietário pratica irregularidades. Mas já existe contratado um agrônomo que acompanha, pois também os financiamentos bancários agora o exigem.” (Paulo).

Remete-se aqui à resolução da problemática a informação, a uma educação que informe e repasse os termos da legislação vigente. Podemos remeter a própria ideia de uma educação ambiental que traz todo um pacote de comportamentos e normas morais sobre quais são as práticas certas e quais as erradas, sempre seguindo o padrão legal. Nesta perspectiva outros modos de se relacionar com a natureza não são contemplados como possibilidade. Pois a educação ambiental que recebemos foi construída e é direcionada para pessoas que entendem a relação com a natureza através de legislação e normativa.

Nesta mesma frase aparece um outro elemento que constrói o discurso, que é o dinheiro. Os financiamentos para a agricultura de grande escala são outorgados pelos bancos, já exigindo que a propriedade se adeque a certa ideologia de trabalho e de modo de fazer agricultura, como se cultivar a terra se tratasse de um pacote fechado composto por números, normas, leis e produtos. Os elementos da natureza não são contemplados nem tem nada a dizer. As exigências são outras, e passam pelo contrato de especialistas da terra, agrônomos e biólogos, para poder assim conseguir o financiamento que se materializa em máquinas, adubos e sementes, para assim poder aumentar a produção.

“O formado na universidade sai cru e diz coisas, por não saber ou por maldade, diz coisas que não se adéquam. Há que ter “bom senso”.” (Paulo).

Ao mesmo tempo em que se faz um chamamento aos peritos e especialistas, se faz uma crítica aos mesmos quando estes não se adéquam. Aqui esta a contradição desta relação com o conhecimento, com as práticas, e com a “verdade”. Se concordarmos, estamos adequados, se não há concordância é um problema de “bom senso”.

Conflitos com os especialistas aparecem nas relações com as outras territorialidades, por exemplo, os agricultores familiares se perguntavam respeito a se era próprio dizer que praticavam uma agricultura orgânica ou não. Levantando a questão de que é o especialista, é

desde as universidades, aonde vão se discutir os termos teóricos para denominar se uma prática é ou não é orgânica. Por outro lado, eles trabalham com as diversas práticas segundo condicionantes ou variáveis que são contempladas desde um trabalho de fato com a terra. Dai a desconfiança sobre a palavra do especialista. Neste caso não esta sendo questionada “a verdade”, apenas esta se entrando em discussão e colocando as opções e dúvidas.

Com os fazendeiros o conflito é diferente, pois estes fazem um chamamento ao “bom senso”, que no caso é o “bom senso” deles. A veracidade é discutida, e não apenas as opções e as dúvidas. Existe apenas uma verdade, e esta é a aquela que “eu” possuo. Demandam-se o trabalho especialista e peritos para contemplar o conhecimento científico, o verdadeiro, mas quando este diz não concordar respeito às práticas erradas com o meio ambiente, desautoriza-se a veracidade científica, e a legitimidade como especialista.

Colocarei um exemplo mais concreto de este assunto situando ao entrevistado ante a questão de planta eucalipto, espécie exótica, perto da lagoa. Questionei ao fazendeiro perguntando-lhe porque plantou uma espécie que seca consideravelmente, puxando grandes quantidades de água de banhados e lagoas. A resposta foi a seguinte:

“Eu plantei eucalipto a menos de 100 metros da lagoa, me denunciaram e tive que tirá-lo. Que o eucalipto seca é discutível. Tem que ter uma legislação, mas é mal interpretada, por isso é conflitante. A promotora me fez tirar o eucalipto e colocar mata nativa, mas eu plantei sem fins lucrativos. A FEPAM discordou da promotora, mas ela foi pela lei. Tu dá poder para quem não tem qualificação.”
(Paulo).

Tirou o eucalipto só porque o denunciaram. A lei não discute respeito a se o modo de uso da terra é prejudicial ou não, apenas realiza uma tarefa de vigilância e punição. A pesar de a legislação proibir o eucalipto por ser uma espécie exótica, além de não poder ser plantado perto dos corpos de água, a interpretação desta lei é discutida pelo fazendeiro quem afirma que é mal interpretada. Plantar mata nativa não parece ser algo positivo, apesar de afirmar que não busca fins lucrativos. No fim, que é o que uma legislação defende? O que está sendo discutido aqui, os modos de uso da terra ou quem tem o poder e quando? O poder está na legislação, nos especialistas, isto é uma demanda. Mas quando estes não concordam, ou não se adéquam, aos interesses dos fazendeiros, esse poder se dissipa, pois ou bem é mal interpretado, ou não tem qualificação. Quem tem o poder, quando e como exercê-lo?

A relação que os fazendeiros estabeleceram com o PNLN é marcada fortemente por dois fatores. Em primeiro lugar o histórico do parque, o qual teve em seu início de fundação na região com uma entrada muito conflitante, na qual o abuso de poder por parte do Estado

usando métodos violentos ficou muito marcado na memória do povo da região. Acontecimentos como os relatados com os pescadores não foram sofridos pelos fazendeiros, mas a ideia de que o IBAMA andava armado e inquiria às pessoas que ali morava, ficou como relato marcante. Além de ser usado como arma para criticar o trabalho dos órgãos ambientais no momento em que os interesses sejam discordantes.

“O IBAMA começou mal, há produtor com área no Parque e o IBAMA vem de cima, do Norte e Amazonas, e já chegaram com arma encima da mesa para negociar, amedrontando a população.” (Marne).

Note-se que a preocupação pela violência exercida pelo IBAMA é sobre o produtor, não sobre o pescador artesanal. Quando na realidade os relatos que se tem de apontamento com armas foram sofridos pelos pescadores, nenhum produtor passou por esta experiência. Contudo, o choque de interesses dentro do Parque se refere aos produtores que ali tem propriedade, o que aconteça com os pescadores parece não ser relevante para eles. Há também em este depoimento uma comparação que resulta preconceituosa, referindo-se a que no Norte do país e no Amazonas a forma comum de negociar é através das armas; ao contrário do Sul, onde esses métodos não são necessários. Assumir que é algo comum do Norte e não do Sul tem uma conotação pejorativa mostrando um ideário de que o Norte e Nordeste brasileiros são violentos e pouco civilizados.

Em segundo lugar a ideia que se tem sobre a natureza entre ambas as territorialidades é contrária. Os interesses sobre o território são opostos (fazendeiros e IBAMA). Teríamos por um lado a conotação da natureza como recurso para a produção, e um outro que a pensa como refugio de vida a ser conservado. Ambos a vêem como um recurso, uns a querem para produzir e os outros para preservar.

“Os ecolocos do PNLP; todos queremos a mesma coisa, preservar, o problema é como. Tem alguns aí, ecolocos, muito radicais.” (Marne).

A palavra preservação remete a ecologia e a sustentabilidade, que são os valores a defender, pois dizer o contrário é socialmente punido e estrategicamente falido. Mas como preservar? A pergunta lançada pelo fazendeiro poderia ser lançada por um ambientalista também, se assume que existe uma diferença de opinião, uma diferença de interesse. O problema é que essa diferença vem acompanhada de um preconceito, os preservacionistas são chamados de ecolocos, desprestigiando e rebaixando qualquer ideia sobre preservação ou qualquer fórmula para administrar o território que valha a pena ser defendida pelos

trabalhadores do PNLN.

Chegado a este ponto perguntei para Marne concretamente, como preservar? O assunto foi direcionado a preservação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, e não a preservação em geral. A resposta foi a seguinte.

“Envolver aos proprietários e assinar um termo de conduta. Cada proprietário tem que se responsabilizar pelo que acontece dentro de sua área. Que pode e que não pode. Eu sou o responsável. Ou então outra medida é indenizar aos proprietários. Tem que ter “bom senso”, não aplicar a lei friamente, ver a cultura, as condições. Já foi penalizada gente que não sabia o que estava fazendo, totalmente ingênuos.”
(Marne).

Traz-se o termo de conduta na conversa porque, como veremos na próxima seção, o problema fundiário que se tem com o PNLN provoca uma situação de passividade ou falta de ação na aplicação das medidas, pois a terra é do Estado ao mesmo tempo dos proprietários. Por isso se pede a indenização, processo lento e que passa por várias esferas dos órgãos federais, e que até a data não foi resolvida. O termo de conduta é uma medida que tem se aplicado em outros casos de áreas vizinhas entre uma unidade de preservação e uma propriedade privada, e os fazendeiros vem esta medida como a melhor solução para poder continuar exercendo suas atividades produtivas. O problema é que em este caso a área de conservação pertence á categoria de Parque Nacional, em que os usos da terra são mais limitados. Apesar de que a possível solução de envolver aos proprietários resulta interessante, pelo fato de se tratar de uma unidade federal em forma de Parque Nacional, os usos da mesma são restritos, e sua administração dependente unicamente do Estado. Na segunda parte do depoimento se faz de novo um chamamento ao “bom senso”, relacionado com a aplicação da lei. De novo a discussão sobe a preservação da natureza se da em volta da legislação e as normas. Discutindo no caso a aplicação da lei com um “bom senso” que se refere a não perturbação dos próprios interesses para continuar usando e usufruindo os recursos ambientais. Se as práticas no uso do recurso são ou não prejudiciais não interessa, pois a lei deve ser aplicada atendendo ao bom senso, no caso aos interesses do fazendeiro.

Um outro problema ambiental na planície é a invasão de pinheiro, quando pergunto pela espécie exótica e o problema com a água, se duvida de se realmente a escassez da água está relacionada com o pinus. Assim como no caso do eucalipto relatado anteriormente, há uma negação da existência um problema ambiental. Quando os problemas ambientais estão relacionados com as fontes de produção, é preciso negar qualquer fonte de problema para conservar intactos os interesses comerciais. O pinus representa uma importante parte para a economia da região, é este é um argumento forte para sua defesa. O argumento econômico se

desdobra em vários temas como o emprego, a renda, os tempos de escassez, a segurança, que resulta de grande importância para a opinião pública.

“Há que delimitar áreas para plantar pinus. Não existe prova de que ele esteja diminuindo os níveis da água. Quando o arroz e a cebola estão mal, o pinus é quem assegura, depois é a pecuária. O pinus da resina desde há poucos anos, pois antes ninguém sabia.” (Marne).

Por fim a questão da água relaciona-se com a produção de arroz e pinus, mas também com a apropriação de território por parte desta territorialidade. Território em sua representação material sobre o espaço em forma de terra/água supõe uma disputa que se vê materializada pela apropriação em forma de propriedade privada, categoria absoluta e sem possibilidade de discussão, que vai conter os recursos de uso comum, necessário para a reprodução e subsistência da vida.

Em toda a lagoa dos Patos existem apenas nove entradas públicas de acesso à água. A lagoa esta cercada de fazendeiros, os quais possuem grandes bombas a diesel que extraem a água para irrigação, e muitos a vendem aos pequenos e médios agricultores. Na zona sul do município de Tavares, perto de Bojurú, foi construída, no ano 1982, uma barragem na lagoa dos Patos para conservar água doce. É comum, na região, que a água doce salgue, devido a temporais, ou secas, ou consumo excessivo de água para irrigação, o mar entra muitos quilômetros salgando a água e impedindo seu uso para a agricultura. Por isso foi proposta a construção dessa barragem. A água doce na região é um bem precioso. A barragem tem uns 300 ha de tamanho, e foi construída com financiamento público. É uma barragem comunitária, mas o fato é que o 52% da barragem está dentro da propriedade do fazendeiro, o qual detém direitos de uso no outro lado da mesma. Questionar o financiamento público para um uso de recurso comunitário, mas que termina sendo controlado pela propriedade privada é fundamental. A própria ideia de barragem comunitária também deve ser revista.

Não é apenas a discussão sobre a posse da terra/água, também o acesso a mesma. Existem nove pontos de captação de água com bombas, e este acesso é de uso privado, levando a comercialização por parte do proprietário de um recurso comum, em que precisa ser comprado para acessar a ele. Já expliquei com mais detalhes os problemas que isto tem dado na comunidade quilombola dos Teixeira, por exemplo. Mas não é o único lugar na planície onde isso ocorre. O acesso à água não é livre, e seu uso não é comum.

A relação com as outras territorialidades presentes na região, concretamente com as populações tradicionais esta fortemente marcada pela hierarquia baseada no tamanho da terra, e em uma auto-referência como os impulsionadores do desenvolvimento no Litoral

Médio. O arroz e o pinus é a principal atividade econômica dos municípios, além de dar trabalho para a região. Por isso o fazendeiro se autoconvencem de ser a os promotores do desenvolvimento, sempre relacionado com crescimento econômico. Decorrente deste lugar social, a o discurso que veicula a imagem do possuidor das razões e verdades sobre como fazer as coisas, até de como deve ser a preservação da natureza. A relação com as outras territorialidades reveste-se de diferentes formas de opressão, baseada principalmente na relação de poder econômico e político, a na relação laboral empregador-empregado que se estabelece. Ou que vão além destes limites socialmente aceitos como os casos de trabalho escravo na região e os depoimentos de quilombolas e agricultores familiares em que as relações empregatícias passam pelo não pagamento do salário. E é também uma relação racista:

“O preto nos Estados Unidos é uma pessoa, aqui virou candomblé, não tenho nada em contra, mas que é isso?” (Paulo).

Esta frase, assim como outras que decido não colocar no trabalho, deixa esclarecido o pensamento racista e classista que nutre o ideário daqueles que controlam a maior superfície do território na região.

3.2.5 Parque Nacional da Lagoa do Peixe

O Parque Nacional da Lagoa do peixe foi fundado em 6 de novembro de 1986 sob a gestão do IBAMA e atualmente está sob a administração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio. O gestor é Hellen José Florez Rocha desde junho de 2013. O Parque situa-se nos Municípios de Mostardas e Tavares. Sendo sua sede na cidade de Mostardas a 14 km do parque.

O ecossistema do Parque é altamente dinâmico, é móvel. A paisagem reúne os ecossistemas de restinga, banhado e litoral, sendo este característico pela formação de dunas. A lagoa é estritamente uma laguna por ter saída ao mar. Sua importância ecológica reside nas zonas úmidas e reserva de aves migratórias.

“Parece um Parque vivo, ele se mexe.” (Eduardo).

De formação de arenítica, o parque encontra-se em uma área de marismas ou de terras aluviais intermitentes, relacionado ao grande dinamismo ecológico e de intercâmbio de nutrientes e energia. É o encontro entre a terra e o mar. Existe uma grande diversidade e alta especificidade biológica, a planície costeira pertence à categoria de zoneamento 6 de áreas

prioritárias da biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁴⁴ e é considerada área de extrema importância. Depósitos orgânicos das bacias hidrográficas que regam a Lagoa dos Patos formam os solos do Parque, além da matéria orgânica arrastada pelas águas. Dai a importância biológica que se outorga ao parque, com um papel de berçário de animais marinhos e albergue de nutrientes para espécies migratórias. Por isso que a comunicação entre a lagoa e o mar é vital. O objetivo principal da criação do Parque é a proteção de aves migratórias e os ecossistemas litorâneos a elas associados.

Figura 43- PNLP



Fonte: a autora (2014)

O PNLP representa 80% do território municipal de Tavares, e 17% de Mostardas. Estas cifras mostram como é em Tavares aonde o território controlado pelo Estado tem uma influência maior. Contudo a sede administrativa, e com isso a maior participação cidadã e das instituições políticas se realiza no município de Mostardas. A divisão administrativa municipal tem muita influência na gestão do território, pois apesar de que o PNLP está situado majoritariamente em Tavares, a força política que o município vizinho possui historicamente, incorre em um maior protagonismo. Parece existir uma hierarquia na qual cada decisão sobre o que mexer ou como proteger é tomada em Mostardas, mas são os

⁴⁴ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/marinho_fichas_das_areas_prioritarias.pdf> Acesso 22 de jun. de 2014

moradores de Tavares os que vão vivenciar as consequências. A atuação sobre o território que vai exercer o PNLN é muito influenciada e moldada por o histórico desta relação política entre ambos os municípios.

Quando o Parque foi instaurado na região, políticas de como realizar este empreendimento não eram tão afinadas como hoje em dia. Por isso o cuidado com a realidade local não foi considerado em momento algum. Parece que o Parque caiu do céu sem prévio aviso para as pessoas que em essa área moravam. Nem entrevistas, nem estudos prévios com a população, nem muito menos acordos, foram realizados na instalação do Parque. Como foi feito o processo no nível institucional também parece estar cheio de irregularidades⁴⁵.

3.2.5.1 Estrutura organizativa. Associação do PNLN

O ICMBio é uma autarquia encarregada da criação e gestão de Unidades de Conservação e a proteção de espécies. Foi criada em 2007, é vinculada ao MMA, e integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente, SINAMA⁴⁶. É um órgão de preservação da biodiversidade, com função de pesquisa e com poder de polícia para a proteção das UC Federais.

Dentro do MMA existe vários órgão com diversas funções. Entre eles destaca o Serviço Florestal, encarregado da gestão das florestas públicas e colaborar com outros Ministérios e órgãos de governo como, por exemplo, a FUNAI para o trabalho em terras indígenas, e o INCRA e MDA para tratar as questões da Reforma Agrária. O outro grande órgão do Ministério é o ICMBio, encarregado da gestão de UCs e da pesquisa além do IBAMA que é o responsável pela fiscalização. Faz-se importante distinguir estas diferenças por dois motivos: o histórico de criação do PNLN e os conflitos que derivam de sua fundação, e a mudança institucional e de princípios que se dá na troca de gestão do Parque para a administração do ICMBio demarcam momentos diferentes importantes para nossa análise, como exporemos a seguir

Existem várias categorias ou tipos de unidades de conservação no Brasil, todas elas sob a gestão do ICMBio⁴⁷. As categorias estão definidas conforme o grau de permissibilidade das formas de intervenção no território, sendo delimitadas entre aquelas de proteção integral e

⁴⁵ Apêndice D e E mostrando o documento de proposição de criação do PNLN no dia 4 de novembro de 1986, e o decreto de aprovação do mesmo (Decreto 93.546) no dia 6 de novembro de 1986.

⁴⁶ Política Nacional de Médio Ambiente SINAMA criada na Lei Federal 6938, de 31 agosto de 1981.

⁴⁷ As unidades respondem a normativa criada na lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, através do Sistema nacional de Conservação da Natureza (SNUC).

as de uso sustentável. As categorias mais restritas quanto às possibilidades de usos são a Estação e Reserva Biológica e o Parque Nacional, nos quais não é permitido nenhuma atividade humana além da pesquisa científica ou a visitação. E as categorias de uso sustentável como as Áreas de Proteção Ambiental e as reservas Extrativistas, entre outras. Além disso, as unidades estão categorizadas pela instância de governo que vai administrá-las, seja em nível federal, estadual ou municipal.

No Brasil as áreas protegidas representam menos de 10% do território nacional, porcentagem que não alcança os 17% das áreas terrestres sob forma de áreas protegidas, segundo as metas estabelecidas pelo Protocolo de Nagoia, proposto em 2010, que contém as metas de Aichi,⁴⁸.

O Parque é a única entidade Federal na região, o que o torna muito importante, pois o litoral médio de RS é uma área muito isolada histórica e geograficamente. Principalmente pela dificuldade do acesso, a estrada que percorre a península tem apenas 15 anos desde sua finalização, por isso a presença do Estado no nível Federal traz um ideal da aproximação ao desenvolvimento para uma população que tem sido esquecida pelas políticas de intervenção.

O PNLN conta com várias categorias internacionais como ponto estratégico para a conservação da biodiversidade. Com títulos como pertencer a Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limnícolas (RHRAL), desde 1991, em 1993, foi reconhecido como Sítio RAMSAR⁴⁹ por sua importância para a conservação de zonas úmidas⁵⁰, em 1999, foi considerado Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica⁵¹.

Nos 28 anos desde a criação do Parque a gestão foi feita por oito chefes diferentes. No início não havia gestor e apenas na década dos 1990 passou-se a abranger esta figura para administrar o território. A administração do Parque enfrenta uma série de problemas

⁴⁸ Como desdobramento da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), proposta em 1992 na Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento e Meio Ambiente (Eco-92) no Rio de Janeiro.

⁴⁹ Convenção Ramsar é um tratado intergovernamental aprovado em encontro realizado na cidade iraniana de Ramsar em 1971 (tendo entrado em vigor em 1975) para atingir o seu objetivo de promover sua importância para a conservação de zonas úmidas, em 1999, foi considerado Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. a cooperação entre países na conservação e no uso racional das zonas úmidas no mundo. Ao aderir à Convenção, os países signatários devem designar ao menos uma zona úmida de seus territórios para ser integrada à Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional (ou, Lista de Ramsar) que, uma vez aprovada por um corpo técnico especializado, receberá o título de Sítio Ramsar.

⁵⁰ O conceito de zona úmida considera toda extensão de pântanos, charcos e turfas, ou superfícies cobertas de água, de regime natural ou artificial, permanentes ou temporárias, contendo água parada ou corrente, doce, salobra ou salgada. Abrange, inclusive, represas, lagos e açudes e áreas marinhas com profundidade de até seis metros, em situação de maré baixa.

⁵¹ Os postos Avançados são centros de divulgação das idéias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos pela Reserva. Para ser um Posto Avançado aprovado pelo Conselho é necessário que a instituição desenvolva pelo menos duas das três funções básicas da Reserva nos campos da proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica.

relacionada à falta de infraestrutura, concurso público para suprir a demanda de pessoal, material, carros para poder realizar plenamente todas suas funções. Hoje o Parque conta com quatro analistas e doze servidores, quando uma UC destas características deveria contar com 46 funcionários, porém este número de pessoal é considerado elevado se comparado com as demais UC do Brasil. Com esta equipe, não tem conseguido cumprir com a missão que a instituição se propõe, sendo necessário buscar apoio em outras instituições e organizações, conseguir investimentos de empresas ou verbas de projetos públicos ou privados tanto nacionais como internacionais.

“Tem que ter criatividade, articular com outras entidades.” (Hellen).

O ICMBio é uma autarquia com uma margem de administração e planejamentos próprios, atendendo a uma estrutura de Estado em relação com os diferentes ministérios, mas com uma certa autonomia. Por isso a busca de parcerias e oportunidades fora das instâncias de governo se torna comum, além de uma necessidade.

O Parque conta com um blog (<http://parnalagoadopeixe.blogspot.com.br/>) onde se informam os eventos, seminários, concursos, monitoramentos e as reuniões do Conselho Consultivo do Parque. O blog está ativo há uns dois anos com publicações mensais, sendo também um registro do histórico das atividades do parque, e também uma ferramenta de monitoramento e avaliação de sua gestão territorial. Esta ferramenta de diálogo e divulgação das atividades é uma forma de associação e de relações com os outros atores sociais. Para as análises do Conselho Consultivo do seguinte capítulo o blog tem sido uma grande ajuda como ferramenta de comunicação e informação.

Existe uma associação de moradores do Parque, que foi criada diante dos problemas de regulação fundiária que surgiram com a fundação da UC. Esta associação parece estar inativa, mas com o processo de reestruturação do Conselho Consultivo, do qual falarei mais na frente e com detalhe no capítulo seguinte, parece reaparecer como organização civil diretamente relacionada ao PNLP. Esta associação surge para defender os direitos da propriedade privada diante da territorialidade da UC. O problema é que essa propriedade privada a ser defendida também vem de uma apropriação ilegítima ou pouco clara. Muitas das terras não têm título de propriedade, e trocas e acordos verbais foram feitos entre moradores da área resultando no acúmulo de vastas extensões por parte de alguns indivíduos, que posteriormente declararam como de sua propriedade. O interesse final era a plantação de pinus para produção de mercadorias. A associação surge para defender este sistema produtivo

incompatível com a função da UC, com os argumentos de defesa do direito de propriedade.

Fora esta associação específica, o conceito de união ou associação para esta territorialidade passa por articular os diferentes níveis estatais: município, estado e país, além dos diferentes ministérios e secretarias correspondentes a cada nível de divisão territorial. As relações dentro da equipe de funcionários do parque esta mediada pelas normas e funções profissionais, não por um sentimento de afinidade ou um interesse comum, apesar de todos a princípio desejarem a preservação da natureza, o vínculo associativo é empregatício, e não de afinidade ou interesse. Existe uma fragilidade institucional inerente á estrutura do parque. Tanto no nível da gestão da UC, como nas esferas administrativas. A instabilidade política recorrente da troca de mandato trás umas eleições, ou a posição do Ministério de Meio Ambiente frete aos outros Ministérios, são fatores que contribuem para essa fragilidade institucional.

Parte da estrutura organizativa de esta territorialidade esta em que muitos dos funcionários que trabalham dentro da UC vivem longe de este espaço. Sendo comum que habitem nas cidades e se desloquem até a área de trabalho quando este o exija. Ou seja, existe uma relação de fluxo e de relação com o entorno baseada nesse movimento de deslocação de essas pessoas com esse ambiente. Ao contrário de pescadores, quilombolas e agricultores, os quais habitam diariamente sobre o território, e muitos deles nasceram em ele. Este vínculo de distância marca uma fronteira na relação estabelecida entre homem-natureza para esta territorialidade.

3.2.5.2 Sistema de manejo. Relação com a terra/água do PNL

Para saber qual é o discurso de conservação do Parque buscou-se estudar atentamente suas atividades e Plano de Manejo, assim como também analisar o discurso do ICMBio. No papel de conservação da natureza existe também uma postura diante aos planos de desenvolvimento, podendo esta instituição ser promotor de um desenvolvimento local muito específico.

O sistema de manejo do parque conta com vários instrumentos de gestão. O monitoramento das espécies, concretamente das aves migratórias, as aves residentes e a fauna marinha. É realizado semanal/mensalmente, segundo o tipo de atividade. A contagem de aves é uma atividade que acontece apenas há três anos de uma maneira sistemática e frequente, anteriormente não existia capacidade para este esforço de pesquisa. O monitoramento é considerado também um indicador que mostra a eficiência da gestão do

território.

Complementarmente ao monitoramento realiza-se a fiscalização sobre os usos do parque. O poder administrativo por Lei Federal 9605, de 1998 concede o uso de armas dentro da unidade de conservação para se realizar esta tarefa de fiscalização, e por Decreto Federal 6514 de 2008, o poder de multar aos infratores das leis ambientais. Assim os funcionários do Parque, além de serem biólogos, convertem-se em polícia ambiental dentro da unidade de conservação. O atendimento das denúncias que as pessoas fazem, sejam vizinhos ou turistas, é fundamental para o trabalho de fiscalização. O discurso ambientalista e a questão ambiental conseguiram criar um sentimento de responsabilidade conjunta por cuidar da natureza ("Todos somos policias ambientais"). Estas normas morais parecem funcionar, sobretudo, quando estamos em um território denominado área de preservação. As áreas de conservação possuem este poder, elas fazem pensar em atitudes ecologicamente corretas. O dia a dia em uma grande cidade não remete este tipo de questionamento.

O Parque também conta com o Plano de Manejo para a gestão do território, o qual vai determinar que usos são permitidos dentro da área. Realiza um ordenamento do território além de um zoneamento para especificar ainda mais as atividades e os lugares para estas serem realizadas. O Plano de Manejo descreve qual é o uso público do Parque, direcionado a visitação para recreação turística, e a investigação científica. Este plano de manejo data de 1999, elaborado ainda sob a gestão do IBAMA. É necessário refazer este plano de manejo, e para isso o conselho consultivo, outra ferramenta do sistema de manejo, e que detalharei no próximo capítulo, se faz imprescindível para esta tarefa. O uso público do parque tem um potencial maior, segundo o atual gestor. Revisar o atual plano e projetar os riscos da atividade turística, esclarecer o zoneamento, construir as infraestruturas necessárias e capacitar funcionários são as tarefas necessárias a serem realizadas.

Sobre a investigação científica, através do sistema de autorização de pesquisa científica, SISBIO de 2007 e instrução normativa N°3 de 2014 (BRASIL, 2014)⁵², mais de 70 pesquisas foram autorizadas em 2014 dentro do PNLP. Espera-se muito mais devido ao fato do parque oferecer alojamento, e esta atividade de pesquisa é um dos possíveis usos da gestão do território. Mas aponta-se a dificuldade que existe na divulgação do conhecimento científico aqui produzido. Falta um retorno para fora das portas do Parque ou das

⁵² BRASIL, Instrução Normativa n.3, de 1 de set. de 2014 do ICMBio. Publicado no Diário Oficial da União, de 2 de set. de 2014, sec. 1 p. 60. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/ICMBioInstru%C3%A7%C3%A3o_normativa_n%C2%BA_3_de_01-09-2014.pdf> Acesso em: 17 de fev. de 2015.

universidades e instituições que demandam a pesquisa científica. Este tipo de conhecimento é restrito e fica apenas em um setor de especialistas, sem chegar nem a população local que convive com o parque, nem ao população em geral.

O uso do território para o turismo não está sendo efetivamente realizado, apesar de ser a principal atividade para este território. Falta infraestrutura para receber aos turistas, não existem caminhos marcados, nem trilhas, não existe centro de visitantes, nem as instalações pertinentes. Existe sim o projeto que construirá todo o equipamento necessário para a visitação, cuja obra ainda não começou. Por outro lado, os municípios ainda não contemplam as pousadas e estradas necessárias para receber aos turistas, apesar de que este fim se torna norteador do uso do parque assim como do plano de desenvolvimento da região. Ao menos é o que se encontra no discurso do PNL, pois outros planos de desenvolvimento estão também sendo geridos na planície, como são a extensão dos plantios de arroz e pinus, assim como a chegada de Parques eólicos, e até empreendimentos de minério como o projeto de Bojurú.

Associada à ideia da recreação para o turismo associa-se o papel de educação ambiental que o Parque tem. Palestras sobre o ecossistema do parque são feitas para escolas e universidades, exposições do bioma pampa da Fundação Zoológica de Porto Alegre e o Festival de Aves Migratórias que em 2014 celebrou sua XI edição, são atividades frequentes no Parque.

Outra ferramenta de gestão é o Conselho Consultivo do Parque, formado por diversas instituições e organizações de caráter público e privado, e de atuação local, que vão estar conformando uma mesa de discussão dos assuntos que referem a atividade da UC. Este conselho vai reunir as diversas territorialidades que conformam o território do litoral médio de RS, sendo a oportunidade de encontro e de discussão sobre os diferentes interesses e usos da terra, permitindo a emergência dos conflitos e as alianças consequentes das diferentes territorialidades e inerentes a discussão sobre a relação homem-natureza. Tratarei amplamente a conformação do conselho e os diferentes discursos sobre o uso da terra/água no próximo capítulo.

Finalmente o sistema de manejo do Parque sobre o território usa o SIGE, Sistema Integrado de Gestão Estratégica, como ferramenta para a avaliação da eficácia das atividades pensadas para a conservação da natureza. Esta ferramenta funciona através de indicadores de biodiversidade, construídos mediante estudos científicos. Os indicadores são a quantificação da biodiversidade visando alcançar eficácia. A natureza é vista como algo medível, contável, e que poder responder a uma avaliação de qualidade para alcançar a eficácia e a

funcionalidade que esta territorialidade pretende. Esta é a única territorialidade, por pertencer ao Estado, que possui mecanismos de avaliação de sua atividade. Isto se deve a necessidade de legitimar e comprovar sua ação para poder manter o *status quo* de poder e controle sobre as outras territorialidades.

Dentro do sistema de manejo existem duas ferramentas que vão avaliar as atividades ou empreendimentos que queiram ser iniciados na região. Uma delas é o licenciamento ambiental. E a outra a criação da Zona de Amortecimento do PNL, ainda não planejada. O licenciamento é uma ferramenta do Estado para regulamentar as atividades segundo parâmetros de sustentabilidade. A função de concessão dos licenciamentos pertence a SEMA quando o pedido for de em propriedades maiores de 50 ha, abaixo desta extensão o licenciamento está sob responsabilidade do município. Esta divisão de poderes em relação à concessão dos licenciamentos tem prejudicado aos pequenos proprietários, os quais dependem da prefeitura, entidade que normalmente não consegue cumprir efetivamente suas funções, a qual também não tem o interesse de velar pelos direitos das populações tradicionais sob sua jurisprudência.

Todos os empreendimentos que estão na área adjacente ao Parque, ou seja, na Zona de Amortecimento devem passar pela anuência do PNL (BRASIL, 2010)⁵³, segundo Lei 428 de 2010 do CONAMA. Além disso, quando o empreendimento é de grande envergadura e pode vir a comprometer as funções de preservação do Parque, este também intervém na avaliação do licenciamento. Por exemplo, existe um projeto de colocar grandes extensões de cataventos na região costeira de todo litoral médio e sul. As condições ecológicas e climáticas são propícias para o fomento de esta energia dita renovável. Mas esta atividade vai interferir diretamente com o propósito de conservação de espécies de aves migratórias que é o PNL.

A função do Parque é preservar, e estimular a relação homem-natureza a qual passa pelo consumo da natureza através da visitação turística e da pesquisa.

“A grande chave de um Parque é estimular a relação homem- natureza. Teria uma área intocada, um núcleo, ele funciona para proteção, pesquisa e visitação.”
(Hellen).

⁵³ BRASIL, CONAMA. Resolução n. 428 de dez. de 2010 do CONAMA. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>> Acesso em: 17 de fev. de 2015.

A relação com a terra/água desta territorialidade se daria através dos usos do território na forma de visita turística e de pesquisa científica. A natureza é uma fonte de prazer e recreação, além de fonte de conhecimento e aprendizado. E a forma de realizar esses valores do natural passa pelo controle dessas atividades por parte do Estado através da criação de uma unidade de conservação. Então a primeira relação que estabelece esta territorialidade com a natureza é a do controle. Depois a do consumo. A forma em que esse controle é exercido é através da ciência, a natureza serve para ser categorizada e criar conhecimento de um modo científico. A natureza também serve para a recriação e o consumo da mesma desde o turismo.

Mas esta relação, per passa por uma grande criação conceitual que é a discussão da categoria natureza, e mais concretamente pela discussão da questão ambiental. Ou seja, o Estado cria uma territorialidade específica para tratar a questão ambiental, por ser este um assunto de interesse global e da humanidade.

“A conservação é um conceito que vai discutir a questão ambiental, o grande tema atual, e que tem a capacidade de realizar uma mudança de paradigma.” (Eduardo).

Esta territorialidade estabelece uma relação com a terra/água na forma de instituições, órgão de governo, Ministério, leis, tratados e convênios internacionais, mas também toma forma materializada no território através da criação de áreas restritas chamadas Unidades de Conservação. Que é o que o Estado diz respeito á natureza?

A territorialidade passa pelo esforço em demonstrar a eficácia da gestão. O território é organizado para ser administrado visando a conservação da natureza e isso tem que ser medido através de indicadores para demonstrar que se alcança a eficiência buscada. As outras territorialidades passam por organizar seu território para a reprodução da vida ou para o ganho de lucro, mas não para alcançar eficácia na preservação da natureza. A eficácia como norteadora parece direcionar-se para o cumprimento de normas e mandatos na hierarquia do Estado, em vez da vontade de preservar propriamente dita, ou através de uma relação homem-natureza baseada no convívio e em umas práticas de manejo já respeitosas e sustentáveis.

O ICMBio como instituição do Estado criada especificamente para tratar o tema da conservação e mediar a relação homem-natureza, pauta-se por uma visão, além de uma missão para esta finalidade. Por ser uma instituição relativamente nova, essa visão está em construção. Como diz um dos seus gestores:

“É uma autarquia pobre dentro de um dos mais pobres ministérios da União, é uma tarefa franciscana.” (Eduardo).

Contudo o poder que esta territorialidade exerce sobre as outras territorialidades, é muito grande. A visão do ICMBio ainda é muito biologicista e a missão-visão da instituição frente as exigências não se correspondem com a amplitude e a responsabilidade sobre o espaço com o qual esta se lidando. O argumento de que a instituição é nova e esta em construção não muda nada respeito aos efeitos que ela tem sobre o território. Pois essas interações já estão sendo dadas, apesar de que a visão esteja em construção.

“Quando pensamos na problemática ambiental a principal ameaça é a destruição dos habitat, então como conservar? Existem diferentes estratégias, a primeira é proteger áreas. O país tem 10% do território protegido, todo baixo gestão do ICMBio, apesar de que esse 10% é menos pois existem problemas de regulação fundiária.” (Hellen).

A criação de limites territoriais com o objetivo de proteger os habitat para a conservação é o argumento que justifica as UC. A perda da biodiversidade causada pela destruição dos espaços faz com que a UC sejam consideradas de importância primordial. Como já referido, as diferentes categorias de UC, diferem em sua possibilidade de intervenção, sendo que a sua justificativa esta no contexto de formação de um sistema nacional mais amplo, em que se vislumbra um mosaico destas diferentes categorias.

Para a manutenção dessas unidades, são necessários recursos financeiros, normalmente oriundos das compensações ambientais que provêm de outros empreendimentos que estão também realizando um uso sobre o território. A conservação é feita por compensação.

“Graças ao estaleiro de São José do Norte ganhamos 1 milhão de reais de compensação.” (Hellen)

Mais de 20 milhões de compensação indireta reverterem de empreendimentos de desenvolvimento em curso como: a ampliação do porto de Rio Grande, a duplicação da estrada Rio Grande-Pelotas, o estaleiro de São José do Norte⁵⁴, o gasoduto de petróleo e o parque de Conchas⁵⁵. Estes projetos de alto custo ambiental precisam pagar quantias grandes

⁵⁴ Duplicação do Porto de Rio Grande, projeto PAC, 2007. Modernização do cais do porto em 1.525 metros e 40' de calado. Investimento previsto de R\$ 1.124 milhões de reais. Justificativa para adequação as necessidades de trafego internacional, operar navios Pos-Panamax, e novas alternativas para cargas (cavaco, fertilizantes, celulose, containers). Ação conjunta BR 396 de duplicação da ligação RG- Pelotas e a ocupação do estaleiro de São José do Norte.(CRUZ RODRIGUES, SUPRG, 2007).

⁵⁵ Parque de Conchas é um megaprojeto da Shell, localizado a 110 quilômetros da costa de Espírito Santo que entro em operação em 2009 (o projeto vem se gestando desde 1998). O projeto consiste na

de dinheiro em forma de compensação para poder ser aprovados. E esta compensação ambiental é redistribuída nas UC. Discussões sobre a eficácia de essa compensação não são feitas, nem sobre a própria ideia de compensar, e muito menos são feitos indicadores para a biodiversidade que relacionem a compensação entre UC e grandes empreendimentos de desenvolvimento.

3.2.5.3 Conflito. Relação com os outros

Um dos fatores que dificulta a realização de um trabalho duradouro e que fortaleça a interação com a população local, está na troca de gestores frequente. Em conversas informais com o professor da FURG, Paulo Roberto Tiaglani, o qual já conheceu vários dos gestores do Parque, e trabalha no Litoral Médio há mais de 30 anos, falou que:

“Cada gestor que entra no parque, vem com uma grande proposta nova para solucionar os problemas, mas já vão 27 anos da sua fundação e pouco se tem avançado.” (Paulo).

Cada gestor vem com novas ideias e propostas para solucionar os problemas que enfrenta o Parque, mas sua curta permanência sobre o território faz com que sua força de atuação seja muito sutil. Também a dinâmica das atividades sofre modificações pois existe um tempo de adaptação e de recompilação de informações por parte de cada gestor que demanda um tempo. Outra questão é levantada pelo atual gestor:

“Os colegas anteriores não passam as informações, e isto não é específico de esta UC. O trabalho não pode ser pessoal, é um projeto Federal. É preciso a institucionalização dos processos. O gestor pode mudar mas precisa dar continuidade no trabalho.” (Hellen).

Essa comunicação permitiria uma certa regularidade nas ações relacionadas ao Parque, o que é fundamental uma vez que esta relacionada com todos os mecanismos de controle e gestão anteriormente citados. Nos últimos quase 30 anos, o Parque teve oito gestores diferentes, perfazendo uma média de 3-4 anos por gestor, tempo insuficiente para estabelecer relações de confiança com população local.

“Ela era uma chefe forte, centralizadora, autocrática. Defendia o Parque de seu

perfuração de mais de sete poços de grande profundidade (mais de 1200 metros) em alto mar, com o objetivo de encontrar óleos pesados, usando altas tecnologias que consistem na injeção de água em altas pressões para sua extração (NOTÍCIAS SHELL, 2010).

jeito, de uma forma coercitiva, e eu não gostava.” (Eduardo).

Alguns gestores têm um histórico de relações tensas com a comunidade, o que reforça a rejeição da população em relação ao Parque. O estilo de gestão de cada chefe influencia na eficácia da conservação e na relação com a população local.

Os problemas dentro do Parque não são nítidos, e muitos deles se solapam uns aos outros afetando ao discurso da entidade, seus objetivos, e as formas de atuação. A instabilidade institucional, a regulação fundiária e sua relação com o uso direto das terras, a conservação de algumas das espécies e a relação com as espécies exóticas. Por exemplo, o maçarico acanelado (*Calidris subufricollis*), espécie quase ameaçada segundo a Lista Vermelha (BRASIL, 2014)⁵⁶, tem uma relação direta com o gado que há dentro das fronteiras da UC, depende dos pastores para sobreviver, se retirar o gado, considerada espécie exótica, não conservamos a ave. Outro paradoxo é a relação do pinus com a água da lagoa, encontrando argumentos enfrentados e oposições fortes frente a esta relação. Outra das preocupações prioritárias para o Parque é retomar o diálogo com os pescadores. E também reconstituir o Conselho Consultivo, para poder realizar uma gestão participativa, conforme crescentemente preconizado pelos organismos internacionais ligadas a conservação.

De todas as conflitualidades que conformam o Parque, podemos destacar o problema da regularização fundiária e conseqüentemente os desacordos sobre o uso e manejo do Parque, os quais não correspondem ao inscrito para esta categoria.

“Existe uma tensão com a população local baseada nos usos do parque, e na regulação fundiária, que a dia de hoje é apenas um 8% do território da UC. Na minha opinião seria mais conveniente mudar a categoria do parque para uma unidade mais flexível de uso do território.” (Paulo Roberto).

A resposta do atual gestor e, portanto, do Estado, está relacionada com o número de parques nacionais que existem sobre o território, argumentando que são muito poucas as áreas nesta categoria, uma das classificações com maiores restrições sobre o uso, e por isso considerada de maior importância para a conservação.

“Para mim recategorizar a UC seria uma temeridade. A tendência é a diminuição das áreas restritas para áreas mais flexíveis. Quantos quilômetros têm a costa de Rio Grande, 600? Não podemos conservar 35?” (Hellen).

⁵⁶ Portaria MMA nº 444, 17 de dez. de 2014. Lista de espécies ameaçadas. Publicada no Diário Oficial da União, n. 245, 18 de dez. de 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco/PORTARIA_N%C2%BA_444_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2014.pdf> Acesso 22 de jun, de 2015.

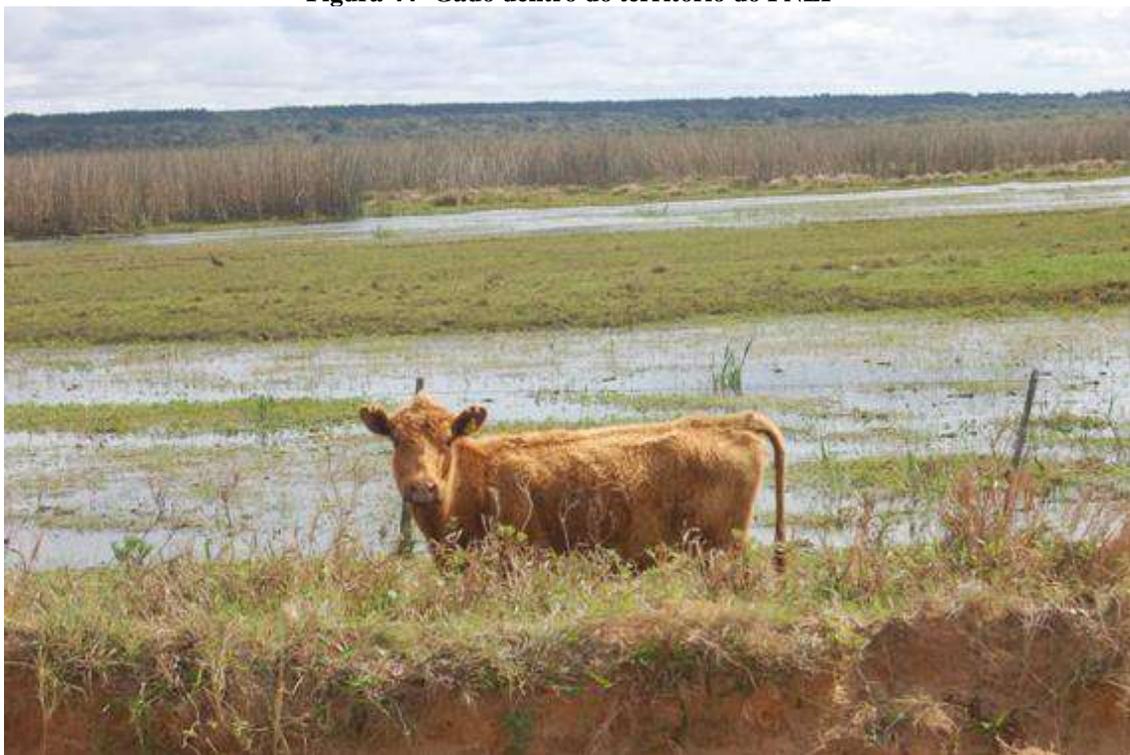
O argumento da quantidade é usado para legitimar o ideal de conservação que o Estado propõe. Conservar a natureza significa preservá-la na forma de áreas protegidas, sem uso dos recursos que em elas albergam, nem produção de bens ou alimentos, nem habitação para os seres humanos. Esta ideia traz consigo dois pressupostos que são assumidos sem discussão: que conservar é igual a preservar áreas intocadas e que através dos números podemos garantir que essa conservação esta se dando de fato.

Dentro dos limites do Parque, apenas um 8% do território esta regularizado, o 92% restante ainda é propriedade privada. Esta situação é fonte de conflitos, além de criar uma instabilidade, legal, política e de gestão. Esta situação não é exclusiva do PNLP, esta situação de irregularidade fundiária é comum em todas as UC do Brasil.

“Tu acaba não fazendo a gestão como a lei pensa. Como as pessoas não são indenizadas [os pecuaristas] eu não posso cortar sua atividade econômica, preciso combinar com a função de UC. Além é direito constitucional do ano 1988 a responsabilidade compartilhada entre governo e cidadão. Então o gado não pode estar nas dunas nem nos banhados. Convivo também com a pressão de abrir a barra. É culpa do próprio governo esta esquizofrenia hoje.” (Hellen).

Cabe perguntar-se quem tem o poder de administrar este território? E esse poder, é legítimo? O Estado declara uma área sob sua proteção, mas ao mesmo tempo é uma área pertencente à propriedade privada, a disputa pela legitimidade não é clara. Por outro lado o poder que a propriedade privada alcançou como direito institucional coloca-se em disputa com o poder do estado. Ambos poderes lutam por alcançar sua legitimidade. Segundo o histórico sobre o território, as propriedades privadas, por serem anteriores no tempo, teriam maior legitimidade. Mas o Estado, por representar uma hierarquia maior, é quem decide o controle sobre o território. Outros atores, como são as populações tradicionais, sem reconhecimento de terras, nem voz, e o conjunto de seres não-humanos, também entram nesta disputa, a pesar do diálogo centrar-se entre Estado e propriedade privada.

Figura 44- Gado dentro do território do PNL



Fonte: a autora (2014)

O gestor traz o tema da responsabilidade compartilhada como dever constitucional, para justificar o atual estado de exceção das coisas, no qual a efeitos práticas a gestão dentro da UC tem que ser constantemente negocia com as pessoas que ali moram, sem poder se realizar uma gestão plena de direito por parte do responsável, no caso o ICMBio. O local aonde o gado pasta, a abertura da barra, seriam situações do cotidiano passíveis de negociação. O gado, por exemplo, é frequente encontrá-lo em área de banhado. A fiscalização não serve em este caso, pois embora o gado paste é também direito de propriedade do pecuarista.

O uso público do Parque prevê a visitação turística, mas a falta de regulação fundiária faz com que esse objetivo seja difícil de ser cumprido. O proprietário dentro da UC não pode empreender novas atividades sem permissão do Parque. No que se refere ao turismo, existem muitas entradas particulares dentro do Parque, as quais não têm controle nenhum.

“Tem pessoas que tratam sua propriedade como se for uma Unidade de Conservação, trazendo turistas para dentro de sua casa. Mas se 200 pessoas fazem isso aí não dá.” (Hellen).

Apesar da liberdade de exercer qualquer atividade produtiva dentro de uma propriedade privada, o turismo não supõe uma negociação a ser feita com o Parque, pois

considera-se que não se trata de uma atividade “tradicional”, que já existia na região. A diferença do gado e o pinus que já estavam antes do Parque chegar. Apesar de que algumas propriedades dentro do Parque estejam fazendo um uso recreativo das mesmas, a falta de regularização fundiária faz com que o Parque não possa intervir no controle desta atividade, Lembrando que esta atividade é minoritária se comparada com o uso para gado e pinus mais generalizado. Por outro lado este fato faz pensar até que ponto o turismo é uma atividade coerente na região. O litoral médio foi isolado por muito tempo, o contato com as pessoas de fora não faz parte de sua historicidade. Atividades como a pesca ou o gado são conformantes da paisagem na relação mútua homem-natureza. O turismo é colocado como uma potencialidade de desenvolvimento, mas é uma atividade nova e sem vínculo cultural na região.

“O pessoal vem aqui visitar e gasta no posto, no hotel, nos restaurantes. O pessoal local está rateando estando tão parado o desenvolvimento para o turismo”. (Hellen).

O turismo é anunciado mais como uma potencialidade de desenvolvimento, não se evidenciando como uma ferramenta para a preservação.

Outra perspectiva aqui é a relação campo-cidade que está se colocando. O parque para desfrutar de turistas que vem de fora. A população local recebe ao urbano e mostra a beleza natural da região, e nessa relação todos ganham através do retorno monetário que o turismo supõe. Gasto monetário que faz girar a economia, não estando contabilizados, aparentemente, os custos ambientais. Observando o contexto local, para o turismo se efetivar de fato é preciso um investimento em infraestrutura, sobretudo nas estradas de acesso ao parque, facilidades para a visitação com as que o parque não conta. Como aponta Hellen o pessoal local está atrasado nos empreendimentos focados no turismo na região. Ante esta falta de infraestrutura perguntei por que não existe um ônibus que facilite o acesso ao parque para a população local, sendo que a realidade é que muitos dos mostardeiros e tavaresenses, apesar de nascidos no local, não conhecem o Parque, nunca visitaram a barra da lagoa, nem vieram flamingos, nem passearam pela mata de restinga nativa.

“Dar um passeio em ônibus não seria uma competência do ICMBio, se daria uma concessão a uma empresa de atrativo turístico, como se faz em Iguazu, por exemplo. Mas como faço isso se não tem regulação fundiária?” (Hellen).

Outro conflito relaciona-se aos critérios que foram utilizados para estipular quais são as fronteiras do Parque. Quais são os critérios para criar os limites territoriais? Quando o Parque foi criado, os balneários da praia de Mostardas e o Farol já existiam, assim como

os povoados dos pescadores artesanais. Os pescadores foram retirados dos limites do Parque e o Balneário se manteve. A manutenção do Balneário foi graças às mudanças em relação ao traçado inicial dos limites do Parque. Porque o desenho conserva os balneários, mas mantém dentro dos limites a vila dos pescadores?

Os argumentos são os da conservação. Os pescadores por se dedicarem a pesca, estão ameaçando a fauna a ser protegida com essa atividade produtiva. O balneário, por se dedicar ao turismo, não resulta em uma ameaça. Mas quais são os critérios para se decidir que é e que não é conservação? Quem os determina? A atividade turística no balneário impacta a conservação da biodiversidade como assim como a pesca artesanal. O aumento do número de pessoas exige o aumento dos bens e serviços que normalmente suporta o balneário, isto é alimento, água, gestão de resíduos. Para isso, aumenta o tráfego de automóveis que atravessam a estrada no meio do Parque, perturbando a paz da fauna que ali habita. Não existe tratamento de águas residuais, que vão diretamente ao mar; e os resíduos sólidos deveriam ser levados embora. O turismo traz também a pesca, pois é muito comum o número de veranistas que praticam a pesca amadora nos balneários. E a pressão ambiental que isso supõe não é contabilizada, por estar fora da área de proteção, onde não existe fiscalização. Conflitos entre este tipo de pesca e os pescadores artesanais são frequentes, como relatado na descrição da territorialidade dos pescadores.

As populações tradicionais são presentes no território antes da criação do Parque. Uma possível solução é assinar um termo de compromisso.

O Parque tem passado por uma mudança institucional que tem marcado fortemente sua estrutura e funcionamento, e, portanto, sua territorialidade. Esta mudança se dá no ano 2007 é criado o ICMBio (desmembrado do IBAMA), instituição agora encarregada da gestão de áreas protegidas. As mudanças são muito visíveis enquanto ideia sobre o que é conservação da natureza, e enquanto as formas de se relacionar com os moradores locais da região. A conservação continua estando em termos de pensar uma natureza externa ao homem que deve ser protegido através de sua não perturbação nem intervenção de nenhum tipo, mas passível de uso como recurso para o turismo e a recreação. As formas de realizar o controle tem se suavizado em termos de fiscalização armada e abordagem policial das atividades e usos dentro do parque, focando-se mais no monitoramento das espécies e a pesquisa científica, assim como atividades de educação ambiental. Tem havido uma abertura ao diálogo resultando em uma maior confiança na instituição por parte da população local, assim como a realização de trabalhos conjuntos. A implementação do conselho consultivo faz parte desta mudança institucional e, apesar de ter estado parado muito tempo, assunto que

trataremos no próximo capítulo, sua existência já abriga um diálogo entre as diversas territorialidades sobre o que é natureza e sobre como usar e se relacionar com a terra/água.

Uma mudança radical está na interação e nos diálogos com os pescadores, o grupo mais afetado no seu modo de vida com a criação do Parque. Para os pescadores a UC representava um estigma, razão pela qual as propostas e alternativas que o parque apresentou não obtinham a resposta alguma. Era necessário retomar o diálogo e este é um objetivo prioritário para a gestão do Parque. Foram feitas muitas interlocuções com os pescadores, iniciadas desde a gestão de Eduardo Burgueño em 2011 para tentar elaborar uma proposta. Algumas medidas foram feitas para retomar a confiança deste grupo, como por exemplo, liberar a safra do camarão após o solstício de verão. Antes para liberar a pesca era necessário a aprovação do Parque, que usava o critério da maturidade do crustáceo para liberar a safra, o indivíduo devia superar os 9 cm de comprimento. Esta medida de controle não impedia por outro lado que pescadores ilegais entrassem na lagoa e pescassem de qualquer forma. Decidiu liberar a safra com o estabelecimento de uma data concreta. Esta medida distensionou a relação com os pescadores, flexibilizou as relações e se conseguiu que o pescador percebesse a mudança institucional.

“O pescador tem o direito de estar aí, nós temos que criar os argumentos para validar isso. Mas não podemos perder de vista que todos os outros seres tem o direito igual, nem mais nem menos que pescador.” (Eduardo).

O camarão é uma espécie-bandeira para a lagoa do peixe, tendo alcançado cifras toneladas a cada ano, convertendo a lagoa em um lugar famoso por décadas, atraindo pescadores de toda região sul do Brasil e de outros estados como Santa Catarina. Por outro lado, o camarão é uma espécie chave na cadeia trófica do ecossistema, sendo alimento para peixes e aves migratórias que chegam até a lagoa para se reproduzir e alimentar do camarão.

No mandato de Eduardo, fez-se também uma reformulação dos cadastros como medida para tentar recuperar o diálogo. Abriu-se um processo administrativo acompanhado no MPF que mostrava a diminuição do número de pescadores. Muitos deles perdiam o direito de pesca por motivos burocráticos, assim se fez um recadastramento para regularizar a situação. Note-se que esta medida buscou a resolução de problemas burocráticos e não sobre os critérios que incluem ou excluem pescadores, nem tampouco sobre a impossibilidade de abrir outros cadastros para a pesca, como por exemplo, para a inclusão dos filhos de esses pescadores tradicionais.

Outra medida foi promover encontros com as universidades, por exemplo, a realização

de uma dissertação de mestrado específica sobre os pescadores da barra antes e depois da chegada do PNLP. Esta pesquisa ressaltava a condição de pescadores artesanais, a qual era colocada em dúvida pelo parque nas anteriores gestões. Argumentando que os pescadores eram apenas oportunistas que se dedicavam a usufruir da safra correspondente, sendo em sua maioria ceboleiros que também participavam da pesca do camarão.

“Nós sabotamos muitos pescadores. A ideia é construir uma visão: ele é tradicional, eu não estou dizendo, foi uma pesquisa, o Estado, a ciência. Então nossa visão muda.” (Eduardo).

A estratégia deste gestor é interessante e tem dado resultados positivos. Existe um reconhecimento do dano causado a este grupo. Mas o tratamento para a construção de conhecimento, de parceria para a preservação, ou de administração participativa do território continua passando por todo um tratamento de autoridade, no qual o pescador artesanal está sendo negligenciado. É necessário que a ciência, através da pesquisa afirme que é artesanal, por se mesmos não são, sua palavra não é legitimada.

Já com o novo gestor tem se efetuado várias reuniões com os fóruns de pesca, chegando a pactuar mediante o consenso algumas práticas de pesca, assim como o momento de abertura da barra. Um desses consensos é, por exemplo, a permissão da pesca com luz dentro do parque, mas com restrições no tipo de equipamento que poderá ser utilizado. Para legalizar este termo de compromisso entre ambas as partes foi assinada uma instrução normativa, oficializando o consenso e o pacto. Este diálogo e discussão conjunta nunca teriam sido pensados alguns anos antes, sob a gestão do IBAMA. A mudança institucional tem claros resultados positivos. Contudo, o futuro da pesca artesanal dentro da UC está direcionado a sua desapareição, como o próprio gestor atual falou em uma palestra:

“A pesca é uma atividade que vai se extinguir.” (Hellen).

Note-se que apesar da mudança institucional e de todas as iniciativas para a reconciliação feitas pelo PNLP, a história, se comparada com os depoimentos descritos na territorialidade dos pescadores, é completamente diferente. O ICMBio proclama uma mudança institucional que ganha em desenvolvimento socioambiental, são uns 130 pescadores autorizados para pesca dentro do Parque, caracterizando um trabalho social. Mas tem também os pescadores ilegais, os quais são considerados em risco socioeconômico.

“Cabe ao Parque assumir toda uma sociedade em risco social? Não cabe á Prefeitura, a outros, assumir essa falta de desenvolvimento humano?” (Hellen).

O depoimento mostra como a mudança institucional orienta-se as exigências legais que pressionam para incorporar o conceito sustentável e de responsabilidade social previstos nos acordos internacionais, tentando apagar uma imagem da pouca eficácia no nível de preservação da biodiversidade, e ante as cifras de aumentos dos riscos sociais e de injustiça cometidos contra as populações tradicionais. O desenvolvimento criou a noção de risco social, e as consequências de isso não são assumidas por instituição nenhuma.

Um grande protagonista dentro da territorialidade do Parque, e de todo litoral meio, é o pinus. Esta espécie alóctone atua como invasora se propagando velozmente e ocupando de forma dominante o território. Segundo o CBD (Convention on Biological Diversity) até 2020 devem ser erradicadas todas as espécies exóticas dentro das UC. Dentro dos limites do Parque, o pinus tem tomado conta de uma grande superfície de terreno. Em 2013, saiu por licitação judicial à erradicação total da espécie dentro do PNLP. Os trabalhos de corte já foram iniciados. O planejamento para o controle da espécie conta com um trabalho crônico para manter os limites do parque vazios da presença do pinus. Os problemas de regulamento fundiário afetam a tarefa de erradicação, é necessário buscar assinar mais termos de compromisso com os proprietários dentro do parque, sendo alguns deles muito receosos com esta medida de erradicação por defenderem a espécie como atividade produtiva para seu sustento.

Figura 45- Pinus do PNLP



Fonte: a autora (2014)

Existem muitas controvérsias relacionadas ao estado de conservação da Lagoa do Peixe, quantidade e qualidade da água, além dos cordões de dunas. O pinus entra como protagonista em este debate. Alguns discursos defendem que graças ao pinus as areias são contidas e estas não cobrem a Lagoa fazendo com que diminua a quantidade de água. Por outro lado, posicionamentos contrários, argumentam que o pinus secou o banhado e mudou a dinâmica dos ventos e da areia.

“Antes do pinus não se atravessava a lagoa nem a cavalo.” (Eduardo).

Afirmações dessa natureza são corroboradas por outros moradores da região, deduzindo que a presença do pinus tem intervindo negativamente nos fluxos hídricos da região. Não obstante, não podemos deixar de registrar que outros fatores podem estar relacionados a este fenômeno: a estrada cortando o ecossistema, mudanças no transporte eólico, o uso de agrotóxicos, mudanças climáticas.

O Parque lida com grandes plantações de arroz nas áreas de entorno, além do gado inclusive dentro dos limites territoriais da UC. Mas esta questão tem sido conduzida atrelada aos processos de licenciamentos da rizicultura sob responsabilidade da FEPAM, órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam o ambiente. Existem projetos com os arroteiros através do projeto RS-Biodiversidade⁵⁷ com financiamento do Banco Mundial. Estes projetos visam ações nas zonas de amortecimento do Parque, no cordão de 3 km em volta dos limites territoriais, centrado nas práticas e manejos do sistema produtivo cumprindo requisitos de sustentabilidade, convertendo a atividade em uma produção de qualidade e respeitosa com o meio ambiente.

“Eu estava na abertura da casa do arroteiro para o ICMBio mostrar apoio, não ser inimigo do empreendimento e poder fazer um uso mais racional.” (Hellen).

A estratégia do ICMBio reside na gestão da Zona de Amortecimento da UC. Tendo em conta que a conservação dos ecossistemas não se limita a apenas por demarcar os limites de um território e controlar suas atividades. Os ecossistemas e suas dinâmicas não entendem esses limites, por isso conseguir uma parceria visando o uso racional dos recursos na região colindante da área de preservação torna-se fundamental. Também através do Conselho Consultivo se espera uma maior aproximação com os arroteiros, pautada pela mudança na

⁵⁷ Projeto do Governo do Estado que busca conservar os recursos naturais e promover a biodiversidade e o desenvolvimento regional. É financiado pelo Banco Mundial e participam a Secretaria de Médio Ambiente (SEMA/FEPAM), a Fundação Zoobotânica (FZB), e a EMATER-RS/ASCAR

perspectiva institucional que orienta-se pelo diálogo com a sociedade. O projeto da Secretaria do Meio Ambiente visa também a concessão de um selo de qualidade, como uma forma de difusão de uma ideal produção agrícola sustentável na região.

“Na Reserva de Taim criou-se um selo de qualidade “amigos de Taim” atendendo á parâmetros ambientais. O Parque pode/deve fomentar o uso racional dos recursos. Por exemplo, com a zona de amortecimento se muda a ideia de restrições em favor de privilegiar com certificação e financiamento às propriedades modelo. Merecem um plus, pagar um pouco a mais pela qualidade e o respeito a natureza.” (Hellen).

As certificações se apresentam como uma demanda internacional. A ideia é que através do manejo racional dos recursos se alcance também a preservação da natureza. Aí residindo a importância estratégica das áreas de amortecimento. Para mudar a representação instaurada de que o Parque significa restrições e proibições, se pensam em alternativas, através do incentivo financeiro e o reconhecimento com selos de qualidade ao manejo ambientalmente adequado nas propriedades. As atividades continuariam, sendo realizadas, agora sob o lema da sustentabilidade. Para que essas atividades sejam efetivadas propõe-se a premiação como incentivo. Os parâmetros para determinar a sustentabilidade seriam estabelecidos pelos peritos no tema, biólogos, agrônomos, especialistas que se servem de indicadores de sustentabilidade. As atividades produtivas continuariam apenas modificando alguns modos de manejo. Desta forma o Parque não apenas seria um instrumento para a preservação, ele também é instrumento de desenvolvimento na região. Converte-se em insígnia do desenvolvimento sustentável e humano sobre o território. Como temos visto, a territorialidade do PNLN tem como interferem em todas as outras territorialidades, além de estabelecimento de interações e mediações com uma variedade de instituições, órgão de governo, e diferentes atores. Quando se pergunta por essas relações a resposta do atual chefe é a seguinte:

“As relações eu acho que hoje são ótimas, claro que eu por estar chefe posso não estar vendo. Mas eu acho que são amigáveis, tem melhorado muito; se não são positivas ao menos são amenas.” (Hellen).

No próximo capítulo analisar-se-á com mais detalhes as relações entre todas as territorialidades assim como os acordos e desacordos que se dão, analisando detalhadamente as reuniões do Conselho Consultivo do Parque, instância de diálogo, prevista pelo SNUC, sendo este de caráter apenas consultivo. Ressalta-se por ser uma unidade Federal, o Parque é obrigado a ter relação com todas as territorialidades, mas existe sempre uma relação de poder que vai marcar qualquer tipo de diálogo e/ou medida. Apesar destes condicionantes,

identificamos como instância privilegiada de encontro e de interações entre estas diferentes territorialidades.

4 INTER-RELAÇÕES E OS ESPAÇOS QUE CONSTROEM TERRITÓRIO: O CASO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DOS PATOS

Uma série de atores atua indiretamente sobre o território e sua gestão. Estes atores, formados por organizações estatais de diferentes escalas, e organizações da sociedade civil influenciam na conformação do território, além das territorialidades que ocupam esse local como espaço de vida. Através de suas ações e seus discursos, estes atores vão tecer a rede de inter-relações que constrói território (SAQUET, 2010), opinando e atuando na gestão e administração da terra/água de um local concreto, no caso, o Litoral Médio do RS. Além desses diferentes grupos existem os espaços de discussão e diálogo da gestão de território: fóruns, feiras e conselhos são espaços e tempos onde se cria território através do diálogo e o confronto dos diferentes interesses.

Neste capítulo buscamos tecer uma descrição de cada um desses atores assim como de alguns espaços de discussão identificados ao longo do trabalho de campo.

Em relação aos atores sociais, apresentamos a sua forma de organização, seus discursos sobre desenvolvimento sustentável e a relação que estabelecem com o território e com os outros atores. Os atores estão inicialmente divididos entre: i) instituições estatais de diferentes escalas de administração territorial – Município, Região, Estado, União; ii) organizações da sociedade civil, de caráter público-privado – sindicatos, ONGs e associações de produtores estão nesta categoria.

O objetivo é criar um mapa das inter-relações que se estabelecem sobre o território, material e ideal, as quais são conformantes de paisagem, discursos e realidades. A discussão sobre a gestão dos recursos comuns, terra/água, na forma de propostas de desenvolvimento, vai ser o quadro onde se presentem as diferentes territorialidades e sobressaem os diferentes conflitos socioambientais existentes no local.

Quanto aos espaços públicos, esses são mediados por legislação ou criados por iniciativa social, são os momentos de encontro onde a discussão confronta diretamente esses diferentes interesses sobre a terra/água: fóruns, reuniões, feiras e conselhos são localizados como espaços de interação na rede de inter-relações que constrói território. Nesse contexto, teceremos uma descrição geral sobre estes espaços identificados, mas para os propósitos desta dissertação, assumir-se-á a análise do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, como o espaço privilegiado, por ser este espaço uma construção de imposição estatal, onde todos os atores e territorialidades da região se encontram.

4.1 ATORES DE ORGANIZAÇÕES ESTATAIS

Descreveremos brevemente algumas das características do funcionamento e estrutura dos atores de organização estatal de maior importância na região, destacando aquelas instituições que trabalham diretamente com a organização do território para os assuntos de interesse neste trabalho, desenvolvimento e sustentabilidade, sendo as selecionadas a prefeitura, concretamente a Secretaria de Agricultura e a de Médio Ambiente, a EMATER-RS/ASCAR e a SEMA/FEPAM.

4.1.1 Prefeitura

Por parte da Prefeitura, mais concretamente a Secretaria de Agricultura, existe um trabalho voltado tanto ao agronegócio quanto à agricultura familiar e comunidades quilombolas. A função principal era organizar e executar as patrulhas agrícolas, contando, para essa atividade, com tratores que trabalham a terra através da lavra, o gradeado e o batedor de cereais. Recentemente, as comunidades quilombolas ganharam autonomia para gerir suas próprias patrulhas agrícolas.

Além das patrulhas, a Prefeitura de Mostardas colabora com a associação de hortifrutigranjeiros “Freguesia da Terra”, proporcionando um caminhão para transporte. Mas atualmente estão usando apenas o caminhão próprio da comunidade quilombola dos Teixeiras. A Prefeitura finalizou a construção de um outro galpão no centro comunitário da sede municipal para organizar a feira ecológica, às quintas-feiras, na qual são vendidos os produtos de processamento industrial familiar como geleias, cucas, bolos, pães, doces e artesanato, fabricados pela mulheres da comunidade quilombola dos Teixeiras.

A Prefeitura se queixa do baixo orçamento que recebem para as secretarias de agricultura e de meio ambiente, sendo que o orçamento público é repartido em 50% para pagar os funcionários da Prefeitura, 25% em educação e 25% para a saúde (com. pessoal⁵⁸). Por causa desta repartição, poucos são os projetos que podem ser desenvolvidos pela secretaria de agricultura, ficando muitas famílias serem desatendidas por falta de verba.

Estes dados e queixas são enfrentados por uma realidade social na qual o comentário popular é pautado pela ideia de uma falta de transparência na gestão das contas públicas,

⁵⁸ Comunicação pessoal com o Secretário de Agricultura de Mostardas, 2014.

desacreditando o trabalho social da Prefeitura. Foi registrada no Fórum Regional Quilombola a denúncia de que a Prefeitura há anos embolsa dinheiro público sem repassar às comunidades quilombolas no município qualquer valor para projetos específicos em saúde para a população negra. Essas críticas e leituras da comunidade em relação à prefeitura também a desautorizam como gestor do território.

Os diálogos que a secretaria de agricultura estabelece com o Governo Estadual acontecem através do programa troca-troca de sementes de milho. Alguns agricultores familiares e quilombolas têm se queixado de que as sementes de milho não são crioulas, afetando a produtividade a longo prazo. Segundo o comentário corrente, num primeiro momento essas sementes (cuja compreensão de que se tratam de sementes híbridas ou transgênicas, varia bastante entre as pessoas) apresentaram-se com alta produtividade e com bom tamanho, depois de várias safras esta produtividade declina, diminuindo sua qualidade e sua capacidade de adaptação às condições locais.

Os trabalhos junto com a EMATER são continuados e descritos pela prefeitura como positivos, organizando a Feira do Peixe na páscoa mantendo diálogo também para esta atividade conjunta com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A relação com o PNL (Parque Nacional da Lagoa do Peixe) é indiferente ou neutra, segundo os funcionários da Secretaria de Agricultura. Não há trabalho nem diálogo conjunto. Apesar de o Parque organizar junto com a Prefeitura o Festival de Aves Migratórias, orientado a potencializar o discurso do desenvolvimento turístico, no que se refere à agricultura não existe um planejamento conjunto.

O desenvolvimento para a Secretaria de Agricultura significa investir na diversificação de culturas na região, assim como fortalecer o cooperativismo. Há anos planeja-se criar uma indústria local de leite e tendo recebido uma verba do governo através da Consulta Popular do Orçamento Participativo, porém a região produz gado de corte e não leiteiro, por tradição.

Querer investir no leite parte de um imaginário afastado das atividades produtivas da região. Contudo, este projeto é criticado por vários setores populares e as máquinas compradas mediante Consulta popular estão paradas na sede municipal sem uso nenhum. O plano de desenvolvimento pode querer estar orientado na diversificação de culturas e o cooperativismo, mas a realidade é que a inversão mais forte se dá no capital privado para a produção de arroz, pinus, soja e gado.

4.1.2 EMATER/RS-ASCAR

A EMATER trabalha com 430 famílias das 1236 famílias rurais registradas no Município de Mostardas (não possui os dados de Tavares). O objetivo desta entidade é propiciar o acesso dessas famílias às políticas públicas para a Agricultura Familiar, atendendo prioritariamente ao público quilombola, pescador artesanal e agricultor familiar. O plano de trabalho da EMATER fundamenta-se em dados IBGE, de sindicatos, associações e entidades locais, assim como a visitação às famílias e colônias de pescadores, utilizando uma metodologia participativa através do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), para a elaboração de suas ações.

Esta instituição participa da organização da Feira do Peixe, do Festival de Aves Migratórias, “Dia de Campo”, atua junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Conselho Consultivo do PNLP, o Fórum Regional Quilombola.

Uma das grandes missões da EMATER está na garantia da segurança e soberania alimentar. A partir da obrigatoriedade dos Municípios a implementação do plano de aquisição de alimentos para a Agricultura familiar, PAA, assim como o plano da merenda escolar, PNAE e da constatação de que os municípios possuem grandes dificuldades para alcançá-los, sendo que apenas 1,5% das famílias conseguem se ajustar ao PAA e 0,5% ao PNAE (BRASIL, 2003 e 2009)⁵⁹, tem sido uma das principais atividades contribuir para alcançar esta meta prevista por lei.

A instituição trabalha também com projetos de inclusão social e produtiva, através do Plano Brasil sem Miséria⁶⁰, mas existem dificuldades para alcançar o número de famílias necessárias para executar o projeto. É difícil conseguir famílias que se enquadrem nos padrões do programa⁶¹. Essas situações trazem a tona o fato de que as políticas públicas estão

⁵⁹ BRASIL, Presidência da República, **Art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm> e <<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>>; BRASIL, Presidência da República. **Lei 11.497 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n^{os} 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n^o 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n^o 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acessado em: 22 de jun. de 2015.

⁶⁰ O Plano Brasil sem Miséria tem como objetivo o acesso as políticas públicas da população em situação de extrema pobreza, contemplando a inclusão produtiva, a segurança alimentar e o aumento da renda. O Plano federal é desenvolvido desde 2011 em parceria com o Governo do Estado, a EMATER/RS-ASCAR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

⁶¹ Limites devido à inadequação com quantia de renda, quantia de número de empregos, formato do núcleo familiar, etc.

desenhadas para atender padrões que poucas vezes ocorrem na realidade do campo, sobretudo, tendo em conta projetos em nível nacional, os quais querem encaixar realidades locais tão diversas e variadas. Outra questão é como chegam estes tipos de programas aos municípios, se é uma demanda social ou uma meta da instituição? Como igualmente acontece com outras entidades na região, temos que nos perguntar se estas instituições estão atendendo às necessidades e realidades locais ou se estão pensando no desenvolvimento centralizado, articulando e executando os programas sem a participação e construção coletiva local (APPENDINI; NUI TEJ, 2002).

A EMATER consegue trabalhar com todas as famílias de pescadores artesanais em ambos os municípios, se tornando uma organização importante para a manutenção desta territorialidade. Os trabalhos estão orientados para fortalecer a venda direta, através da Feira do Peixe celebrada na Páscoa, através do ordenamento da pescaria na beira da praia, reforçando a auto-organização dos pescadores e o acesso às políticas públicas.

A assistência técnica nas propriedades rurais torna-se o trabalho principal: passa por capacitações, cursos, oficinas, o “Dia de Campo”, enfatizando as técnicas de manejo agroecológico. O planejamento das propriedades é pensado junto visando conseguir diversos créditos rurais para melhoramento da propriedade, como construção de estufas, sistema de irrigação, melhoramento do campo nativo, criação de mudas, etc.

A EMATER conta com numerosas publicações eletrônicas e impressas, produzidas por seus técnicos. Nas sedes municipais podemos encontrar várias cartilhas sobre técnicas e manejos da agricultura de base ecológica, melhoramento do solo, práticas alternativas de controle de pragas, informação sobre pesca artesanal, o plano safra e a explicação detalhada dos programas de crédito rural e o funcionamentos das diferentes políticas públicas.

A base de atuação desta instituição está na dimensão territorial, sendo um elemento chave na articulação dos atores entre si e na articulação das políticas públicas visando sua efetivação sobre o terreno. As diferentes escalas territoriais, desde o território federal, estadual, municipal, até a propriedade privada ou as inter-relações grupais, estão mediadas por esta instituição, convertendo-se em um elemento chave nas interações das diferentes territorialidades.

Independentemente da organização desta instituição, e apesar de sua importância, o papel que a EMATER tem na área de estudo é resultado da ação dos indivíduos que trabalham para a instituição e de um planejamento local das ações. Ou seja, é provável que dentro dos limites do campo de trabalho da EMATER os projetos que são elaborados nos Municípios de Mostardas e Tavares dependam mais dos esforços de seus trabalhadores que de uma

administração central.

Um das atividades da EMATER, dentro de sua proposta institucional de reforçar as relações locais e regionais, assim como aproximar os diálogos entre as diferentes escalas territoriais, é o chamado “Dia de Campo” que a instituição organiza periodicamente em cada município. A ideia é mostrar o trabalho realizado com os agricultores, onde são convidados os vizinhos e população local, assim como as autoridades, diferentes membros da EMATER regional e estadual e o público em geral. Além de mostrar os projetos em andamento para incentivar a adesão de novos agricultores, ali tornam públicos programas e políticas a serem executadas, como o PNAE e o PAA.

No “Dia de Campo” que acompanhei, foram visitadas duas propriedades, ambas na Comunidade Quilombola dos Teixeiras. Mostram-se os projetos em andamento destas famílias, como as estufas de cultivo, a criação de mudas, o sistema de irrigação por aspersão. Através do relato de experiências pessoais os agricultores entram em contato e podem ver *in situ* os resultados dos projetos executados pela instituição. As propostas são sempre orientadas para um sistema de manejo agroecológico; os agricultores que narram sua experiência falam da transição para o plantio orgânico, acreditando que a mudança é possível.

Os técnicos e funcionários da EMATER insistem nas facilidades que a instituição oferece, publicizando seus programas e argumentando que através da legislação este tipo de política pública foi criada para ficar por estar amparada institucionalmente. O discurso ressalta a autonomia e o empoderamento dos agricultores, assim a questão da saúde, apostando no plantio orgânico como medida de segurança alimentar e soberania.

O discurso de desenvolvimento desta instituição foca-se no reforço da agricultura familiar de base orgânica como pilar para alcançar a sustentabilidade. Desenvolvimento e tecnologia são palavras empregadas no discurso, mas usadas de uma forma bem diferente que a encontrada nas associações de produtores de arroz e pinus da região. É importante destacar que este discurso parte de uma instituição governamental, diferentemente dos discursos no sentido da expansão do agronegócio e das biotecnologias que partem de organizações de caráter privado. Contudo, o governo não investe o suficiente nesta proposta de desenvolvimento, tendo uma maior extensão territorial aqueles empreendimentos com base no agronegócio (FERNANDES, 2008).

No discurso da EMATER a segurança alimentar, a soberania e a autonomia são colocados como sinônimos de desenvolvimento sustentável. As ações da instituição trabalham para reforçar o modo de vida das populações tradicionais, as quais representam uma produção de alimentos saudáveis, formas de trabalho cooperativas e uma relação de preservação da

natureza.

A EMATER trabalha como um órgão de mediação entre as diferentes escalas governamentais e o trabalho direto no campo com agricultores, pescadores e quilombolas. Sua participação em diferentes conselhos e fóruns locais a faz conhecedora das realidades locais e dos conflitos que enfrentam as comunidades tradicionais: os problemas da escassez de água que enfrentam fazendeiros e quilombolas, a necessidade da luta por território destas estas comunidades, a marginalização da família de pescadores, os diferentes interesses acerca do Plano de Manejo do PNL, as dificuldades de executar as políticas públicas, enfim, uma série de problemas que nos faz perguntar se a EMATER enquanto instituição mediadora deve ou pode intervir na resolução de conflitos. Atendendo à teoria sobre a gestão dos recursos comuns de Ostrom (1990), a chegada de novos agentes externos nem sempre facilita a resolução dos problemas. Trabalhar no reforço da autonomia e soberania dos próprios grupos locais para resolver conflitos (OSTROM, 1990), pertence ao campo discursivo da EMATER.

A relação desta instituição com o resto de atores locais é boa e fundamental por ser um órgão centralizador e articulador entre as diferentes territorialidades. Sua aproximação mais íntima com as populações tradicionais converte-a num ator-chave nas inter-relações locais. Tanto pescadores, como quilombolas e agricultores referem-se positivamente a instituição, valorizando seu trabalho e colocando-a como o único apoio que recebem por parte do Estado. Além disso, sua participação em fóruns e reuniões dos diferentes conselhos a obriga a manter diálogos com todos os públicos, fazendeiros, Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Prefeitura e sindicatos locais.

4.1.3 SEMA/FEPAM

A SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) foi criada em 1999, como órgão estadual responsável pela gestão do meio ambiente. O CONSEMA é o órgão superior de Proteção Ambiental estadual, sendo um órgão normativo e deliberativo. A SEMA conta com três departamentos, o administrativo, o de recursos hídricos e o de florestas e áreas protegidas, e com duas fundações vinculadas, a FEPAM, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler, e a FZB, Fundação Zoobotânica do RS. A FEPAM tem suas origens na década de 70, na Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul, mas foi instituída em 1991 e desde 1999 faz parte da SEMA.

As atividades principais da SEMA e do seu órgão associado, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental, são a realização dos licenciamentos ambientais, deliberando sobre o tipo

de atividades e onde estas podem ser realizadas. Contemplam empreendimentos como o plantio de pinus, os canais de irrigação, a retirada de vegetação e a instalação de parques eólicos.

Desde o ano 2000, por deliberação do CONSEMA, com a Lei 11520/00, os licenciamentos em propriedades de menos de 50 hectares são responsabilidade local, assumida pelas Prefeituras dos municípios. Esta decisão, baseada na responsabilidade compartilhada e na descentralização das decisões, enfrenta as dificuldades de um poder local, o qual atende apenas aos interesses dos “*Donos do poder*” (FAORO, 1976), representados pelos grandes fazendeiros, podendo prejudicar radicalmente os projetos de pequenos agricultores que dependem da Prefeitura para executar ou não sua proposta. Este assunto, colocado positivamente pela SEMA/FEPAM como um ganho em participação cidadã, é criticado pelos atores locais no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. As famílias ficam à espera de que a prefeitura realize o licenciamento ambiental atrasando ou impedindo a obtenção de créditos e ajudas.

A SEMA não tem recurso nem espaço para realizar pesquisa própria ou monitorar as espécies invasoras, por exemplo, o pinus. O comum é contratarem empresas para fazer o monitoramento. Esta prática decorre do funcionamento estatal na parceria público-privada que vem crescendo como forma de funcionamento para tudo nos últimos anos. Isto é colocado como uma possível debilidade por parte da própria instituição governamental, pois poderia colaborar com as Universidades, por exemplo, para realizar vários trabalhos, reforçando o papel público e a força estatal na execução das políticas, sem terceirizar as funções. Mas existem proibições dentro de alguns dos projetos em realizar uma contratação de algum órgão do Estado como é, por exemplo, o Projeto RS-Biodiversidade com financiamento do Banco Mundial, o qual supõe um fundo de vital importância na atuação ambiental dentro do estado. Esta relação de hierarquia estatal e internacional passando por grandes órgãos decisórios de desenvolvimento marca drasticamente as territorialidades locais, vinculando os modelos de desenvolvimento aos desenhos do Banco Mundial⁶², ou outras instituições não-locais.

Os projetos em execução desta instituição são: o gerenciamento Costeiro com recursos do MMA, tendo uma atuação mais forte no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul; O projeto Reserva da Mata Atlântica, desde o ano 1994, com a criação do CONSEMA e com recursos da UNESCO, tendo um fraco alcance de ação local; o Projeto RS-Biodiversidade com recursos do Banco Mundial, executado desde 2007, tendo como objetivo o produto do

⁶² ALMEIDA, A. W. B., **Agroestratégias e desterritorialização**: diretos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. 2010.

ZEE, Zoneamento Econômico Ecológico, em todo o Estado de Rio Grande do Sul mas que atualmente restringe-se ao Litoral Médio e Litoral Norte.

A visão da SEMA/FEPAM tem um alcance regional, visando o desenvolvimento, a sustentabilidade e o conhecimento local. A ideia é normatizar as condutas e práticas de manejo dos recursos ambientais antes dos empreendimentos privados chegarem, por isso o surgimento dos licenciamentos, concebendo o desenvolvimento regional com outras atividades econômicas, culturais, entre outros. Segundo a instituição é necessário valorizar essas outras formas de ser, de modos de vida, de sistemas de cultivo.

A atuação desta instituição na região se dá através dos licenciamentos e das propostas feitas no Conselho Consultivo do PNL, oferecendo ajuda para realizar a capacitação dos membros do Conselho, além disso, colabora com a gestão territorial através da apresentação dos resultados do diagnóstico de fauna e flora local, assim como a proposta do ZEE, ambos previstos para serem apresentados em agosto de 2014 em ambos municípios⁶³.

Uma das dificuldades na ótica da instituição, relaciona-se à dificuldade de incluir essas outras formas de relação com a terra que seriam representadas nas populações tradicionais. A instituição não tem técnicos com formação nas áreas sociais ou humanas, que contradizem este discurso.

Uma falha inerente ao sistema institucional é a falta de continuidade dos projetos, devido às trocas de governo que priorizam interesses partidários. Também é problemática a gestão dos recursos econômicos, quando estes acabam, muitas vezes as instituições não dão continuidade, perdendo-se o volume inicial de recurso investido. Falta planejamento a longo prazo. A infraestrutura é insuficiente, falta pessoal, material, recursos para atender todas as demandas. Por fim, também um problema estrutural, relaciona-se a falta diálogo interinstitucional; as informações dependem da busca pessoal dos funcionários, não existindo espaços de diálogo onde se dialogue e se planejem ações conjuntamente. A personalização das funções institucionais marca o andamento dos trabalhos, tendo que ser uma iniciativa do pessoal do funcionário, buscar diálogo com a EMATER, Prefeituras, ONGs, Universidades, etc., sendo assim uma busca e troca de informação motivada por demandas emergenciais, não por um plano de desenvolvimento regional.

⁶³ Até a data não foi realizado esse retorno de informações.

4.2 ATORES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

De entre os atores de organizações da sociedade civil, escolhemos também aqueles relacionados com o território através do trabalho com os modos de manejo da terra e o discurso da sustentabilidade, destacando ambos os sindicatos atuantes na região, o rural e o dos trabalhadores; ONG ambientalistas e socioambientalistas.

4.2.1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mostardas e Tavares

O sindicato pertence à FETRAF-SUL/CUT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, criada em 2001. Esta federação advém dos movimentos sociais com um histórico de lutas desde o processo de democratização do país. A defesa dos direitos trabalhistas no campo, assim como a conquista por programas de previdência social, crédito rural e seguro agrícola são os objetivos principais desta organização.

A diretoria do sindicato é constituída pelo presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros, além de um diretor educacional e promocional. Existem também os suplentes da Diretoria, o Conselho Fiscal e os suplentes do mesmo. Existe um Regimento Interno com eleições a cada quatro anos para a rotação dos membros nos cargos. É de conhecimento público que o atual presidente do Sindicato de Mostardas está há mais de vinte anos no cargo, havendo críticas sobre sua permanência no poder e a personalização das funções e responsabilidades. Este fato é uma contradição com os ideais do sindicato além de prejudicar a construção de certos projetos devido à centralização de suas diferentes representações.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STR, tem uma publicação trimestral chamada “Informativa STR” a qual é enviada pelo correio e deixada em alguns pontos da cidade. O informativo expõe as diversas ações desenvolvidas pelo sindicato, assim como artigos sobre sistemas de manejo e projetos da agricultura familiar, eventos e datas específicas. Além dessa publicação podemos encontrar diferentes folhetos na sede com temas como adubação orgânica, formação de cooperativa, agroindústria familiar, legislação ambiental e direitos do povo negro.

Existe também um projeto de formar uma cooperativa para a criação de uma microindústria de fabricação de biocomposto e biofertilizante. Estando em negociações com a Prefeitura para aprovar um projeto e conseguir um galpão para estabelecer a área de trabalho.

O discurso de desenvolvimento do STR e a FETRAF-SUL/CUT se baseia na qualidade de vida. Para alcançá-la, coloca-se o trabalho dos agricultores familiares como a garantia da segurança alimentar e nutricional necessária para o bem-estar e a qualidade de vida. Na sua publicação institucional (2013/2014), afirmam que 70% dos alimentos do Brasil são produzidos pela agricultura familiar, contraponto a esta alta contribuição, confronta-se o dado de que correspondem a apenas 25% da extensão do território nacional. Dai ressaltando a importância produtiva para a segurança alimentar, mas o setor não tem sido tratado como estratégico para o desenvolvimento nacional, segundo a FETRAF-SUL/CUT .

Também uma pauta desta organização relaciona-se ao plano de desenvolvimento da região, “onde queremos chegar?” Conforme palavras de Tadeu, presidente do STR Mostardas, quando se fala em desenvolvimento na perspectiva do Estado, o significado está orientado ao monocultivo. Quem é desenvolvido por parte dos projetos de Estado é o agronegócio. *“Este sistema produtivo modelo é uma ferramenta que serve para emburrecer o agricultor. As ações estatais têm que se somar à colaboração com os bancos, que através do financiamento criam dependência e fazem perder a autonomia própria do agricultor.”* Neste discurso vemos refletida a territorialidade das populações tradicionais, caracterizadas pela busca e consolidação da autonomia como motor de organização social e produtiva.

Questões como o fato de que na Lagoa dos Patos apenas 40% das pessoas tem acesso livre à água para seu uso na irrigação ou o consumo (aqueles que têm licenciamento para o bombeio de água da lagoa estão vendendo a água para aqueles que, por uma questão territorial, não tem livre acesso e normalmente, quem vende é o fazendeiro, e quem compra é o pequeno agricultor e o quilombola), o contrabando de agrotóxicos, a contaminação das águas e os consequentes problemas para a saúde (cloro e óxidos de ferro do glifosfato lançado pelos aviões nas grandes lavouras de arroz), a exploração da mão de obra de fora (normalmente de origem externa a região), inclusive trabalho escravo ou análogo, assédio às mulheres trabalhadoras são denunciadas. Estas denúncias são feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores, defendendo três frentes, por um lado a questão propriamente trabalhista e de classe, o confronto entre grande e pequeno produtor, tão marcante na região, por outro, a questão ambiental e a luta contra o modelo imposto pela Revolução Verde – agrotóxicos são fortemente criticados por este Sindicato, o qual defende o modelo da Agricultura Familiar baseado em um sistema de manejo agroecológico; e, por último, a questão de saúde pública que se refere à má qualidade das águas, aos riscos que os agrotóxicos significam para a saúde e aos problemas nutricionais decorrentes de uma alimentação com produtos contaminados. Relacionando esta questão com a aposta por segurança alimentar que esta instituição defende.

O STR vai defender também a inovação tecnológica, mas não no sentido de maquinaria, adubação química, sementes modificadas, e sim nas técnicas de agroecologia, na adubação orgânica, no reaproveitamento das energias do sistema produtivo, na fabricação de biofertilizantes. A tecnologia, assim como o desenvolvimento ou a sustentabilidade, toma um significado radicalmente diferente segundo quem está falando e qual seja seu interesse. Palavras potenciais usadas recorrentemente nos discursos, mas que precisam ser esclarecidas enquanto quem fala e para quê.

“Na natureza nada se perde, tudo se transforma” (Tadeu).

Esta frase mostra a percepção de como o manejo da terra passa por uma relação homem-natureza de mutualismo, observação e aprendizado. Não preciso *dominar* a natureza para tirar proveito dela. Daqui surgem propostas tecnológicas como é o biofertilizante fabricado a partir de espinhos de peixe. Produto que além de usar e reaproveitar os elementos locais, muda as formas trabalhistas abrindo oportunidades que ajudem a diminuir o esforço de trabalho e agregar valor. Se por exemplo sou pescador e decido fabricar e vender biofertilizante, não preciso realizar tanto esforço de pesca.

“A única coisa que não é mensurável é o ambiente” (Tadeu).

Além da defesa dos direitos trabalhistas através da luta pela justiça salarial e das condições empregatícias, esta instituição defende uma relação mutualista entre homem-natureza. Os agricultores familiares são produtores, mas a terra não se vende, pois a natureza não é mensurável.

Com respeito à relação desta organização com o Parque Nacional, o presidente do sindicato opina que o Parque é um núcleo de representação simbólica e material para a região, *“se não for pelo Parque de repente tu não estarias aqui.”* (Tadeu). O PNLP tem 80% de pequenos agricultores sem documento da terra e é do interesse do STR que estes não se vejam prejudicados pelos interesses em disputa sobre este território, sendo que sua posição já é vulnerável. Os agricultores se veem ameaçados triplamente, por parte do próprio Parque, por parte dos produtores de gado e por parte da Prefeitura. A Prefeitura ainda parece estar posicionada contra o Parque, porque não se envolve, não faz nada, não administra os licenciamentos, segundo palavras do Tadeu.

A relação com a Prefeitura é tensa ao mesmo tempo em que é uma relação de dependência e colaboração, conforme as demandas e os momentos. Existe uma desconfiança dentro do STR por situar a Prefeitura do lado do agronegócio e o grande produtor assim como

por ter receio da instituição Estado, a qual é pensada pelo sindicato como um executor de políticas assistencialistas em vez de um promotor da autonomia dos agricultores.

Alguns pescadores artesanais fazem parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais, além de ter suas próprias associações como vimos no capítulo anterior. O STR defende os direitos desta classe, mas também opina que falta uma organização própria mais fortalecida e ativa, não se apresentando como uma organização efetiva necessária para ter uma voz ativa quando surgem os conflitos. Opina também que falta um discurso de preservação ambiental. E ressalta que pescadores também são agricultores. Existe aqui uma aliança, mas com ressalvas por parte do Sindicato. Representa a classe pescadora, mas ao mesmo tempo a critica por suas atitudes individualistas e a enfraquece por carecer de um discurso ambientalista. Como vimos na territorialidade dos pescadores artesanais, existe sim uma dificuldade de associação, por várias causas já explicadas; mas não podemos dizer que exista uma falta de discurso ambientalista. Estas alianças e afastamentos transitórios são comuns em espaços em disputa, contudo, existe uma relação que os une por compartilhar afinidades e interesses. Por exemplo, o biofertilizante que fabricam alguns agricultores e que o STR divulga amplamente em suas publicações e eventos, é uma ideia inspirada nas práticas dos pescadores, que adubam seus terrenos com as sobras do peixe. Houve um ensino solidário entre ambas as territorialidades, pescador e agricultor, afirma Tadeu.

A relação com a EMATER no município de Mostardas está atualmente comprometida, por motivos pessoais entre o presidente do sindicato e os funcionários desta. Sem poder esclarecer quais são os motivos, o fato é que esta briga pessoal interfere na construção política conjunta e na defesa dos interesses comuns que existem entre estas duas instituições. Em Tavares as relações são tranquilas e as duas realizam várias atividades em parceria.

4.2.2 Sindicato Rural de Mostardas e de Tavares.

O Sindicato Rural de ambos os Municípios foi fundado no ano 1967 por José Glauco, atual presidente do Sindicato de Tavares, o qual se desmembrou do Sindicato de Mostardas em 2009. No município de Mostardas o atual presidente é Janio Cardoso dos Santos.

O Sindicato é uma filial da FARSUL no nível estadual, que por sua vez é filial da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil) no nível nacional. A FARSUL, Federação de Agricultura do Estado de Rio Grande do Sul, tem sua formação nos anos 30, que em seus currículos coloca ser a primeira união de produtores de arroz no Brasil.

O funcionamento interno possui uma estrutura de Diretor, Vice-diretor e Secretários,

os quais são renovados a cada três anos. A diretoria se reúne uma vez por mês, não sendo remunerada. O recurso financeiro para a gestão do sindicato provém dos impostos dos produtores rurais do município (independente do tipo de afiliação sindical, produto, tamanho da terra, etc.) e também do imposto federal que é repartido entre a CNA, a FARSUL, o SRM (Sindicato Rural de Mostardas) e o SRT (Sindicato Rural de Tavares). Os afiliados ao sindicato realizam duas grandes assembleias gerais ao ano (abril e outubro). Para fazer parte do sindicato é necessário que se cumpra um mínimo de requisitos, entre os quais ser proprietário de terra. Existe um documento a preencher com uma série de dados e passa-se por uma avaliação da diretoria que decide sobre a aceitação do candidato. Não existe uma delimitação da quantidade de terras necessária para ser membro do sindicato, de forma que os ditos “pequenos”, também podem fazer parte do mesmo. Existem produtores com 20ha, até 4.000ha.

Os sócios deste sindicato são em geral, proprietários de terra e empresários. Estas duas funções marcam a forma de se relacionar com a terra. São produtores, mas sob uma ótica empresarial. O produto pertence ao setor agrícola, mas a classe que defende este sindicato não se enxerga como agricultor, e sim como empresário. Como são investidores do setor agroindustrial, os preços dos produtos comercializados no mercado são um tema de discussão, assim como os preços dos produtos associados à cadeia industrial como insumos, sementes e maquinaria, porque existe uma intrínseca associação entre todos os fatores da cadeia agroindustrial. As oscilações de preços dos insumos no mercado internacional financeiro vão influenciar nos ganhos do produtor, nos ganhos desta classe representada pelo sindicato.

Uma função que cumprem no sindicato é tratar sobre os ajustes do salário dos empregados das fazendas, em uma reunião anual junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Sindicato Rural se define como o sindicato dos empregadores, dos patrões. Este enfrentamento marca uma linha divisória na região fortemente influenciada pelos papéis sociais entre empregado-empregador.

O Sindicato realiza eventos e feiras abertas ao público, sendo um dos mecanismos de diálogo com a população e também oportunidade para interação com convidados de fora. Possui um centro de eventos fora da cidade. Estes eventos são basicamente de compra-venda de produtos: animais (ovino e bovino), máquinas da lavoura de arroz, tecnologia, insumos, etc. Destacam-se a Feira do Terneiro, realizada normalmente no fim de abril e a organização da festa de abertura do arroz que no ano de 2014 foi celebrada em Mostardas sendo a vigésima quarta celebração. Estes encontros de diálogo e disseminação de seu ideário são também momentos de reforço internos, onde o sindicato aproveita para realizar uma de

suas assembleias anuais com todos os associados. Outras atividades com o público e a comunidade são os cursos de formação de funcionários e produtores em parceria com o SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e sua participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Segundo o presidente, o Sindicato é um dos atores mais importantes neste conselho e para o desenvolvimento por estar ligado à FARSUL.

O Sindicato possui uma publicação trimestral própria, que é distribuída pelo correio e deixada em vários pontos da cidade, chamada “Mostardas Rural”.

A partir da FARSUL assegura-se que sejam formuladas políticas para promover a busca de soluções favoráveis, buscando oportunidades de mercado, os preços, créditos e juros, sanidade, meio ambiente, democracia e regulação fundiária. O discurso do desenvolvimento está carregado de palavras como sustentável e planejamento conjunto atendendo a todas as esferas da sociedade, a economia, a cultura, o meio ambiente. Neste caso o sindicato rural propõe um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio através da plantação de grandes monoculturas, de arroz e soja neste caso e com investimento em tecnologia entendida como maquinaria pesada, computação, seguimento de satélite, programação de sistemas de irrigação, além do uso de pesticidas e fertilizantes. A lógica do trabalho é verticalizar a produção e obter máximos rendimentos.

“Nós estamos trabalhando pelo desenvolvimento sustentável. É necessário contemplar a parte econômica, ambiental, social e cultural conjuntamente. Necessitamos uma mudança de percepção” (Janio).

O Sindicato coloca o Rio Grande do Sul como polo no setor agropecuário, pelo uso da tecnologia e pela sua importância para o abastecimento alimentar da nação.

“Hoje nós somos exportadores de agricultura de precisão. Realizamos plantio direto. As máquinas possuem GPS e tecnologia que coloca o adubo em quantidades diferenciadas, mas a mão de obra não acompanha.” (Janio).

A relação com a terra/água é a lógica do agronegócio. Plantio direto⁶⁴, alta tecnologia, adubação, todo um sistema de manejo que trabalha para reforçar a dominação da natureza por

⁶⁴ “O plantio direto é um sistema diferenciado de manejo do solo, visando diminuir o impacto da agricultura e das máquinas agrícolas (tratores, arados, etc) sobre o mesmo. Por não revolver o solo através do plantio sob a palha, é identificado como atividade agrícola menos emissora de GEE, constituindo-se como a principal tecnologia de uma “agricultura de baixo carbono”. No entanto, o plantio direto em uma agricultura industrial de larga escala, segue o padrão tecnológico altamente dependente de combustíveis fósil, com a aplicação de herbicidas pós-emergência para facilitar a morte da planta para cobrir o solo com a palha. Procedimento que torna questionável sua identificação como tecnologia “verde” que deve ser incentivada através de pagamentos por serviços ambientais como parte de uma “agricultura de baixo carbono”.” (TIERRA DE DIREITOS, p.3, 2010).

parte do homem e também a dominação do homem sobre o homem marcante da territorialidade que representa este sindicato. Mas a agricultura é pensada como de alta qualidade e precisão, tanto que existem planos financiados pelo programa RS-Biodiversidade da Fundação Zoobotânica para criar um selo de qualidade do arroz. Para o Sindicato uma luta é conseguir oficializar o certificado de qualidade através do selo da Aproarroz. Um selo que outorga a denominação de origem. Arroz de qualidade, mas com o uso de agrotóxicos e sistemas de manejo prejudiciais para a natureza.

“Nós compreendemos que só a formação poderá oferecer um entendimento para usar melhor a tecnologia. É necessário verticalizar a produção, melhor tecnologia, mais conhecimento.” (Janio).

O nível tecnológico atual é muito superior ao das pessoas segundo o entrevistado, e por isso é preciso realizar uma boa formação dos funcionários para manejar a alta tecnologia. Afirma-se problemas já desde as escolas, não há uma boa formação na educação da mão de obra, pois os empregados são a maioria locais e não estão preparados. Além disso, não existe nenhuma escola técnica de agricultura, como a ETA que há em Viamão.

Quando perguntamos pelos problemas ambientais em função do abuso de agrotóxicos, as respostas versam sobre os licenciamentos e a demora e ao custo econômico dos mesmos. Licenciamentos para poder tirar água da lagoa e retirar árvores. É citado também o problema da capivara como uma praga em que não havendo um adequado controle, destrói a lavoura. Os agrotóxicos não são mencionados como um problema ambiental. Uma vez obtido o licenciamento para a propriedade eles não enxergam problema ambiental nenhum. Este pensamento está respaldado pela própria lógica do licenciamento, medida de preservação ambiental proposto pelo Ministério de Meio Ambiente. Mas este atende mais a interesses econômicos e estatísticos que a estudos meio ambientais de diversidade, poluição e qualidade dos solos.

“Precisamos de uma leitura mais única, que é o importante para o desenvolvimento? E assim estabelecer um projeto”. (Janio).

O sindicato rural enfrenta problemas como a alta carga tributária que supõe produzir arroz em grande escala, a falta da indústria que impede agregar valor ao produto, os problemas de logística que existem na área, a precariedade da estrada, as altas taxas pelo frete e a falta de um porto viável na Lagoa dos Patos para o escoamento do produto. Os produtores também se veem afetados pelos preços do mercado internacional e o poder dos grandes oligopólios que controlam os insumos, adubos e sementes. Estes grupos estão muito unidos e são eles os que

regulam o ganho do produtor.

Os produtores de arroz reunidos na FARSUL vivem distanciados, o que dificulta seu encontro, afirma o presidente do Sindicato. Mas alguns motivos fazem com que consigam se reunir eficazmente, sendo as principais questões a seca, e as “invasões” de terra. Na região não tem ocorrido nenhum caso de ocupação de terra por parte de organizações e movimentos sociais, mas o Sindicato, como associação em rede e articulação com outras entidades tem um discurso muito definido e uns interesses a defender na questão territorial. Também analisando as publicações da página web da FARSUL encontramos uma reportagem sobre direito de propriedade que enfrenta “agrícolas e indígenas”, a informação mostra um claro enfrentamento contra os direitos dos povos indígenas⁶⁵.

Os órgãos ambientais também resultam conflituosos com os interesses e ideologia do sindicato rural. Existem discordâncias com o plano de manejo do PNLP e, sobretudo com a área de amortecimento, devido à falta de definição de ambos os projetos sobre o uso e gestão dos recursos e o território, e os possíveis prejuízos que os interesses dos produtores de arroz e gado possa ter quando o plano e a zona de amortecimento se efetivarem. Segundo o Sindicato apenas o Conselho Consultivo do Parque é o espaço de diálogo entre ambos. O Parque foi criado por um decreto de 20 anos, mas já passaram 27 e tudo continua na mesma situação irregular. O sindicato pergunta-se:

“Por que o homem não pode fazer parte do projeto? Por que não pode ter animais domésticos se existem estudos da importância dos ruminantes para conservar o pasto natural?”. (Janio).

Esta discordância está diretamente relacionada com a apropriação do território. Qual quantidade de hectares é usada para preservação e quanto é destinado a produção. Além disso, dentro dos limites do parque existem proprietários de terras que se dedicam à produção de pinus e de gado, pelo que o plano de manejo da unidade de conservação choca diretamente com seus interesses de uso da sua propriedade. Aqui o problema fundiário está presente desde a própria fundação do parque. Note-se que a relação homem-natureza é colocada em termos de convivência entre as atividades e usos por parte do homem e a natureza que ali coabita. A proposta produtiva que defende o Sindicato trabalha com a natureza em termos de mercado e indústria, relacionada a convivência entre homem-natureza.

A SEMA e sua função de licenciamento ambiental também é um impedimento para o Sindicato, que opina que se colocam muitos problemas, no sentido da demora e altos custos

⁶⁵ Anexo F

para liberar os licenciamentos que permitem a retirada de árvores e tirar água da lagoa.

Outros conflitos que aponta o Sindicato é a falta de planejamento por parte das Prefeituras, as quais não têm uma política agrícola definida, não existem programas específicos nem um plano de desenvolvimento que seja cumprido.

“O rótulo partidário impede avanços nos trabalhos, e isto é muito comum em lugares de interior. A política funciona pensando: quê eu vou fazer para ganhar votos? Uma vez no poder não se faz nada, por falta de verba, logística e vontade mesma, pois são freados projetos por discordância partidária”. (Janio).

A esta crítica segue a falta de proximidade do Estado, e a sensação de falta de uma representação local. Apesar de que existe um órgão Federal que é o PNL, e que o Sindicato faz parte da FARSUL, organização estatal, estão demandando maior presença do Estado.

Existe uma forte parceria com a Associação de arroseiros de Mostardas e Tavares e nas palavras de Janio, pode-se dizer que na verdade não há por que separá-la do Sindicato. Mas sendo instituições diferentes, têm direito a duas cadeiras nos conselhos, o que se transforma em dois votos, ou seja, em maior voz e expressão, segundo palavras do presidente.

Com respeito às Comunidades Quilombolas a relação é altamente conflitante e de tensão. As palavras do Presidente do SRM, permitem compreender o teor destes conflitos.

“Na verdade eles não existem. É uma tentativa de resgate do governo por uma dívida histórica. Se tenta identificar locais de remanescente, mas não existem. Há associações quilombolas só porque eles recebem verba do Governo Federal, e os quilombos recebem o dobro das ajudas do governo. Não existe projeto que justifique essa existência, pois não existe produção dos quilombos. Não têm produção própria deles, não existe selo, certificado de origem. Têm até pessoas brancas de olho azul lá. E com o índio é pior ainda pois existe legislação específica, ainda bem que não tem aqui”. (Janio).

Em relação aos pescadores o que se alega é que com os pescadores do mar não há relação nenhuma, pois não há interferência, até existe uma barreira física que são as dunas. Mas com os pescadores da lagoa existem conflitos, pois roubam transformadores, fios, motores na beira; abatem no gado, e tem conflito ambiental porque deixam muito lixo, diz Janio. Mas esses pescadores relatados parecem ser do outro lado da lagoa, não do Município.

4.2.3 AGEFLOR (Associação Gaúcha de Empresas Florestais)

É uma associação formada por várias empresas que trabalham no setor da madeira no Rio Grande do Sul, através de reflorestamento com pinus, corte de madeira para construção

civil, móveis, indústria papelreira, resinas, energia de lenha e carvão, viveiros e mudas, maquinaria, insumos e prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica. A associação foi criada em 1970, o atual presidente é João Fernando Borges. O objetivo da associação é promover a cadeia produtiva da madeira, aumentando a sua produtividade, industrialização e comercialização pelo que tem uma importante representação nas “*florestas*” de pinus de Mostardas e Tavares.

A associação conta com a junção de várias empresas de diferentes portes, assim como parcerias com as associações florestais de Santa Catarina e Paraná. Participa na publicação trimestral “Referência florestal”. Também colabora com o projeto da CMPC Celulosa Riograndense, que é o maior investimento privado do RS: A construção de uma grande usina sediada no Guaíba a qual se estende em 214 mil hectares de terra e entre as que ocupa território indígena Guarani.

O reflorestamento é associado pela AGEFLOR ao desenvolvimento econômico do Estado, devido à grande variedade de produtos derivados da madeira. Desenvolvimento entendido como expansão dos núcleos urbanos e crescimento do setor industrial relacionado à madeira. A partir de 1966 foram criados incentivos fiscais para o plantio de pinus no Estado, o que foi um grande impulso para este setor econômico. Posteriormente, nos anos 90, com a popularização dos discursos ambientalistas e a necessidade de criar desenvolvimento sustentável, a AGEFLOR adaptou o seu discurso à preocupação meio ambiental e à importante labor que este conjunto de empresas criava não apenas para a economia, se não também para a natureza, através do plantio de florestas e o reflorestamento de áreas vazias ou degradadas convertendo-se em duplamente importante para o desenvolvimento, agora econômico e ecológico da mesma vez.

No discurso da associação coloca-se o crescimento populacional como o imperativo para a ocupação do território através de programas e técnicas para a preservação da natureza. Para isto são plantados “*maciços florestais*” baseados no uso de altas tecnologia, conseguindo a transformação de paisagens naturais selvagens em florestas. Estas frases encontradas na apresentação institucional da associação estão acompanhadas de imagens das “*florestas*” plantadas na área dunar de Mostardas e Tavares, região considerada selvagem e inóspita e, portanto, sem vida, que precisou da intervenção humana através da tecnologia para criar as ditas “*florestas*”. Apesar de que o plantio ocorreu nos anos 70, quando ainda a legislação ambiental era escassa ou inexistente, o discurso de desenvolvimento sustentável que associa o plantio de pinus a uma floresta continua sendo o mesmo: A dominação da natureza por parte da tecnologia e a reorganização territorial em favor do crescimento econômico.

A preservação das áreas naturais, as Unidades de Conservação e os remanescentes de floresta nativa encontram-se no discurso da associação, como sendo de vital importância para poder levar a cabo o desenvolvimento sustentável da região. Mas nada se diz respeito aos problemas atuais derivados desse plantio com espécies exóticas. O pinus foi declarado em 2014 pelo MMA⁶⁶ como uma das espécies alóctones a serem eliminadas. Mas o conjunto de empresas pertencentes à AGEFLOR não possui planos nem programas de eliminação da espécie, pelo contrário, novos licenciamentos ambientais estão sendo aprovados para novos reflorestamentos em propriedades privadas. Existem medidas compensatórias e de monitoramento de algumas empresas pertencentes à AGEFLOR, em parceria com ONGs, IBAMA, FEPAM e UFRGS. Mas nenhuma delas acontece na região do Litoral Médio. A questão do pinus como invasor dentro de áreas do PNLP fica como uma responsabilidade do Estado. As empresas continuam plantando enquanto o Estado e as propriedades privadas atingidas pela territorialidade da Unidade de Conservação têm a responsabilidade de eliminar a espécie. Fica clara a incongruência entre o discurso e a prática, tanto da legislação, como das instituições como desta associação.

Além do discurso ambiental, é reforçado a atuação no desenvolvimento social, através da diversificação das atividades produtivas nas propriedades. No início do plantio de pinus na região o mesmo foi incentivado pelo governo, mas em 1986 pararam os programas do Estado ficando apenas os investimentos privados das empresas em parceria com grandes e medianas propriedades. Ao incluir o cultivo da madeira como atividade produtiva, estas propriedades, no discurso das mesmas, diversificam sua produção, aumentando o sistema agrosilvipastoril em todo o Estado.

Completa-se o discurso desenvolvimentista com o argumento de ser um polo econômico internacional além de um núcleo de pesquisa e avanço em tecnologias, provendo qualidade de vida e garantindo um futuro de bem-estar. O desenvolvimento traz consigo a ideologia do progresso, num sentido temporal linear no qual existe um futuro preciso a ser alcançado. Para isso é necessário continuar investindo na atividade assim como na pesquisa para melhoramento tecnológico. E isto está relacionado com os benefícios sociais, a qualidade de vida e o melhoramento econômico. O futuro é um argumento duplo, por um lado relaciona-se à sustentabilidade dos empreendimentos e por outro à garantia para as próximas gerações. Mas sempre afastando a situação atual com um argumento de promessa e de cenários futuros

⁶⁶ Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=4&cod_conteudo=8436> Acessado em: 13 de mar. de 2014

nos quais a natureza é preservada e a sociedade possui qualidade de vida.

A AGEFLOR participa como membro do Conselho Consultivo do Parque, mantém boas relações com as Prefeituras de ambos os municípios, assim como com o setor arroseiro e dos proprietários de terras. Seus diálogos com as populações tradicionais ou STR são neutros, sem entrar em parceria, mas a AGEFLOR também não se posiciona contra esse tipo de proposta territorial alternativa.

4.2.4 Instituto CURICACA

É uma ONG ambientalista gaúcha, fundada em 1997, com o objetivo de atuar no Estado através do fortalecimento político e a ação técnica em favor da preservação do meio ambiente. Os trabalhos iniciais centraram-se nos Campos de Cima da Serra e no Parque Nacional da Serra Geral, ampliando sua atuação à maioria do Estado, atendendo os biomas Mata Atlântica, Pampa e também trabalhando no Litoral. A missão da ONG é a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, através da promoção de todas as formas de vida e dos processos ecológicos, assim como da diversidade cultural e os saberes e práticas dos biomas de Mata Atlântica, Pampa e Litoral. Tendo como objetivo aproximar a relação harmônica entre homem e natureza. Este trabalho inclui estudos, pesquisas, capacitações, educação ambiental, mobilização e organização comunitária e valorização da cultura local.

A ONG possui um jornal semestral, “O Corredor Ecológico” distribuído gratuitamente em alguns municípios. O jornal mostra os projetos em andamento, a gestão das UC (Unidade de Conservação) e políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Além disso, conta com um informativo eletrônico mensal, chamado “O vôo da Curicaca” que é enviado aos parceiros e afiliados mediante e-mail.

A forma de atuação é através de trabalho voluntário de caráter técnico e acadêmico, contando com a colaboração de professores, estudantes, agentes comunitários, através de projetos e convênios com outras instituições, buscando a cooperação com universidades, ONGs, governo e movimentos sociais. Atualmente são parceiros institucionais a UFRGS, o Ministério Público e a RBMA, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. As instituições financiadoras são o MMA, MDA, Governo Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, Pro-cultura RS, INCRA, PDA, FIES ITAÚ e a FZB/RS (Fundação ZooBotânica de Rio Grande do Sul).

A ONG atua através da mediação dos conflitos socioambientais, trabalhando nas

Unidades de Conservação e com as populações residentes no entorno de ditas áreas. Os trabalhos estão orientados em projetos e cooperações técnicas assim como em políticas públicas participando de fóruns colegiados de gestão ambiental como a RBMA, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A ONG está presente na coordenação da região Sul e no Comitê Estadual, onde se discutem e propõem políticas, também através da participação dos Conselhos gestores de algumas UC.

Embora não existe nenhum programa, ação ou projeto por parte da organização em andamento nos municípios nem no PNL, foi uma das impulsionadoras em 2012 na reativação do Conselho Consultivo, junto com a ONG *Mater Natura*, propondo um mini curso de capacitação com a população local para posteriormente poder iniciar a reativação do Conselho. Esse curso nunca foi realizado por falta de verba por parte do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

4.2.5 NEMA (Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental)

O Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, NEMA, é uma associação que surge em 1985 como a iniciativa de um grupo de estudantes do curso de oceanografia da FURG. Atualmente realizam trabalhos focados na região do litoral Médio e Sul do RS. O Objetivo é conectar o conhecimento científico e a vivência na comunidade. A associação ambientalista realiza ações para reconectar a harmonia entre ser humano e natureza, dentro da filosofia da conservação. Os trabalhos estão na linha da educação ambiental para a conservação das áreas costeiras, e também na mediação entre instituições e sociedade nas ações de gestão ambiental, através de pesquisas e de monitoramento.

Os parceiros institucionais desta associação são órgãos do governo em diferentes escalas como são o CNPq, o Ministérios de Pesca e Aquicultura (MPA), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a FEPAM, o ICMBio, o Projeto Tamar do IBAMA, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a PROBIO, universidades como a FURG, diversas municipalidades e organizações internacionais como a WWF e a UNESCO.

No site do NEMA existem várias publicações sobre pesquisas realizadas e sobre os projetos e atividades desenvolvidas. Alguns dos projetos são “Ondas que te quero Mar”, “Dunas Costeiras”, “Mamíferos Marinhos do Litoral Sul”, “Viveiro Florestal do NEMA”, “Lagoa Verde e Arroio Bolaxa”, “Trilhas Interpretativas”, “Taim, banhado de vida e Conservação” e “Manejo de Tartarugas Marinhas no Rio Grande do Sul”. O NEMA também participa em vários conselhos de UC como são o PNL, a Estação Ecológica de Taim,

assim como em conselhos locais como o COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o COMGEPRO, Comitê Gestor do Projeto Orla e a Rede ASO de Tartarugas Marinhas. Outras ações importantes foram os trabalhos para a criação do Refúgio da Vida Silvestre, REVIS, do Molhe Leste em São José do Norte e da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde em Rio Grande.

Esta associação ambientalista tem desenvolvido algumas ações concretas na região como o projeto de manejo e recuperação das dunas costeiras, projetos de educação ambiental nos municípios Mostardas e Tavares e o monitoramento de mamíferos marinhos junto com o IBAMA. Os trabalhos realizados na Estação Ecológica de Taim também são importantes para a região de estudo, pois são colocados como exemplos dentro do Conselho Consultivo do PNLP a serem seguidos como referencial de mediação de conflitos entre as atividades produtivas, no caso o arroz como principal cultivo, e a preservação ambiental. O NEMA organizou oficinas de gestão territorial e dos recursos com as comunidades locais circundantes à Estação Ecológica de Taim dedicadas à pesca e à pecuária, assim como grupos de discussão de práticas razoáveis na produção do arroz, conseguindo um selo de qualidade para algumas propriedades que mudaram para um cultivo agroecológico, chamado “Arroz ecológico Amigos do Taim”. Esta proposta é um objetivo desejado pelos funcionários do PNLP para ser implementado em Mostardas e Tavares.

4.3 TECIDO DE INTER-RELAÇÕES ENTRE ATORES E COM O TERRITÓRIO

Existem inúmeras formas de relação e interação que conformam território. De esta forma, as diferentes territorialidades, assim como as organizações estatais e da sociedade civil, formam um enramado que convive interativamente em suas múltiplas expressões. (SIMMEL, 2006). “Mas a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros”. (SIMMEL, 2006, p.17).

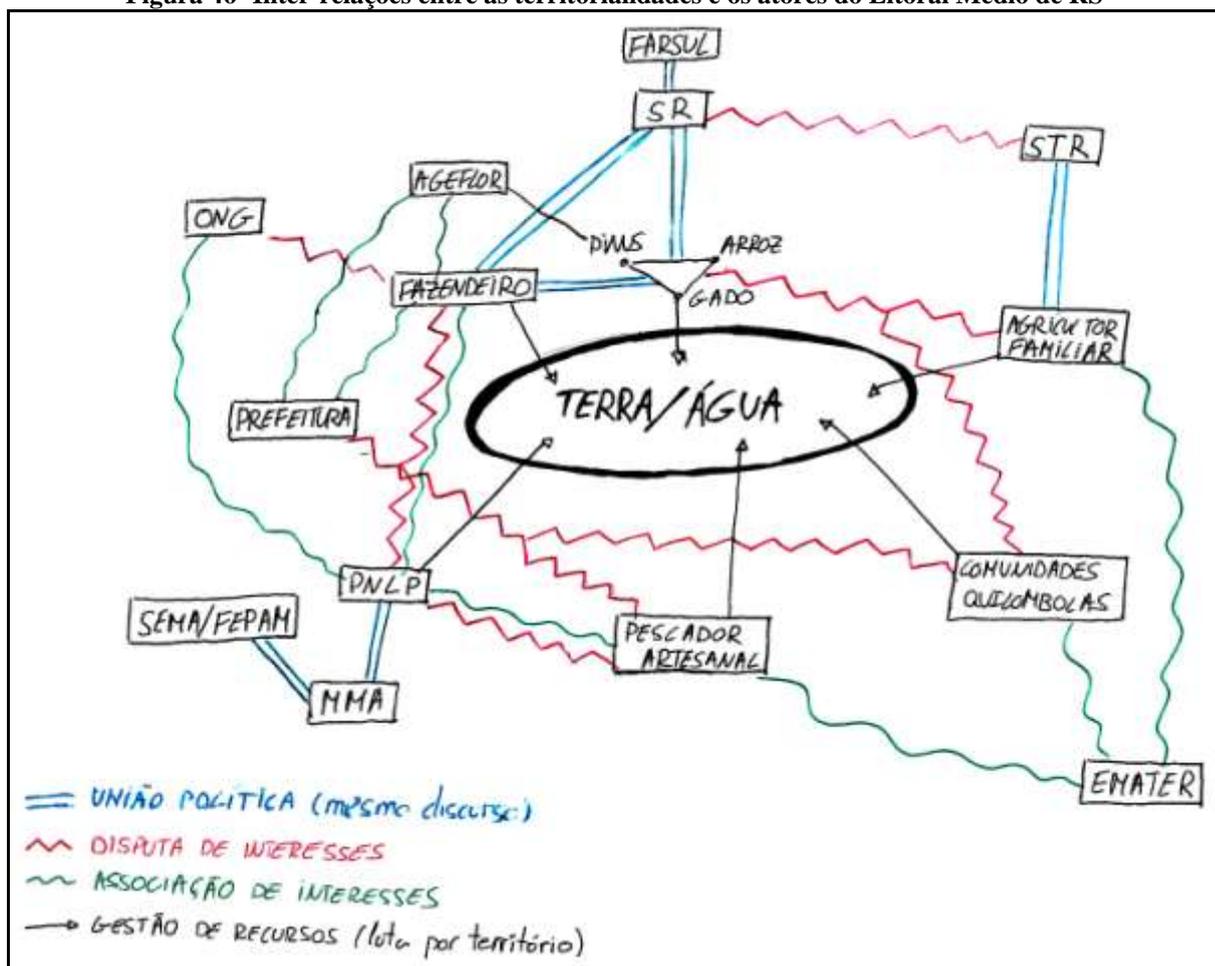
Uma vez conhecidas as organizações apresento aqui alguns esquemas que descrevem o grau de relação que existe entre elas, assim como o estabelecido com o território. No centro do esquema colocamos a terra/água, como o interesse principal das cinco territorialidades apresentadas. Como e que tipo de diálogos são estabelecidos entre os diferentes atores é mostrado através das cores das linhas de união entre os mesmos. Em azul mostram-se os diálogos estabelecidos através do mesmo discurso, trata-se de uma união política. Aparece claramente entre o setor estatal formado por a SEMA/FEPAM e o PNLP com o Ministério

de Médio Ambiente (MMA). Em vermelho sinalizamos as disputas de interesses entre territorialidades e atores, como por exemplo, a disputa entre os dois sindicatos, entre prefeitura e comunidades quilombolas e pescadores artesanais. Ou as disputas entre fazendeiros e PNLP. A cor verde explica as uniões ou associação entre atores e territorialidades, mostrando os mesmos interesses sobre a terra/água, como por exemplo, a associação da EMATER com pescadores, agricultores familiares e comunidades quilombolas. Também com verde significamos o compartimento de afinidades políticas como a união entre ONG e PNLP, ou entre AGEFLOR e prefeitura.

Note-se que algumas das territorialidades estão ligadas por dois tipos de interação, como são, por exemplo, os pescadores e o PNLP, os quais apresentam disputa de interesses (marcada em vermelho) como são a conceituação de natureza, a gestão dos recursos pesqueiros, às técnicas de pesca artesanal; mas que em determinadas ocasiões também podem associar-se (marcado em verde) como são o pacto da data de abertura da barra, ou o termo de compromisso da safra do camarão. O mesmo acontece entre fazendeiros e PNLP, disputam sobre o número de cadeiras para ONG ambientalistas na recomposição do Conselho Consultivo do PNLP, mas também associam-se para conseguir um selo de qualidade da produção racional de arroz na região (tratarei este assunto na próxima seção). Nas inter-relações, uniões e disputas, afinidades e desafetos, são criados e destruídos incessantemente, segundo circunstâncias e momentos (SIMMEL, 2006).

Por último, a ausência de ligação entre atores no esquema, não significa que não existe relação e influência mútua na construção do território. Apenas que essas relações não foram categorizadas como uma das três relações analisadas e sinalizadas com as três diferentes cores: disputa de interesses, associação de interesses ou união política.

Figura 46- Inter-relações entre as territorialidades e os atores do Litoral Médio de RS



Fonte: a autora (2014)

Também realizei um diagrama que mostra os diferentes argumentos usados pelas organizações localizadas, para propor estratégias de planejamento territorial. O foco aqui é o desenvolvimento sustentável. Através da análise do discurso que cada uma das organizações está propondo, o esquema mostra os interesses que estão por trás das subjetividades de cada organização. Vários argumentos são usados (segurança alimentar, qualidade de vida, políticas públicas, fomento de emprego e preservação da natureza) com diferentes significados pela trama de atores. Os diferentes interesses aparecem no uso dos discursos quando analisamos bem a intencionalidade de cada argumento e quem está propondo. Note-se que os mesmos argumentos são usados por organizações com intencionalidades bem diferentes, por exemplo, ambos os sindicatos, o Rural ligado ao agronegócio, e o dos Trabalhadores Rurais, ligado à agricultura familiar, utilizam o argumento da segurança alimentar para defender a ideia do desenvolvimento sustentável.

Ainda como pano de fundo deste jogo de argumentos, encontramos duas propostas de desenvolvimento, proposta de manejo da terra/água. Uma com o agronegócio, com

argumentos como o emprego usado por a AGEFLOR e o Sindicato Rural. Enfrentada com a estratégia agroecológica com argumentos como a qualidade de vida, usados pelas ONG, a AGEFLOR e o PNLP.

Idas e vindas de argumentos, assim como o jogo de subjetividades frente à noção de desenvolvimento, são elementos que estão influenciando na hora de pensar na gestão e planejamento territorial.

Figura 47- Discursos sobre Desenvolvimento Sustentável



Fonte: a autora (2014)

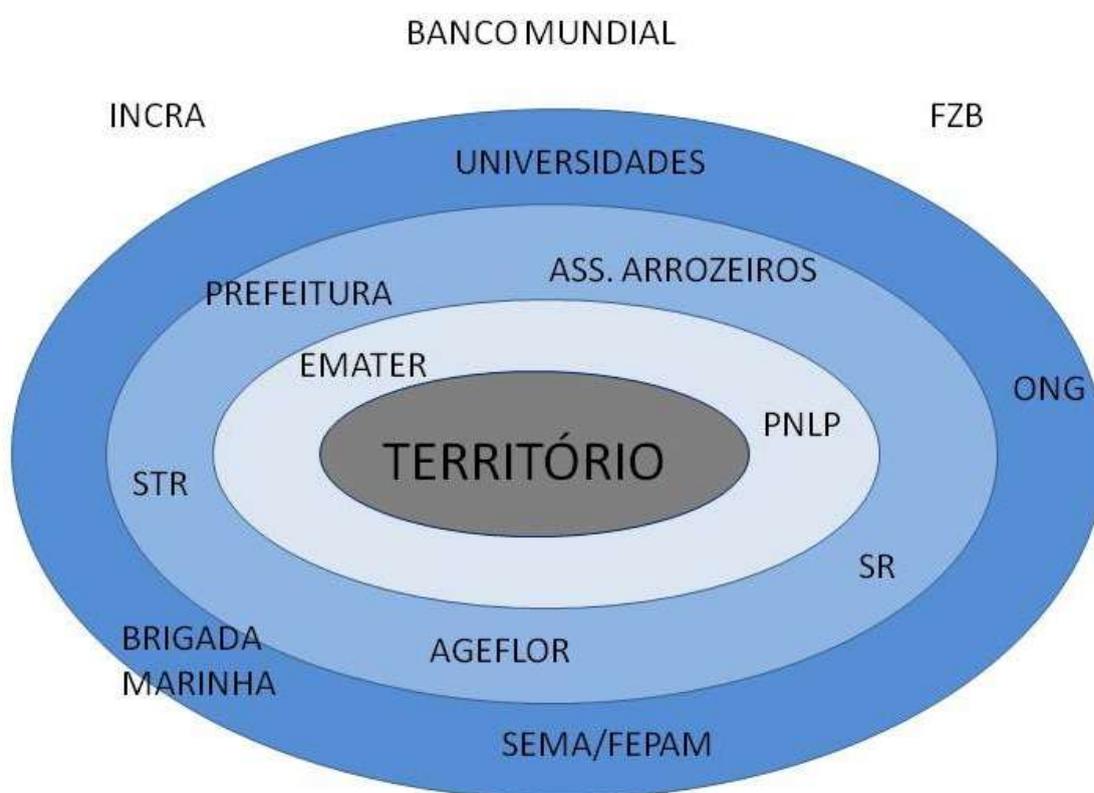
Apresento também um diagrama de Venn que mostra o grau de atuação com o território dos diferentes atores representados em forma de organização estatal e organização da sociedade civil. Esse grau de atuação é medido pela distância ao centro do diagrama, no caso o território como foco de pesquisa (as territorialidades aqui estão contidas no território, exceto o PNLP por ser uma instituição do Estado). Quanto mais próximo do centro, mais presente é sua influência. Note-se que independente da escala de atuação da organização (municipal, regional ou nacional) os atores podem localizar-se perto ou longe. Ou seja, não por ser uma organização local seu comprometimento e grau de atuação na gestão do território é considerado mais próximo. É por exemplo, o caso da prefeitura.

O diagrama mostra como a maior influencia sobe o território esta sendo exercida pelo Parque Nacional da Lagoa do Peixe e pela EMATER/RS-ASCAR, dos atores com trabalhos diretos na gestão do território. A seguinte esfera esta formada por organizações voltadas a atividades produtivas e pela prefeitura. Na terceira esfera aparecem atores que não tem uma

presença no local, apesar de que muitos deles focam seus trabalhos em essa escala. Por último, fora das esferas, aparecem organizações mais afastadas, mas que também influenciam na conformação de território.

Alguns dos atores mostrados no diagrama não tem sido apresentados na descrição das organizações estatais e da sociedade civil (INCRA, FZB, Banco Mundial, Associação de arroseiros, Brigada e Marinha), mas vão aparecer na discussão de alguns dos espaços públicos de interação, como são o Fórum quilombola e o Conselho Consultivo do PNLP.

Figura 48- Diagrama de Venn do território do Litoral Médio de RS



Fonte: a autora (2014)

4.4 ESPAÇOS DE DISCUSSÃO TERRITORIAL

Existem diversos e muito variados espaços de discussão simulando o exercício do debate direto. Consideremos assim o espaço público, como espaço de discussão, espaço de vida, espaço do exercício da democracia. Muitas vezes o exercício dessa atividade política se dá de uma forma rotineira, inconsciente ou derivada da realização de alguma outra atividade. Uma reunião semanal das artesãs para tecer a lã de ovelha, por exemplo, é um

espaço de discussão política além de um espaço produtivo e um espaço de relação social e reforço dos laços afetivos. Um encontro na praça pública para fazer as compras da semana pode ser também um momento de discussão política.

A esfera pública, operando sobre as bases da intersubjetividade e do entendimento genérico proporcionado pela linguagem trivial da práxis cotidiana, em distinção com os códigos específicos vigentes em diferentes subsistemas, representa o nível onde se dá esse confronto de opiniões que disputam o recurso escasso da tematização e da conseqüente atenção dos tomadores de decisão. (COSTA, 1994, p.43).

Nesses espaços de discussão, os temas atuais e os acontecimentos do dia são colocados e entre eles a questão ambiental é um tema recorrente. Foram várias as conversas sobre agrotóxicos ou sobre a pesca que houve nas diferentes feiras e exposições da cidade. A presença destes temas no espaço público gera a discussão que confronta os diferentes interesses e disputas, mas nem sempre sendo uma relação negativa ou conflitiva. O simples fato de discuti-la permanentemente é o que gera o diálogo e a complementaridade entre ação e teoria. (FUKS, 1998). A questão ambiental e a gestão territorial são uma dinâmica social e política na região. Os temas surgem nas conversas informais, assim como nas pautas das reuniões institucionais.

A questão ambiental está no debate tanto público como privado; existe uma vontade de se discutir o assunto. Às vezes são criados espaços comuns, como o Conselho Consultivo do PNLN para conformar o debate. Nesses espaços vão se integrar ações, relações e intervenção dos diferentes atores. A base do diálogo gira em torno das diferentes perspectivas, que podem ser antagônicas ou colaborativas. Mas essa diferença de interesses que gera conflitos nem sempre é negativa, pois é a partir deles que se gera o debate e as ações (SIMMEL, 1983). Além disso, esses espaços comuns buscam a aceitação, o acordo comum e o consenso.

Esses espaços também são o lugar de encontro entre as diferentes territorialidades. Os produtores de arroz vão comprar na feirinha ecológica e perguntam pelas famílias e cotidiano dos produtores da “Freguesia da Terra”; na região todos são vizinhos, todos se conhecem. Os espaços públicos de encontro são tão importantes, pois às vezes são os únicos momentos nos quais se pode avançar na discussão. Apesar de que não haver uma tomada de decisões nestes momentos, existe sim uma conformação ou configuração de uma pré-decisão. Alianças e contra-argumentos vão ser criados também nestes espaços de reunião.

As reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) vão discutir pautadamente as demandas locais, assim como sua relação com outros níveis de território. As

disputas por terra/água e por modelos de desenvolvimento vão estar sendo tratadas, nem sempre como um ponto teórico clarificado, mas sim, através dos projetos e propostas a serem executados na região, assim como através da discussão das políticas públicas, e também com a exposição dos assuntos e eventos concretos e as experiências pessoais nos espaços de estas reuniões.

Tive a oportunidade de vivenciar vários destes espaços durante os seis meses que morei no local, conseguindo extrair muitas das informações deste trabalho nas conversas tidas nesses espaços e momentos. A feirinha ecológica de sexta-feira na praça pública de Mostardas foi um compromisso semanal no qual conversei sobre território, práticas de manejo, inter-relações entre os diferentes grupos e também pude observar como eram as relações entre essas diferentes territorialidades entre si. De uma forma mais normativa o CMDR também discute território e a questão ambiental; as diferentes representações da região se encontram, e são tomadas decisões. O Fórum Quilombola, apesar de restrito à esta territorialidade, é um espaço de discussão que vai juntar diferentes instituições e diferentes escalas de gestão territorial; assuntos da relação com as outras territorialidades conviventes são discutidos no fórum como, por exemplo, os enfrentamentos com fazendeiros ou a solidariedade entre as populações tradicionais na questão de perda de território. Eventos pontuais como a Feira do

Peixe, a Feira do Terneiro, a EXPOCACE ou o Festival de Aves Migratórias do PNLN também são espaços públicos de discussão e de encontro importantes para a construção das inter-relações entre as diferentes territorialidades e escalas do território.

Nestes espaços públicos de discussão vão aparecer as demandas e os conflitos socioambientais que se vive na região. O enfrentamento entre as territorialidades manifesta-se através das queixas feitas nestes espaços, nas discussões e debates sobre os diferentes modos de se viver na terra, assim como nessa vivência em relação à administração estatal do território. A importância de que estes conflitos saiam à luz através dos espaços públicos de discussão diz muito a respeito da mudança social ocorrida pela transformação institucional assim como pelo impulso que a questão ambiental abre na sociedade.

Entre os espaços de discussão territorial podemos distinguir aqueles que são informais, momentos de encontro nos quais o motivo de existir não é a discussão ou a participação política em si mesma, como seriam a feirinha ecológica e a Feira do Peixe. Do outro lado estão os espaços onde o encontro é institucionalizado e tem uma proposta clara de gestão e ação política como são o CMDR, o Fórum Regional Quilombola e o Conselho Consultivo do Parque. Dedicarei especial atenção a este último, por ser um espaço imposto por Lei Federal, no qual o principal objetivo do encontro entre as diferentes territorialidades é exercer a

participação cidadã e o foco de discussão é a gestão do território centrado na questão ambiental, passando pelo argumento da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade civil.

4.4.1 Feirinha Ecológica

Todas as sextas-feiras de manhã, tem lugar a feira ecológica de Mostardas, onde a associação Freguesia da Terra, formada por agricultores familiares e quilombolas da região vão vender seus produtos ecológicos. Legumes, frutas e verduras de temporada, além de vários tipos de feijão, milho, batata e produtos elaborados como doces, bolos e bolachas.

A feira situa-se na praça central da cidade e além de ser um espaço de compra-venda de produtos, converte-se num momento de encontro e trocas da população local. Os moradores da cidade, assim como os da zona rural encontram-se para falar de negócios, mas também sobre assuntos da vida cotidiana, contam como andam as coisas, põem em dia os assuntos, falam dos filhos, dos pais, dos projetos pessoais. É um espaço público de trocas em diferentes níveis que ficou institucionalizado em um lugar e horário concretos, sob um pretexto de função comercial, mas que se torna muito mais do que isso. Os assuntos gerais que afetam a região, tanto locais como externos, são comentados neste espaço. É um momento de fazer política nas ruas, um espaço público de diálogo. Algumas das temáticas discutidas foram referidas ao uso de agrotóxicos, a saúde pública, segurança alimentar e a crise ambiental entre outros.

4.4.2 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Este tipo de conselho surgiu por decreto 3.508 de 2000, em nível nacional. Eles estão pensados para discutir a efetividade das políticas públicas e pensar no plano de desenvolvimento local. Mas as reuniões se tornam mais um momento de colocar prioridades e a direção da verba do que um momento de construção conjunta. Denúncias e queixas, problemas que enfrenta o município também são colocados neste espaço, tendo este que chegar a acordos e possíveis soluções, porém muitas vezes sem sucesso e ficando parados os assuntos.

O Conselho é um momento de encontro e diálogo entre os diferentes atores locais, participando instituições e associações. O Conselho reúne-se uma vez por mês e conta com a representação de membros da Prefeitura, através da secretaria de agricultura, assim como a

EMATER, o PNL, O Sindicato Rural, O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação de Arrozeiros, a Associação Freguesia da Terra, AMART, IRGA, Comunidades Quilombolas, e às vezes conta com a presença de algum agricultor familiar ou quilombola quando é preciso discutir algum assunto concreto.

Durante o ano 2014 assisti várias das reuniões mensais como ouvinte, mas no meio de junho as reuniões pararam. O motivo da desarticulação por parte da Prefeitura está relacionada à demanda de assinatura para providenciar os licenciamentos ambientais das propriedades menores de 50 ha, agora responsabilidade municipal desde o ano 2000 por Lei do CONSEMA, Lei 11520/00. Há várias dificuldades para a Prefeitura implementar os licenciamentos, mas é colocada como principal a falta de interesse da mesma. A legislação passa a responsabilidade para a gestão municipal para facilitar as ações e empreendimentos locais. Uma medida que se pensa para facilitar as coisas está resultando ser mais difícil. A Prefeitura conta com uma equipe técnica formada para realizar os licenciamentos, então, porque não estão fazendo?

Um dos agricultores da região presente na reunião relata como quer construir um silo com projeto da EMATER, mas como não sai o licenciamento não o consegue. Afirma também que vários agricultores não acessaram o PRONAF por causa do licenciamento. É colocada também a relação com os grandes fazendeiros, os quais contratam um técnico e pagam a licença, coisa que é inviável para os pequenos produtores. É questionado assim não apenas o papel da Prefeitura, mas também a própria lógica de funcionamento dos licenciamentos.

O encaminhamento é realizar uma reunião emergencial com a Prefeitura e a Secretaria de Meio Ambiente para discutir o que está faltando para a equipe realizar os licenciamentos. Mas a reticência por parte da Prefeitura terminou na dissolução do Conselho. A reunião não se celebrou nem os próximos encontros do Conselho, o qual apenas voltou a ser ativado alguns meses depois.

Alguns dos assuntos discutidos no Conselho são, por exemplo, o plano anual de ação da EMATER, a vacinação da febre aftosa, a lista de beneficiários do programa troca-troca de sementes, a avaliação das pessoas que se encaixam no projeto RS-Biodiversidade, a fechadura da estrada dos Teixeiras, a morte das mudas do projeto de agrofloresta das Universidades pertencente à RESNEA, entre outros.

São colocadas demandas pensando no desenvolvimento local ao longo do tempo, por exemplo, como seria conseguir uma classificação do arroz, proposta da associação dos arrozeiros interessada em conseguir um selo de qualidade do produto; ou a sugestão de

realizar um curso de boas práticas de alimentação, sugerido pelo STR preocupado com o consumo de alimentos poluídos com agrotóxicos e interessado em promover as práticas da agricultura ecológica. Estas propostas são um momento importante de diálogo entre todos os atores neste espaço de encontro que é o conselho, pois se pode pensar e planejar conjuntamente o desenvolvimento local superando os interesses próprios de cada instituição e territorialidade. A criação de um Plano de Desenvolvimento é trazida através do argumento de que a região “está ficando de fora, está atrasada”. Esta fala reflete a incorporação do discurso desenvolvimentista no qual é preciso melhorar, evoluir, estar dentro, em fim, a ideologia do progresso e o crescimento econômico.

4.4.3 Feira do Peixe da Páscoa

Organizada pela EMATER e a Prefeitura, esta feira vem acontecendo há nove anos no Município de Mostardas, mas conta com a participação de pescadores de Tavares. Além dos pescadores, algumas organizações e associações participam da feira, como a AMART, as Comunidades Quilombolas, as Mães da Solidão, a Sociedade espírita, STR, e a Freguesia da Terra, entre outros. Muitos pequenos grupos e associações locais que encontram neste espaço um momento de aparição em público para a venda de seus produtos e para o diálogo com a população local. O evento torna-se prioritário para a economia das famílias dos pescadores artesanais, sendo uma boa oportunidade de venda de peixe no ano todo. Mas a feira contém outras temáticas englobando nessa diversidade os pequenos grupos locais que têm pouca ou nenhuma visibilidade no resto do ano. A feira é montada na praça pública de Mostardas durante três dias na Páscoa.

Anteriormente ao evento, houve reuniões com todos os grupos para decidir conjuntamente a organização da feira, em quais dias, em que horários vai acontecer, número de bancas e outras questões de infraestrutura; foram também decididos coletivamente entre os pescadores, os preços de cada tipo de produto que vai ser vendido, criando uma tabela de valores única que impede a concorrência desleal entre os diferentes grupos de pescadores.

Durante a feira vários assuntos de interesse local, mas também global foram falados, todos referidos à questão ambiental. A qualidade das águas foi colocada em xeque, acusando o uso abusivo de agrotóxicos pela contaminação das águas e conseqüentemente dos peixes. O gado também está contaminado, sendo que foram encontrados indivíduos mortos por terem bebido dos canais de irrigação. Estes relatos pessoais são relacionados com o problema ambiental de nível global. Os pescadores apontam que o mundo todo está poluído

e manifestam sua preocupação pela gravidade do problema.

Neste espaço também é questionado a situação de injustiça social que esta submetido o pescador, o qual sente-se ameaçado e marginalizado pela sociedade local e pelo PNL. Denunciam que eles são perseguidos em nome da conservação da natureza, mas que, por outro lado, ninguém mexe com o arroz ou o gado. Denunciam sua situação de precariedade e alertam que a pesca vai se perder, lançando a pergunta de o que espera o mundo com isso? E colocam também a situação cultural na qual a carne é supervalorizada na região, não consumindo apenas peixe na sua dieta, o que apontam como uma falta de conhecimento sobre saúde e bem estar.

Houve um sucesso muito marcante na feira de 2014. Das cinco bancas de pescadores que estavam participando, uma não pertencia a uma família de pescadores artesanais, e sim ao maior supermercado do município. Nesta banca venderam peixe congelado da espécie Panga e Merluza, ambas espécies exóticas. A denúncia foi dupla, por um lado a venda de um peixe que não é local e que é conhecido por ser originário de regiões altamente poluídas, conforme os denunciantes e por outro lado quem estava vendendo era uma empresa e não um pescador artesanal, mudando radicalmente a lógica de relação com o produto e com o modo de vida. Os pescadores denunciaram o fato e responsabilizaram a EMATER, pressionando-a para não incorrer novamente numa situação de desrespeito, como foi caracterizado o fato.

Aproveitando o espaço da feira, o STR realizou uma série de ações para fortalecer o discurso sobre segurança e soberania alimentar, sobre o sistema de manejo agroecológico e sobre a valorização da cultura local. Foi fritado peixe e repartido durante todo o dia, também se fez caldo de feijão sopinha com siri, típico grão quilombola que é pouco consumido e conhecido, sendo repartido entre a população local. Sucos verdes, feitos com cactos e várias plantas alimentícias não-convencionais completavam o cardápio.

4.4.4 Fórum Regional Quilombola

É celebrado trimestralmente há nove anos, reunindo as sete comunidades do Litoral Médio: Limoero (Palmares do Sul); Casca, Beco dos Colodianos e Texeiras (Mostardas); Olhos de água e Capororoca (Tavares) e Vila Nova (São José do Norte). Os Fóruns são um mecanismo de fortalecimento das comunidades, reforçando a comunicação entre elas e o apoio mútuo nos assuntos de interesse comum, concretamente no processo de demarcação de terra. Os encontros são rotativos, sendo celebrados cada vez em uma das comunidades, normalmente no galpão comunitário ou um lugar similar. Além das comunidades, outras

instituições fazem parte do Fórum, sendo a EMATER a mediadora principal. Às vezes conta-se também com a presença das Prefeituras, do INCRA, das Universidades e, no ano 2014, por ser ano eleitoral, passaram pelo Fórum alguns deputados estaduais pertencentes ao PT. O Fórum é um espaço de discussão próprio dos quilombolas, mas que inclui diálogos com diferentes territorialidades, transpassando as fronteiras territoriais municipais, juntando Prefeituras e EMATER de quatro municípios na territorialidade quilombola. Além de diferentes níveis do Estado e seus órgãos como o INCRA ou a Universidade.

Nas reuniões se trata os temas prioritários e as demandas de cada uma das comunidades. O tema principal é o processo de demarcação, assim como o estado de avanço dos projetos externos de construção de casas e galpões comunitários. Na reunião de 24 de abril de 2014 celebrada no Beco dos Colodianos, aproveitando a presença do INCRA, as lideranças cobraram da instituição a falta de compromisso, a lentidão do processo, o sentimento de abandono, a falta de vontades de efetivar as demarcações e de credibilidade do próprio processo, o qual parece estar feito para nunca dar certo. Colocam também as dificuldades que sofrem como consequência da falta de demarcação, afetando a todos os outros aspectos da vida, desde tramitar a aposentadoria e o atendimento no SUS, até conseguir projetos externos, políticas públicas de financiamento e crédito rural específico.

Existe uma falta de informação e diálogo entre as instâncias estatais e as comunidades bastante clara, sobre como são as fases do processo, como funciona a burocracia. Isto nunca foi explicado para as comunidades. Em que fase encontra-se cada um dos processos também não é informado, existindo numerosas dúvidas de como agir ou atuar por parte dos quilombolas. Devido ao estado de indefinição dos processos, criam-se situações confusas que podem se desenvolver em conflitos. Um dos temas que surgiram nestes fóruns foi sobre comunidade de Casca e seu direito de “Prainha”, parte de seu território, mas que ainda não completou o processo de demarcação estando em pendência a matrícula de duas parcelas. Conforme relatos, o INCRA já teria concedido a posse. Esta, a prainha da Casca é ocupada por “jeeperos” que entram na terra como se não tivesse dono, estragando os sambaquis restos arqueológicos Guaranis, denuncia Dona Ilza. A pergunta foi, por que não podem colocar placas dizendo que é terra quilombola se já podem ocupar a prainha? A Prefeitura intervém dizendo que para que se possa abrir o acesso à prainha através de uma estrada, é necessária licença ambiental, a qual, lembremos, é responsabilidade dela mesma⁶⁷.

Note-se que nesta discussão entre quilombolas, INCRA e Prefeitura, está sendo

⁶⁷ Licenciamento ambiental de impacto local é responsabilidade da municipalidade, Lei Estadual 11520 de 3 de agosto de 2000; Lei complementar Nº140 de 8 de dezembro de 2011.

questionada de quem é a responsabilidade sobre os assuntos. A mesma vai passando de mão em mão, entre diferentes instituições do governo, entre as secretarias ou departamentos da mesma instituição, entre os níveis de poder estatal, legislativo, executivo e judicial. Fóruns e Conselhos surgem com a intenção de realizar uma gestão participativa do território através da responsabilidade compartilhada em essa administração, mas será que essa responsabilidade compartilhada está melhorando a situação? Existe comprometimento suficiente por parte das instituições em exercer essa responsabilidade compartilhada? Quanta responsabilidade podem assumir as comunidades para realizar uma gestão territorial participativa? As situações e pendências vão sendo repassados, dissipando a responsabilidade na multiplicidade de atores e as comunidades quilombolas, por sua vez, não tem o poder para executar as ações que permitem a autogestão de seus territórios.

Outras situações são denunciadas, como o avanço do pinus sobre a comunidade Beco dos Colodianos, sem demarcação e nada tendo sido feito com respeito a esta invasão. Ou o acontecido na comunidade dos Teixeiras, quando um dos vizinhos fazendeiros fechou a estrada. Outra dúvida sobre a posse ou não é sobre a compra-venda de terras. Denunciam que os fazendeiros estão comprando terra quilombola não demarcada por valores irrisórios para depois ganhar ainda uma indenização do INCRA. Tendo problemas também com os próprios quilombolas entre si, pois alguns deles têm medo de perder a terra como propriedade privada para uma terra comunitária, na qual, pensam, seriam reduzidas suas liberdades individuais; em consequência vendem as terras baratas para os fazendeiros. O INCRA não tem resposta para todas estas denúncias e queixas, apenas alega que pode se declarar “má fé” na justiça. Com isso delega a sua responsabilidade institucional para os tribunais, instância de hierarquia superior na estrutura do Estado, arrastando ainda mais o processo e não solucionando os problemas sofridos no local, devido a uma lógica estrutural de funcionamento do governo de estado. Contudo, o INCRA fez um convite para a participação na instauração de uma mesa de acompanhamento da regularização territorial, que fala sobre os processos de demarcação em geral no nível estadual, que será iniciada no dia 17 de junho de 2014, podendo as comunidades quilombolas ter uma ajuda de custo para o deslocamento até a capital. Algumas das demandas comentadas no Fórum são o financiamento para a construção de galpões, habitação e sedes comunitárias. Existe uma falta de recurso, ou este não chega, ou é insuficiente. É criticado o modelo de execução do projeto “Minha Casa Minha Vida”, o qual conta com um dinheiro escasso e requisitos de funcionamento questionáveis, pois é obrigatório contratar uma empresa construtora, a qual prejudica de duas formas, por um lado o dinheiro do projeto fica insuficiente e vai tudo para a empresa e por outro o sistema de

trabalho de mutirão não é considerado, enfraquecendo uma tradição cultural dos quilombolas e uma possibilidade de que o dinheiro fique com os próprios quilombolas.

Os problemas com a burocracia são colocados para todos os projetos em andamento, questionando os prazos, o tipo de documentos exigidos, os passos a serem seguidos no processo, o vencimento dos prazos, o inexistente diálogo interinstitucional, a não justificação das negativas. As críticas mostram um desencanto com a estrutura do sistema, mas ao mesmo tempo o encaminhamento é escrever outro documento para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, pressionando para ela se cumprir o andamento dos projetos.

Uma das denúncias mais debatidas nos Fóruns aos quais assisti durante 2014 foi o problema com a Prefeitura com respeito ao não cumprimento das demandas específicas com a saúde. Os municípios recebem uma verba do Estado por terem presença de Comunidades Tradicionais, com um valor de R\$ 2500,00 por mês. A Comissão de Saúde Estadual exige que se tenha um atendimento diferenciado para a saúde negra, cobrando as ações específicas executadas pelos Municípios. Até então, nem Mostardas nem Tavares contam com uma equipe, nem atendimento especial, o plano de saúde tem que ser enviado até o dia 13 de junho, mas até a data da reunião do Fórum do 5 de junho, nada tinha sido feito. Se perder o prazo, perde-se a subvenção. Os encaminhamentos que surgem do Fórum são: efetuar a prestação de contas, capacitar as próprias comunidades para terem seus agentes de saúde próprios, levantar quais são as demandas específicas de cada comunidade, colocar representantes das mesmas nos conselhos, mobilizar as lideranças quilombolas para irem à Secretaria de Saúde Estadual e conversar sobre o Plano específico, levando as queixas e as demandas.

Foi também denunciado o caso da ONG Guayi, a qual não apresentou a prestação de contas da gestão de R\$100.000,00 oriundos de projetos do MDA e tampouco receberam os certificados do curso. Esta ONG já trabalhou na região e com os quilombolas através do projeto “Arroz Quilombola” descrito no capítulo anterior, tendo resultados bastante negativos para as comunidades quilombolas. Houve também a denúncia do polêmico discurso dos Deputados Alceu Moreira e Luís Carlos Heinze que incitavam reação armada em meio de disputas por demarcação de terras. Este caso deu pé a discussões sobre o racismo vivido na região e de como essas agressões afetam a luta do povo negro.

Foi conversado também o convite recebido pelo PNLP para os quilombolas serem membro do Conselho Consultivo do Parque, decidindo-se que sim irão participar, mas que precisam ver se será com uma ou com duas cadeiras. Outras demandas são colocadas em pauta, como a organização para participar do Programa da Merenda Escolar, PNAE, os

projetos produtivos de geração de renda alternativa, como a mini-indústria de produtos processados, ou os projetos de jovens no campo. Assim, o Fórum é um espaço de reivindicação e denúncia, de organização e proposta e de empoderamento, no qual se busca o fortalecimento das comunidades e as relações de mutualidade entre elas.

Os diálogos estabelecidos no fórum contam com uma visão ampla do território da região, sendo a territorialidade quilombola quem gera e protagoniza este espaço de diálogo, as outras territorialidades também são contempladas, assim como os discursos sobre desenvolvimento e sustentabilidade de cada uma delas. O fato de terem sido convidados para participar do Conselho Consultivo do Parque, é um grande ganho para ambos: por um lado a instituição estatal se transforma abrindo espaço para as comunidades tradicionais, e por outro os quilombolas veem reconhecida sua territorialidade tendo a oportunidade de defender seu modo de vida.

No fórum é comparada a situação respectiva à perda de território que vivem os quilombolas com a situação vivida pelos pescadores em relação ao PNLP. Existindo um reconhecimento e parceria entre estas comunidades tradicionais, as quais sendo territorialidades diferentes, se veem ameaçadas pelas mesmas situações, a perda de seus territórios.

Uma situação que afetou a dinâmica de funcionamento do Fórum foi a coincidência com o ano eleitoral e a presença de deputados estaduais nas reuniões, os quais aproveitaram este espaço de construção coletiva local, para fazer campanha política. Foi curioso como no momento de discutir o avanço dos projetos e de se questionar por que não tinha sido aprovado o projeto para a construção da sede comunitária do Beco dos Colodianos, quando se enviou junto os projetos das outras duas comunidades e estas sim foram aprovadas, uma das deputadas liga para o seu interlocutor da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo e Pesca e no mesmo momento informa sobre a aprovação do projeto. Este fato foi acompanhado pela monopolização da fala por parte destas pessoas externas à comunidade e que chegavam pela primeira vez na região, falando sobre a importância de votar nas eleições de outubro. Políticas públicas são construídas desde gabinetes de governo, mas as ações e execução dos projetos dependem do governo local.

4.4.5 O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe

“Entender lo colectivo como un proceso significa luchar juntas contra el sistema, cosa que es muy real y nada imaginaria.” Ulrike Meinhof (Carta de Ulrike a Hanna Krabbe, 19 de março de 1976).

O Conselho Consultivo é uma oportunidade de discussão e de encontro das diferentes territorialidades e organizações institucionais e da sociedade civil. Este espaço público norteia-se pelo debate da gestão territorial de uma Unidade de Conservação, razão pela qual a discussão sobre conservação da natureza e os diferentes modos e usos da terra/água são a pauta, assim como a discussão sobre formas de organização política como são os temas sobre participação, representação, responsabilidade, governança e democracia.

O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe é um órgão formado por um conjunto de instituições cuja finalidade é a de auxiliar de uma forma participativa na gestão da Unidade de Conservação. O Conselho surge como um direito e um dever inscritos na Constituição Federal do Brasil, no artigo 225 acerca da proteção e defesa do meio ambiente (BRASIL, 1988)⁶⁸. Na antiga administração do Parque, houve uma tentativa por parte do IBAMA, de constituição do Conselho, mas apenas funcionou durante um período de um ano e quatro meses (abril de 2006 até agosto de 2007), ficando inativo por cinco anos. Em 2012 a coordenação de Luís

Eduardo Torma Burgueño entra com o propósito de reativar o Conselho e promover a efetiva a participação da população local na gestão do Parque e do desenvolvimento da região. Posteriormente, com o atual gestor Hellen José Florez Rocha, as reuniões continuam com o mesmo propósito de conseguir sua reativação.

A estrutura é a de um presidente (o coordenador do Parque), uma secretaria executiva que deve ser uma instituição membro e dois secretários. Escolhidos por votação, os conselheiros têm um mandato de dois anos, sendo duas vagas para cada instituição, um titular e um suplente. Além disso, o conselho possui Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho próprios, sem restrições para a participação. As decisões são tomadas em assembleia geral e são realizadas duas reuniões ordinárias ao ano, uma em março/abril e a outra em outubro/novembro. Estas devem ser anunciadas com trinta dias de antecedência. Existe a possibilidade de reuniões extraordinárias quando necessário, anunciando-as quinze dias antes. Os membros conselheiros podem ser instituições governamentais, e associações e organizações da sociedade civil. A entrada de membros é aberta desde que aprovada em assembleia e a exclusão se dá por ausência frequente sem justificativa, também aprovado em assembleia.

⁶⁸ BRASIL, Presidência da República. **Constituição da república Federativa do Brasil de 1988**. Art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” Acessado em 14 de abr. de 2014.

Os Conselhos das Unidades de Conservação surgem por Decreto de Lei de 1998 na Constituição, e no caso da Lagoa do Peixe, foi regulamentada pela Instrução Normativa Nº 11 do ICMBio de 2010⁶⁹. O objetivo do conselho é auxiliar na gestão do Parque, implementando um processo de participação cidadã. Isto significa incluir os mais diversos setores da população local, comércio, turismo, pescadores, empresas madeireiras, agricultores, pecuaristas, artesãos, educadores, ambientalistas. Existe um conjunto de organismo públicos e privados, assim como agentes externos e especialistas. A implementação de um processo participativo tem o objetivo de exercer uma democracia representativa, outorgando ao cidadão o papel ativo que possui por direito. Assumir responsabilidades coletivas por parte dos órgãos públicos na proteção do meio ambiente é um dever constitucional. Mas o Conselho possui também um papel de potencialização do desenvolvimento local. O diálogo entre os diferentes setores para participar na proteção do meio ambiente é também o espaço onde projetos de manejo do território são explicitados. Os interesses sobre o meio, sobre os usos e formas que cada setor tem, entram em diálogo no Conselho, convertendo-se em um espaço de conformação do processo participativo de desenvolvimento na região.

O seu funcionamento, conforme o documento, deve nortear-se pela gestão compartilhada e uma ampla participação. Para isso, se prevê sua instauração em três fases, a primeira de identificação dos atores, a segunda de sensibilização e mobilização desses atores e a última de formação dos mesmos. A ideia é que os conselhos sejam formados por representantes da sociedade civil e do governo em suas três escalas, municipal, estadual e federal, de uma forma equitativa. A função do Conselho é elaborar o Regimento Interno do mesmo, acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo garantindo seu caráter participativo, buscando a integração da UC com as demais áreas protegidas e o seu entorno. No caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, o Plano de Manejo foi elaborado no ano 1999 sob a gestão do IBAMA. A ideia do atual gestor é a de realizar sua revisão no Conselho, conforme previsto em lei.

4.4.5.1 Participação e responsabilidade compartilhada

O objetivo do Conselho Consultivo é aproximar o exercício da participação cidadã a gestão do meio ambiente, a partir da noção de responsabilidade compartilhada entre Estado e

⁶⁹ BRASIL, ICMBio. **Instrução Normativa Nº 11 de 8 de junho de 2010**. Dispõe Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/in112010.pdf>> Acessado em: 14 de abr. de 2014.

sociedade. O Conselho Consultivo é um dos elementos fundamentais do processo de gestão das UC, previsto no SNUC, ou seja, trata-se de uma instância obrigatória que objetiva institucionalizar a participação. Esta ideia de participação cerceada expõe algumas incongruências que gera alguns questionamentos, tais como: a mudança institucional gera transformação social que fomente a participação? Em que medida essa participação é incorporada pelos atores? A participação cidadã se faz efetiva na gestão participativa? E no planejamento de desenvolvimento na região?

Os conselhos são espaços públicos constituídos de uma nova institucionalidade, que não dependem apenas de leis e normas do parlamento. Apresentam-se como aparatos mistos que comportam elementos da sociedade civil e do Estado em uma relação não-hierárquica (ALCANTARA, 2010), aparentemente.

Embora não podemos afastar sua realidade de espaço público jurídico-institucional-estatal, o que fere uma percepção de autonomia limitada, os conselhos são espaços de controle social, de democratização de decisões e garantia de acesso universal às políticas e serviços públicos, sobretudo são espaços de discussão, debates e conflito de interesses. (ALCÁNTARA, 2010, p.1814).

Para efetivar a responsabilidade compartilhada se pressupõe que os cidadãos participam livremente em condições de igualdade, pensando no bem comum. Este modo ideal percebe o espaço público como possibilidade de discussão e ao cidadão com igualdade de condições discursivas para alcançar acordos coletivos. (HABERMAS, 2003)

No Brasil esses espaços de origem na constituição de 1988 surgem como o objetivo de descentralização administrativa, da ampliação da participação popular, relacionando-se com processos democráticos mais eficientes. Esses espaços relacionam-se as propostas de mudança institucional (NORTH, 1993), mas são permeados por uma serie de estudos sobre as interações entre o Estado, as instituições públicas e a sociedade civil, percebendo a construção democrática do Estado Brasileiro não em sua dimensão de transição, mas configurando-se num processo permanente de mudança (ALCÁNTARA, 2010).

No contexto brasileiro, aonde as desigualdades são características da sociedade, estes espaços públicos que fomentam a participação de diferentes públicos, a pluralidade e a discussão de temáticas de interesse público, podem ser considerados como espaços que despertem sentimentos de solidariedade, de aproximação e respeito as diferenças e de uma responsabilidade coletiva (ALCÁNTARA, 2010).

North (1993) aponta para um processo de retroalimentação entre organizações e

mudança institucional⁷⁰. Por serem espaços discursivos, uma análise dos mesmos pode evidenciar a compreensão e defesa dos próprios interesses na gestão dos territórios, confrontando-se com o pensamento sobre um “bem comum” que a participação nos mesmos pressupõe-se deveria existir. Além disso, os processos participativos podem ocultar problemas de caráter social, como, por exemplo, a regulação fundiária, anteriores ao discurso de responsabilidade coletiva para a preservação do meio ambiente. (LEITE, 2006).

4.4.5.2 Participação e representatividade no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe

Os conselheiros são a representação das ideias das diferentes coletividades relacionadas, portanto, é importante ter uma ampla representação que contemple todos os setores que interagem dentro da territorialidade, em nosso caso, do Parque Nacional da lagoa do Peixe: preservação ambiental, setor produtivo, turismo, órgãos de fiscalização e populações tradicionais. Preve-se ainda que entre estes setores deve haver uma equidade entre instituições governamentais e da sociedade civil. A representatividade se refere a quantidade e qualidade dessa representação.

Também é necessário pensar as representações dentro dos conselhos. A composição de um conselho ambiental pode não representar qualitativamente os diferentes segmentos sociais e não ser efetivamente pluralista. Como a legitimidade da representação não decorre de um sufrágio universal, o primeiro ponto a se pensar é quanto a escolha dos conselheiros, principalmente aqueles representativos da sociedade civil. (ALCÁNTARA, 2010, p.1816).

Nesse contexto, um dos questionamentos presentes no conselho se relaciona a participação dos atores. Uma primeira questão versa sobre a quantidade, em que se questiona sobre a porcentagem de pessoas, cidadãos, que participam de algum tipo de organização, sindicato, associação. Quantas dessas organizações são de caráter político, religioso, produtivas ou ambientais? Na região, por ser uma área de produção agrosilvipastoril, existem várias organizações em torno da atividade produtiva, as quais estão representadas no Conselho do Parque. Porém existe uma porcentagem maior da população local

⁷⁰ “Las instituciones se encuentran evolucionando, y por consiguiente están alterando continuamente las elecciones a nuestro alcance” (NORTH, p.17, 1993) “Los individuos actúan con base en información incompleta y con modelos derivados subjetivamente que con frecuencia son erróneos; típicamente la retroalimentación de información no basta para corregir estos modelos subjetivos. Las instituciones no son creadas por fuerza ni tampoco para ser eficientes socialmente; más bien estas instituciones, o cuando menos las reglas formales, son hechas para servir los intereses de quienes tienen el poder de negociación para idear nuevas normas.” (NORTH, p.29, 1993).

participando de associações e congregações religiosas, por exemplo, que de sindicato de produtores. Ainda, o território está fortemente marcado pela presença de um Parque Nacional, contudo, não existe nenhuma associação ambientalista no local.

Também é necessário pensar que a composição dentro dos conselhos pode não representar qualitativamente todos os segmentos da sociedade civil, e não ser efetivamente pluralista (ALCÁNTARA, 2010), porem pode-se questionar qual é o real interesse dos atores locais em exercer a participação ativa na gestão territorial da UC?

A participação cidadã na luta pelos direitos é condição necessária para a democracia, desse modo o simples fato da possibilidade de participação já está abrindo a brecha para a mudança social. Contudo, devemos olhar se essa possibilidade de participação está permitindo uma real inclusão social das comunidades, sobretudo, aquelas que têm ameaçados seus territórios, no caso com o PNLP. Participar não significa ter poder de decisão e, portanto, poder de autogestão, governança territorial ou inclusão e justiça social. As relações de poder continuam atravessando estes espaços de discussão pública, convertendo o exercício da participação cidadã num jogo de interesses marcado pelo peso daqueles atores com maior poder. A possibilidade de participação criada é um caminho para a democratização das instituições? A democracia passa pelo reconhecimento da pluralidade e legitimidade dos interlocutores.

Os atores situados nas instituições governamentais estão entre os que assumem uma posição privilegiada na disputa sobre um determinado assunto. A visibilidade de seus pronunciamentos e caráter singular do discurso público oficial, fortalecido pelo amparo em outras formulações estatais (p.ex.: leis), asseguram a esses atores condições especiais de participação no debate público. (FUKS, 2000, p.84).

O objetivo de obter uma representatividade igual, no caso entre sociedade civil e órgãos públicos, está baseada numa correlação de forças que na “realidade” não é igualitária. De este modo, a entrada e a saída de novos atores passa por um imaginário de participação, equidade e representatividade, mas que se dá dentro de uma estrutura na qual o grau de tomada de decisões não é igual. A entrada e saída de atores é uma correlação de forças. Mecanismos de inclusão ou exclusão de atores depende da concepção que se tem sobre estruturação e organização dos espaços decisivos. Assim pode-se dar o caso de alguns atores estarem incomodados com a abertura para outros atores, devido ao não reconhecimento de sua legitimidade e ao medo de perder seu monopólio de decisão sobre o território (TOURAINÉ, 1996),

Uma das discussões mais amplas relacionadas ao CC remete à diferença entre

representação e representatividade. Conforme a fala de um dos conselheiros:

“Muitos dos membros do “atual” conselho de 32 cadeiras nunca apareceram na reunião, mas de repente sua participação seja importante. Eles não tem representação física mas sua representatividade para o conselho é importante. Por outro lado existem vários membros que representam a mesma classe, então a representatividade tem uma representação em excesso”. (STR).

Representar significa ter autoridade, dignidade ou categoria para realizar uma função ou cargo que representa uma coletividade ou entidade. Significa substituir alguém, ou fazer as vezes de outrem. Ser uma imagem ou símbolo de algo. Figura, imagem ou ideia que substitui a realidade. Refere-se também a realizar uma obra dramática. Assim, a representação está concentrada na figura de uma pessoa que assume um cargo de responsabilidade e funções por uma coletividade. Os representantes podem misturar suas opiniões pessoais com os poderes que o cargo de representante outorga. Nestes casos, pode suceder uma personalização das falas, uma concentração do poder e uma falsa representação das coletividades.

A representação no conselho não cumpre uma equidade de representação entre forças governamentais e da sociedade civil, nem uma representatividade justa dos membros conselheiros. Há um excesso de representação de alguns setores, com associações não mais presentes na região, enquanto que há ausência de outras forças sociais. Isto é falado no Conselho. Se a procura é a representatividade dos mais amplos e diversos setores da sociedade, é necessário recolher maiores informações sobre as atividades e associações da região, assim como avaliar o trabalho das já existentes. O acompanhamento as discussões relacionadas ao processo de reconstituição do Conselho Consultivo do PNLN podem trazer pistas interessantes neste sentido.

4.4.5.3 Recomposição do Conselho

As primeiras movimentações visando a reativação do Conselho Consultivo da US relacionam-se a uma primeira reunião realizada em 11/02/2012, em Porto Alegre, entre a equipe do PNLN e o coordenador técnico da ONG CURICACA. Posteriormente, a equipe do Parque reúne-se dias depois, também com a ONG NEMA na sua sede em Cassino (município de Rio Grande). Equipe e parceiros concordam que é preciso acionar um processo de remobilização da sociedade local. Para isso, propõem uma reestruturação do conselho e uma formação que qualifique os futuros conselheiros. Em março de 2012 ocorre uma oficina de planejamento do processo de reativação, na qual participaram técnicos da ONG

Mater Natura⁷¹, que desenvolve um projeto de Gestão Participativa de UCs do bioma Mata Atlântica, do Ministério de Meio Ambiente (MMA)⁷². Este projeto conta com a participação de equipe e conselheiros do PNLP e foi avaliado como fundamental na reativação do conselho.

As ONGs NEMA, Curicaca e Mater Natura fazem parte da equipe de formação, sendo que destas, apenas o NEMA tem alguns projetos em execução na região.

Durante os seguintes meses de 2012, o PNLP realizou uma série de reuniões com as instituições que integravam o Conselho Consultivo: Prefeituras de Mostardas e Tavares, sindicatos rurais, representantes dos pescadores, artesãos, hotéis e pousadas destes municípios. O objetivo foi informar e mobilizar os integrantes do Conselho a participarem das oficinas de capacitação que foram planejadas pelo PNLP junto com as ONGs. Esta mobilização inicial para o curso, que chegou a uma lista de 26 pessoas, entre representantes do conselho, possíveis interessados e apoiadores e planejadas conjuntamente entre equipe e ONG, nunca chegou a sua concretização, por uma falta de verba por parte do ICMBio.

O processo de reativação do Conselho foi retomado apenas um ano depois, em reuniões que versaram sobre inclusão, exclusão e avaliação de cada um das representações do com todos os participantes presentes para poder decidir por quantas e quais cadeiras estará formado o Conselho. A argumentação passa pela aceitação ou não do que cada membro representa no imaginário dos representantes das coletividades ali presentes. Assim, está-se decidindo a participação através do jogo argumentativo de avaliar o que cada membro representa.

Durante as duas reuniões do ano seguinte, de 2013 com Eduardo Burgueño como gestor, fez-se uma tentativa de ativar a discussão sobre o Plano de Manejo do Parque. Foi instituída a Câmara Técnica de Uso Público, formada por operadores turísticos locais, secretaria de turismo estadual e local, proprietários de terras próximas ao Parque que tem o turismo como atividade econômica, ONGs NEMA e CURICACA, especialistas convidados e outras representações sociais interessadas. O plano até então em vigência havia sido elaborado em 1999, época na qual a visita ao Parque era apenas um potencial, o qual na leitura atual, aparece como a mola propulsora da economia local, nas palavras do gestor do PNLP. Mas se o Parque ainda não ativou o Uso Público, e esta é um dos temas a ser tratado no Conselho Consultivo para a gestão participativa, como é possível que seja uma “mola

⁷¹ Uma OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, criada em 1987. <<http://www.maternatura.org.br/>>

⁷² Este tipo de projeto pertence ao Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA Mata Atlântica, criado em 1995 dentro do Ministério de Meio Ambiente (MMA), no âmbito do programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG7. www.mma.gov.br Acessado em: 11 de mai. De 2015

propulsora” da economia local? Parece uma ideia latente, por vezes no imaginário e no discurso da equipe técnica, por vezes da população. Vemos aqui claramente uma proposta de desenvolvimento e a função da conservação, que carece de um aprofundamento maior os quais não avançaram, pois a Câmara Técnica, assim como a discussão sobre o Uso Público do Parque, ficaram paradas e até a data não estão sendo trabalhadas pelo Conselho.

No ano de 2014, sob a gestão de Hellen Florez, o tema central nas reuniões volta a ser a reconstituição do Conselho. Na reunião de junho de 2013 formou-se um Grupo de Trabalho para a recomposição do Conselho⁷³. A composição considerada é a que consta na normativa de 2006, ainda sob o comando institucional do IBAMA. São 32 membros⁷⁴ dos quais alguns nunca compareceram as reuniões ou outros com uma ausência frequente. Hellen realiza um pequeno relatório que resgata os principais temas nas discussões sobre a recomposição do Conselho das últimas duas reuniões. A discussão gira em torno de quem deve ser incluído, excluído e quem deve ser reavaliado.

As propostas vão na direção de aumentar as cadeiras para o setor do turismo, já visando cumprir os objetivos de uso do Parque e o desenvolvimento local que a unidade federal propõe, também a inclusão das comunidades quilombolas e os órgãos de proteção do Parque, IBAMA e a Marinha. O papel das Universidades é colocado como imprescindível, mas existem dúvidas sobre quais e da condição de ser universidade pública ou privada. Com respeito à exclusão de membros se propõe tirar o Ministério de Pesca, mas o gestor da UC não concorda com esta proposta. Uma série de associações e entidades são analisadas para permanecer ou não, como a EMATER, as ONGs, a associação de arrozeiros, as associações de pescadores.

Na reunião ordinária do CC de 24 de junho de 2014, o Grupo de trabalho para a recomposição do Conselho, apresenta sua lista de possíveis integrantes do novo Conselho Consultivo. A discussão inicial versa sobre a participação das Universidades e se vão ser uma ou duas cadeiras. A princípio se pensa favorável que sejam duas, mas quem está falando isto são os próprios universitários. Destaca-se o fato de que apesar deles serem convidados a

⁷³ Grupo de Trabalho para a recomposição do Conselho esta formado por Tadeu (STRM), Marisa (Secretaria de Meio Ambiente Mostardas), Daniel (Representante da AGEFLOR), Hellen (Atual Gestor do PNL) e por mim.

⁷⁴ ICMBio, FURG/UFRGS, UNISINOS/ULBRA, Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Médio, Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, EMATER/RS, MPA, SEMA/RS, SETUR/RS, Prefeitura Municipal de Mostardas, Prefeitura Municipal de Tavares, Câmara de Vereadores de Mostardas, Câmara de Vereadores de Tavares, Pousada Pouso Alegre/Hotel Parque da Lagoa, ADECOMT/AGEFLOR, Leal&Segabinazzi Ltda/FLOPAL, STR de Mostardas, STR de Tavares, Associação dos Pescadores da Lagoa de Tavares, Associação dos Pescadores do Balneário Mostardense, Associação dos Pescadores Artesanais de Tavares, Associação dos Pescadores da Colônia Z-11, Associação das Mulheres Pescadoras

participar, estes não tem comparecido. Alguns dos participantes da reunião explicam que a estrutura de funcionamento das Universidades faz com que as pessoas que seriam interessadas em participar não ficam sabendo do convite, o qual é mandado para a reitoria e muitas vezes não é repassado a quem deveria. Propõe-se realizar o esforço de busca dessas pessoas certas, aqueles pesquisadores das Universidades que estejam relacionados com o PNLP e o convite formulado a partir destes nomes. Se mesmo com esta dinâmica não comparecessem às reuniões, então sim, seguir-se-ia o Regimento Interno do Conselho e seriam excluídos por falta de participação.

Outro assunto a discutir é a divisão entre uma representação para universidade pública e outra para uma privada. Alguns dos representantes das Universidades fazem questão de enfatizar que essa distinção não faz sentido, reforçando a ideia de que a pesquisa relacionada ao Parque é o importante, independentemente de qual universidade seja sua categoria. O contra-argumento é a falta de outra forma de nomeá-las. Decide-se por deixar duas cadeiras para universidades em geral, mas com a condição de que titular e suplente sejam da mesma instituição.

A discussão seguinte é sobre a cadeira do turismo, a qual está em nome de CDL/ACIM (Associação Comercial Industrial de Mostardas e Tavares), a qual é uma empresa, condição que não é permitida pela instrução normativa de formação de Conselhos do ICMBio. A cadeira passa então para a associação ADETUR⁷⁵ (Associação para o Desenvolvimento do Turismo em Mostardas e Tavares). As vontades de ter mais uma cadeira para o turismo no Conselho, de Tavares, Associação dos Pescadores Autorizados do PNLP, Fórum da Pesca do PNLP, Associação Mostardense de Artesanato, SEM, Associação dos Proprietários de Terras no PNLP e entorno, SRT, Associação dos Arrozeiros de Mostardas, Instituto CURUCACA/MARICA, NEMA/Lagoa. Somando 32 cadeiras, seguindo o ideal previsto no Plano de Manejo. Mas a realidade local é outra, não existe organização dos municípios nem mercado real na região.

Quanto à discussão sobre as associações de pescadores, na lista inicial feita em 2006 aparecem sete associações pesqueiras, mas que, na avaliação dos presentes, muitas delas não existem e outras estão desativadas. O Grupo de Trabalho decide deixar apenas as duas associações que são ativas na região: Associação do Balneário Mostardense e a Associação da Colônia Z11. O Fórum da Pesca foi retirado da lista pelo GT devido à sua ausência

⁷⁵ Apesar do nome de associação, esta entidade está registrada como empresa. Além disso, parece estar desativada desde 2012.

permanente nas reuniões. Mas acontece que na reunião ordinária, o presidente do Fórum manifesta seu interesse em continuar e acaba se confirmando sua inclusão.

Algo parecido ocorre com a Associação dos Arrozeiros, retirado pelo GT porque a representatividade da classe arrozeira já estava dada através dos sindicatos rurais de ambos os municípios. Mas a presença de seu representante na reunião ordinária faz com que, na hora, seja decidido pelo presidente do Conselho sua permanência com uma cadeira.

O interessante destes casos é ver os fluxos de informação e as relações extraoficiais que envolve o conselho consultivo, sendo elas às vezes muito mais mobilizadoras que as reuniões oficiais. Nos dois casos, arrozeiros e pescadores, a presença nesta reunião ordinária se deve a o fato de que alguém do GT avisou-os dessa intenção, razão pela qual se mobilizaram para manterem a representação junto ao Conselho, mostrando seu interesse e não querendo ficar de fora. O que é passado pelo “boca a boca” entre a população local que mantém laços estreitos e que são todos vizinhos é uma coisa; o que se diz no Conselho Consultivo é outra. Apesar de que cada um tem seu papel, seu discurso bem demarcado dentro e fora do Conselho, a liberdade das falas, de expressar opiniões, de contrapor outras, de dialogar mesmo, se faz muito mais intensamente fora das reuniões ordinárias. No momento de colocar essas opiniões em defesa dos interesses na gestão sobre a terra, dentro do espaço oficial, muitas das falas são caladas, de forma que esses interesses, essas opções, essas possibilidades são invisibilizadas, não sendo contempladas. Pode ser que o Conselho exerça uma força mobilizadora de opinião e interesse em discutir gestão de território muito positiva e importante na região, mas será que ele consegue ser um espaço de diálogo efetivo? O Conselho abre a discussão e o confronto de opiniões também extraoficialmente, mas será que consegue fazer com que essas vozes nas sombras sejam oficializadas? A voz do oprimido poderá falar? (SPIVAK, 2010) E se o faz oficialmente, isso dará em resultados positivos e mudanças para seu benefício?

Uma outra inclusão colocada em pauta relaciona-se a cadeira para os quilombolas. O presidente pergunta se tem alguém contra e ninguém se manifesta. A discussão gira em torno do número de cadeiras e princípio é colocado apenas uma cadeira e não duas para esta categoria. É a primeira reunião ordinária à qual os quilombolas assistem, a primeira vez que está sendo concedida oficialmente voz para eles. O representante é questionado se existe comunicação entre as comunidades; nisso Jorge, a liderança de Olhos de água, toma a palavra e explica como as comunidades reúnem-se a cada dois meses no Fórum Regional Quilombola de todo Litoral Médio e que, sim, mantém boas relações e comunicação. Aproveita para dizer que para eles é tranquilo que seja apenas uma cadeira. Nas conversas

extraoficiais que eu presenciei estava se falando de que deveria ter duas cadeiras, pois cada uma das comunidades circundantes do porquê está em um Município e assim como os sindicatos, câmara de deputados, EMATER, em fim, outras entidades têm duas cadeiras, um por cada município; para os quilombolas, assim argumentavam, também deveria ser assim. Mas, aparentemente, nenhum deles consegue falar isso oficialmente, pelo contrário, Jorge declara que uma cadeira “é tranquilo”. Por que nas conversas extraoficiais eles falam que deveriam ser duas, mas na reunião ordinária este entendimento não foi exposto.

A entrada e saída de atores é uma correlação de forças. As dúvidas lançadas a liderança quilombola relacionam-se a representação destes perante os outros atores, assim como da organização de seus espaços de discussão (TOURAINÉ, 1996). A condição de subalternos é ressaltada na discussão de esta cadeira. A sociabilidade entre membros de diferentes estratos pode se tornar contraditória e constrangedora (SIMMEL, 2006).

No entanto, esse mundo de sociabilidade, o único em que é possível fazer uma democracia sem atritos entre iguais, é um mundo artificial, construído a partir de seres que desejam produzir exclusivamente entre si mesmos essa interação para que não seja desequilibrada por nenhuma tensão material. (SIMMEL; 2006, p.70).

Os órgãos de proteção do Parque foram incluídos pelo GT, sendo uma cadeira para a marinha e uma para a PATRAM (Patrulha Ambiental) da Brigada. Sendo questionado a real participação destes e ficou combinado que o gestor do Parque os convidará oficialmente para a próxima reunião. A princípio ninguém discorda. Eu, mesmo na condição de pesquisadora, (como integrante do GT), pedi a voz colocando minha preocupação na reunião do Grupo de Trabalho sobre colocar tantos órgãos de controle do Estado dentro do Conselho, sendo que aqueles que estão mais prejudicados pela territorialidade do Parque são aqueles que menos voz têm e uma alta representação do poder e do controle pode ter efeitos contrários à abertura e diálogo que se pretende alcançar. Mas ninguém considerou essa opinião e Brigada e Marinha foram incluídos no Conselho Consultivo do PNL.

A última cadeira a consensuar para a reconstituição do Conselho é a pertencente às ONG ambientalistas, sendo a discussão a inclusão de uma ou de duas cadeiras. Neste ponto, começou o momento mais polêmico da reunião e onde se viu o discurso ambientalista e os interesses sobre a terra de cada um dos membros. No Grupo de Trabalho foi proposto apenas uma cadeira, mas o gestor do Parque discorda e pensa que tem que ser duas. Então faz um discurso sobre a importância da presença da sociedade civil ambientalista. Note-se que o conceito de natureza destas ONGs e o do Estado, no caso do Parque, é o mesmo. Mas as ONGs são sociedade civil e não Estado, e isso tem um peso importante. Outro argumento

para ter mais representação dos ambientalistas é que o setor produtivo já está amplamente contemplado. Existe uma dualidade que enfrenta produção *versus* ambientalismo, sendo que outras formas menos binárias estão também presentes, mas não são contempladas. Os quilombolas, por exemplo, estão participando pela primeira vez numa reunião do Conselho; agricultores familiares apenas são representados pelo STR e a EMATER, ambas as instituições fogem dessa contraposição ambiente-produção, mas o embate dual é tão forte que parece que toda discussão está mediada por essa lógica de pensamento. No final desta reunião ficaram duas cadeiras para as Universidades e uma para as ONG. A ciência tem, ao que parece, uma hierarquia maior no imaginário social que a dos ambientalistas.

4.4.5.4 O imaginário da representação

Na discussão sobre a representação no conselho para as ONG ambientalistas decide-se realizar uma votação para escolher o número de cadeiras a serem representadas por este imaginário. A votação é feita e o resultado é um empate. Inicia-se um debate centrado no tema da representatividade, dos interesses coletivos e da democracia, mais que da preservação ambiental. Note-se que a opção de votar é escolhida quando está se discutindo o que representa no imaginário das pessoas o discurso ambientalista. Decidir sobre uma o duas cadeiras para as ONG ambientalistas. A questão ambiental tem um poder de mobilização do debate maior que outras questões (ALMEIDA; GERHARDT, 2005), conseguindo uma pluralidade de atores para participar desse debate.

Os modelos e políticas sociais se ligam diretamente às representações simbólicas que atribuem diferentes significados aos territórios, elementos ambientais e a distribuição de poder dos mesmos, dentro de um contexto histórico. A partir dessa relação se estabelecem disputas que se configuram no campo dos significados, legitimando ou deslegitimando práticas sócio- culturais de apropriação de base material; nas relações atreladas aos recursos e sua acessibilidade e deterioração (questões de justiça ambiental); e as competições sobre a distribuição de poder sobre esses elementos. (ACSELRAD⁷⁶, 2004 *apud* ALCÁNTARA, 2010, p. 1811).

Analisando as falas de cada um dos potenciais membros do conselho podemos evidenciar qual é a representação de cada um destes no imaginário social, assim como os elementos que atribuem significados aos territórios de cada um. Uma série de disputas iniciam-se no campo discursivo.

“Não entendo essa resistência à ONG ambientalista. Sabemos pelo histórico do

⁷⁶ ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Hanri.(org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll. 2004.

Parque que este não era bem recebido, mas porque isso não iria mudar? O Parque de Aparados da Serra recebe 70.000 visitantes por ano, Mostardas e Tavares recebem 2.000. Imagina se aqui se recebesse essa quantidade de turistas! O Parque não vai mudar, vai continuar sendo Parque, é importante para a região, é algo a mais.” (PNLP).

Nesta fala de um dos funcionários do Parque vemos o uso de dois recursos argumentativos. Um é a autoridade como órgão do Estado, “o parque não vai mudar, vai continuar sendo Parque”. Esta fala, aponta para o aspecto impositivo da territorialidade relacionada a entidade. O outro argumento é o jogo das subjetividades do desejo de desenvolvimento, “imagina se aqui se recebesse essa quantidade de turistas!” O Parque planeja o desenvolvimento da região através do turismo, só que os municípios não estão preparados para se dedicar a essa atividade. É sempre colocada como potencialidade, operando com um imaginário futuro. O passado e o presente não são vistos como potencialidades e nesse aspecto, podemos remeter a noção de desterritorialização proposta com Deleuze e Guattari. E que em contraposição a ideia de um espaço de vida, associado a uma unidade de conservação, apresenta suas contradições.

“Nós, nativos, sabemos muito bem como preservar, não precisamos que ONG de fora que nem sei quem são, vir dizer como. Eu concordo com Lissandro mas nós estamos discutindo representatividade” (arrozeiros).

Os arrozeiros colocam o argumento da “razão verdadeira, bom senso, a veracidade” e que rege a lógica de conformação de sua territorialidade. Eles, classe arroseira, estão certos no modo de pensar e propor como administrar o território, pois eles são os donos da terra, historicamente. Sua territorialidade passa por essa historicidade (FAORO, 1976), os cargos públicos municipais são ocupados por eles e a atividade produtiva a que se dedicam, o cultivo do arroz, mais o gado e o pinus são o centro econômico de desenvolvimento da região. Em função disso a “razão” de como fazer a gestão está com eles. Aqui se mostra também como o interesse sobre a terra é o produtivo, a natureza como recurso, como lucro. Por isso concordam com o funcionário do Parque quanto ao imaginário de desenvolvimento. O turismo é um potencial para a região, uma atividade econômica que pode produzir lucro, uma atividade econômica que eles, arrozeiros, podem também usufruir.

Os conselhos ambientais, muitas vezes, se apresentam colonizados por grupos de interesses mais conscientes e civicamente mais preparados, ligados as elites sociais. Grupos organizados e economicamente fortes, podem ocupar grande parte dos assentos e equipar seus conselheiros como um esquadrão de apoiadores técnicos, causando uma grande distorção no funcionamento dos conselhos (posse de capital econômico, somado ao capital de representação e ao capital de conhecimento). Nestes casos os conselhos se tornam mais um instrumento político colonizado pelas

elites econômicas, espelhando a mesma lógica de funcionamento da representatividade tradicional. Os resultados dos conselhos passam a convergirem com os interesses de grupos particulares ou pelo menos a não inviabilizá-los ou torná-los inexecutáveis quando conflitam com a legislação ambiental ou com interesses legítimos de grupos com menores capacidades de defesa ou de acesso ao discurso verbal argumentativo. Nesse sentido, forja-se com a legitimidade democrática pertinente a esses espaços, a imposição das vontades dos mais “fortes” na sociedade. (ALCÁNTARA, 2010, 1817).

Quando se fala sobre a representatividade, está se jogando com as representações de cada um dos atores, com os discursos; a representatividade baseada no imaginário subjetivo (DELEUZE; GUATTARI, 1995; ALCÁNTARA, 2010; ESCOBAR, 2010; DeVIRE, 2007), moldado segundo discursos e preconceitos, não a representatividade política, baseada na pluralidade, ampla participação e diversidade.

Os arroteiros não querem ter que lidar com a representação do que eles chamam de “ecolocos”; os ambientalistas são tomados como o inimigo que pode competir no discurso com a mesma força que eles. Desenvolvimento como crescimento econômico, produção, renda, lucro, poder. E desenvolvimento sustentável como atividades econômicas e produtivas que buscam preservar o meio ambiente. Os arroteiros enfrentam um estreitamento na sua liberdade de uso e manejo da terra/água, os licenciamentos ambientais vêm para controlar e fiscalizar atividades que até a data não tinham que dar explicações e isso é devido à força do discurso ambientalista. Na própria fala eles dizem que são os que melhor sabem preservar, frase na defensiva por eles representarem no imaginário a destruição da natureza.

O outro argumento usado pelos arroteiros é o de identidade, “nós, nativos”; as pessoas de fora são consideradas estranhas e, portanto, desvalorizadas. Sabemos que esta territorialidade passa por a apropriação da terra/água através da propriedade privada, esse “nativo” refere-se aos donos de propriedades, de grandes terrenos, de fazendas. E não ao nativo originário de direito histórico.

“Gostaria que em todos estes anos a discussão tivesse avançado nesta área, mas vejo que não. Acho que tanto governo como sociedade civil têm que ter uma visão mais moderna. Por exemplo, na Reserva de Taim são as ONGs quem sustentam a discordância entre uns e outros e é uma área parecida também de arroz.” (ONG NEMA).

A ONG se coloca como mediadora entre governo e sociedade civil, e aproveita para fazer uma autopromoção, ainda explicando o caso de outros lugares como exemplo. Queremos valorizar o local, mas seguimos modelos padronizados e homogeneizantes que funcionam por comparação para poder convencer de sua proposta.

As ONGs vêm tomando um importante papel no desenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo” (ESCOBAR, 2010), tendo surgido como uma alternativa contra Estado e Capital, uma alternativa contra os agressivos modelos neoliberais da economia e contra a crescente vigilância e controle do Estado (STEIL, 2001). Mas estas alternativas se converteram em muitos casos como uma terceirização de prestação de serviços para ambos os órgãos de poder, Estado e Capital. As ONGs funcionam como mediadoras (OSTROM, 1990), mas diante da disseminação de desta categoria de organização, também se apresentam como impulsionadoras de modelos desenvolvimentistas. Nesse caso, a mediação se converte, do mesmo modo que a capacitação, numa ferramenta de homogeneização e controle social. As ONGs, mais que mediadoras, estão no meio, nem são governo nem são sociedade civil, devido à deslocalização de sua atividade. No caso, as ONGs que estão participando do Conselho Consultivo não são locais, uma das razões pelas quais não conseguem sucesso em seus projetos no Litoral Médio. Algumas das territorialidades da região, por exemplo, o setor produtivo do arroz, apresentam um rejeição ao estrangeiro, ao mesmo tempo em que o demandam. Iniciativas locais terminam não surgindo e também não são incentivadas. É preciso uma territorialização do trabalho das ONGs.

“Se é por representatividade o sistema produtivo tem mais que ninguém”. (STR).

Nesta fala do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a qual representa os agricultores familiares e apresenta sua postura baseado na profunda divisão grande *versus* pequeno que caracteriza as territorialidades da região. O interesse do Sindicato é que as ONGs ambientalistas estejam presentes, pois apesar de terem ideias bem diferentes sobre como manejar a terra/água, suas ideias de preservação são mais próximas dos ditos ambientalistas, que dos produtores de arroz. Contudo, este grande grupo não consegue mais falas no debate, nem colocar propostas, nem ser visto como alternativa. Nem governo, nem sociedade civil organizada parece conseguir dar voz a este grupo desenhada por pescadores artesanais, comunidades quilombolas e agricultores familiares. Não consegue defender seus interesses sobre a terra/água, mostrando a alternativa de gestão de território e de conceito sobre preservação que persiste em seus modos de vida.

“O que aqui está acontecendo é um processo coletivo muito bom, melhor do que o nosso. Estamos debatendo consenso ou voto. Mas, por que votar por tão pouco? Se é uma necessidade está ótimo, mas... Enquanto ao Parque, os visitantes podem passar um dia ou dez, se for dez é melhor porque gastam mais em hotel e restaurante, é bom para a região. O Parque com melhor estrutura que já vi foi em Alagoas, um dos Estados mais pobres, ele trazia dinheiro de turistas, de pessoas de

fora.” (Conselheiro do Parque Nacional de Aparados da Serra).

Esta voz, trazida de fora para exemplificar como funcionam as coisas em outros locais, joga um papel duplo, por um lado a comparação de experiências e a exemplificação ajudam a clarificar as coisas, a serem mais explicativos, a projetar; por outro, a voz que vem de fora choca-se com a resistência do nativo, ao mesmo tempo que se fala da necessidade de investimentos, ideias, desenvolvimento vindos de fora. O turismo, que é a projeção para a região, assim como o objetivo do Parque, é colocado de novo como uma expectativa de crescimento econômico; vai trazer dinheiro, o turista gasta, o local ganha. Mas o turista é de fora. O Estado e os especialistas pensam no desenvolvimento local através da vinda de pessoas de fora, aumentando a dependência de fatores externos. Além de sobrepor a ideia de preservação da natureza com a do consumismo da natureza.

4.4.5.5 Votar *versus* consensuar

Na mesma questão sobre o número de representações destinadas à ONG ambientalista, diante de posições divergentes sobre o número (uma ou duas cadeiras) sugere-se fazer uma votação. Até então, as demais cadeiras tinham sido decididas por consenso, sendo considerado como o método o ideal a ser praticado dentro do Conselho. Diante desta proposta, inicia-se aqui um importante debate sobre democracia e participação: votar ou consensuar. Neste momento se abrem vários posicionamentos conflitantes, mas que refletem bem o estado estrutural e funcional do Conselho, assim como o enfrentamento de interesses e como se dão as relações sociais nesta região. Os temas sobre participação, representação e legalidade conectam-se de novo na discussão entre voto e consenso.

Na reunião está sendo discutida a reconstituição dos membros do Conselho, então quem dos presentes pode votar? O tema é reconstituir o Conselho, mas existe uma incongruência entre presença de membros e possíveis membros, entre a legitimidade e a legalidade. Seguindo a legalidade, deve-se seguir o Regimento Interno. Mas esse Regimento também está por ser refeito. Têm legitimidade alguns membros de um Conselho inativo? E uma normativa antiga feita sob outras condições? Quantas das pessoas presentes são antigos membros? Quantas das pessoas presentes querem votar? Segundo o Regimento Interno, o Conselho de 2006 era formado por 32 membros, no momento da votação, destes estavam 12 presentes. É legítima esta votação? Por que termina se impondo esta opção frente ao consenso?

A discussão entre votar e consensuar não está sendo realmente pleiteada, não é uma discussão teórica, sobre ferramentas políticas e muito menos sobre processos coletivos, trata-se de um conflito de interesses.

“O Conselho vai ter que votar a cada reunião, é normal.” (Arrozeiros).

Votação como normalidade faz pensar na naturalização deste sistema organizativo como se fosse o único possível. Outros modos de se organizar, ou seja, outras políticas, que passam também por outros modos de vida, outras lógicas de pensar o mundo não são contemplados por este grupo. A ideia do Conselho, ao menos por parte do ICMBio, ou do atual gestor do ICMBio, é instituir o consenso como a base para a discussão, mas possivelmente este tipo de mecanismo organizativo vai ter que passar também pelo processo de capacitação dos Conselheiros, quando ele acontecer. E nem significa que vai ser adotado como o mecanismo usual de fato. O gosto ou preferência pelo voto está também ligado às relações de poder que se dão na região, pelo que é provável que aqueles que querem manter essa posição de privilégio e de defesa de seus interesses particulares busquem formas para continuar com o poder decisório dentro de um espaço comum, como é o Conselho Consultivo (ALCÁNTARA, 2010).

O exemplo disto está no que aconteceu depois do debate aqui descrito. Passou-se ao momento de votação de fato, para desfazer o empate sobre a decisão de uma ou duas cadeiras para ONGs ambientalistas. Na segunda rodada de votação, o bloco do arroz fez uma ligação para um dos Deputados da Câmara de Vereadores de Tavares, o qual é Conselheiro segundo a lista de 2006, aparecendo para o momento de votação fazendo com que o resultado final fosse de sete votos em favor de uma cadeira para ONGs ambientalistas e seis votos para quem queria duas. No final dessa reunião, o Conselho foi reconstituído com 26 cadeiras⁷⁷, tendo 30 dias para ser formalizado.

Porém, na reunião de 23 de setembro de 2014, na sede do ICMBio, Mostardas, volta à discussão da reconstituição do Conselho, que efetivamente não foi oficializado, sendo de novo a pauta da reunião. A discussão centra-se de novo no caso da participação das ONGs e

⁷⁷ ICMBio, Brigada, Marinha, duas cadeiras para Universidades, Comitê da bacia Hidrográfica do Litoral Médio, EMATER/RS Tavares e Mostardas, SEMA/FEPAM, Prefeitura de Mostardas, Prefeitura de Tavares, Câmara de Vereadores de Mostardas, Câmara de Vereadores de Tavares, Turismo ADETUR, AGEFLOR, STR Mostardas, STR Tavares, Associação dos Pescadores do Balneário Mostardense, Associação dos Pescadores da Colônia Z11, Fórum da Pesca do PNL, SR Mostardas, SR Tavares, Associação de Arrozeiros, uma cadeira para ONG NEMA, uma cadeira para Comunidades Quilombolas, Associação Mostardense de Artesanato. Um total de 26 cadeiras. (até a data entre 2013 e 2014).

do processo de votação que aconteceu na última reunião. A ONG escolhida foi a NEMA, mas a CURICACA se manifestou radicalmente contra a eleição de apenas uma cadeira para ONG ambientalista feita pelo Conselho, enviando uma carta ameaçando o ICMBio de não cumprimento legal do processo, inquirindo na possibilidade de levar o caso até processo judicial. O coordenador técnico da CURICACA, não estava presente na reunião, nem esteve presente nas quatro últimas, portanto, desde o início do processo de reconstituição do Conselho em 2012 (esteve presente apenas nas duas reuniões não ordinárias de reconstituição do Conselho - de 2012 e de 16 de outubro de 2013 - de um total de seis reuniões acontecidas

É curioso que alguém lance uma acusação tão forte quando nem tem estado presente vivenciando o processo de formação.

A discussão levantada pela ONG abre passo para o questionamento do voto e o papel participativo que a sociedade exerce através dele. É bem interessante que isto seja lançado na reunião publicamente, pois o processo, truncado até hoje por um histórico e por resistências locais, está caminhando para frente. Apesar de que, na reunião anterior não se debateu profundamente sobre consenso *versus* voto, o fato deste debate ter ocorrido já é um início de discussão de espaço público e governança.

A CURICACA levanta uma polêmica não pela questão ambientalista em si mesma e, sim, pelo processo político: eles não estando presentes nas reuniões atrevem-se a rebater as escolhas feitas por aqueles que estavam presentes, anulando com esse questionamento o voto deles. Ao mesmo tempo sua não presença está sendo presente, promovendo debates e uma discussão importantes para o processo de formação de participação cidadã e construção de Conselho.

Um dos pilares mais frágeis e que sustenta toda a operacionalidade dos conselhos de uma forma geral, reside na dimensão subjetiva dos fenômenos políticos, ou seja, na cultura política da sociedade e na sua tradição participativa. Na realidade brasileira, não se constata uma efetiva tradição participativa na gestão da coisa pública e nem, tampouco, se estimula ou se educa para a formação dessa cultura. O exercício da cidadania é concebido e estimulado muito mais pelo voto (quase exclusivamente na escolha dos representantes) do que qualquer tipo de ação política mais direta. (ALCÁNTARA, 2010, p.1816).

O voto, “símbolo de democracia”, não é respeitado pela ONG ambientalista, que nem estava presente no momento dessa votação. Embora os fatos relatados mostrem que o processo de escolha tenha sido pautado por interesses e forças assimétricas, pois foi manipulada para atender os interesses de quem quer e pode exercer o poder, a votação foi feita num espaço que se diz de diálogo, público, participativo e de responsabilidade social

e ambiental.

Qual é o valor do voto? O questionamento feito na carta enviada pela ONG Curicaca, coloca a necessidade de respeitar o valor do voto e seguir para frente, ou, se é preciso, voltar atrás. O respeito ao voto é questionado na própria geração de como foi armada essa votação para direcionar seu resultado em favor de alguns interesses. Onde está a legitimidade? De novo, o balanço das estruturas de poder resulta num vácuo desse poder, o qual não se sabe como preencher. Isto abre uma brecha para possibilidades, mas também para mais abusos de poder.

O Conselho tem uma razão de ser, isto é, que a sociedade deve participar. As reflexões sobre esse dever participativo desvelam o fato de que estruturas estatais e sua burocracia, instituições, empreendimentos, Parques Nacionais, são construídos sem participação da sociedade, mas agora a sociedade é demandada a participar. A participação social que estamos acostumados é na forma de eleições democráticas através do voto, sendo questionável a real participação da sociedade de alguma das eleições que são feitas. Mas estamos acostumados a delegar as funções decisórias e com isso a delegar nossa participação social e nossa responsabilidade para os outros, normalmente o Estado e apenas exercer uma participação simbólica no dia das eleições.

Outras formas de se organizar, com uma estrutura mais basal e coletiva, existem de fato, muitas delas encontramos nas territorialidades que participam do Conselho. Mas, a participação dos mesmos nesta instância se vê silenciada, mesmo até eliminada como uma das formas possíveis de exercer a participação social coletiva, pois estas formas são obrigadas a adentrar as estruturas de participação e decisão no molde de um Conselho Consultivo que está sendo desenhado para ser um espaço de embate de diferentes interesses.

No fundo da discussão sobre o processo político, está o embate entre os interesses sobre a terra/água. Arrozeiros representando o sistema produtivo da agroindústria frente aos ambientalistas representando o sistema do desenvolvimento sustentável. Mas ambos os discursos operam na lógica do crescimento econômico capitalista. As alternativas, apesar de estarem presentes na discussão mediante a presença de diferentes populações tradicionais locais, não tem voz, não falam, não são ouvidas (SPIVAK, 2010).

4.4.5.6 Idas e voltas de argumentos no processo

Para continuar com o debate sobre uma ou duas cadeiras de ONG ambientalistas, um dos representantes da Universidade, ou seja, da ciência, intervém dizendo que agora que o

Conselho está em um momento de construção, não faz sentido excluir por falta de presença. O argumento da presença, base para questionar legitimidade e governança, é usado no sentido contrário, para outorgar essa legitimidade e governança no vácuo que foi aberto, apoiado no sentimento e vontades de construção. Como o processo está em construção, não faz sentido vetar quem não estava presente, também não faz sentido respeitar a votação já que o importante é construir. Assim, foi pautado que as ausências não seriam consideradas neste momento de reconstituição. Outro argumento usado é o de quantidade, qual é a porcentagem de ambientalistas? Qual é a porcentagem de público-privado?

Esta reconsideração está baseada no respeito aos tempos do processo e no argumento de se encontrar num momento de construção. Decide-se rever as cadeiras das Universidades, as ONGs, o setor turismo e a SEMA/FEPAM. Note-se também, que, apesar de querer respeitar a vontade positiva de construção e de processo, existe na escolha do debate um interesse pessoal do próprio gestor do Parque por formar um Conselho que atenda às defesas desse interesse: as Universidades e o argumento da ciência, as ONGs e o argumento do ambientalismo e o turismo com o argumento do desenvolvimento local.

Argumentos dão voltas e jogam nas mãos de uns e outros sempre atendendo aos interesses pessoais. E é precisamente esse vácuo na legitimidade dos processos, a falta de organização interna e a despolitização do espaço público, que permite que os mesmos argumentos joguem com alternância em posições contrárias (ACSELRAD e BEZERRA, 2007).

A proposta de reconsiderar certas cadeiras do Conselho é rebatida pelo setor produtivo, arroteiros principalmente, mas que está incluído no bloco da defesa do pinus e do gado, argumentando a seguinte frase: “*ambientalistas somos todos*”. Não pertencer a uma ONG, não significa que não sou ambientalista. O discurso da preservação da natureza incorporou-se de tal modo que ninguém pode dizer que é contra, nem afirmar que não é ambientalista (GERHARDT e ALMEIDA, 2005). Todos — e essa palavra refere-se à humanidade como conceito absoluto e, portanto, excludente, homogenizador, fechado, adoutrinante e ocidental (GONÇALVES, 2002) — “*todos somos ambientalistas*” suprime a diversidade de realidades que existem, suprime os diferentes sistemas de manejo, os diferentes usos da terra, os diferentes interesses sobre esta, impedindo o debate aprofundado sobre a questão ambiental de fato. Se práticas, comportamentos, atitudes, empreendimentos, são ou não são prejudiciais para a natureza e, portanto, para o modo de vida atual. “*Todos somos ambientalistas*” ignora a verdadeira diversidade socioambiental, eliminando-a.

Em relação às Universidades tinha se acordado de deixar duas cadeiras,

independentemente de quais entidades ocupassem o posto, sejam públicas ou privadas. A ideia era chamar todas e ver aquelas que têm maior relação com o entorno, que têm pesquisas em andamento ou interesse em trabalhar no PNL. É colocada a ideia também de que essas duas cadeiras abrangem as quatro Universidades propostas sendo titular e suplente de diferentes instituições. Apesar de já ter sido colocado que essa opção dificultaria muito as coisas, pois os problemas de comunicação são grandes já dentro da mesma Universidade. Uma terceira opção que surge é abrir para quatro cadeiras, uma por cada universidade proposta: ULBRA, UNISINOS, UFRGS e FURG, mas é rebatida com o argumento de respeitar a Grupo de Trabalho. Chegadas a este ponto o coordenador do Conselho decide levar a decisão para votação. Note-se que o próprio coordenador que advoga pelo consenso está usando a metodologia do voto nesta ocasião. Quer rediscutir e reformular a estrutura, mas também quer se agilizar e avançar na reconstituição. O voto é escolhido para acelerar a decisão neste ponto do processo no qual todos parecem estar já muito esgotados de rediscutir sempre a mesma coisa. Só que ao escolher o voto, ainda que por uma decisão do presidente do Conselho, está se perdendo força na instauração de uma metodologia de consenso. Recorrer ao voto por um desgaste do momento enfraquece os objetivos de criar uma outra forma de funcionar dos Conselhos. A votação é realizada e ganha opção de quatro cadeiras para as universidades. Relembra-se que, uma vez reconstituído o Conselho, começará a ser levada em conta a presença e participação, e se essas Universidades não comparecem, se reverá sua permanência no Conselho.

A discussão sobre a SEMA/FEPAM gira em torno à questão de representar duas instituições para uma só cadeira. O setor produtivo propõe que poderia ser ocupada apenas uma cadeira por ONG/Universidade, mas termina-se decidindo que fica uma cadeira para SEMA/FEPAM. Contudo, o fato de ser duas instituições em uma cadeira é uma incongruência que fica sem resolver.

Em todo este processo de idas e voltas, de ir e vir na quantidade de cadeiras e a representação dos discursos está sempre se jogando com o embate de interesses entre os dois grandes blocos: ambientalistas frente ao setor produtivo do arroz e o pinus. Na reunião anterior, os ambientalistas perderam e por isso na atual é recolocado novamente, afinal quem coordena o Conselho é o gestor do PNL. O embate com o setor produtivo é forte e intenso e neste momento da vida do Conselho apenas está se discutindo a composição do mesmo, a representação de forças, as peças sobre o tabuleiro, mas os problemas concretos, os conflitos, ainda nem estão sendo negociados. Evidentemente, o momento de reconstituição é importante e por isso sua demora em concluir, pois estão se preparando as forças de cada

setor para as posteriores negociações.

[...] o trabalho organizativo por conselhos, na sua continuidade, vai abrindo espaço objetivamente para carreiras informais de conselheiros: as partes mais animadas e disputadas das reuniões plenárias e assembleias referem-se à renovação da eleição de conselheiros [...]. A disputa por prestígio ao nível da representação microsocial abre-se eventualmente para outras oportunidades. (LEITES, 2006, p.57).

Contudo, aqui entra um ponto muito importante que é sobre a estrutura do Conselho. Ele é consultivo, não deliberativo. Mas esta diferença parece não estar clara para uma população local que enxerga o espaço como uma arena de discussão na qual podem se negociar seus próprios interesses. O Parque, apesar de jogar com vantagem, pois o Conselho faz parte de uma Instituição maior, também entra nesse imaginário de negociação de forças, no momento que realiza esforços em colocar uma ampla representatividade do setor ambientalista dentro do Conselho.

Com respeito ao setor do turismo, tinha ficado a ADETUR com uma cadeira, mas esta não existe. É proposto o CDL, mas esta entidade não é específica do turismo, é uma cooperativa de organização dos comerciantes em geral. A cadeira não pode ser ocupada por uma empresa, precisa ser uma entidade, uma associação ou cooperativa. É decidido que o turismo esteja representado com duas cadeiras, uma da CDL que pertence a Tavares e outra da ACIM em Mostardas⁷⁸. A ideia é que eles se fortaleçam como entidade e sua representação, que o Conselho seja o estímulo para eles se organizarem. Coloca-se também uma cadeira para a Secretaria de Turismo do Estado, a qual já tinha uma cadeira na antiga configuração. O Parque precisa cumprir sua missão como potencializador de desenvolvimento local. Esta decisão é uma tentativa de adequar um discurso, um objetivo, algumas leis e um imaginário a uma realidade que vai ser forçada vai ser criada (ESCOBAR, 2010).

4.4.5.7 Conflitos como geradores de debate coletivo

É necessário ressignificar os conflitos, atendendo às consequências negativas e positivas que os mesmos têm. Existe uma diversidade de causas e de interesses geradores desses conflitos, pelo que apenas apontá-los não contribui para sua transformação ou

⁷⁸ Como relatado na seção 4.4.5.3 A recomposição do conselho, as entidades CDL, ACIM e ADETUR apresentam-se como controversas e duvidosas. Por uma parte não está claro se são associações ou empresas, também não está claro se estão ativas atualmente, e se duvida de sua especificidade para o setor do turismo, refletindo como o território não é uma região organizada para o turismo, apesar de se colocar no discurso do planejamento de desenvolvimento para os municípios.

mediação. É na inter-relação entre os atores com diferentes interesses que esses conflitos se transformam. Além disso, a possibilidade de discussão dos mesmos nos espaços públicos ressignifica a posição desses atores e contempla a mudança ao longo do tempo. Os conflitos podem ser mediados na ação, fala e consenso, seguindo a constituição e os envolvidos no espaço de debate, de como se dá o envolvimento, de quais são os mecanismos de acesso e das relações de poder.

Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de verdadeiras organizações. (SIMMEL, 1990, p.17).

A discussão do Plano de Manejo e a criação da área de amortecimento do Parque vão passar pela discussão do uso dos recursos comuns, sendo o momento de confronto entre os diferentes interesses sobre a terra/água. A questão ambiental vai ser o motor gerador dos argumentos das diferentes partes (LEITE, 2006). Os usos do Parque, segundo o plano, têm um potencial maior que o planejado, o gestor atual do Parque lembra que é necessário realizar o zoneamento, potencializar o turismo além de realizar uma avaliação do risco da atividade. Também capacitar condutores para as estradas e trilhas, criar o centro de visitantes e a sinalização completa dentro do Parque. Outras atividades e tarefas a serem realizadas são a elaboração da zona de amortecimento do Parque e as ações referentes à educação ambiental, como diversos ciclos de palestras em andamento e o já típico Festival de Aves Migratórias que é realizado em novembro e que já vai realizar sua X edição. Atividades tradicionais como a pesca e o gado vão estar na mesa de diálogo. O pinus como protagonista da questão ambiental. E os licenciamentos como motores para questionar a responsabilidade compartilhada e o planejamento do desenvolvimento na região.

Um dos discursos feitos resultado do encontro entre as diferentes representações concerne ao tema da responsabilidade. No Conselho são discutidos vários assuntos quando perguntado de quem é a responsabilidade para realizar as ações e medidas necessárias. Um dos assuntos é sobre a manutenção das estradas e trilhas dentro do Parque, ou seja, quem coloca o dinheiro para essa ação, a Prefeitura ou o ICMBio? A Prefeitura argumenta que os caminhões para a retirada do pinus deterioram consideravelmente a estrada. O Parque argumenta que a ponte e a trilha até a praia são dever da Prefeitura. E assim a discussão gira em torno de quem é o responsável, sem chegar a nenhum acordo nem tirar argumentos legais sobre a jurisprudência que cada entidade tem sobre o território. Esta disputa de responsabilidade e, no fundo, de poder sobre a gestão, está presente em vários assuntos desde a

criação do Parque em 1986. A evasão de responsabilidades por parte dos diferentes atores também apareceu na questão da demarcação de terras no Fórum Regional Quilombola. Mostrando, como a gestão compartilhada relaciona-se também a um esvaziamento das responsabilidades. Neste ponto da discussão, o STR de Mostardas aproveita para denunciar que os caminhões que escoam a produção de arroz e madeira levam sempre uma carga muito superior à permitida por Lei Federal, com o que estragam a estrada BR-101, única via de entrada e saída da região. Questiona a evasão de impostos dessa sobrecarga e quem ganha com essa diferença de dinheiro.

O seguinte assunto sobre responsabilidades a ser discutido é sobre os prejuízos/benefícios do pinus. Argumenta-se que, graças ao pinus e à venda de sua madeira, se dá trabalho na região além de aumentar o PIB do município. Também o pinus exerce uma função de proteção das dunas e das lagoas, para defender este argumento usam o estudo realizado por TORMA, FEIRE e SILVA (2014), assim, o argumento de autoridade é usado para apoiar os interesses de quem quer defender o pinus por seu benefício financeiro como produtor. O pinus é um tema recorrente e que sempre vai demandar um tempo considerável das discussões do Conselho. Os argumentos contra o pinus, levantados pelo setor ambientalista, Parque, pescadores e STR ficam esgotados de tanto terem que responder ao setor produtivo. Mas é lembrado que já foi determinado pela Justiça a erradicação do pinus dentro da UC⁷⁹.

Neste domínio (o meio ambiente) aparecem disputas entre diferentes experts (engenheiros, químicos, advogados, médicos, biólogos, e outros inclusive cientistas sociais), e entre experts e leigos. E, dentre os leigos, como dentre as populações “pobres” e “vulneráveis”, aparecem apropriações criativas e novas formas de associatividade em torno das questões socioambientais. (LEITES, 2006, p.49).

A questão ambiental que o pinus levanta mostra a dinâmica que os conflitos de interesses criam fugindo de um enfrentamento apenas dual (GERHARDT, 2002). São criadas alianças entre atores, como por exemplo a criada entre pescadores e Parque. Diante desta questão concreta, ambos possuem a mesma ideia sobre os prejuízos da espécie para o local. Sendo que estes atores discordam em outras questões ambientais, como seria no caso dos prejuízos da pesca⁸⁰. As inter-relações criam e destroem alianças segundo o momento e que

⁷⁹ Ação Civil Pública N.º 2006.71.00.013259-2/RS, determina a erradicação total do pinus dentro da UC.

⁸⁰ Existem diversos estudos sobre a etnoecologia dos pescadores artesanais no Litoral de RS, mostrando sua diversidade (MORENO et al., 2009), assim como evidenciando as dificuldades socioambientais que enfrentam (NUNES PIEVE, 2009) e os problemas de incongruências legais (DIEGUES, 2008).

interesses estejam em jogo (GERHARDT, 2002), complexificando as ações para resolver os conflitos.

Um exemplo dessa aliança momentânea é a assinatura do termo de compromisso alcançado no projeto aprovado no edital DIBIO (Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade), uma ferramenta do ICMBio para a chamada de projetos internos que visam ao monitoramento da biodiversidade. O termo, alcançado por consenso entre o Presidente do fórum de pescadores e a UC, acordou que a partir do primeiro de abril se permite a pesca com luz, mas com equipamentos pouco danosos; o camarão continuará sendo capturado no escuro. Foi assinada uma instrução normativa para cumprir o acordo.

Este sucesso na implementação de ações conjuntas leva à esperança de que isto possa se repetir com outros conflitos existentes no Parque. Por exemplo, é comentado o estado do pinus dentro do Parque, que sob aprovação da licitação para sua retirada já tem unidades em andamento e outras a serem iniciadas. É também incentivada a necessidade de firmar mais termos de compromisso com os proprietários dentro da unidade, para poder superar o vácuo legal que existe referente à regulação fundiária e os usos da terra/água dentro do Parque.

Os licenciamentos vão trazer um debate sobre a responsabilidade entre as instituições, destacando os problemas de contrainformação e do vácuo legal, além de evidenciar as incongruências com respeito ao planejamento do desenvolvimento na região. O pinus deve ser erradicado por decreto judicial, mas ao mesmo tempo novos licenciamentos para seu plantio em propriedades particulares estão sendo aprovados.

Um parque eólico será trazido à região, e, em tendo o Parque a missão de proteger aves migratórias, este empreendimento influencia diretamente nessa função. Existe uma desinformação em relação a quem é o órgão responsável por decidir esses licenciamentos, tendo que confrontar a Lei Estadual ou a Lei Federal do CONAMA. Lembrando também a Lei 140 de 8 de dezembro de 2011, diz respeito à responsabilidade compartilhada entre União, Estado e Municípios na preservação da natureza.

4.4.5.8 O confronto entre a reforma institucional e o obstáculo do instituído

Existe uma falha na divulgação das reuniões e informações do Conselho que é reiterada, provocando situações comprometidas e contribuindo para uma precariedade de seu funcionamento. Mudanças de horários, datas e local de reunião vem acontecendo no processo de reestruturação sem prévio aviso dessa mudança ou com envio de e-mails apenas aos

antigos membros que constituíram o Conselho ou as pressas o que inviabiliza a participação. Também, o fato de que a divulgação seja interna impede que novos possíveis membros a constituir o Conselho fiquem sabendo e participem e, sendo um processo de reconstituição, esta é uma grave falha do processo. Além dos e-mails para os “membros oficiais” se faz uma chamada na rádio local, ferramenta de comunicação muito usada na região, ainda hoje, mais usada que internet, cartazes ou o jornal local. A divulgação por internet não tem sido feita. Eu mesma fiquei sabendo da reunião, ou das mudanças ocorridas na última hora, apenas por casualidade, não tendo sido divulgado por internet, cartazes ou e-mail. Isto, apesar de ter me colocado desde o primeiro momento como participante ativa do Conselho.

Relacionado à divulgação está o tema da construção e disponibilização das Atas e da construção da pauta de cada reunião. Quem propõe os temas a serem discutidos nas reuniões do Conselho? Parte da iniciativa do Parque, não sendo uma construção conjunta dos membros do Conselho a escolha dos temas e assuntos a serem priorizados ou discutidos no encontro seguinte. A pauta, ao menos nesta fase de reestruturação, não é resultado dos acordos coletivos, é uma proposta já pronta. Além disso, o fato de não ser divulgada com antecedência à reunião, impede que os membros que participam estejam bem preparados para a discussão dos temas. A Ata foi mandada aos conselheiros com pouco tempo de antecedência, apenas uma semana antes da reunião, sendo que o previsto no Regimento Interno é que seja mandada dois dias depois ter concluído a reunião. Analisando o conteúdo da Ata, verifica-se que alguns temas que ali constam como discutidos na Reunião Ordinária, na verdade, foram temas abordados nos grupos de trabalho. Isto, devido ao fato de que a redação da Ata foi redigida apenas um dia antes da reunião e, portanto, muito tempo após a realização das reuniões. Qual é a confiabilidade das Atas de um CC de uma UC? Este documento é uma ferramenta legal, mas, vendo a forma com a qual o processo é construído, esta Ata tem legitimidade? Uma Ata tem veracidade? Quem escreve a Ata? O cidadão que participa do Conselho está participando realmente da construção de um documento? O prévio conhecimento das Atas por parte de todos deveria ser uma das funções dos conselheiros. Este tipo de apontamento diz respeito à consciência dos membros no exercício de suas responsabilidades como conselheiros, mostrando também a vontade de que o Conselho funcione corretamente.

A divulgação é uma parte da capacidade de comunicação desta entidade relacionada com a capacidade de diálogo como ferramenta principal para o exercício da democracia. Por isso, essa falta de diálogo ou as dificuldades de que o mesmo ocorra, diz muito sobre a instituição e o processo de participação (ALCÁNTARA, 2010). É curioso como o Conselho

Consultivo, o qual surge por Lei Constitucional com o fim de realizar uma gestão compartilhada e o exercício da participação cidadã, surge por parte de instituições, as quais não têm incorporada essa forma de atuar na sua própria estrutura. Em reunião, o atual gestor informou que o anterior a este não tinha passado as informações sobre o andamento do processo e as atividades feitas até a data, colocando este fato não apenas como um problema do Conselho, senão também estrutural à instituição. Outras instituições como a SEMA/FEPAM também comentaram essas dificuldades de diálogo intra e interinstitucional. A falta e/ou dificuldades para o diálogo dentro do Conselho e dentro das instituições estatais proponentes faz duvidar do objetivo que pretendem alcançar, ficando esvaziada de significado a proposta e permitindo pensar que é apenas um discurso vindo de cima. Será incorporada com o tempo esta gestão participativa? Ou teremos que continuar adaptando os modos de falar e de discursar para nos ajustar ao imaginário imposto? Se não existe o diálogo interno, como podemos pensar que a participação está se efetivando? Aqueles que não têm voz na gestão do território vão obtê-la agora e entrar no diálogo apenas por sua participação nos órgãos ditos de gestão compartilhada? São os Conselhos Consultivos um ganho para a inclusão e defesa dos direitos territoriais das populações tradicionais? O Conselho é uma ferramenta de diálogo, sendo necessário superar estas falhas institucionais para que ele realmente funcione (WOLKMER,2003).

Relacionado com o diálogo e a divulgação aponta-se a questão da informação ou a falta da mesma. O Parque é cobrado pela falta de informação que existe ante a população local no que diz respeito às normativas do uso, sobre o que pode e que não se pode fazer. Além, existe uma defasagem na legislação. Por um lado a Lei 428 de 2010 do CONAMA diz respeito ao fato de que este é o órgão licenciador quem autoriza os empreendimentos numa área de 10km ao redor. Também a Lei 9.988 da SNUC, que diz respeito à responsabilidade do ICMBio, trata da área afetada e de repercussão de impacto dos empreendimentos. Note-se que anteriormente o Coordenador do Conselho tinha lembrado a Lei 140 de 2011 que diz respeito à responsabilidade compartilhada entre União, Estado e Municípios e quanto à preservação e licenciamentos ambientais. Deste modo ficam muito evidentes as desconexões entre as diferentes esferas da hierarquia do Estado. A cobrança por parte da população local é mais que legítima. Os próprios arquitetos das leis entram em uma incongruência e contradições que resultam em lacunas legais e um vácuo de poder que causam muita instabilidade e falta de confiança.

Outra cobrança feita ao Parque e por eles mesmos são os problemas de fiscalização e o vácuo legal em alto mar. Existem programas de monitoramento por satélite de barcos de mais

de 15 metros de comprimento, os quais seriam os maiores responsáveis pela pesca legal. Mas não há capacidade na administração do Parque para realizar esta tarefa de fiscalização, além do problema legal, de novo, da questão de quem é responsável por essa normatização. Por exemplo, na PREPs (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por satélite) pertencente ao SINPESQ (Sistema Nacional de Informação de Pesca e Aquicultura) e na Carta Náutica nem apareciam os limites territoriais do Parque até há alguns meses. O PNLN é uma Unidade de Conservação que possui uma área costeira-marítima, além da floresta de restinga e as zonas úmidas, pelo que a complexidade de seus ecossistemas é muito alta. São poucas as áreas de conservação costeiras no Brasil e no Mundo, ocupando o PNLN apenas 35 quilômetros de costa do sul do país, sendo uma porcentagem muito pequena diante dos cerca de oito mil quilômetros costeiros brasileiros. Além disso, a legislação ambiental para as zonas marítimas é muito mais recente que as terrestres, resultando em dificuldades para a sua execução e operatividade.

Temos observado, no processo de formação do Conselho, idas e voltas de argumentos e interesses entre as diferentes e espaçadas reuniões; este movimento é positivo enquanto estiver sendo valorizado o processo de formação como um todo, dizendo algo sobre a mudança institucional que ocorre na formação destes espaços públicos, pois as instituições se flexibilizam não impondo a criação e execução dos projetos de lei de uma forma molar. Por outro lado continua existindo nessas instituições incongruências e a falta de respeito com os tempos de formação, criando portanto pressões e falta de flexibilidade, fazendo dessa mudança institucional um processo engessado e ainda atravessado por fortes relações de poder.

Neste caso, encontramos o exemplo da pressão recebida desde Brasília para agilizar o funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação de todo o país. É apresentada a carta do ICMBio de Brasília demandando a atividade do Conselho, uma urgência para que o PNLN ative este órgão de gestão. Esta cobrança é confusa, pois a discussão sobre quem deve formar parte do Conselho está envolta em muitas dúvidas e falta de informação. Não existe uma metodologia a seguir para realizar a discussão, nem critérios para selecionar quem ocupar as cadeiras.

Os conselhos ambientais, principalmente os de atuação local, geralmente são criados verticalmente pelo executivo e não por iniciativa popular – não emergem do seio da sociedade. São criados através das leis, mas também podem ser decretos ou portarias o que os torna mais frágeis. São implementados, frequentemente, para atingir algum benefício (convênios vantajosos, repasse de verbas, benefícios fiscais/tributários, etc.), sem mobilização social e muitas vezes sem qualquer capacitação para os conselheiros. Essa situação real e constante detona a forma como esses espaços são percebidos pelo governo que já os cria para não funcionarem bem (ou não

funcionarem nada) e não intervirem na dinâmica política tradicional com decisões que estariam fora do controle do gestor central. (ALCÁNTARA, 2010, p.1818).

As pressões recebidas desde Brasília para cumprir as expectativas institucionais do ICMBio atrapalham o processo e os tempos de formação de um conselho que pretende fomentar a participação e a corresponsabilidade. A estrutura hierárquica inerente dificulta a proposta de mudança institucional de North (1993)⁸¹. Brasília terá que esperar para cumprir os objetivos numéricos da instituição, pois, finalmente, o ICM-Bio responde também a demandas de hierarquias superiores que exigem a apresentação de resultados, em forma de números, para avaliar a eficiência do governo e da função da instituição. A reforma institucional confronta-se com o obstáculo do instituído.

Uma das razões de considerar o fator tempo está no fato de que os acordos e as questões que são debatidas no conselho são atravessadas por diferentes temporalidades que se confrontam: o tempo da colheita, das ações cotidianas, o da conservação da biodiversidade. Para que estas sejam consideradas, o próprio conselho precisa um tempo para que estas sejam assentadas ao tempo do conselho.

Como foi visto, nas idas e vindas das decisões, trata-se da dimensão temporal que permite que construções e re-acomodações sejam tecidas ao longo do processo de discussão do conselho.

Outro aspecto sobre a temporalidade se dá na dinâmica de funcionamento das reuniões. Por exemplo, pela leitura da Ata o Coordenador do Conselho pergunta se todos concordam e, sob o silêncio de alguns segundos, a Ata é aprovada. O tempo de silêncio, o tempo de reflexão, é o apropriado para permitir que alguém tenha algo a dizer? Este detalhe sobre a pergunta de aprovação e a resposta silenciosa delimitadas por um pequeníssimo lapso de tempo estão relacionados com o poder de voz de cada membro. O Coordenador fala desde uma posição de poder por ter mais conhecimento e por determinar os tempos das falas, é uma função de organização necessária, mas que não está atendendo aos problemas para o diálogo que ainda existem. Muitas das pessoas que participam do Conselho não estão acostumados a falar em público e têm uma grande dificuldade de se fazer ouvir neste tipo de organização. Pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2010)

A etnografia de situações como as de conselhos municipais de meio ambiente e de audiências públicas pode mostrar os efeitos de dominação exercidos pela

⁸¹ “El cambio institucional conforma el modo en que las sociedades evolucionan a lo largo del tiempo, por lo cual es la clave para entender el cambio histórico.”(NORTH, p.13, 1993).

presença técnica de expertise, bem como o abafamento e a falta de espaço de diálogo com o saber leigo. (LEITES, 2006, p.53).

Sabemos das dificuldades de falar em público de muitos dos membros de um conselho consultivo: as pessoas com maior treinamento neste tipo de lógica e mecanismos são as que normalmente falam. Funcionários do Parque, do Estado, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, o pessoal das Prefeituras, as Universidades. Mas aqueles que nunca tiveram voz, os pescadores, os quilombolas, as comunidades tradicionais, continuam sem tê-la. Dá-se também uma personificação de opinião e ação. Alguns atores cuja representatividade e ações passam pela opinião pessoal passam a gerar um efeito influenciador que repercute na opinião pública e nas instituições (LEITES, 2006). Seria o caso de lideranças que abusam do poder, de representantes sindicais que abrangem todos os espaços de participação, ou na figura dos funcionários do parque cuja expressão de opinião pessoal vai estar correlacionada com a opinião legal.

O conselho como instância para exercer a cidadania, a participação, o diálogo, não se torna, desta maneira, um espaço livre para sua função prevista em lei. A desculpa é a necessidade de capacitar as pessoas, mas capacitá-las para quê? Para dizer o quê e como? Com que liberdade? Sob que lógicas? Os tempos dos processos são marcantes para definir estrutura e funções. Os tempos da natureza. Os tempos da cultura. O tempo é um fator que roubou o protagonismo do espaço, desmaterializando o território. A aceleração da vida moderna fez esquecer os tempos naturais dos processos produzindo graves desajustes nas interações sociais e naturais, assim como uma forte desterritorialização (VIRILIO, 1996). Movimentos sob lemas como “*participativo*”, “*gestão compartilhada*” ou “*sustentabilidade*” não passam de meros discursos sem se converter em verdadeiras iniciativas para um diálogo e construção coletiva de acordos. Pois os tempos não são levados em consideração. Apesar de que esse mesmo argumento, o tempo, seja usado tanto por quem diz respeitar o CC e tem vontade de instaurá-lo, afirmando que leva seu tempo constituí-lo e fazê-lo funcionar. Como quem, também participando do processo, afirma que já são mais de dois anos de reuniões tento reconstituir o conselho sendo um tempo longo demais que desgasta os implicados minando energia e engajamento. Sendo os protagonistas as diferentes temporalidades, o fato é que atender à noção de processo, de movimento no tempo, torna-se fundamental para a efetivação deste tipo de iniciativa. E para que essa consideração temporal seja completa, parece necessária a inclusão daqueles que não estão incluídos nos processos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, vem tomando força o uso do conceito território para os estudos de desenvolvimento, em detrimento do espaço ou região. A palavra território é mais adequada pelas noções de administração, da geopolítica, e das relações local-global, que em ela se insere. Já o próprio Milton Santos (1999), que realizou um detalhado estudo do espaço, reconhece o mesmo como um conceito demasiado amplo e complexo, e por tanto, pouco operacional. Com o avanço nos estudos de território vão se incluindo na sua definição características como o dinamismo, a flexibilidade, a escala, as continuidades e descontinuidades, a conflitualidade, a governança e a conectividade através de redes, atributos que se mostram muito úteis para os estudos de desenvolvimento.

Contudo, na eleição do conceito território há também uma discussão das intenções que estão por trás de esta eleição. Para Schneider e Tartaruga o território comporta-se como uma ferramenta útil. Os autores defendem a necessidade de distinguir entre o uso e o significado do conceito de território desde sua forma analítica, do sentido instrumental e prático. A diferença reside em que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e epistemológicas que possam ser examinadas empiricamente para depois reconstituí-las de forma abstrata. Ou seja, que o conceito de território deve submeter-se aos princípios metodológicos da ciência e cumprir estes requisitos. Sem este esforço não é justificado o uso da palavra território. Por outro lado os autores argumentam que ao escolher usar o conceito território no seu sentido instrumental e prático, não são necessárias estas prerrogativas, e por isso é possível falar de abordagem ou perspectiva territorial. Este sentido permite tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço, onde se produz a mudança social. Serve para análises de desenvolvimento. É então que o território passa ser uma variável considerada na intervenção sobre o espaço em planos de desenvolvimento.

Na eleição de Schneider e Tartaruga (2006) percebe-se que o conceito que os autores têm de território é a de espaço de governança, referido a suas implicações como articulador para a administração e gestão dos espaços por parte do Estado. Na abordagem territorial predomina uma análise da dimensão econômica e social de um território, entendido como um espaço geográfico determinado. Revela-se por tanto uma visão reducionista e utilitária do território, pois este é tratado como uma ferramenta e não como uma categoria de análise da mudança social. Trata-se de uma submissão do território a ser uma ferramenta, muito relacionada com a sua conceitualização como unidade administrativa e de gestão geopolítica,

uma visão que mantém a lógica de pensamento capitalista e/ou de reforma capitalista. Além o argumento de justificar o uso analítico porque precisa ser submetido à metodologia científica é uma contradição em si mesma, pois a eleição do termo em seu sentido instrumental, como perspectiva ou abordagem, também requer que se estabeleça uma epistemologia e que seja submetido à experiência empírica e posterior análise abstrata. Separar uso prático de uso teórico não faz sentido, nem na própria definição cartesiana do método científico.

Nesse sentido Bernardo Mançano Fernandes vai realiar uma crítica ao trabalho de Schneider e Tartaruga. No diálogo entre Fernandes e Schneider & Tartaruga, o uso de território como espaço de governança revela uma definição feita por órgãos governamentais e agencias multilaterais com planos determinados de desenvolvimento, caracterizados por não considerar as conflitualidades inerentes ao conceito.

O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. (FERNANDES, 2008).

O uso instrumental do território ignora os diferentes tipos de territórios, perdendo assim sua multiescalaridade e multidimensionalidade, pois esta instrumentalização esta atendendo aos interesses de instituições, por isso, estão expressando sua mais cara propriedade: as relações de poder. A proposta de Snchneider e Tartaruga fala das diferentes escalas e dimensões do território, para Fernandes apesar de estas características estarem contidas nos artigos, não estão sendo realmente contempladas. É mais, ele fala de que são desprezados os territórios dentro do Território já que não se reconhecem os territórios das diferentes classes sociais. O espaço de governança é uma definição reducionista do território, e responde aos instrumentos de dominação por meio de políticas neoliberais de desenvolvimento. Fernandes vai defender os direitos das comunidades camponesas, evidenciado o menor poder político de estas, e por tanto os furos inerentes que se dão nos processos de participação, na debilidade da organização política, nos processos de mediação, na dependência, na precarização e na expropriação. Em definitiva, na disputa territorial entre capital e campesinato.

O outro argumento que usa Fernandes está relacionado com a crítica à ciência em si mesma, crítica que também e feita por autores como Touraine (1982), Buenaventura Souza dos Santos (1985, 1986), Thiollent (2007). Esta crítica parte da não neutralidade da ciência, a qual está carregada de intencionalidade. O método e a teoria são por tanto intencionais. O sujeito e o objeto, a teoria e a prática, o mundo material e a significação do mundo material

através do mundo das ideias ou mundo imaterial, são processos indissociáveis, não podem ser separados. Ao analisar o território, não podemos separar os sistemas, os objetos, as ações e as relações que o formam. O conjunto em sua totalidade forma o espaço-território, e o território-espaço conforma as relações, as ações, os objetos, os sistemas. A intencionalidade é a direcionalidade do pensamento constituída pelo contexto histórico, as experiências vividas, as tendências. O pensador que define e constrói conceitos, esta agindo por meio de método e teoria, em uma determinada intencionalidade, direcionalidade e interpretação dos processos aos quais dá significado. A intencionalidade é por tanto uma propriedade do pensamento. O pensamento possui o poder de significar em base a interpretações que estão na base da intenção e pretensão do sujeito pensante. E estas interpretações representam interesses de diferentes classes, sendo por tanto a significação um ato político. Os pensadores, estudiosos, pesquisadores que trabalham em conceitos e teorias nos marcos de uma instituição, estão de acordo com a intencionalidade e interpretação de essas instituições, representando os interesses de uma ou outra classe. (FERNANDES, 2008).

O território não é um instrumento. Instrumentos são objetos da metodologia. O Território é um conceito e uma categoria, é um objeto do método e a teoria, portanto não são a-teóricos. [...]. O território não é uma técnica, muito menos uma noção fechada, acabada, determinada. Não pode ser naturalizado, instrumentalizado, aparelhado. O sentido do uso do território é o político, que têm como essência a liberdade. (FERNANDES, 2008, p.290).

Analisando a relação que há entre o uso instrumental do território e o desenvolvimento rural percebemos que o uso da abordagem territorial esta relacionado com um conceito de desenvolvimento que analisa a mudança social através da intervenção do Estado. A proposta política aqui se traduz pela regularização e interação entre atores, instituições e Estado. O desenvolvimento territorial se traduz em governança local e participação social. Propõe-se a descentralização do poder e o fomento da participação da organização civil. Mais concretamente esta proposta se centraria no estudo das formas sociais de trabalho e produção por um lado, e no estudo dos processos de organização social e participação política por outro.

Nos estudos de desenvolvimento rural, a análise da organização do trabalho esta centrada em torno a como se dá a reprodução da agricultura familiar, a pluriatividade, as estratégias de inserção nos mercados, o capital social, os modos de vida ou “rural livelihood” (ELLIS, 1998). Trata-se de compreender a forma e função das unidades de produção, os diferentes tipos de atividades, a estratégia de reprodução, as relações de proximidade com

a comunidade, ou seja, como se dão os intercâmbios e reciprocidade entre atores públicos e privados. Além da inclusão dos aspectos mais culturais e identitários. Por outro lado a análise dos processos de organização e participação política implica compreender a existência de dependência ou autonomia, a consciência social, a debilidade política das organizações, a emancipação, mecanismos de mediação, as relações de poder, as disputas de dominação e apropriação dos recursos, analisar os conflitos.

Schneider e Tartaruga propõem também o uso de forma híbrida de território e lugar, pois apesar de que o território vai estar referido em um lugar, existem territórios onde as relações não estão contidas no lugar. Em estas situações relações de poder, econômicas, de rede, ou virtuais são preponderantes á vida cotidiana vivenciada no lugar. Em esse sentido podemos vislumbrar a existência de hierarquias, tanto na dimensão real/material, como na dimensão ideal/imaterial. E esta hierarquia se explícita no binômio local-global, muito popularizado trás o processo de globalização e o fenômeno do desenvolvimento. Em esse sentido, os territórios locais as vezes favorecem ao cotidiano das pessoas que ali moram, outras vezes esses territórios locais estão sujeitos a ordenamentos que vem de fora, entendendo-se isso em uma escala hierárquica como forças de características globais. É por se dar ambas situações que os autores propõem o uso de formas híbridas. Eles assumem as hierarquias como algo próprio da sociedade.

Mas os próprios autores sinalam os limites que há na abordagem territorial do desenvolvimento, sendo normalmente problemas por imposição externa de diferente caráter: jurídico, político, econômico ou social. Outro problema é a falta de diálogo e mediação entre as escalas global, regional e local. Alguns dos limites de essa desarticulação entre territórios e ambiente externo são: a exportação, a relação rural-urbano, a centralização-descentralização, a pluriatividade, o consumo sustentável. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006).

Outro limite é a debilidade política das organizações, fazendo com que o processo de participação não seja satisfatório. Esta afirmação esta considerando a priori uma incapacidade da sociedade civil para se organizar e responder aos problemas. Desvelando a ideologia desenvolvimentista que inclui em seu dispositivo as capacitações, a profissionalização dos problemas, a tecnificação dos conflitos. E não considera a desigual e histórica posição de poder entre os pujantes do desenvolvimentismo, e os receptores do desenvolvimento.

O último obstáculo para a abordagem territorial do desenvolvimento é o tema dos conflitos, aqui tratados como um resultado do modo de interação entre atores que divergem na sua apropriação dos recursos, além das disputas nos processos participativos. Schneider e

Tartaruga tratam os conflitos como um obstáculo de sua própria proposta de território. Totalmente diferente ao análise realizado por Fernandes, o qual vai tratar o conflito como uma característica do território.

A re-emergência do conceito território nos estudos de diferentes disciplinas como a Geografia, a Antropologia, a Economia e a Sociologia, assim como seu uso nos planos e projetos de Desenvolvimento, esta diretamente relacionada com a intensificação do capital transnacional com a globalização. Este processo explica-se pelo avanço das políticas neoliberais e a minimização ou crises dos estados, também relacionado com a crise dos socialismos. Mas apesar de essa crise, a maximização do capital na toma de decisões ao respeito de leis e políticas de desenvolvimento que beneficiam as grandes empresas transnacionais, tem se dado com o apoio do Estado. Isto tem provocado grandes desigualdades sociais, exclusão de grupos e etnias, precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural, fomes, misérias, marginalização, destruição de territórios, poluição ambiental, destruição da natureza, expropriação, e o que Harvey (2004) denomina espoliação por expropriação.

Estas consequências estão marcadas por um processo de desterritorialização. Mas como afirma Fernandes, estas relações também produzem territórios não capitalistas. O sistema capitalista de comércio mundial produz eternas disputas territoriais, que ocorrem de modo desigual e conflituante. Gerando desterritorialização, mas também territórios de resistência, re-territorializações. Haesbaert (2004) trabalha o tema territorialização-desterritorialização-reterritorialização, T-D-R, como um processo unido e indissociável.

No território de estudo podemos observar um movimento de re-territorialização representado nas territorialidades dos pescadores artesanais e nas comunidades quilombolas com maior ênfases, mas também nos agricultores familiares. Através de ações de resistência como é a manutenção de sistemas de manejo baseados no conhecimento e os recursos locais, as relações baseadas nas trocas e o apoio mútuo, e os discursos de preservação ambiental. Também a inclusão de estes grupos nos debates públicos sobre gestão do território com a participação no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, poderia ser considerada uma re-territorialização.

O processo de T-D-R é uma consequência do atual sistema capitalista e o seu discurso sobre desenvolvimento. Autores encaixados no rotulo dos estudos de pos-desenvolvimento, destacando Arturo Escobar, vão defender que o desenvolvimento não é um fato resultado da história evolutiva, como geralmente é apresentado. E sim uma produção discursiva e a retórica que aponta á consolidação do modelo extrativista-exportador. Os discursos são práticas que

tem efeitos reais, o discurso do desenvolvimento induz mudanças que reconfiguram drasticamente a organização local, e geralmente os câmbios são impulsionados desde agentes externos.

O discurso do desenvolvimento tem uma data de nascimento quando, após a II Guerra Mundial, as potências reúnem-se para negociar o repartido do mundo e organizar o modelo da nova era. (Escobar, 2006). Noções como a de subdesenvolvimento e o terceiro mundo são lançadas em esse momento, criando subjetividades que conformam realidades. Com o passar dos anos o discurso tem ido mudando e se flexibilizando ante as dificuldades ou confrontos que enfrenta, sendo a questão ambiental a partir dos anos 70 um ponto de inflexão na história. É quando surge o discurso do desenvolvimento sustentável, querendo defender atividades altamente poluentes como a mineira, o deflorestamento, os grandes projetos energéticos, os monocultivos à base de agrotóxicos e a degradação ambiental, como atividades ecológicas que confraternizam a relação homem-natureza.

A análise do discurso do desenvolvimento não fica apenas em uma narrativa, como afirma Escobar “*discursos são práticas que criam realidades*”. Existe todo um aparelho ou dispositivo do desenvolvimento. Este aparelho está formado por discursos, instituições, organizações, leis, normativas, medidas administrativas, enunciados científicos e filosóficos, até propostas morais. Todos estes elementos estão tecendo uma rede que conforma os planos de desenvolvimento para locais, regiões, nações.

Em um estudo sobre a intervenção mineira na região cuyanda de Argentina, Maria Inés Petz (2013), analisa o dispositivo de desenvolvimento que foi conformado por discursos, narrativas, aprovação de leis, normativas, pressão mediática, que facilitaram ao capital privado estrangeiro saquear legalmente os recursos. A atividade mineira é altamente poluente, e modifica drasticamente a organização econômica local. Apesar disso, se impulsiona como um projeto de desenvolvimento sustentável que traz progresso à zona. O trabalho relata detalhadamente a constituição do marco legal que abre as portas ao capital transnacional, assim como a forte oposição da população, sem que em nada serva essa organização.

O discurso do desenvolvimento envolve também o tema acerca da participação cidadã, ou das responsabilidades compartilhadas. Leites, J.S. descreve o processo de participação como conflituoso, podendo ocultar problemas de caráter social atrás o discurso de responsabilidade coletiva para a preservação do meio ambiente (LEITE, 2006). Com, isto não queremos dizer que a participação seja má em si mesma. Mas apontar que o rótulo de desenvolvimento sustentável que se outorgam grandes empresas transnacionais nada tem de preservação do meio ambiente. E que as modalidades dos novos projetos de desenvolvimento

sustentável por parte de estas empresas, nas que participação cidadã, ou responsabilidade compartilhada entre sociedade, governos e empresas, são ferramentas de implantação dos megaprojetos, as quais possuem o poder de mudar legislações e constituições, e não mudar as condições precárias das populações afetadas. A divisão de responsabilidade entre governo e sociedade, oculta um processo histórico de degradação ambiental promovido pela indústria e as grandes empresas donas da tecnologia, processo no qual a sociedade nunca esteve participe como membro em potestade de poder deliberativo, nem mesmo consultivo.

O desenvolvimento como discurso está ligado à hegemonia da razão moderna europeia, que implica ter certeza de como deve ser o curso e as metas das sociedades modernas. Como se uma linha evolutiva se tratasse, com um fim último. Assim os planos de desenvolvimento para os ditos países em desenvolvimento podem ser traçados, marcando etapas e as formas de como conseguir a meta. (SOUZA SANTOS, 2006). Esta hegemonia oculta as práticas e saberes do que se denomina setores subalternos. A descriminalização de culturas e identidades, perdendo a heterogeneidade de modos de vida e formas de conhecimento alternativas. Resultando em uma perda de diversidade cultural, de povos e de etnias. Estas formas subalternas representadas nos povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, camponeses, assembleias e movimentos sociais. Todos eles mostram diversas maneiras de conviver com a natureza, e de entender o território. Estas diferentes maneiras contraditórias de entender a terra, a sociedade, o desenvolvimento, se traduzem em conflitos socioambientais, em disputas pelo território.

É necessário deixar de tratar a natureza como um objeto de mercado. Os atuais desequilíbrios encontram sua origem nos padrões culturais da relação homem-natureza. Para mudar essa concepção, é preciso escutar as periferias, as diferenças, os subalternos. É nas comunidades tradicionais onde se encontram outras noções de desenvolvimento. E este esforço passa por um trabalho na autodeterminação e soberania dos povos. Ou seja, em um desenvolvimento territorial local, focado nas noções de autonomia e autossuficiência.

Desenvolvimento é um processo diretamente relacionado com as múltiplas escalas do território. E território é condição do desenvolvimento. Recentemente e coincidindo com as propostas de sustentabilidade, estudos de desenvolvimento territorial local vêm tomando força nos projetos e planos de desenvolvimento a nível global. Nesta modalidade, o território em suas múltiplas facetas é central. O objetivo principal dos estudos de desenvolvimento local esta na procura de autonomia. Mas não apenas entendida como autossuficiência, e sim com um sentido de autogoverno. A autonomia é necessidade para a liberdade humana. No contexto atual de capitalismo globalizado, os locais não são mais

autossuficientes, e sim um conjunto de redes de comunicação e serviços interconectados. Trabalhar no reforço de essas redes de informação e suas dinâmicas é um caminho para o desenvolvimento local.

Como temos apontado anteriormente, o território é resultado de relações entre o ambiente físico e a construção social. Compreender quais são as percepções/sentimentos de uma comunidade em um ambiente/local concreto, sua organização, seus signos, permite abordar o território de uma forma sistêmica. Além, nos estudos de desenvolvimento local territorial, o sistema precisa ser entendido como um conjunto com identidade. Conformado pelas relações entre os sujeitos da comunidade, as relações com o local, o processo histórico, as relações com a natureza e as articulações com a rede planetária. O objetivo é destacar o desenvolvimento local de redes, fluxos, coesão social e sustentabilidade. Esta abordagem é acunhada por Dematteis (1994) no que se traduz em uma metodologia operacional denominada Sistema Local Territorial (Slot), que procura produzir um conhecimento que tenha utilidade direta para a sociedade.

Neste tipo de abordagem é fundamental o estudo das relações endógenas e exógenas da comunidade. A mobilidade, os fluxos, as relações territoriais, as redes. São abordados aspectos da relação espaço-tempo, e a compreensão do desenvolvimento econômico. Aprofunda-se no estudo da diversidade, da reciprocidade das forças sócias, das mudanças, das convergências e conflitos entre os sujeitos locais. Em este sentido, território toma esse caráter mais abstrato e multiescalar, entendido como Milton Santos (1997) como lugares unidos em rede. O conceito de rede surge da análise de período atual definido como um sistema técnico-científico-informacional. As redes diluem a divisão centro-periferia. Hoje com a internacionalização da economia de consumo em uma escala planetária, os valores específicos locais transformam-se em valores universais através de organizações territoriais conectadas em rede.

Os estudos de desenvolvimento territorial devem incluir elementos societários novos, assim como um novo arranjo territorial como o de autonomia e autogestão. Além há que ter muito presente, que a autonomia para desenvolver o território é obtida através de processos que são conflituais, cooperativos e competitivos ao mesmo tempo. A perguntar chave para o desenvolvimento local é como conseguir essa autonomia no contexto capitalista atual. É preciso redimensionar as relações de poder.

REFÊRÊNCIAS

- ARROZ meu, arroz teu. **Caminhos do Litoral, oportunidades e negócios**. Torres, ano 1, n. 1, . p.32-33, jul. 2008.
- ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. **Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na America Latina**. Trabalho apresentado na reunião do grupo de Trabalho Ecología Política del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales “Territórios, Recursos Naturales y Ecologismo Popular”. Quito, 2007.
- ACSELRAD, H.; A. MELLO, C. C.; BEZERO, A. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.
- ADOMILLI, G. K. **Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe-RS**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- ALCANTARA, L.A.G. Poder, território e participação social: uma reflexão acerca dos espaços de deliberação coletiva no sistema brasileiro de gestão ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios In: ALMEIDA, A.W.B. de (Org.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z (Org.). **Reconstituindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 1997. P.33-55.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2004.
- ANDRADE MIGUEL, L. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2009.
- APPENDINI, K. e NUITEJ, M. **El papel de las instituciones en contextos locales**. Revista de La Cepal, n. 76, p-71-88, abril. 2002.
- GERHARDT, C. H., ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental. **Ambiente & Sociedade**, n. 2, v. 8, p. 1-32, jul./dez. 2005.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: Política, Tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. UNESP. 1995. p.11-71.

BERTRAND, G. **Uma Géographie traversière. L'environnement à Travers des Territoires et Temporalités**. Paris: Arguments, 2002.

BIFO, F. B. **FÉLIX: Narración del encuentro con el pensamiento de Guattari, cartografía visionaria del tiempo que viene**. Buenos Aires: Cactus. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. O Governador do Estado de Rio Grande do Sul. **Lei estadual 11520, de 3 de agosto de 2000**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. 2000. Disponível em: <<http://arroiodomeio.rs.gov.br/downloads/LEI-11520-2000.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nacional nº 9985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nacional nº 10696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm> Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nacional nº 10.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Médio Ambiente – CONAMA. **Resolução 428, de 17 de dezembro de 2010 do CONAMA**. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela

administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>> Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.**

Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm> Acesso em: 22 jun. 2015.

BOOKCHIN, M. Thinking Ecologically. **Our Generation**, n. 2, v. 18, p. 3-40, Springer/Summer. 1987.

BORGES PESTANA, M. **A tradição tupiguarani na porção central da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2007. Dissertação (Mestre em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

CASAGRANDE, A. **Dinâmicas ambientais e produção do conhecimento intergeracional nas comunidades da lagoa do bacupari e de remanescentes de quilombo da casca no litoral do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CATON, W. R.; DUNLAP, R. E. **A New ecological paradigm for Post- Exuberant Sociology.** American Behavior Scientist. 1980, n. 24, p. 15-47, jan. 1980.

CORDAZZO, C. V., PAIVA, J. B., SEELIGER, U. **Guia ilustrado: Plantas das Dunas da Costa Sudoeste Atlântica.** Pelotas. Editora USEB. 2006.

CHOMENKO, L. Socioeconomia, cultura e ambiente. In: BECKER, F. G.; ARANHA, R.A.; AZEVEDO, L.M. (Org.). **Biodiversidade. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul.** Brasília: MMA/SBF, 2006, p. 35-45.

COSTA, S. Esfera Pública: Redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38. p. 38-52, mar. 1994.

CUNHA, M. C.; M. ALMEIDA. Populações tradicionais e conservação. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CRUZ RODRIGUES, R. C. **Ações estratégicas para a afirmação do Porto do Rio Grande.**

Porto Alegre. 2007. Disponível em:

<<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=sN98JNS15A8%3D&tAbid=3229&mid=4649.>> Acesso em: 14 mar. 2015.

DAL SOGLIO, F. O desenvolvimento rural no Brasil e na América Latina: como estão

nossos projetos. In: ALMEIDA, J.; MACHADO, J. A. **Desenvolvimento Rural no Cone Sul**. Porto Alegre. Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2009. p.311-336.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

DAWKINS, J. **El gen egoísta**. Barcelona: Salvat, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo. Editora 34. 1995. v. 1-3,5. Primeira edição: 1980.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. **Territorio y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo Slot**. Boletín de la Asociación de Geógrafos españoles. A.G.E., Barcelona, 2005, n. 39, p. 31-58, 2005.

DEMATTEIS, G. Possibilita e limite dello sviluppo locale. Sviluppo locale, I, 1, Firenze, 1994. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

DIEGUES, A.C. **Marine protected areas and artisanal fisheries in Brazil**. ICSF. São Paulo. 2008.

ELLIS, F. Househoil Strategies and Rural Livelihood Diversification. **The jornal of developepment studies**, 1998, n. 1, v. 35, p. 1-38, dez. 1998.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In MATO, D. (Coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas, FaCes: Universidade de Central de Venezuela. 2005. p.17-31.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Caracas: Fundación el Perro y La Rana, 2007.

FALCÃO, E. V.; SALUM, S. R. R., **Planície Costeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra. 1988.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 1. Primeira edição: 1957.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do território**. UNESP.2008.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. UNESP.2008.

FERNANDES, L. A., et al. Pesca Artesanal na Lagoa Mirim: conflitos de interesses e ameaças a sustentabilidade do ecossistema costeiro. In: ENCONTRO DE POS-GRADUAÇÃO DA UFPEL, 11, 2009, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPEL, 2009.

FERREIRA, A. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os

movimentos sociais. **Revista eletrônica de tecnologia e ciencias sociales**, Barcelona, v. 15, n. 244, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**. Nueva York: Herder y Herder, 1970.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes. 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Aula do 1º de fevereiro de 1978. p.117-155. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

GERHARDT, C. **Agricultores familiares, mediadores sociais e medio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GODOI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp. 1999.

GONÇALVES, C. W. P. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E. et al (Org.). **A guerra infinita: hegemonia e terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-255.

GRAZIANO DA SILVA, J. Dos complexos rurais aos complexos agroindustriais. In: _____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE. 1996. p.1-40.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus. 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**, vol I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, R. **Des-Territorializacao e Identidade: A Rede Gaucha No Nordeste**. NITEROI: UFF, 1997.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo. EdUFF e Editora Contexto. 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, R. e BRUCE, G. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. Umbral Fronteiras. Disponível em: <<http://umbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/1545>> Acessado em: 15 jun. 2015

HAYAMI, Y e RUTTAN, V.W. **Desenvolvimento Agrícola. Teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA-dpu. 1988. p.387-521

HOLZ, M. **Do Mar ao Deserto. A evolução de Rio Grande do Sul em Tempo Geológico**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa do ICMBio Nº11, de 8 de junho de 2010.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/in112010.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa do ICMBio Nº 09, de 5 de dezembro de 2014.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores em Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in_09_2014.pdf> Acesso em 22 jun. 2015

LEFÉBVRE, H. **The production of Space.** Cambridge: Blankwell, 1991.

LEITE, I. B. **O legado do testamento:** a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LEITES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, 2002, n. 322, p. 1-31, 2002.

LITTLE, P. E. **Etnodesenvolvimento local:** autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Campo Grande: Tellus, 2002.

LEWIN, K. Fronteiras na dinâmica de grupo. In: LEWIN, K.; BORI, C. M. **Teoria do campo nas ciências sociais.** São Paulo: Pioneira. 1965.

MANUTENÇÃO de preços e exportação garantem estabilidade a produtores. **Lavoura arrozeira – IRGA.** Porto Alegre, 2014, N. 461, V. 62. p.34-35. Janeiro/fevereiro/março 2014.

MARSTON, S. A.; JONES III, J. P.; WOODWARD, K. **Human geography without scale.** Royal Geographical Society. Transactions, Institute of British Geographers, London, 2005, n. 30, p. 416-432, 2005.

MAQUIAVEL, N. **El Príncipe.** Madrid: Alianza , 2010.

MAZOYER, M., ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Brasília: Editora UNESP. 2010.

METZGER, J.O. **O que é ecologia de paisagens?** Biota neotropica, Campinas, ano 1, n. 1, p. 1-0, dez. 2001.

MIELITZ NETO, C. G.; MANOEL DE MELO, L.; MACHADO MAIA, C. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

MORENO, I.B. et al. **Descrição da pesca costeira de média escala no litoral norte de rio grande do sul:** comunidades pesqueiras de Imbé/Tramandaí e Passo de Torres/Torres. B, Inst. Pesca. São Paulo, 2009, n. 35, p. 129-140, 2009

MÜLLER, C. A. **A história econômica de Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Bannisul, 1998.

NORTH, D.C. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. **Fondo de cultura econômica**, México, n. 1, p. 13-42, 1993.

NOTÍCIAS SHELL. **Combinação inovadora de tecnologias garante sucesso do Parque de Conchas.** Notícias shell. Rio de Janeiro, n. 380, p. 16-18, nov./dez. 2010.

NUNES PIEVE, S.M. **Dinâmica do conhecimento ecológico local, Etnoecologia e aspectos da resiliência dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim, RS.** 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OSTROM, E. **Governing the commons:** the evolution of the institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press. 1990. p.1-57.

PETZ, M.I. **Los usos Del agua. La disputa por el agua en las poblaciones que resisten la megaminería a cielo abierto.** VII Jornadas de Jóvenes Investigadores, Instituto de Investigaciones Gino Germani. 2013.

RASTREPO, J. **Elaboración de abonos orgánicos, fermentados y biofertilizantes foliares. Experiencias en Mesoamérica y Brasil.** San José, Costa Rica: Agroamerica. 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RECLUS, E. **Geografía.** São Paulo. Ática. 1985

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008. p. 9-24.

ROSSATO, M. Silvicultura no Litoral Médio e Sul do Rio Grande do Sul. In: SCHÄFER, A. et al. **Recursos hídricos dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Sata Vitória do Palmar.** Manual de gestão sustentada. Caxias do Sul: EDUCS, 2009. p.210-279.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth:** a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROSTOW, W. W. As cinco etapas do desenvolvimento. Um sumário. In: ____ **Etapas do desenvolvimento econômico:** um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.14-29.

RUPPENTHAL, E. L. **A desterritorialização de populações rurais atingidas por obras de infra- estrutura:** o caso da hidrelétrica de Barra Grande, RS, Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2011.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2002. Primeira edição 1820.

SANT'ANA, E. **Memórias de Zé Terra, o tropeiro do litoral**. Porto Alegre: AGE-Assessoria Gráfica e Editorial Ltda. 1998.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis. 2005.

SAQUET, M. A. “**Abordagens e concepções de território**”. São Paulo: Expressão popular. 2010.

SCHÄFER, A. et al. **Recursos hídricos dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Sata Vitoria do Palmar**. Manual de gestão sustentada. Caxias do Sul: EDUCS. 2009.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G. Territorio y enfoque territorial: de las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales. In MANZANA, M. NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(Org.) **Desarrollo Rural. Organizaciones**: Instituciones y Territorios. Buenos Aires: Ciccus. 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIVA, V. **Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo**. Madrid: Horas y HORAS, 1995.

SHIVA, V. **Guerras por água**. São Paulo: Radical Livros. 2006.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito, In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVEIRA, P. B. Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem. **Cadernos de estudos sociais**, Recife, n. 1-2, v. 23, p.115-134, jan./dez. 2007.

SOUZA DOS SANTOS, B. **Um discurso sobre as Ciências**. Oração de Sapiência proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1985/86.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.19-77.

STEIL, C. A. Estado, Movimentos Sociais e ONGs: a Guerra Fria e a Globalização como cenários de compreensão da realidade social. **Revista Humanas**, 2001, n. 1-2, v. 24, p. 9-16, 2001,

TERRA DE DIREITOS. **Pagamento por “serviços Ambientais” e Flexibilização do Código Florestal para um capitalismo “verde”**. 2011.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **RECIIS**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 93-100, 2007.

TOURAINÉ, A. O método da sociologia da ação: A intervenção sociológica. **Novos estudos CEBRAP**, 1982, n. 3, v. 1, p. 36-45, jul.1982.

VAN DER PLOEG, J. D. **amponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VAINER, C.B.; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WIEST, J.M. et al **Plantas medicinais e condimentares...** enquanto saberes e fazeres. Quilombolas no Limoeiro do Bacupari. Porto Alegre: Evangraf, 2008.

WOLKMER, A.C. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense. 2003.

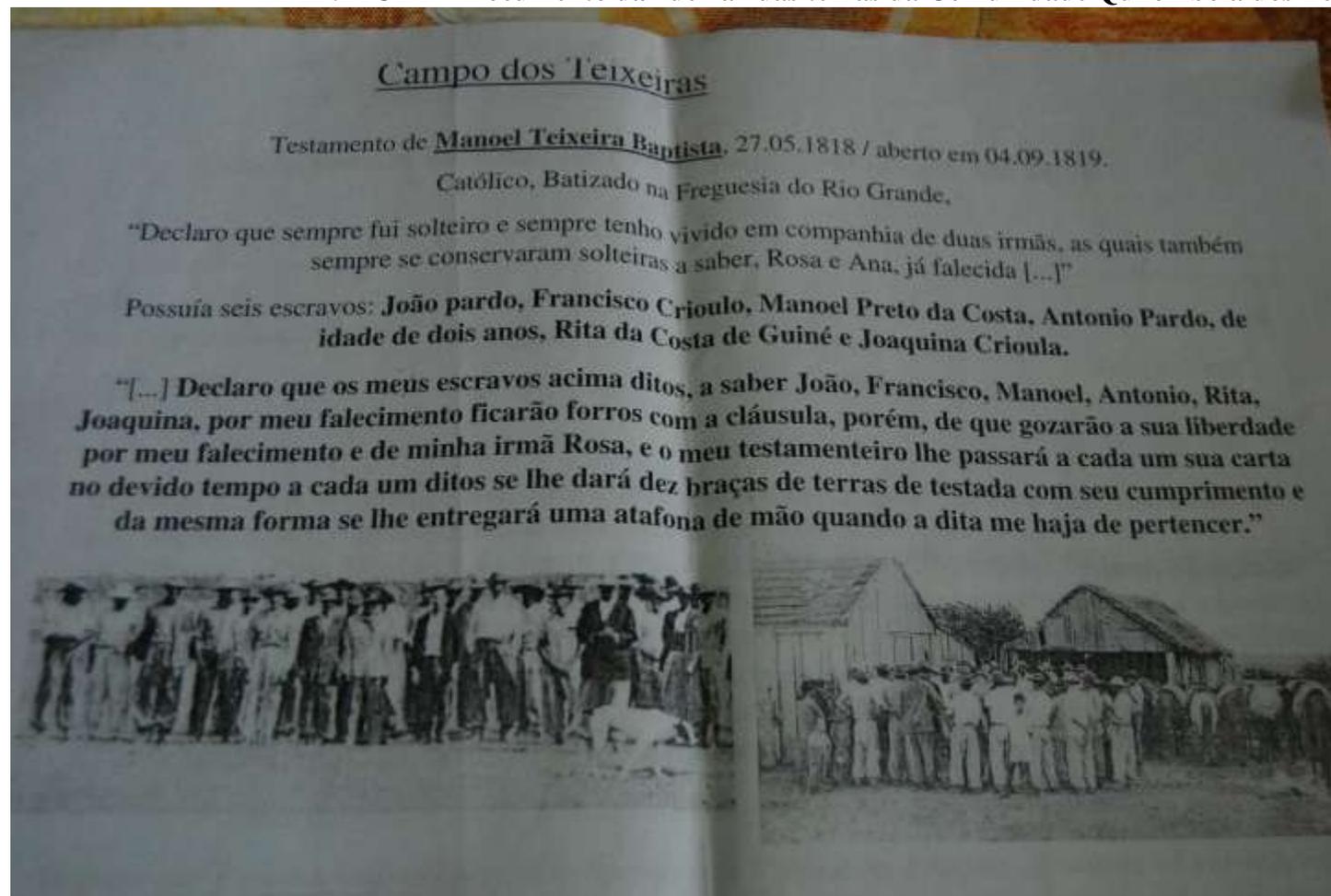
APÊNDICE A - Documento da "deixa" das terras da Comunidade Quilombola dos Teixeiras (1826)

Campo dos Teixeiras

Testamento de Rosa Tereza de Jesus (irmã de Ana Tereza de Jesus) - 26 de junho de 1826.

"Declaro que possuo cinco escravos José Nação Benguela - Thomaz Crioulo - Maria Benguela - Joana Crioula - Ignacia Crioula - as quais deixo libertas e com suas cartas feitas para o meu testamenteiro entrega-las a seus competentes donos. Declaro que deixo dez braças de terras de testada, e seu comprimento, as quais o meu testamenteiro as entregará a cada um destes meus escravos, que ficaram forros na Caieira. Declaro que as sessenta braças de terras que tocaram aos seus escravos do falecido meu irmão Manoel Teixeira Baptista que ficaram libertos, o meu testamenteiro as entregará no Campo da Caieira, em fazendo esta repartição das dez braças a cada um o resto do dito campo da Caieira fica para todos os que tem carta de liberdade, tanto os meus como os de meus falecidos irmãos e para não poderem vender ficando de pais e mães para filhos e o meu testamenteiro ter conta para eles não venderem. Declaro que as casas e trastes e benfeitorias e a carreta que se achar fica para estes mesmos escravos e escravas que ficam libertos. Declaro que deixo quatro reses de criar aos meus escravos a cada um, e quatro a cada escravo do falecido meu irmão Manoel, dos que ficaram libertos. [...] Declaro que deixo aos escravos mais 96 reses e 12 bois mansos e 10 cavalos mansos e 10 éguas de rodeio e 150 ovelhas aos ditos acima libertos e declarados."

Fonte: fotografia tomada pela autora. Documento doação de Dario Antônio Martins Futuro. Arquivo

APÊNDICE B - Documento da “deixa” das terras da Comunidade Quilombola dos Teixeiras (1818)

Fonte: fotografia tomada pela autora. Documento doação de Dario Antônio Martins Futuro. Arquivo

APÊNDICE C - Moção de afastamento de um dos funcionários do PNL, em 1999

Handwritten signature: A. Mostardas
Presidente da Câmara de Vereadores

APROVADO POR CÂMARA ABSOLUTA
SELA DES SESSOES 14/06/99

Handwritten signatures: J. Serra, A. Mostardas, M. ...

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº. 01/99

EXMO.SR.
DR. TELMO LEMOS
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Considerando a importância do Parque Nacional da Lagoa do Peixe para o meio ambiente e para os municípios diretamente vinculados, Mostardas, Tavares e São José do Norte;

Considerando a proposta descabida de altíssima indenização ambiental pelo asfaltamento da RST 101, trecho Mostardas/Tavares, encaminhada ao DAER pelo Sr. Leonardo Messias, no cargo de Diretor do PARNA (Doc 01)

Considerando a relação existente entre a negativa do DAER em atender a proposta e a vingativa queixa ao Ministério Público Federal e consequente interdição do KM 9, da mesma estrada;

Considerando a inabilidade do sr. Leonardo Messias no trato com a comunidade, com moradores das praias e com os pescadores radicados no entorno da Lagoa do Peixe;

Considerando as denúncias dos pescadores que chegam a nós, Vereadores, relatando humilhações e maus tratos recebidos do sr. Leonardo;

Considerando o processo nº. 1041/070/98, (Doc 02), onde fica evidenciado, principalmente às folhas 24, 34(verso), 35 e 36 a maneira prepotente, humilhante e ditatorial adotada pelo sr. Leonardo ao relacionar-se com pessoas humildes radicadas na área do PARNA;

Considerando o bom trabalho realizado por diretores anteriores do PARNA, como Dr. Valério Cardoso dos Santos, Júlio Gonchoroski e Dr. Franco, dois deles citados à folha 29 do processo 1041/07/98, quando no exercício do mesmo cargo demonstraram que ser ambientalista não é isolar o ser humano de seu meio;

Considerando que mesmo durante uma situação urgente e angustiante para centenas de pessoas, como foi o rompimento do aterro da estrada do Balneário Mostardense, que isolou todo o Balneário durante alguns dias em fevereiro de 1998, o sr. Leonardo mostrou-se extremamente intransigente e inacessível a argumentações;

Considerando que os atos praticados pelo sr. Leonardo agitam a comunidade gerando desconformidade e revolta que poderão conduzir a gestos de desafio danosos à consciência pública de preservação ambiental;

Rua XV de Novembro, 848 — Calçada Chico Pedro — Mostardas — RS — CEP 96270-000
Fone/Fax: (051) 678-1534 — Fone: (051) 678-1540

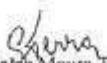


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

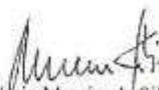
Considerando que atitudes como as citadas jogam lama sobre a entidade mantenedora do PARNA, o IBAMA, que gozava de bom conceito na região;

Os Vereadores abaixo assinados vêm solicitar que, após ouvido o plenário, o oceanógrafo Leonardo Tortoniello Messias seja considerado PERSONA NON GRATA a este município, deste ato dando ciência ao Sr. Superintendente do IBAMA Dr. Nelson Vieira do Reis; ao Presidente do IBAMA Dra. Marília Marreco e ao Ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal, Dr. José Sarney Filho.

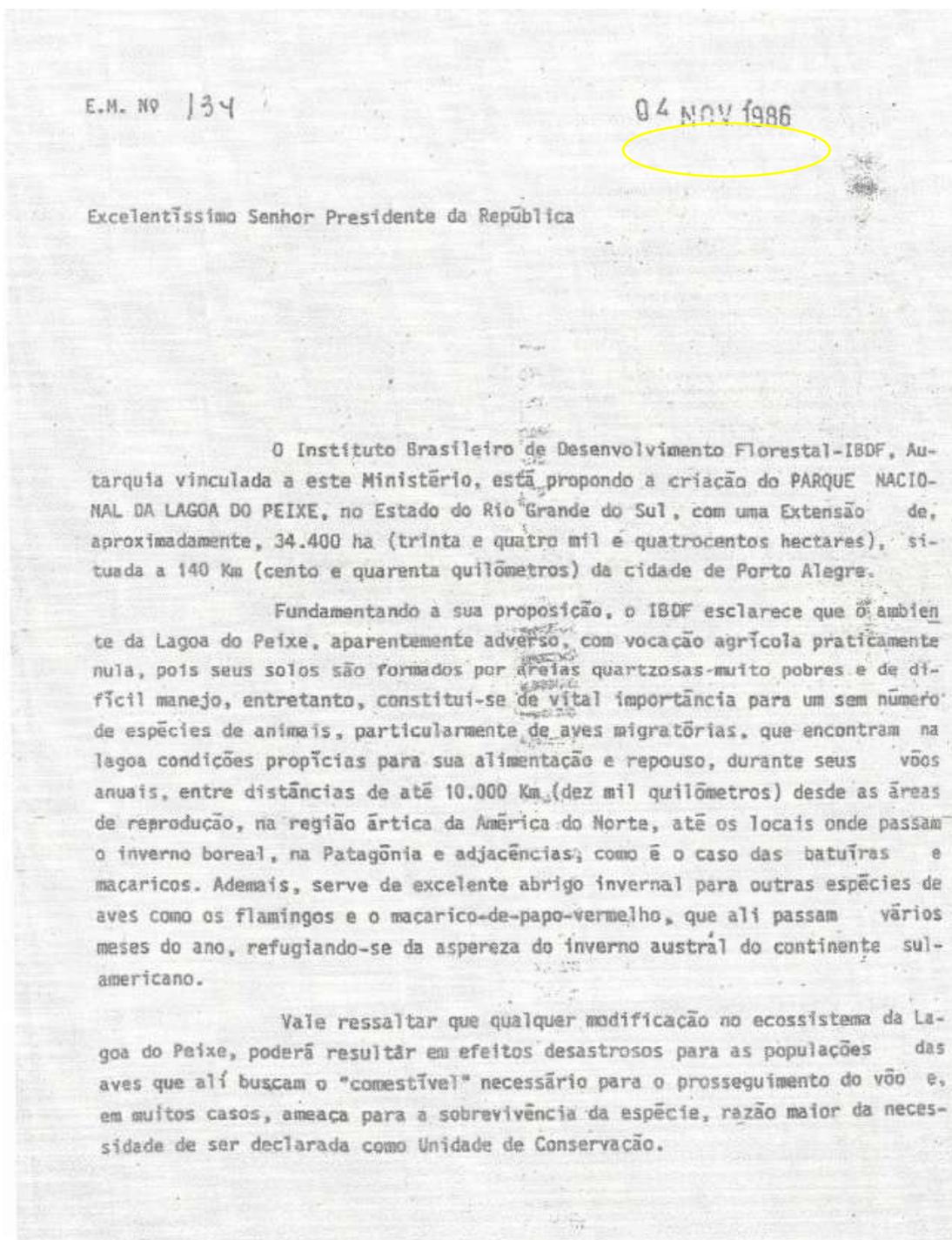
Mostardas, 14 de junho de 1999.


Graziela de Moura Terra
Líder - PDT

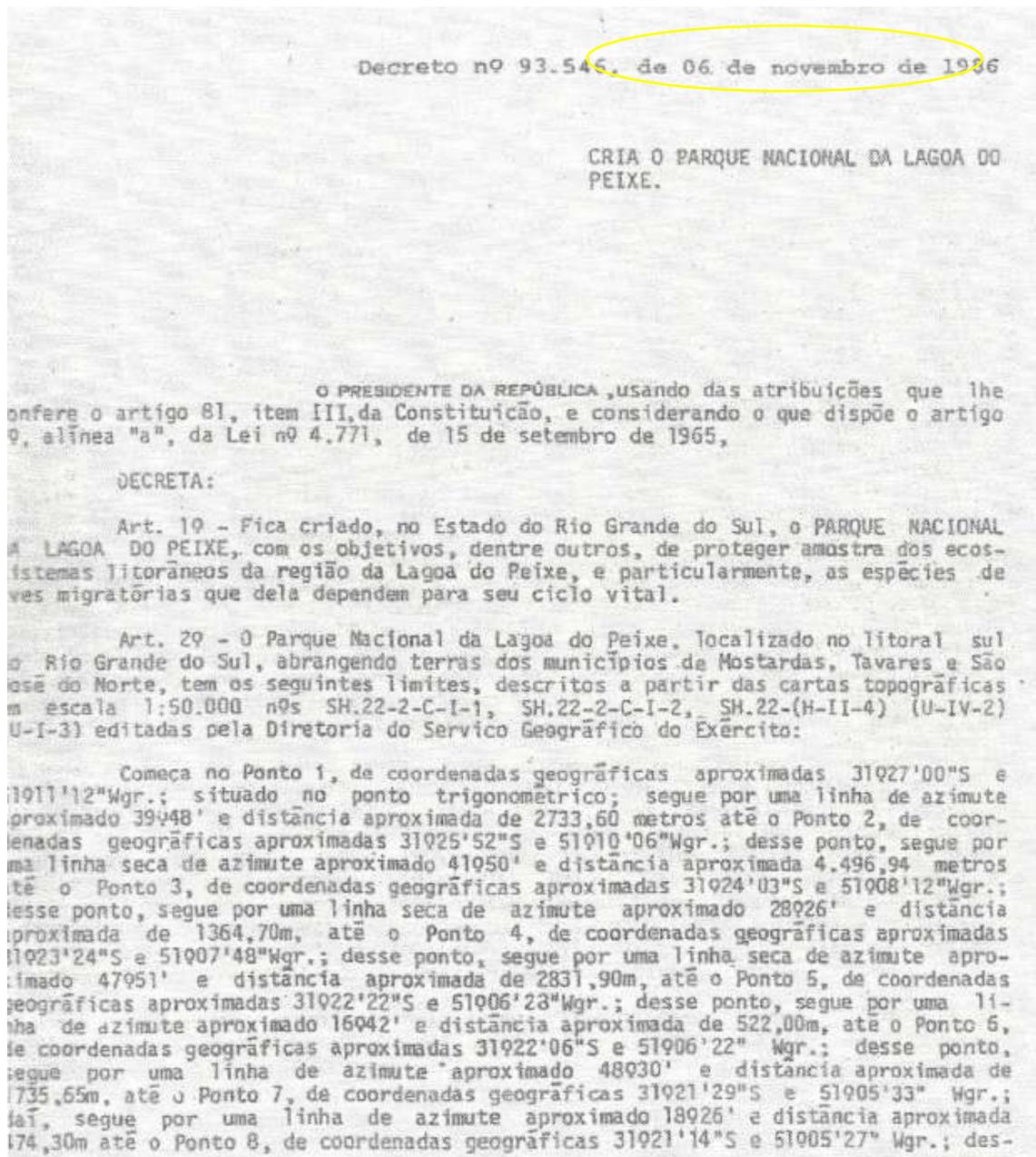

Ruy Miguel Collares Victorino
Líder - PPB


Nélio Moreira da Silva
Líder - PMDB

APENDICE D - Documento de criação do Parque (apenas primeira página do documento).



APÊNDICE E - Decreto de criação do Parque (apenas primeira página do documento)



APÊNDICE F - Reportagem da FARSUL sobre direito de propriedade enfrenta “agrícolas” e “indígenas”



Notícias da Farsul

21/11/2013 - 17:45:00

Confederação da Agricultura cobra cumprimento da lei e agilidade na solução de conflitos no campo

Senadora Kátia Abreu fez duras críticas ao ministro da Justiça em audiência pública sobre demarcação de terras indígenas

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, cobrou o cumprimento da lei para a demarcação de terras indígenas e criticou a demora do poder público em solucionar os conflitos no campo, provocados por invasões de índios a propriedades rurais produtivas.

A manifestação foi feita nesta quinta-feira (21/1), em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado para debater o tema, com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Aos representantes do governo, a senadora afirmou que o recuo em relação à edição da Portaria 303, que ratifica as 19 condicionantes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para normatizar novas demarcações, se deu por pressão de grupos ligados aos indígenas. O fato foi lamentado pela presidente da CNA, que dirigiu suas críticas principalmente ao titular da pasta da Justiça, classificando-o de “omisso” e “parcial”.

“O ministro (José) Eduardo Cardozo não age como ministro da Justiça do Brasil, mas como representante de classe, atendendo aos interesses dos grupos indígenas. Ele será o grande responsável pelas próximas mortes no campo diante dos conflitos”, ressaltou a presidente da CNA.

Para a senadora, o poder público precisa apenas “defender a justiça” e cumprir o que está na lei, ao invés de “reinterpretar a Constituição”. Ela afirmou, também, que, se os ministros sofrem pressão para não solucionar os conflitos no campo, “a pressão dos produtores poderia ser muito maior até o governo solucionar os conflitos”.

“Ou se cumpre a lei, ou não teremos segurança jurídica nunca”, protestou Kátia Abreu.

Portaria – O ministro da Justiça informou que o governo concluiu esta semana o texto de uma portaria que irá mudar o procedimento das demarcações. Este novo texto permite ao Ministério atuar na mediação e na revisão de novas demarcações, além de abrir a outros órgãos do governo a participação neste processo.

Cardozo informou que a minuta da portaria será encaminhada a lideranças do setor produtivo e indígenas para acolher mais contribuições ao texto. Já o advogado-geral da União reconheceu a ausência de normas para a demarcação de terras indígenas, o que, segundo ele, tem acirrado os conflitos no campo.

12/08/2014 - 18:00:00

Comissão Fundiária avalia situação do Estado

Com o objetivo de atualizar o panorama dos conflitos por posse de terra no Estado e levantar sugestões, a Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul reuniu-se nesta terça-feira (12/08) na sede da Federação. Para o presidente da Comissão, Paulo Ricardo de Souza Dias, o atual cenário é de atenção no Rio Grande do Sul. “Em Faxinalzinho existe tensão de parte a parte (índios e agricultores). No município dois agricultores foram mortos em abril por indígenas. No que diz respeito ao MST, temos invasões em Pelotas e Esmeralda”, explicou Dias. Ambos os casos chamam atenção, pois mostram uma nova postura do MST, que busca se aliar a outros movimentos sociais, segundo o dirigente. “Em Pelotas, a maioria dos invasores são pescadores, que querem a área para se tornarem agricultores. Já em Esmeralda, há parceria entre o MST e o Movimento por Atingidos por Barragens (MAB)”, detalhou. Porém, o que mais preocupa o setor produtivo é o não cumprimento das reintegrações de posse. Dias acredita que “o descumprimento da ordem judicial mostra certa complacência do Governo do Estado com esta situação”. O perigo disso, ressaltou Dias, é que outros movimentos se utilizem dessa omissão para realizar suas ações. “A solução dessas questões é legal. Queremos que se cumpra a Constituição, pois as recentes decisões tem sido baseadas em ordenamentos jurídicos (instruções normativas, decretos e portarias)”, declarou Dias. Nesta quarta-feira (13/08), Dias apresentará o quadro para a Comissão Fundiária Nacional na sede da CNA.